

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

CIDONEA MACHADO DEPONTI

INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL:
O CASO DA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre

2010

CIDONEA MACHADO DEPONTI

INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL:
O CASO DA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida

Série PGDR – Tese nº 37

Porto Alegre

2010

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

D422i Deponti, Cidonea Machado
Intervenção para o desenvolvimento rural : o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul / Cidonea Machado Deponti. – Porto Alegre, 2010.
274 f. : il.
Orientador: Jalcione Almeida.
(Série PGDR – Tese, n. 37).
Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.
1. Extensão rural . 2. Desenvolvimento rural : Rio Grande do Sul. I. Almeida, Jalcione.Pereira de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 631.117

CIDONEA MACHADO DEPONTI

INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL:
O CASO DA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 31 de agosto de 2010.

Prof. Dr. Jalcione Almeida (Orientador- Presidente)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS

Prof. Dr. Sérgio Schneider

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS

Prof. Dr. Eros Marion Mussoi

Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural/UFSC

Prof. Dr. José Antônio Costabeber

Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural/UFSM

Dedico esta tese a todas as mulheres, esposas, profissionais, mães, companheiras, amigas que se desdobram nesse mundo de Deus para atender a filhos, maridos, casa, profissão. As suas força, persistência, desprendimento e maleabilidade são meus exemplos.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos parecem ser a parte mais simples da tese, porque podemos abrir o coração e demonstrar a gratidão que fomos acumulando ao longo dessa jornada tão dura, mas tão prazerosa ao mesmo tempo. No entanto, os agradecimentos encerram a dificuldade de dizer as palavras certas, agradecer às pessoas certas e tentar lembrar daquelas que foram muito importantes, mas, por algum motivo desconhecido, foram esquecidas de serem mencionadas.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu esposo, Thomás Henrique de Paola Colletto, que me incentivou, amou-me e “aguentou-me” durante esse tempo. Aquele que nunca descreditou e que foi, na prática, um coorientador. Meu amor, muito obrigada.

A meus pais, que sempre me colocaram para cima e incentivaram-me a estudar e, mesmo não tendo eles estudado, acreditaram no estudo, acreditaram em mim. Abriram mão de suas vidas para me ajudar com a Mariana. Tenho muito orgulho de vocês.

À minha pequena Mariana, tão dócil, tão alegre, tão fofa, tão livre, tão maravilhosa. Ainda tão pequena e já me ensinando tanto. Tu me tornaste melhor, mais tolerante, mais paciente, mais persistente, menos egoísta.

À minha irmã Cinara, por estar sempre próxima em todos os momentos, bons e ruins, e por ter ajudado a cuidar da Mariana nos fins de semana.

À querida babá, Sali, nosso “anjo da guarda”, sempre pronta para ajudar com um grande sorriso no rosto, teu carinho e dedicação foram imprescindíveis.

Aos meus sogros, Raquel e Igino, pelo apoio, compreensão pela ausência e incentivo ao estudo.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, instituições de alto nível de cuja história tenho o maior orgulho de ter feito parte.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa que me permitiu realizar com tranquilidade a pesquisa de campo.

A EMATER/RS-ASCAR, pela permissão, colaboração direta na pesquisa, mediante o apoio do pessoal de campo e pelo carinho dos ex-colegas.

A todos os funcionários do PGDR, que sempre foram muito atenciosos e competentes em seu trabalho, em especial à Eliane e ao Paulo, que não está mais no programa, mas que faz muita falta pela sua disposição e gentileza.

Em especial, ao meu orientador Professor Jalcione, pela paciência, atenção, solidariedade nos momentos difíceis e sobretudo pela confiança de que eu chegaria ao final.

A todos os componentes do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS), que acompanharam o desenvolvimento desta tese e colaboraram com sugestões.

Ao corpo docente do PGDR, pelo conhecimento compartilhado durante esse período. Em especial, aos professores Egon e Sérgio pela disponibilidade, atenção e colaboração.

À Naira de Azambuja pela elaboração, confecção de organogramas, gráficos e tabelas e pela organização da tese; seu carinho, atenção e disposição foram muito importantes.

Aos interlocutores, técnicos de nível superior, técnicos de nível médio, supervisores, assistentes técnicos regionais, assistentes técnicos estaduais, bem-estar social nível médio, bem-estar social nível superior, agricultores convencionais e ecológicos, pescadores artesanais, assentados, servidores de prefeituras, representantes de sindicatos, representantes dos governos federal, estadual e municipal e professores universitários, pela hospitalidade, boa vontade, atenção, carinho, disposição e cuidado com que me receberam.

Aos colegas da turma de Doutorado (Rozane, Ana Georgina, Leonardo, Augusto, Elizângela e Jeanice), em especial à Rozane, amiga de todas as horas. Também agradeço aos colegas do Doutorado e Mestrado 2005, em especial, Flávia, Myriam, Tocha, Márcio, Larissa, Lorena, Francinei, Lúcia, Ieda, Igor, Carol e Décio, obrigada pela convivência e carinho.

Aos amigos, não vou mencionar nomes, pois não quero ser injusta. Obrigada pela paciência, pela alegria, pela reza e pela compreensão pela minha ausência.

Por fim, não menos importante, a Deus, por permitir chegar até aqui, pelo crescimento pessoal e profissional adquirido pelo caminho.

RESUMO

A extensão rural é uma importante ferramenta de intervenção no meio rural vinculada à ideia de desenvolvimento. A EMATER/RS-ASCAR é a Agência oficial, principal operacionalizadora das políticas públicas da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio (SEAPPA-RS) com elevada capilaridade presente em 98% dos municípios. A EMATER/RS-ASCAR sofreu diversas críticas ao longo de sua história e, recentemente, enfrenta uma série de dificuldades: crise financeira, decorrente do corte de recursos públicos pelo governo do Estado; dificuldade operacional; necessidade de redefinição das fontes de financiamento; demissão em massa de empregados; insegurança no quadro funcional; aumento da carga de trabalho. Esta tese formula como objetivo geral analisar a intervenção para o desenvolvimento rural realizada pela extensão rural pública do Rio Grande do Sul, buscando compreender sua trajetória institucional, a ação extensionista e os determinantes da crise atual. Para respondê-lo, foi realizada pesquisa de campo, adotando-se como referencial teórico a Perspectiva Orientada ao Ator (POA). Após análise dos dados secundários e material documental, levantamento de dados primários, a partir de entrevistas com roteiros semiestruturados com 42 interlocutores e observação, conclui-se que as ações com viés difusionista ainda estão presentes na EMATER/RS-ASCAR, nas mais variadas situações e momentos. A Agência apresenta um vício de abordagem, marcado por métodos tradicionais de extensão. No entanto, destaca-se que paralelamente, também são realizadas atividades participativas, com caráter dialógico. A ação extensionista depende de cada extensionista e, assim como a Agência, apresenta um conjunto diverso de perfis. Consequentemente, há uma variedade de posturas. Conclui-se também que as situações de interface social permitiram, na prática, visualizar como ocorre o processo de negociação dos projetos de desenvolvimento propostos pela Agência; como os agentes envolvem os outros em seus projetos, apresentando margem de manobra; como ocorre o ajuste realizado nos projetos em fase de implementação; e, verificar a construção do conhecimento híbrido, resultado do processo de apropriação; a formação e mobilização de redes de interface e conhecimento, denotando a capacidade de agência. E, também analisar a reação por parte dos agricultores a todo processo, desde seu *empoderamento*, quando a dinâmica de interface é estabelecida até as formas cotidianas de resistência, quando o próprio silêncio denota poder, quando esse poder pode se manifestar por intermédio da subordinação e submissão estratégica. Por fim, conclui-se que o rumo que a

EMATER/RS-ASCAR irá seguir dependerá de algumas decisões tomadas pela Agência relativas à sua compreensão sobre o desenvolvimento, a forma de atuação, a ação dos extensionistas e da repercussão de sua importância para a sociedade e para o Estado.

Palavras-chave: Extensão rural. Intervenção para o desenvolvimento rural. Interface social. Capacidade de agência. Projetos de desenvolvimento.

ABSTRACT

The rural extension is an important intervention tool in the rural area connected to the idea of development. EMATER/ASCAR is the official agency, the main operational public politics of the Secretary of Agriculture, Pecuary, Fishing and Agro business (SEAPPA-RS) with high capillarity in 98% of the municipal districts. EMATER/ASCAR suffered several critics along its history and, recently, it faces a series of difficulties: financial crisis, due to the cut of public resources by the State Government, redefinition of the financial sources, dismissal in mass, insecure climate in the functional staff and increasing the work burden. This thesis formulates as a general objective to analyse the intervention for the rural development accomplished by the public rural extension in Rio Grande do Sul trying to understand its institutional trajectory, the extentionist action the present crisis determinants. To answer it a field research was accomplished, adopting as theoretical framework Actor Oriented Approach (POA). After analyzing secondary data and documental material rising of primary data starting from interviews with semi-structured scripts with 42 workers and participants observation it is concluded with difusionist ideas are still present at EMATER/ASCAR in many different situations and moments. The Agency presents a vicious approach stablished by traditional methods of extention; even though, it is noticed that, parallely, participative activities are also accomplished, with dialogical character; the extentionists actions depend on each extentionist, and as if, the Agency presents a different group of profiles, consequently, there is a variety of postures. It is also concluded that the situation of social interface allowed, in practice, to visualize how the negotiation process of the development projects proposed by the Agency; as the agents involve the other ones in their projects presenting maneuver margin as the adjustment accomplished in the projects occurs in the implementation phase; and verify the construction of the hybrid knowledge result of the appropriation process; the formation and mobilization of interface nets and knowledge, denoting the agency capacity. And, also, the reaction of the farmers to every process from their empowerment when the interface dynamics is stablished to the forms of daily resistance, when the own silence denotes power, when this power can be showm through subordination and submission strategic. Finally, it is concluded that the way EMATER/ASCAR will follow will depends on some decisions taken by the Agency related to its understanding about the development, the action way, the extentionists action and the repercussion of its importance to society and to the state.

Keywords: Rural extension. Development intervention. Social interface. Agency capacity.
Development projects.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Área de abrangência da EMATER/RS-ASCAR no Rio Grande do Sul.....	31
Figura 2 - Fases da pesquisa.....	46
Gráfico 1 - Orçamento brasileiro do MDA para ATER no período de 2003 a 2010	91
Quadro 1 - Quadro-Síntese (questões de pesquisa, hipóteses e objetivos).....	35
Quadro 2 – Conceitos teóricos e noções e expressões analíticas utilizadas na pesquisa.....	44
Quadro 3 - Procedimentos realizados na análise de conteúdo.....	45
Quadro 4 - Lista dos interlocutores entrevistados	47
Quadro 5 - Algumas perspectivas teóricas contemporâneas sobre desenvolvimento (rural)..	52
Quadro 6 - Pedras angulares e conceitos-chave da perspectiva orientada ao ator	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos Financeiros utilizados EMATER/RS-ASCAR no período de 2006 a 2009	99
Tabela 2 - Número de escritórios, extensionistas e público beneficiário por ano	101
Tabela 3 - Evolução da Força de Trabalho da EMATER/RS-ASCAR no Período de 1998 a 2009	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associações de Crédito e Assistência Rural
ACARESC-SC	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ACARES-ES	Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo
AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
AIA	<i>American International Association for Economic and Social Development</i>
AMTR	Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
ANCAR	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
ANT	<i>Actor-Network Theory</i>
ASAE	Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER/RS
ASAPAS	Associação dos Servidores Aposentados da Previdência e Assistência Social
ASBRAER	Associação Brasileira de Assistência e Extensão Rural
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATE	Assistente Técnico Estadual
ATES	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental
ATR	Assistente Técnico Regional
BADESUL	Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	<i>The World Bank</i>
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CEASA-RS	Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A.
CEE	Caixa Econômica Estadual
CEPA/EA/UFRGS	Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Escola de Administração
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CETREISUL	Centro de Tecnologias da Região Sul

CESA	Companhia Estadual de Silos e Armazéns
CLAVESUL	Serviço de Classificação e Produção de Origem Vegetal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMMAD	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNRS	Centro Nacional de Pesquisa Científica, França
CNUMAD	Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
CONAD	Conselho Administrativo da ASCAR
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONPATER	Conselho Nacional de Pesquisa Agropecuária e Assistência Técnica e Extensão Rural
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COREDES	Conselho Regional de Desenvolvimento
CRESAL	Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da ASCAR-EMATER/RS
CSI	Centro de Sociologia da Inovação
CTA/EMATER-RS	Conselho Técnico Administrativo da EMATER-RS
CUT/RS	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão do PRONAF
DATER/MDA	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério de Desenvolvimento Agrário
DEFAP/RS	Departamento Estadual Florestal de Áreas Protegidas
DIER/RS	Departamento de Infraestrutura
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
DRR	Diagnóstico Rural Rápido
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável
EMATER/ASCAR-RS	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAGRI-SC	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ETA	Escritório Técnico de Agricultura
EXPOAGRO	Exposição agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAMURS	Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul

FAPERS	Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
FARSUL	Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FAS	Fundo de Assistência à Saúde da EMATER/RS-ASCAR
FASER	Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil
FEAGRI/USP	Faculdade de Engenharia Agrícola
FEAPER	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
FECOAGRO	Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul
FEDERASUL	Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul
FEPAGRO/RS	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul
FEPAM/RS	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FETAG/RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GOL	Grupo Organizado do Lar
GRS	Grupo de Responsabilidade Social
GPS	<i>Global Position System</i>
IBM	<i>International Business Machines</i>
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPS	Instituto Nacional de Seguridade Social
INSS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei de Orçamentos Anuais
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LUMIAR	Projeto LUMIAR
MAARA	Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

MAPA	Ministério da Agricultura e Abastecimento e Pecuária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCERGS	Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição e Alimentos
PAT	Plano Anual de Trabalho
PDRI	Programas de Desenvolvimento Rural Integrado
PGDR/UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNUD	Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA	Perspectiva Orientada ao Ator
PPA	Plano Plurianual
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PROFRUTA	Programa de Desenvolvimento da Fruticultura
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF IFSM	PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRORENDA	Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda
SAF/MDA	Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário
SARC/RS	Secretaria de Apoio Rural e Cooperativo
SEAPPA/RS	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio
SE/RS	Secretaria de Estado da Educação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA/RS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMAPI	Sindicato de Empresas de Empreendimentos em Assessoria, Perícia, Informação, Pesquisa e Fundações Estaduais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SER	Secretaria de Extensão Rural

SESI	Serviço Social da Indústria
SF/RS	Secretaria de Estado da Fazenda
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SIMCCA	Subprograma Sistemas de Manejo e Controle da Contaminação por Agrotóxicos
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SS/RS	Secretaria de Estado da Saúde
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
TIC's	Tecnologias de informação e comunicação
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UNIBANCO	União dos Bancos Brasileiros S/A
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UREMIG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA.....	25
2.1 O TEMA E O PROBLEMA DE PESQUISA	25
2.2 QUADRO METODOLÓGICO.....	35
3 INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: O ENCONTRO ENTRE MUNDOS DE VIDA DISTINTOS	48
3.1 DESENVOLVIMENTO RURAL	48
3.2 DESMISTIFICANDO A INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	54
3.3 PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR.....	64
3.4 FORMAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA	79
3.5 EXTENSÃO RURAL: BREVE REVISÃO	82
4 A AGÊNCIA DE EXTENSÃO RURAL PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL	87
4.1 SISTEMA NACIONAL DE ATER: A NOVA PNATER	87
4.2 A EMATER/RS-ASCAR: AGÊNCIA GOVERNAMENTAL, ESTADUAL DE CARÁTER PÚBLICO E GRATUITO	97
4.3 MÉTODOS E ENFOQUES DA EXTENSÃO RURAL	111
4.4 EXTENSÃO RURAL, COMUNICAÇÃO E INTERVENÇÃO	113
4.5 EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	120
5 A TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL: A AÇÃO EXTENSIONISTA.....	124
5.1 A ORIGEM DA EXTENSÃO RURAL	124
5.2 O NASCIMENTO DA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL E O ASSISTENCIALISMO	127
5.3 O EIXO DO DIFUSIONISMO	131

5.4 O EIXO DA PARTICIPAÇÃO.....	138
5.5 O EIXO DA SUSTENTABILIDADE.....	152
5.6 A SITUAÇÃO ATUAL	160

6 AS DINÂMICAS DE INTERFACE SOCIAL NA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL..... 180

6.1 MUNDOS DE VIDA ENTRELACADOS: AS AÇÕES DOS TÉCNICOS E DOS AGRICULTORES.....	180
6.2 AS REDES DE INTERFACE SOCIAL E CONHECIMENTO	187
6.3 A REVELAÇÃO DO AGRICULTOR COMO AGENTE: A RESISTÊNCIA	191
6.4 EMPODERAMENTO E INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	198
6.5 PERFIL DO EXTENSIONISTA.....	200

7 CONCLUSÕES..... 218

REFERÊNCIAS..... 225

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS..... 240

APÊNDICE A – Rumos para a extensão rural pública do Rio Grande do Sul 255

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas 268

APÊNDICE C – Termo de consentimento 274

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em extensão rural no Rio Grande do Sul, remete-se à EMATER/RS-ASCAR, agência oficial de assistência técnica e extensão rural, principal operacionalizadora das políticas públicas da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio (SEAPPA-RS). Neste ano, ela completou 55 anos de existência. Ao longo dessa estrada, muita poeira levantou-se, muita história foi contada. É inegável a presença da EMATER/RS-ASCAR no interior do Estado, tanto pela capilaridade da Agência – presente em 98% dos municípios –, quanto pelas parcerias firmadas, pelo trabalho junto aos agricultores e pelo comprometimento dos técnicos.

Após ter lecionado durante um ano como professora substituta no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria, e enquanto cursava o Mestrado em Integração Latino-Americana (MILA), minha trajetória pessoal cruzou-se com a EMATER/RS-ASCAR quando, em dezembro de 2000, fui aprovada em concurso para o cargo de Economista (técnica-científica) daquela instituição.

Meu primeiro contato com os estudos na área rural tiveram início em 1995, em Projetos de Iniciação Científica, orientados pelo Professor Dr. Adayr da Silva Ilha, ainda na graduação do curso de Ciências Econômicas da UFSM/RS. Nessa fase, minhas questões de pesquisa estavam basicamente voltadas para a área econômica com ênfase na produtividade, na produção, nos preços agrícolas etc. Já no curso de Mestrado, meu interesse voltou-se para o MERCOSUL e para as questões relativas a políticas agrícolas e mercados agrícolas internacionais.

Ao iniciar o trabalho na EMATER/RS-ASCAR, para minha surpresa, minha atuação distanciou-se da área estritamente econômica e fui apresentada a novas questões sobre o rural, voltadas para uma área mais social e que me conquistaram e até hoje fazem parte de meus interesses acadêmicos. No primeiro ano de EMATER/RS-ASCAR, tive o privilégio de ser aluna do curso de especialização para Supervisores Regionais, ministrado por professores do PGDR/UFRGS – “Desenvolvimento Rural e Agroecologia”. Durante aquele ano (2001), tive o prazer de conviver diária e intensamente com esse grupo de supervisores dos mais diversos “rincões” do Rio Grande do Sul e com o tema Extensão Rural, além de acompanhar a prática extensionista. O curso permitiu a reflexão sobre a Extensão Rural e, em um ano, tive a

oportunidade de conhecer, aprofundar e analisar a ação extensionista, o que, em outra situação, demoraria muito mais tempo.

Após o término do curso comecei a trabalhar integralmente nas atividades da EMATER/RS-ASCAR, com foco de atuação na construção de indicadores de sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural (tema de minha monografia de especialização, por recomendação da EMATER/RS-ASCAR), na área de projetos e na sistematização de experiências agroecológicas. O primeiro tema permitiu-me fazer parte de uma equipe de trabalho responsável pela construção de indicadores de sustentabilidade voltados para a avaliação do trabalho da extensão rural. O segundo tema colocou-me em contato direto com os extensionistas de campo, pois participava da avaliação dos projetos por eles enviados para a obtenção de recursos e enquadramento em programas da Secretaria de Agricultura e contribuía na proposição de sugestões. O terceiro tema permitiu-me visitar quase o Rio Grande do Sul inteiro para colaborar na formação da Sistematização de Experiências Agroecológicas, em contato direto com extensionistas e agricultores em encontros, reuniões, visitas a propriedades etc. Além dessas atuações, salientam-se a participação no Processo de Planejamento Estratégico da EMATER/RS-ASCAR e atividades pontuais como economista.

Assim, presenciei a ação dos extensionistas em campo e também sua relação com os agricultores e a reação deles. Já nessa época, questionava-me sobre os métodos da extensão e suas consequências. Em algumas situações, questionava minha própria prática como extensionista. Nesse sentido, foi especialmente marcante um encontro entre técnicos e agricultores para construção de indicadores de sustentabilidade, em um município do interior gaúcho, em 2002, no qual atuava como uma das coordenadoras. Após apresentação da proposta de trabalho e de alguns elementos teóricos e metodológicos para o início da atividade de construção coletiva de indicadores, instalou-se um profundo silêncio que, para mim, tornou-se atormentador, pois os agricultores não se manifestavam. Não foi possível na ocasião perceber se essa reação decorria da não compreensão ou de desinteresse. Apesar de toda formação e capacitação em desenvolvimento rural, verificava o quanto era difícil pôr em prática metodologias participativas e compreender o “mundo de vida dos agricultores”. A intervenção no meio rural era muito mais complexa do que imaginava, sendo resultado das inter-relações e interfaces estabelecidas entre atores com interesses, motivações, estratégias, sistemas de sentido distintos e, às vezes, contraditórios. Em função disso, a compreensão da intervenção para o desenvolvimento realizada pela EMATER/RS-ASCAR passou a ser um objetivo acadêmico.

Por injunções familiares, pedi exoneração da EMATER/RS-ASCAR, vindo a lecionar na Universidade de Santa Cruz do Sul e na Universidade de Cruz Alta, trabalhando nos cursos de agronomia, economia e gestão de empresas rurais. Posteriormente, com o ingresso como aluna especial no Doutorado em Desenvolvimento Rural da UFRGS, em 2005, retomei a referida temática.

Nos primeiros anos de Doutorado, permiti-me explorar a literatura sobre intervenção e mediação social, incluindo teorias, enfoques e abordagens, entre elas o enfoque sobre intervenção de Olivier de Sardan, mediação social de Delma Pessanha Neves, Perspectiva Orientada ao Ator de Norman Long e Van der Ploeg, Sociologia Crítica de Pierre Bourdieu, Teoria do Ator Rede de Bruno Latour, Callow e John Law. Inicialmente, fiz um trabalho de compilação e análise das teorias, procurando uma integração/articulação entre as três últimas abordagens acima citadas, originando o marco teórico do projeto de tese. Após orientações da banca direcionadas à necessidade de centralização teórica e, principalmente, à aproximação com o empírico, optei pela utilização da Perspectiva Orientada ao Ator, mais detidamente nos conceitos de interface social e capacidade de agência.

A opção pela Perspectiva Orientada ao Ator como marco teórico deu-se pela possibilidade de desvelar as intervenções externas, procurando reduzir, não desconsiderar, o peso das estruturas e focar nas ações dos atores; verificar como eles exercem a capacidade de agência, transformando-se em agentes; como respondem diferente e criativamente a circunstâncias similares; como se estabelecem as dinâmicas de interface social entre técnicos (mediadores) e agricultores (público), em que interesses diversos entram em disputa e são negociados, e como se manifesta o empoderamento dos agricultores. Outrossim, destaca-se que a utilização dessa perspectiva para análise da intervenção realizada pela extensão rural ainda é pouco utilizada, pois essa abordagem está sendo introduzida paulatinamente pelos autores brasileiros para compreensão da mudança social e da construção do conhecimento. Portanto, tal iniciativa torna-se relevante para ampliação da discussão e reflexão sobre esse tema.

A ideia da extensão rural como ferramenta de intervenção nos processos de desenvolvimento rural readquire importância. Tal situação é modificada no início do século XXI. Alguns países latino-americanos renovam o vigor da extensão rural como parte das políticas públicas. Este é o caso da Argentina e do Brasil. No caso brasileiro, o ano de 2010 representa uma grande conquista, devido à criação de uma Lei de ATER e da ampliação considerável do financiamento dos serviços de ATER pelo governo federal.

No entanto, no Rio Grande do Sul, a EMATER/RS-ASCAR enfrenta, talvez, a maior de suas crises institucionais. Uma crise financeira, decorrente do corte de recursos públicos

pelo governo do Estado, acarretando dificuldade operacional e a necessidade de redefinição das fontes de financiamento, como a busca por editais, chamada públicas e convênios e a consequente demissão em massa de mais ou menos quatrocentos servidores, em 2007, sem critérios definidos, gerando clima de insegurança no quadro funcional e aumentando a carga de trabalho, pois as reposições não se equiparam às demissões.

Esse descompasso da EMATER/RS-ASCAR frente ao contexto brasileiro, gerou os primeiros questionamentos: Quais os elementos determinantes da situação atual de crise institucional? Quais fatores ao longo de sua trajetória contribuíram para tal crise? Como se caracteriza atualmente a intervenção realizada pela EMATER/RS-ASCAR no espaço rural? Quais os principais eixos de atuação e os atores envolvidos nesse processo? Para isso, buscou-se analisar e caracterizar a intervenção da EMATER/RS-ASCAR para o desenvolvimento rural, tornando-se esse o objetivo geral da tese.

Para dar conta dos objetivos propostos, a presente tese segue a seguinte estrutura: o primeiro capítulo é esta introdução. O segundo capítulo é a problematização da pesquisa. Na problematização apresentam-se o tema e sua relevância, o problema de pesquisa, as hipóteses e os objetivos geral e específicos. No quadro metodológico, centra-se foco na metodologia utilizada como embasamento empírico desta pesquisa, em que se definiram os métodos, o empírico, o levantamento dos dados, a análise dos dados e o desenho da pesquisa.

O capítulo seguinte debruça-se sobre o referencial teórico, tratando do desenvolvimento rural, da intervenção para o desenvolvimento, dos agentes de desenvolvimento e da mediação social, dando ênfase à apresentação da Perspectiva Orientada ao Ator, as principais categorias teóricas e as potencialidades dessa abordagem. Além disso, o capítulo apresenta uma revisão de literatura em que se faz resumidamente um voo sobre os principais trabalhos desenvolvidos sobre extensão rural.

O quarto capítulo detém-se na Agência de desenvolvimento: a EMATER/RS-ASCAR. Na primeira seção, apresenta-se o sistema nacional de ATER, a PNATER, seus princípios e desafios à implementação. Ainda nessa seção, caracteriza-se o serviço prestado por Agências de assistência técnica e extensão rural de caráter governamental. Posteriormente, é realizada uma caracterização da EMATER/RS-ASCAR em que são destacadas as atividades, programas, características institucionais, missão, público etc. Após a caracterização é realizada uma apresentação dos conceitos, enfoques e métodos da extensão rural. Ainda nesse capítulo, analisa-se a extensão rural e sua relação com a assistência técnica, a comunicação e a intervenção para o desenvolvimento.

Os capítulos seguintes concentram-se nos resultados obtidos durante a pesquisa de campo, na discussão desses resultados com o referencial teórico utilizado e no material documental e bibliográfico. No quinto capítulo, descreve-se a trajetória da EMATER/RS-ASCAR com base nos três eixos norteadores da ação extensionista: o eixo do difusionismo, o eixo da participação e o eixo da sustentabilidade, na tentativa de não fazer uma trajetória apenas histórica. Assim, muitos fatos, projetos, acontecimentos não foram considerados, sendo destacados aqueles que, dentro de cada eixo, foram considerados relevantes na visão dos atores. Ainda, neste capítulo, verifica-se a situação atual da Agência, sendo destacados aspectos relacionados às atividades e métodos, formação da demanda e metas institucionais, gestão intrainstitucional e mudanças de governo, capacitação e formação dos extensionistas e os elementos determinantes da atual crise institucional.

O sexto capítulo versa sobre as dinâmicas de interface social na EMATER/RS-ASCAR, em que são analisadas as relações e os mundos de vida do técnico e do agricultor, a capacidade de agência, as redes de interface e conhecimento, as formas cotidianas de resistência dos agricultores, a construção do conhecimento e o empoderamento dos atores. Também nesse capítulo, estudam-se o perfil do extensionista, como ele se vê e como é visto pelos agricultores, o dia a dia do técnico e os desafios do novo profissional de ATER e o perfil do extensionista conforme a PNATER. Finalmente, são apresentadas as conclusões desta pesquisa.

Destaca-se que no Apêndice A realiza-se um esforço em contribuir para o debate em torno dos possíveis rumos para a Extensão Rural Pública do Rio Grande do Sul na visão dos atores sociais entrevistados, a análise não visa a esgotar o assunto, mas a refletir sobre este tema em um momento de crise institucional da Agência.

2 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo, são apresentadas duas seções principais. A primeira trata do tema e do problema de pesquisa e a segunda dos procedimentos metodológicos.

2.1 O TEMA E O PROBLEMA DE PESQUISA

O tema central deste estudo é a intervenção para o desenvolvimento rural¹. A relação entre intervenção e desenvolvimento é, na maioria das vezes, enfocada como necessária. As práticas de intervenção são afirmadas e legitimadas tendo como fim o desenvolvimento. A intervenção também se refere a uma troca ou doação da parte externa (interventora) à parte interna que não pode ser produzida dentro da situação local. A ideia de intervenção considera o acesso por parte do agente que sofre a intervenção a um conjunto de recursos em que o interventor define seu fluxo, como por exemplo, projetos de crédito. E, ainda, esse vínculo poderia ser interpretado como uma relação de troca em que se permutam bens materiais e simbólicos (LONG, 2007a; ROS, 2003).

Dessa forma, os processos de intervenção, na maioria das vezes, desconsideram o conhecimento acumulado de experiências anteriores, propondo novas práticas, formas de fazer as coisas, outorgando novos significados e reformando a prática social, baseada na crença, segundo Long (2007a), de que a injeção de contribuições externas proporcionará melhor solução aos problemas já existentes. Assim, os conhecimentos locais são deslegitimados e as contribuições externas colocam-se como necessárias e indispensáveis, reforçando a necessidade de intervenção.

¹ Conforme Navarro (2001, p. 1-8), nos últimos cinquenta anos, em dois momentos, a noção de desenvolvimento rural seria enfatizada. O primeiro, do final dos anos de 1950 aos anos de 1970, coincidiria com a impressionante expansão capitalista dos “anos dourados”, sendo o desenvolvimento rural moldado com um “ímpeto modernizante”. No segundo momento, a partir de meados da década de 1990, o tema ressurgiria com uma “percepção de aparente impossibilidade de materialização do desenvolvimento”, em que as definições destacam a melhoria do bem-estar das populações rurais. A noção de desenvolvimento trataria de uma ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente rural, sendo o Estado seu principal agente. O desenvolvimento é entendido como um processo multidimensional que engloba o ambiental, o político, o econômico e o sociocultural, permitindo a elevação no bem-estar e na qualidade de vida da população.

As teorias, como a Inovação Induzida, de Hayami e Ruttan (1985), argumentam que as intervenções externas são consideradas necessárias para ativar o processo de desenvolvimento, estabelecendo que ele deve ser induzido. De acordo com Long (2007a), o desenvolvimento não se limitaria às práticas de intervenção, manifestando-se em estado potencial em todas as partes e estando obstruído ou impedido de alguma forma onde não se manifesta. Outra questão estaria relacionada à heterogeneidade como traço estrutural do desenvolvimento, sendo assim as intervenções com soluções estandardizadas não responderiam eficazmente, pois a intervenção não consideraria o entrelaçamento das estratégias e intenções dos agentes envolvidos.

A tradução realizada, na maioria das vezes, desconsidera os diferentes sistemas de sentido, pontos de vista diversos e interesses distintos dos envolvidos na intervenção. Sardan (1995) já destacava que a tradução não chega a terreno inexplorado. A intervenção caracteriza-se por múltiplos processos de negociação.

Os recursos da intervenção baseiam-se na educação, na qual os mediadores advogam como missão, assumindo uma posição de mensageiros, transferidores de ensinamentos e técnicas que são valorizados para garantia e construção da legitimidade. Dessa forma, intervenção e extensão rural assemelham-se, pois a ação do extensionista e sua postura de mensageiro, respaldada pela base científica de seu conhecimento, tende a sobrepor-se ao saber do agricultor.

Outrossim, a intervenção pode ser de natureza conflituosa e contraditória. A relação é conflituosa, quando impõe aos agricultores outras lógicas de articulação que, muitas vezes, não são aceitas, ocorrendo a reprodução das lógicas tradicionais, gerando desentendimentos e resistências por parte dos agricultores. O caráter contraditório caracteriza-se pela situação de que, ao mesmo tempo em que a intervenção é um instrumento para alcançar o objetivo do interventor, por meio da indução de mudanças voluntárias, estas podem, por essa razão, não satisfazer aos objetivos dos agricultores. Ademais, as Agências de desenvolvimento, conforme menciona Sardan (1995), atribuem e formam o agente de desenvolvimento para a missão de porta-voz dos conhecimentos técnico-científicos, esquecendo ou ocultando a função de mediador, a tarefa de unir, conhecer e compreender os diferentes saberes. Já a mediação implica uma reciprocidade entre os envolvidos, não é uma mera transferência de saber, mas uma interface, uma inter-relação.

No Rio Grande do Sul, os processos de desenvolvimento caracterizam-se pela intervenção, ora pública,² ora privada³ de Agências,⁴ por meio de agentes de desenvolvimento. A extensão rural é vista como ferramenta de intervenção nos processos de desenvolvimento. A denominação desses agentes de desenvolvimento varia de acordo com os seus domínios de intervenção e as suas competências, podendo ser representados por agentes de saúde, enfermeiros, técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, agentes de alfabetização, assistentes sociais, educadores ou extensionistas. Neves (2008) ressalta que os agentes de desenvolvimento escutam demandas, fazem discursos, legitimam procedimentos, valorizam práticas e, em contextos diversos, apoiam e condenam comportamentos e técnicas. Suas ações são realizadas por intermédio de palestras, reuniões, cursos, dias de campo, entrevistas, visitas, projetos e pareceres. Os agentes de desenvolvimento rural geralmente estão vinculados a um projeto de desenvolvimento em que as ideias, as previsibilidades e as intenções dos agricultores expressam-se por um exercício de encontro e confronto com os objetivos institucionais que os agentes de desenvolvimento representam.

O processo de intervenção caracteriza-se pela presença de diferentes percepções culturais, interesses sociais e lutas políticas entre os agentes envolvidos. Assim, os projetos de desenvolvimento baseados no modelo mecânico e de natureza linear (implementação → execução → resultados esperados) perdem poder explicativo. A intervenção não é um processo linear com limites claros no tempo e no espaço; assim, qualificar o processo de intervenção implica compreender esse processo dentro do espaço sociovital dos envolvidos, compreendendo os diferentes significados por eles atribuídos, implicando, assim, a confrontação e a interpretação de visões de mundo diferentes. Aproximar ou distanciar os projetos dos agentes e das Agências de desenvolvimento depende da capacidade de tradução e da habilidade de manusear as contradições. Portanto, a mediação faz-se mister em todas as partes do processo de intervenção, considerando os conflitos, as interfaces, as negociações, os acordos, os compromissos, as apropriações e evidenciando os agentes envolvidos, suas identidades, interesses e estratégias.

² Políticas públicas desenvolvidas pelo Estado (pública estatal) ou atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) (públicas de sociedade civil). Neste estudo, extensão rural pública refere-se exclusivamente àquela promovida pelo Estado.

³ Atuação de empresas, cooperativas, organizações de agricultores, prestadoras particulares de serviços de assistência técnica, estabelecimento de ensino, etc.

⁴ A palavra Agência foi utilizada para designar as instituições de ATER, não devendo ser confundida com a capacidade de agência de Giddens, que posteriormente será analisada.

Os agentes de desenvolvimento convivem constantemente com a gestão de conflitos, porque o espaço rural e agrícola é o resultado de frequentes negociações entre os agentes. A intervenção, sendo uma relação social, também implica diferentes posições de poder e de assimetria na disponibilidade de recursos. A incorporação de saberes diversos pelos agentes de desenvolvimento legitima-os a imporem sua visão de mundo, e a experiência de vida acumulada pelo agricultor é, muitas vezes, desqualificada e negada. Nesse sentido, o conflito social ganha relevância, já que as relações sociais caracterizam-se pela disputa de poder. A legitimidade dos atores advém da conquista ou imposição de seus pontos de vista. No entanto, ressalta-se que os agricultores também possuem iniciativas, muitas vezes propositivas e autônomas, as quais permitem reconfigurar o espaço social e apresentar readaptações, recriações e apropriações. Nesse sentido, é válido analisar, no âmbito do rural e do agrícola, o papel que assumem os agentes que buscam promover o desenvolvimento e articular mundos sociais diferentes e a reação dos atores que recebem a intervenção.

O tema da mediação, nos últimos anos, vem ganhando espaço nas discussões sobre o desenvolvimento rural, mais especificamente nas questões referentes à intervenção para o desenvolvimento. Conforme Sardan (1995), não faltam escritos normativos, descrevendo a missão dos agentes de desenvolvimento ou elogiando os méritos de determinado método aplicado. No entanto, apesar da vasta literatura sobre esse tema, há carência de discussões sobre os agentes de desenvolvimento no tocante à análise de suas práticas, suas dificuldades e sua “real” inserção no meio rural. Para esse autor, é legítimo conhecer, inquirir e avaliar suas estratégias pessoais, seus malogros e as contradições às quais a sua posição se expõe.

Nesta pesquisa o tema central é a intervenção no meio rural realizada pela extensão rural pública do Rio Grande do Sul, por meio da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-ASCAR). Essa é a Agência oficial de extensão rural que apresenta elevada capilaridade no Estado e visa, no momento recente como missão institucional, a "contribuir para o desenvolvimento rural". As ações e práticas dessa Agência são realizadas por extensionistas que se constituem como agentes de desenvolvimento.

O trabalho dessa Agência de desenvolvimento foi iniciado há 55 anos e a história da extensão rural no Rio Grande do Sul confunde-se com a própria história da EMATER/RS-ASCAR. A mediação realizada pela extensão rural caracteriza-se por um conjunto de processos e métodos aplicados e utilizados para atender à missão institucional da Agência de extensão. O método considerado por excelência da extensão é a reunião seguida da visita. Além desses, outros esforços são despendidos em ações de assistência técnica e extensão rural

(ATER), tais como: demonstração de métodos, cursos de formação, dias de campo, diagnósticos rápidos participativos, unidades de observação, unidades de experimentação participativa, atendimentos no escritório, seminários e encontros, campanhas, estudos de cadeia, estabelecimento com atividades agropecuárias de base agroecológica, excursões, planos de crédito, exposições-feiras, planos de desenvolvimento comunitário, programas de rádio, entre outros.

Em um primeiro momento, as Agências de extensão rural pública estatal figuravam como transferidoras de tecnologias e, mais recentemente, passam a preocupar-se com a construção de uma "agricultura sustentável". Em meados da década de 1980, com a redução progressiva da disponibilidade de crédito rural, começam a ficar mais evidentes os efeitos da chamada "Revolução Verde" e do modelo difusionista de inovações tecnológicas, orientado para o aumento da produção, da produtividade e alicerçado nos pacotes tecnológicos que geravam uma relativa retração nos esforços dedicados às atividades sociais da Extensão Rural. O modelo difusionista caracterizou-se pela difusão de inovações tecnológicas, podendo ser classificado como um dos períodos da trajetória da sociologia rural nos Estados Unidos da América (EUA). O primeiro período (1900-1950) lançou as bases da sociologia rural com os estudos das comunidades rurais. No segundo (1950-1970), predominou a abordagem psicológico-behaviorista e, nesse período, em razão da excessiva preocupação com a difusão e adoção de tecnologias, surge o difusionismo ou "diffusion research". O terceiro período (1970 em diante) refere-se à Sociologia da Agricultura (SCHNEIDER, 1997).

Posteriormente ocorreu a constatação do esgotamento do padrão técnico comumente identificado com a agricultura moderna. Em função disso, na última década do século passado, houve uma disseminação de iniciativas que buscavam concretizar alternativas tecnológicas a esse padrão convencional. Além disso, diversas críticas à prática extensionista contribuíram para a "perda de prestígio" e para o aprofundamento da crise na extensão rural. Para Schmitz (2002, p. 315), as críticas concentraram-se no modelo de atuação esgotado, ou seja, "ao nível de recursos humanos, da ação operativa e dos paradigmas" que não respondem às necessidades dos agricultores que enfrentam o desafio da sustentabilidade.

De acordo com Almeida (1996), o extensionista deveria compreender a dinâmica da realidade rural, definindo com os grupos sociais os projetos de desenvolvimento adaptados às suas condições socioculturais, econômicas e ambientais. Assim, esse profissional poderia contribuir para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural, que ressaltaria a sustentabilidade ambiental e produtiva, a eficiência econômica e a equidade social. Em 1999 foi definido no governo estadual de Olívio Dutra o apoio à agroecologia como política

prioritária para a agricultura familiar. Após esse período de busca pela sustentabilidade e de construção agroecológica, a EMATER/RS-ASCAR retoma a missão institucional sem deferência à agroecologia, mas destacando a importância do desenvolvimento rural sustentável e da qualidade de vida das populações rurais.

De acordo com o *Relatório de Atividades de 2009* publicado pela EMATER/RS-ASCAR, a Agência possui escritórios em 485 municípios gaúchos, apresentando elevada capilaridade, estando presente em 98% dos municípios do Rio Grande do Sul, conforme pode ser observado na Figura 1. Além disso, mantém uma estrutura de dez sedes regionais, um escritório central, além de quarenta unidades de classificação e certificação de produtos agrícolas, um laboratório de geoprocessamento e dez centros de treinamento de agricultores. O corpo funcional conta com 1.890 empregados de diversas áreas de conhecimento. Em 2009, 422.527 integrantes familiares foram beneficiários das ações dessa instituição, correspondendo a um público variado, na medida em que inclui agricultores, pecuaristas, assentados, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, além de outros grupos não necessariamente de agricultores (portadores de necessidades especiais, dependentes químicos, diabéticos e presidiários). O público prioritariamente visado é o de agricultores familiares, tanto que, em 2009, mais de 74% das famílias da agricultura familiar do Estado foram atendidas pelas ações de ATER dessa Agência. Ademais, a EMATER/RS-ASCAR é a principal operacionalizadora das políticas públicas do Estado vinculadas à Secretaria da Agricultura, prestando, ainda, relevante trabalho de geração de dados e de informações de utilidade pública à disposição de Universidades e do próprio Governo (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2010b).

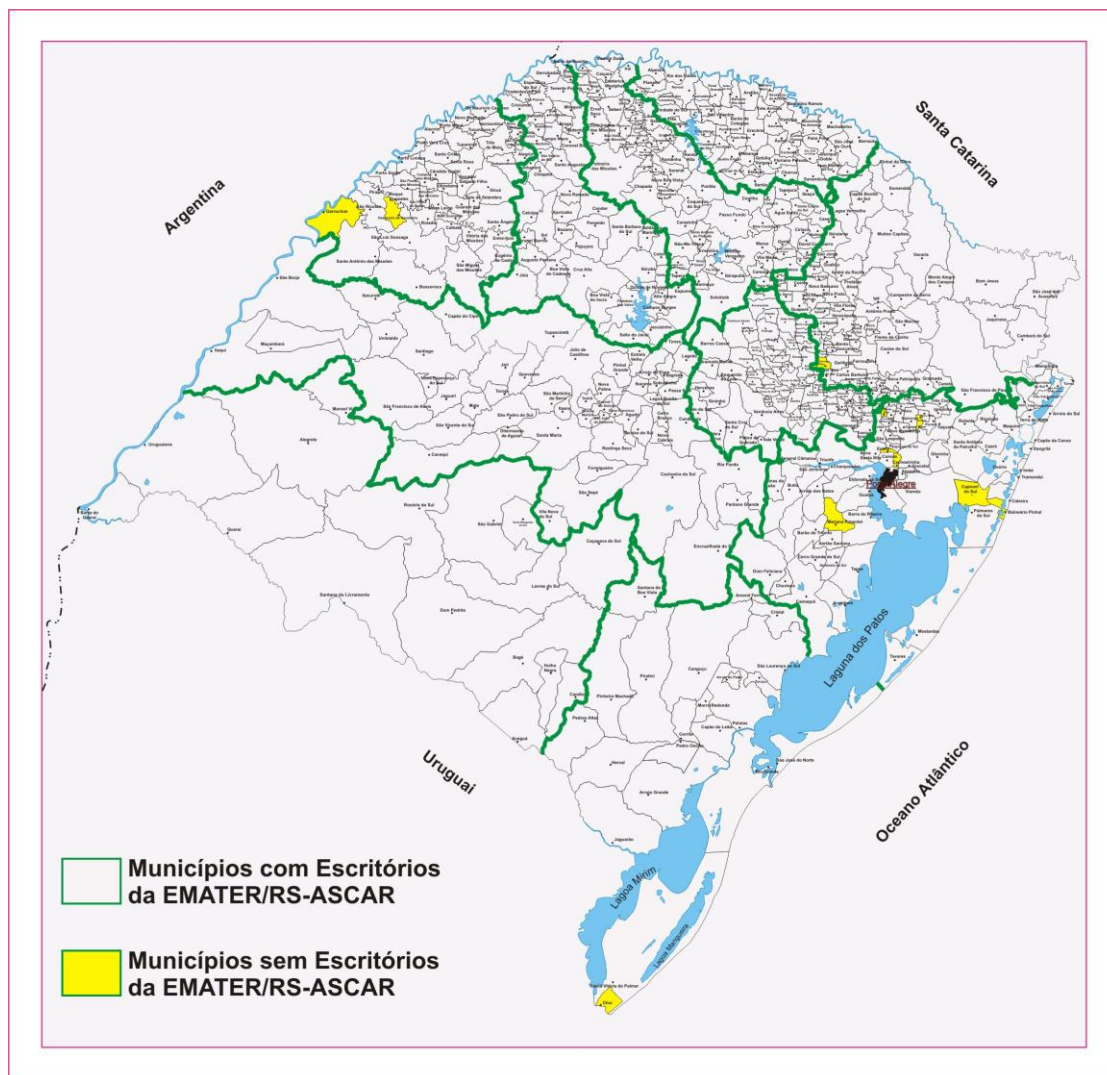


Figura 1 - Área de abrangência da EMATER/RS-ASCAR no Rio Grande do Sul

Fonte: Associação Riograndense de Empreendimentos em Assistência Técnica e Extensão Rural (2010b, p. 15).

A Extensão Rural do Rio Grande do Sul continua sendo um dos principais instrumentos de intervenção e controle do Estado sobre o meio rural. Brose (2004) sustenta que, quando se discute a Extensão Rural, está se debatendo sobre o poder no espaço rural, pois deliberar sobre a alocação de recursos, decidir o início e o término de atividades, beneficiar certos grupos em detrimento de outros, constituem-se em uma relação de poder. Assim, para contribuir com o desenvolvimento rural torna-se relevante entender as relações que se estabelecem no espaço rural, entender o processo de intervenção para o desenvolvimento.

Embora, no Brasil, na esfera federal, os serviços de ATER tenham se revigorado com ampliação de recursos destinados à extensão rural, com a criação da Política Nacional de

Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e da Lei de ATER em 2010, os serviços de extensão rural pública do Rio Grande do Sul vem enfrentando uma série de dificuldades, culminando em uma crise institucional recente. Aliada a essa crise, Caporal e Ramos [2006] destacam a dificuldade de romper com as tradicionais práticas, pois os serviços continuariam pautados por ações difusionistas, os métodos e estratégias de trabalho continuariam sendo aqueles implementados no nascimento da extensão. Esses fatos seriam elementos determinantes da crise institucional atual? Quais fatores ao longo de sua trajetória contribuíram para tal crise?

Resumidamente, o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na modernização da agricultura e a emergência de um novo modelo voltado para o desenvolvimento rural, o surgimento de novos atores sociais e formas de organização rural implicam uma extensão rural que dê respostas diferentes frente esses desafios. Há um consenso entre autores com abordagens distintas, tais como Caporal e Ramos [2006], Olinger (1996), Schmitz (2002), que os modelos tradicionais de extensão rural estão esgotados, necessitam de reformulação e que o sistema reflete uma "crise de múltiplas formas".

Não é raro ler em documentos, projetos, artigos e propostas de desenvolvimento da EMATER/RS-ASCAR alguma passagem sobre a necessidade de maior participação dos agricultores, sobre a promoção do desenvolvimento sustentável e sobre a construção de uma nova postura institucional. Não obstante os esforços para construir e ampliar essa participação, as experiências de valorização da base local, como por exemplo, o Projeto Área Piloto do Rio Grande do Sul, implantado em 1994 nos municípios de Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista, instituído a partir de uma forma diferenciada de trabalho, focada no desenvolvimento participativo, centrada no agricultor e na integração microrregional (NICOLA, 2004), representou uma atuação pontual sem replicação.

Além disso, a implantação de uma Extensão Rural Agroecológica foi um movimento institucional que perdeu espaço após a mudança de governo, em 2003. Por que atividades que em seu cerne evocavam a participação, a sustentabilidade e a valorização do conhecimento local não perduraram? Será porque o viés difusionista ainda é uma constante nas atividades de extensão? Quais as condições para uma interface eficiente e duradoura entre extensionistas e o público-meta?

O quadro até aqui apresentado sugere um direcionamento da pesquisa que pode ser balizado pelas seguintes questões: Como se caracteriza atualmente a intervenção realizada pela EMATER/RS-ASCAR no espaço rural? Quais os principais eixos de atuação e os atores envolvidos nesse processo? Quais os elementos/determinantes da situação atual de crise?

Hipóteses gerais sugerem:

- a) que a intervenção para o desenvolvimento rural realizada pela EMATER/RS-ASCAR, baseada no modelo difusionista de transmissão de conhecimentos estaria esgotada, implicando mudanças nas formas de intervenção e na ação extensionista. Apesar de alguns esforços para efetivação de tais mudanças constatados ao longo de sua trajetória as transformações na ação extensionista enfrentarariam dificuldades para serem implementadas, pois, na prática, o viés difusionista ainda se faria presente;
- b) que o processo de intervenção para o desenvolvimento seria prejudicado pela inexistência de um plano ou programa de desenvolvimento rural suprapartidário-ideológico, que permitiria uma ação ao longo do tempo, superando as ações pontuais e considerando a realidade, os interesses e as necessidades do público-meta. A execução pela extensão rural dos "programas de governo", na maioria das vezes desmobilizaria ações em andamento;
- c) que o processo de intervenção poderia ser compreendido como uma dinâmica de interface social, entre mediadores e público-meta, representando uma situação de disputa e negociação em que o poder encontrar-se-ia fluido, oscilando entre os agentes, conforme suas capacidades de agência e as possibilidades de acionar redes de relacionamento, tanto pessoal como coletivas. Nessa situação, desconsiderar-se-ia a ideia de atores passivos frente à intervenção externa, e os projetos de desenvolvimento propostos pela Agência bem sucedidos seriam resultados do processo de negociação e de apropriação;
- d) que os elementos responsáveis pela situação atual de crise na Extensão Rural Pública do Rio Grande do Sul conformariam um conjunto de fatores, englobando a redução do aporte de verbas, a ingerência político-partidária, a fragmentação das atividades, o perfil "*hardware*" do extensionista, a restrita participação dos técnicos e dos agricultores na gestão intrainstitucional e a falta de oxigenação do quadro funcional, que foram aprofundados ao longo da trajetória institucional da Agência.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a intervenção para o desenvolvimento rural realizada pela extensão rural pública do Rio Grande do Sul, buscando compreender sua trajetória institucional, a ação extensionista e os determinantes da crise atual.

Os objetivos específicos são:

- a) caracterizar e avaliar a trajetória institucional da EMATER/RS-ASCAR e a ação extensionista, com base em três eixos: do difusionismo, da participação e da sustentabilidade, procurando destacar as principais ações, atividades, métodos relativos a cada eixo;
- b) compreender a situação atual da Agência, verificando os elementos determinantes da crise institucional.
- c) analisar as dinâmicas de interface social estabelecidas por intermédio da relação técnico-agricultor, evidenciando as características do processo de intervenção "*per si*", os processos de resistência, as redes de relacionamento e o perfil do extensionista;

Conhecer e entender esse processo poderá contribuir para um repensar sobre as ações de extensão rural e, quiçá, ser útil para orientar políticas públicas de desenvolvimento rural. O momento atual é oportuno para uma discussão de assuntos relativos à intervenção para o desenvolvimento rural, já que o tema se torna interessante na medida em que surge espaço para definição de uma nova ruralidade, sendo uma oportunidade a redefinição de caminhos, olhares e direções. Outrossim, a emergência do debate sobre desenvolvimento rural no Brasil, de acordo com Schneider (2007), encontra-se influenciada pela trajetória das discussões em torno da agricultura familiar, pelas políticas de intervenção do Estado, pelas mudanças no âmbito político e ideológico e pela questões relacionadas à sustentabilidade. Essa constatação é mais um argumento a favor da importância do estudo acadêmico da intervenção no meio rural. Ademais, a análise da intervenção para o desenvolvimento com base na Perspectiva Orientada ao Ator é ainda pouco utilizada no Brasil, com poucos trabalhos recentes se dedicando ao estudo da intervenção dessas Agências de desenvolvimento em períodos de crise como a atual.

Questões de Pesquisa	Hipóteses	Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Como se caracteriza a intervenção realizada pela EMATER/RS-ASCAR no meio rural? Quais foram os eixos de atuação e os agentes envolvidos nesse processo? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A intervenção para o desenvolvimento rural realizada pela EMATER/RS-ASCAR, baseada no modelo difusionista de transmissão de conhecimentos estaria esgotada, implicando em mudanças nas formas de intervenção e na ação extensionista. Apesar de alguns esforços para efetivação de tais mudanças as transformações na ação extensionista enfrentariam dificuldades para serem implementadas, pois na prática o viés difusionista ainda se faria presente; ▪ O processo de intervenção para o desenvolvimento seria prejudicado pela inexistência de um plano ou programa de desenvolvimento rural suprapartidário-ideológico, que permitiria uma ação ao longo do tempo, superando as ações pontuais e considerando a realidade, os interesses e as necessidades do público meta. A execução pela extensão rural dos "programas de governo", muitas vezes desmobilizaria ações em andamento. ▪ O processo de intervenção poderia ser compreendido como uma dinâmica de interface social, entre mediadores e público-meta, representando uma situação de disputa e negociação em que o poder encontra-se fluido, oscilando entre os agentes, conforme suas capacidades de agência e as possibilidades de acionar redes de relacionamento, tanto pessoal como coletivas. Nesta situação, se desconsideraria a ideia de atores passivos frente à intervenção externa e os projetos de desenvolvimento propostos pela Agência bem sucedidos seriam resultados do processo de negociação e de apropriação. 	<p>Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ analisar a intervenção para o desenvolvimento rural realizada pela extensão rural pública do Rio Grande do Sul, buscando compreender sua trajetória institucional, a ação extensionista e os determinantes da crise atual. <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ caracterizar e avaliar a trajetória institucional da EMATER/RS-ASCAR e a ação extensionista, com base em três eixos: do difusionismo, da participação e da sustentabilidade, procurando destacar as principais ações, atividades, métodos relativos a cada eixo; ▪ analisar as dinâmicas de interface social estabelecidas por intermédio da relação técnico-agricultor, evidenciando as características do processo de intervenção "per si", os processos de resistência, as redes de relacionamento e o perfil do extensionista.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quais os elementos/ determinantes da situação de crise atual na extensão rural pública? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os elementos responsáveis pela situação atual de crise na Extensão Rural Pública do Rio Grande do Sul conformariam um conjunto de fatores, englobando a redução do aporte de verbas, a ingerência político-partidária, a fragmentação das atividades, o perfil "hardware" do extensionista, a restrita participação dos técnicos e dos agricultores na gestão intrainstitucional e a falta de oxigenação do quadro funcional, que foram aprofundados ao longo da trajetória institucional da Agência. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compreender a situação atual da Agência, verificar os elementos determinantes da crise institucional.

Quadro 1 - Quadro-Síntese (questões de pesquisa, hipóteses e objetivos)

Fonte: Elaborado pela autora.

2.2 QUADRO METODOLÓGICO

Nesta seção é apresentada a metodologia utilizada para realização da pesquisa através das seguintes subseções: método qualitativo, empírico, levantamento dos dados, análise dos dados e desenho da pesquisa.

2.2.1 O Emprego do Método Qualitativo

Para realização desta pesquisa fez-se uso da abordagem qualitativa, que produz resultados que não são alcançados por meio de procedimentos estatísticos e que depende da observação e da interação com pessoas, através da linguagem e dos termos por elas utilizados (SPINK, 2004).

Ao falar sobre análise qualitativa, referimo-nos não à quantificação de dados qualitativos, mas sim, ao processo não-matemático de interpretação, feito com o objetivo de descobrir conceitos e relações nos dados brutos e de organizar esses conceitos e relações em um esquema explanatório teórico. (STRAUSS, 2008, p. 24).

A escolha do método qualitativo tem por base a natureza do problema. Ele permite obter detalhes intrincados sobre o processo de intervenção, informações difíceis de obter-se por meio de métodos de pesquisa quantitativos, uma vez que se transita em um universo de significações, motivos, crenças e valores.

Neste estudo, o espaço geográfico não é o mais importante, uma vez que a EMATER/RS-ASCAR está presente em quase a totalidade de municípios no Rio Grande do Sul e porque o objetivo é buscar compreender a trajetória institucional, os elementos da crise atual e a forma de intervenção da Agência no meio rural, o que exige a compreensão das opiniões e ideias dos interlocutores independentemente dos lugares em que trabalham. Em um trabalho qualitativo, preocupa-se menos com a generalização e mais com o aprofundamento e compreensão do objeto em análise. Segundo Minayo (1992, p. 102), "uma amostra ideal é aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões". O trabalho de campo abrangeu 42 entrevistas,⁵ buscando a reincidência das informações, porém não desprezando informações ímpares. Considerou-se também a diversidade no conjunto de informantes, possibilitando a apreensão de semelhanças e diferenças, além de considerar no grupo de entrevistados a experiência destes e sua relação com o objeto de estudo.

Além das entrevistas formais foram realizados contatos telefônicos e pessoais com técnicos do Escritório Central para esclarecimentos sobre questões específicas, tais como:

⁵ Das 42 entrevistas, quarenta foram gravadas em meio digital (mp3) e as demais foram realizadas sem a gravação, apenas por meio de anotações em caderno de campo.

estrutura institucional, curso de capacitação inicial, sistematização de experiências, programas específicos e sistema de planejamento.

2.2.2 O Empírico

Para desenvolver a pesquisa foi necessário percorrer as seguintes etapas:

- a) autorização/conhecimento da EMATER/RS-ASCAR – em um primeiro momento foi solicitada permissão para realização da pesquisa no âmbito da Agência. Essa fase que, inicialmente, parecia ser simples, devido a autora ser ex-funcionária da Agência e conhecedora de seu quadro administrativo, tornou-se uma tarefa árdua. Além de apresentação do projeto de tese cogitou-se, ainda, a apresentação oral para um grupo definido pelos administradores. O projeto de tese já havia sido aprovado em exame de qualificação e a apresentação oral foi excluída. Essa negociação durou aproximadamente quatro meses, atrasando a saída para o campo, porém, culminou com a aprovação do apoio institucional;
- b) primeira aproximação ao objeto de estudo – essa fase pode ser denominada de exploratória e durou aproximadamente trinta dias. Realizaram-se registros em diário de campo, foi feita a coleta de materiais impressos, livros, revistas, anuários, boletins, atas e identificaram-se potenciais entrevistados;
- c) definição dos entrevistados – a escolha dos interlocutores teve como orientação conversas informais realizadas com informantes-chave, funcionários da EMATER/RS-ASCAR com experiência na área técnica e de planejamento. Posteriormente, levantou-se uma lista de possíveis entrevistados com base na experiência da autora e na indicação de nomes por técnicos do Escritório Central. Os critérios utilizados para a definição dos interlocutores foram:
 - experiência de trabalho em um dos eixos representativos da ação extensionista, a saber: do difusionismo, da participação e da sustentabilidade;
 - diferentes tempos de serviço na EMATER/RS-ASCAR, permitindo uma análise variada e informações mais detalhadas de diversos períodos;
 - relação com diferentes públicos na atividade de mediação/intervenção, tais como: agricultores familiares (assentados, pescadores artesanais, convencionais, ecológicos), organização rural de agricultores familiares

(fórum, sindicato, associação) técnicos agrícolas (nível médio e superior), supervisores, ATEs (assistente técnico estadual) e ATRs (assistente técnico regional), representante do governo federal, estadual e municipal, extensionistas de bem-estar social (nível médio e superior), professores universitários. A relação dos interlocutores pode ser visualizada no Quadro 4.

Logo após a definição dos interlocutores foi realizado contato telefônico e por correio eletrônico para agendamento das entrevistas. Essa fase de entrevistas durou aproximadamente setenta dias. Ainda foi realizada observação direta em eventos promovidos pela EMATER/RS-ASCAR com a participação de agricultores familiares. As entrevistas foram guiadas por um roteiro semiestruturado e foram gravadas digitalmente, perfazendo um total de aproximadamente 35 horas de entrevistas transcritas.

Embora a questão geográfica não tenha sido critério para definição dos interlocutores entrevistados, os municípios contemplados pela pesquisa foram os seguintes: Porto Alegre, Estrela, Santa Maria, Ijuí, Montenegro, Cruz Alta, Tramandaí, Colinas e Santiago.

No tocante aos aspectos éticos envolvidos na aplicação das entrevistas, destaca-se que foram assegurados aos participantes da pesquisa o anonimato, a privacidade e a liberdade de desistência, além de informações sobre o objeto de pesquisa e a possibilidade de contato posterior, estando estas informações sumarizadas em termo de consentimento (Apêndice C).

O roteiro de entrevista foi concebido de forma semiestruturada, com perguntas abertas e dividido em dois grupos: agentes de desenvolvimento (extensionistas de campo e extensionistas do Escritório Central) e interlocutores (agricultores convencionais e ecológicos, pescadores artesanais, assentados, servidores de prefeituras, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, representantes dos governos estadual e municipal e professores universitários). Dentro dos grupos havia uma subdivisão das perguntas: o primeiro bloco questionou sobre o processo de intervenção e o segundo captou respostas sobre a crise institucional (Apêndice B).

Para a operacionalização dos objetivos específicos da pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos:

- a) revisão de documentos e de literatura sobre extensão rural com atenção especial às diferentes fases e faces da trajetória institucional da extensão rural pública do Rio Grande do Sul. Os documentos avaliados foram atas de encontros e reuniões, planos de trabalho, revistas, periódicos, livros, apostilas, manuais, relatórios de atividades, estatutos, etc.;

- b) análise do exercício da intervenção e das dinâmicas de interface social entre extensionistas e público-meta, mediante estudo das formas de ação da Agência e identificação dos principais envolvidos nos eixos característicos da ação extensionista realizados a partir da análise do material documental, das respostas obtidas por meio das entrevistas e da observação;
- c) análise, a partir do material documental e entrevistas do conjunto de elementos responsáveis pela situação de crise atual na Extensão Rural Pública do Rio Grande do Sul.

Quanto aos métodos destacam-se que foram utilizados o método hipotético-dedutivo e como método de procedimento, o método histórico. O método hipotético-dedutivo tem o desígnio de ampliar o alcance dos conhecimentos. À medida que se observa uma lacuna no conhecimento, formulam-se hipóteses que serão testadas (LAKATOS; MARCONI, 2001). Nesta investigação lançaram-se quatro hipóteses iniciais que foram sendo complementadas no decorrer da pesquisa. Os métodos de procedimento são técnicas específicas de coleta de dados, sendo etapas mais concretas da investigação. No caso desta pesquisa, utilizou-se o método histórico, a fim de buscar as raízes e verificar a influência atual de aspectos que tiveram origem no passado, por exemplo: a construção da trajetória da extensão rural e os elementos determinantes da crise atual.

2.2.3 A Etapa de Levantamento dos Dados

Primeiramente, realizou-se uma revisão documental para reconstituição da trajetória institucional da Agência. Nesta fase, destacaram-se as principais ações de extensão realizadas ao longo dos 55 anos de existência e analisaram-se três eixos representativos da ação extensionista: do difusionismo, da participação e da sustentabilidade. Essa análise foi realizada com base em material secundário e entrevistas.

Para caracterizar e contextualizar o espaço empírico foi realizada pesquisa bibliográfica, recompilação de informações e dados secundários. Além disso, foram consultados materiais bibliográficos sobre intervenção para o desenvolvimento, a fim de ampliar a revisão de literatura e aprofundar o marco teórico-conceitual. Esses dados foram obtidos mediante informações sistematizadas em relatórios técnicos, artigos de pesquisa, diagnósticos, livros etc.

Os instrumentos utilizados pela abordagem qualitativa são variados: desde entrevistas abertas, semiestruturadas, questionários abertos e fechados, observação participante. Dentre as técnicas de pesquisa foram utilizadas a documentação indireta e direta, observação direta intensiva e a observação participante. Da documentação indireta, que é a fase que objetiva recolher informações prévias sobre o tema de interesse, fez-se uso da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica. A primeira é a fonte de coleta de dados restrita a documentos, nesse caso, atas, estatutos e ofícios. A segunda é uma fonte secundária e abrangeu planos de trabalho, relatórios de atividades, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses. Da documentação direta fez-se uso da pesquisa de campo, que constitui o levantamento de dados no próprio local - empírico da pesquisa. Da observação direta intensiva fez-se uso da entrevista, uma conversação face a face, a fim de obter informações a respeito do objeto do presente estudo.

As entrevistas foram não padronizadas ou semiestruturadas, com perguntas abertas como forma de explorar as questões e as respostas baseadas em uma conversa informal. O roteiro constituiu-se na elaboração de roteiro básico que guiou a entrevista ou conversa, privilegiando o aspecto da informalidade na construção do diálogo. As perguntas foram abertas e organizadas com base na literatura consultada nos referenciais teóricos, visando a responder aos questionamentos da pesquisa. A informalidade e a espontaneidade foram privilegiadas, porque o tema requer respostas que remetam a situações não descritas no material documental, como por exemplo, conflitos, disputas, alianças e apoios. Quanto ao tratamento do material, foi realizada a transcrição das entrevistas através do Programa *Via Voice IBM* e do auxílio do programa *Windows Media Player* e conservada cópia do discurso integral. Outra consideração a ser realizada sobre o roteiro de entrevistas é referente à sua validação. Um pré-teste foi aplicado para verificar sua adequação antes da utilização definitiva. Esse piloto foi aplicado a quatro interlocutores.

O caderno de campo foi utilizado em todo o levantamento dos dados para registrar as observações, informações e impressões efetuadas por meio da observação. Nesse diário foi relatado o que se viu, o que se viveu e o que se pensou no decurso da coleta das informações.

Ainda, como técnica de coleta de informações realizou-se a observação participante, pois algumas informações necessárias foram coletadas a partir da observação *in loco* e da convivência com os agricultores e extensionistas no campo. A observação participante configura-se no envolvimento com as atividades dos agentes, de forma a acessar informações não disponibilizadas por meio de entrevistas. Essa técnica permite a familiaridade do pesquisador com os pesquisados, facilitando o aparecimento de situações em que as pessoas

manifestam-se como o fariam, se o pesquisador não estivesse entre elas. A utilização da experiência da autora como extensionista, desenvolvendo trabalhos junto aos agricultores, também caracteriza-se como observação participante.

Outra forma de coleta realizada foi a observação de técnicos e agricultores em atividades específicas, tais como "Feira do produtor", acompanhamento de orientação técnica em estabelecimentos rurais de agricultores, acompanhamento do trabalho do técnico de escritório municipal, participação em evento de inauguração de agroindústria, participação de reunião das líderes de 16 Grupos Organizados do Lar (GOL) do município de Montenegro e participação de reunião do GOL "Mariazinhas de Alfama". Além de conversas informais com os agricultores e técnicos nas situações acima apresentadas.

Destaca-se, ainda, o conhecimento do trabalho dos supervisores da EMATER/RS-ASCAR, obtidos a partir de convivência diária, durante um ano em curso de especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia.

Nesta etapa de coleta de dados, salienta-se a grande dificuldade de obter determinadas informações junto a Agência. Em algumas situações foi exigida prévia autorização da Administração Superior para manusear documentos de domínio público, tais como: estatutos, atas e informações referentes a demissões e admissões de empregados, número de concursos realizados e número de vagas ofertadas por área de conhecimento.

Ainda, foi realizada uma identificação dos possíveis rumos da EMATER/RS-ASCAR, tendo por base o ponto de vista dos atores (interlocutores). Os resultados obtidos foram apresentados no Apêndice A, pois não faziam parte dos objetivos previamente definidos e objetivam apenas incitar uma reflexão sobre o tema, considerando o momento atual de crise institucional. Para a definição dos possíveis rumos relativos ao futuro da extensão rural, utilizou-se o método de consulta a especialistas, a partir de entrevistas semiestruturadas com professores universitários vinculados ao tema do desenvolvimento e da extensão rural e com técnicos extensionistas de campo e de escritório, vinculados a EMATER/RS-ASCAR, além da análise documental e bibliográfica.

2.2.4 Análise dos Dados

Para a análise dos dados obtidos em campo, primeiramente degravaram-se as entrevistas, sendo necessária a transcrição *ipsis litteris*. Em seguida, para sistematização,

codificação e análise das respostas obtidas foi utilizado o *software* NVivo® versão 2.0. Este programa permite manejar e sintetizar ideias e testar categorias de análise, oferecendo várias formas de conectar as partes do projeto e integrar as reflexões com os dados gravados.

O processo de codificação foi realizado a partir das seguintes etapas:

- a) leitura atenta de cada frase e, posteriormente, de cada parágrafo inteiro, questionando-se sobre a ideia principal revelada;
- b) leitura do documento inteiro (entrevista degravada) questionando-se sobre o que estava acontecendo e posterior estudo de diferenças e semelhanças com os demais documentos;
- c) codificação a partir de categorias iniciais obtidas pelo marco teórico da pesquisa, desenvolvidas para gerar explicações mais precisas e completas sobre os fenômenos;
- d) criação de categorias derivadas das ideias-chave extraídas da evolução e da interpretação do conteúdo das entrevistas;
- e) reagrupamento de ideias, por meio da relação entre as categorias iniciais e as categorias obtidas a partir das entrevistas, gerando as categorias finais como resultado da análise.

Observa-se que o processo de codificação da pesquisa envolve diferentes etapas analíticas que exigem uma estruturação precisa para serem efetivadas as devidas ligações entre os conteúdos e as categorias, sem que ocorra a perda de informações ou a sobreposição delas. Deste modo, para responder aos objetivos propostos nessa investigação, a próxima seção apresenta os seguintes encadeamento de procedimentos: o desenho da pesquisa e as fases que compõem esse desenho.

2.2.5 Desenho da Pesquisa

A pesquisa foi realizada a partir de três fases metodológicas e de sua triangulação. Na *fase I* foi realizado o desenvolvimento do aporte teórico-analítico e a caracterização da trajetória institucional da Agência. O arcabouço teórico-analítico foi utilizado para compreender questões relativas à intervenção e a trajetória foi reconstituída com base nos eixos já apresentados. O objetivo aqui foi o de compreender o processo de intervenção para o

desenvolvimento a partir de determinadas ações e dos eixos acima descritos e não reconstituir a história da extensão.

Para a construção do arcabouço teórico-analítico, primeiramente fez-se uma revisão da literatura sobre o tema da extensão rural e, posteriormente, a identificação de várias e possíveis teorias ou abordagens teóricas que poderiam contemplar a análise do processo de intervenção e de mediação técnica. O marco teórico base utilizado neste trabalho é Perspectiva Orientada ao Ator, principalmente os conceitos de interface social, de capacidade de agência, poder, conhecimento, arenas, redes de conhecimento e de relacionamento (pessoais e coletivas), formas cotidianas de resistência, participação e *empoderamento* (Ver Quadro 2).

Na *fase 2* focou-se na formação da base empírica da pesquisa em que se desenvolveu o roteiro para as entrevistas semiestruturadas, selecionou-se os entrevistados, realizou-se a coleta dos dados, a revisão dos elementos categóricos e a organização e a análise dos dados.

E, na *fase 3* foi realizado o cruzamento de resultados, partindo do empírico em relação ao arcabouço teórico-analítico e a apresentação das informações da fase 1 e 2. Para fazer o cruzamento das informações foi utilizada a técnica da triangulação. Os dados considerados foram os resultados encontrados nas fases anteriores da pesquisa. A triangulação utiliza-se do procedimento qualitativo descritivo, sendo a descrição mais que a simples coleta, ordenação e classificação dos dados. Assim, são usados os conteúdos das categorias, as considerações teóricas, as passagens do caderno de campo, fruto das observações realizadas, objetivando o surgimento de evidências que confirmem ou não as hipóteses (Ver Figura 2 e Quadro 3).

Conceitos Teóricos	Noções e Expressões Analíticas
Intervenção.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trajetória da agência de desenvolvimento. ▪ Atividades da Agência e ação extensionista. ▪ Metas institucionais e demandas do público-meta.
Crise institucional.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Situação atual da agência de desenvolvimento. ▪ Determinantes da crise atual. ▪ PNATER (desafios implantação). ▪ Caminhos para extensão rural.
Poder e conhecimento (legitimidade, dominação, capital).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação dos agentes (cursos técnicos de capacitação e de especialização, oficinas, seminários). ▪ Relação técnico/agricultor. ▪ <i>Empoderamento</i>. ▪ Redes de conhecimento. ▪ Conhecimento híbrido (científico e local). ▪ Capital social.
Arenas, campos e domínios.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaço social, conflitos, margens de manobra.
Interface social.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conflitos e disputas intrainstitucionais, relação técnico/agricultor, margens de manobra, processos de negociação de “projetos”, redes de relacionamento.
Agência humana (capacidade de agência).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégias dos atores, práticas sociais, "jeito de fazer", silêncio e resistência.
<i>Habitus</i> híbrido.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perfil do extensionista, postura, trajetória pessoal e profissional.
Formas cotidianas de resistência.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Silêncio, não participação, subordinação/submissão estratégica, fofocas, crítica, transcrição pública e oculta, “espaços de liberdade”.
Participação (resistência, disputa, apoio, aliança).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações participativas (organizações e cooperativas), democratização da gestão, integração intra e interinstitucional na gestão e na execução das ações.

Quadro 2 – Conceitos teóricos, noções e expressões analíticas utilizadas na pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda foi utilizada a análise de conteúdo que apresenta o mérito de constituir-se em modo criativo e, ao mesmo tempo, de leitura sistemática rigorosa do material empírico, objetivando atingir uma interpretação que ultrapassa os significados manifestos (CORTES, 1998). Nesse caso, a análise de conteúdo foi utilizada mediante materiais documentais (livros, periódicos, relatórios), e para análise de materiais criados para a investigação como as transcrições das entrevistas. A técnica utilizada para análise de conteúdo foi a qualitativa, conforme já descrita anteriormente, que enfatiza a presença e a ausência de determinados temas, salientando a dimensão subjetiva do processo de análise e buscando estabelecer os significados das comunicações. A utilização da análise de conteúdo visou a identificar as relações, as regras de encadeamento; encontrar as bases das atitudes por trás das manifestações verbais; analisar as estruturas do discurso, os silêncios, omissões, ilogismos e figuras de retórica. A análise de conteúdo permitiu a formação de noções e expressões

analíticas que possibilitaram interpretar as mensagens para se atingir um grau de compreensão diferenciado de seus significados.

Etapas	Operacionalização	Fonte de dados
Sistematização.	Organização das entrevistas, transcrição e leitura do material bibliográfico e entrevistas.	Entrevistas em mp3 e referencial teórico-analítico.
Codificação e categorização.	Alimentação dos dados no <i>software</i> NVivo, cruzamento das informações das entrevistas com os referenciais teóricos a partir das categorias.	Referencial teórico e transcrição das entrevistas.
Tratamento dos resultados.	Interpretação das categorias a partir das informações contidas nos nós operacionais do programa.	Conteúdo classificado dentro das respectivas categorias e referencial teórico.
Triangulação dos resultados.	Cruzamento das informações das fases empíricas em relação à fase teórico-analítica.	Resultados da fase 1 e 2.
Resultados finais.	Análise dos resultados, apresentação descritiva, retomada às hipóteses iniciais e interpretação dos resultados.	Resultados da fase 1 e 2.

Quadro 3 - Procedimentos realizados na análise de conteúdo

Fonte: Adaptado de Blume (2008).

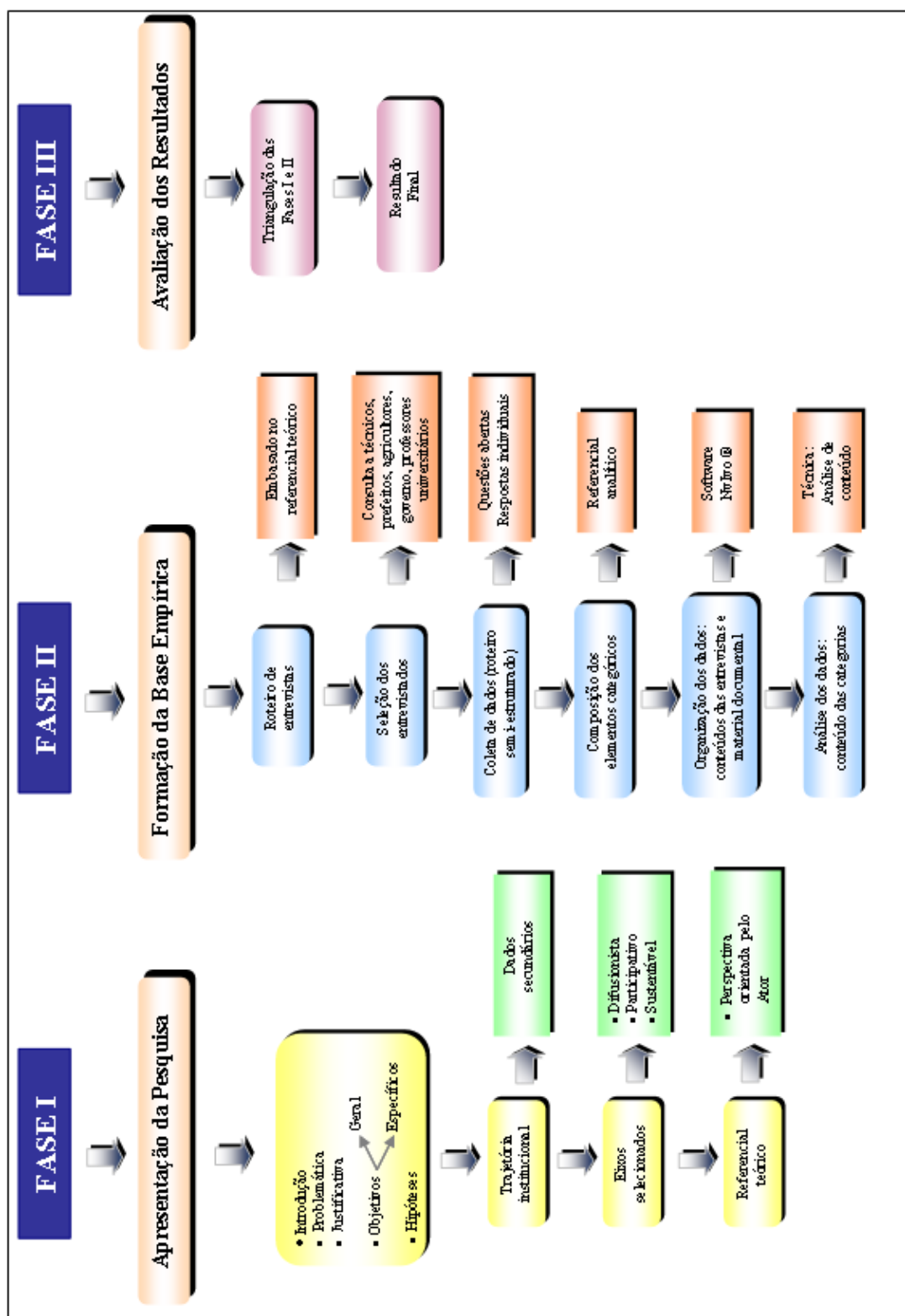


Figura 2 - Fases da pesquisa

Fonte: Elaborada pela autora.

Grupo	Subgrupo	Localidade	Vínculo Emater*	Identificação
EMATER	Escritório Central	Porto Alegre	18	EC, T1
		Porto Alegre	40	EC, ATE 2
		Porto Alegre	27	EC, ATE, 3
		Porto Alegre	18	EC, P, 4
		Porto Alegre	33	EC, GP,5
		Porto Alegre	27	EC, ATE, 6
	Escritório Regional	Porto Alegre	23	ER, SR, 8
		Porto Alegre	20	ER, SR, 9
		Estrela	33	ER, SR, 10
		Estrela	23	ER, ATR, 11
		Santa Maria	30	ER, SR, 12
		Santa Maria	29	ER, ATR, 13
		Ijuí	18	EM, SR, 14
		Estrela	29	ER, BES, 15
	Escritório Municipal	Montenegro	18	EM, TS, 16
		Cruz Alta	8	EM, BES, 17
		Tramandaí	27	EM, TM, 18
		Colinas	6	EM, BES, 19
		Colinas	18	EM, SR, 20
	Poder Público	Federal	Brasília	33
Estadual		Porto Alegre	20	GE, 22
		Santiago	20	GE, 23
Municipal		Montenegro	7	GM, 24
		Montenegro	50	GM, 25
		Cruz Alta	4	GM, 26
Professores Universitários	Universidade	Cruz Alta	10	P, ER, 27
		Porto Alegre	12	P, A, 28
		Santa Maria	14	P, ER, 29
		Porto Alegre	17	P, A, 30
Agricultores Familiares	Organização Rural	Colinas	38	A, OR, 31
		Colinas	31	A, OR, 32
		Montenegro	30	A, OR, 33
	Outros	Montenegro	35	AC, 34
		Montenegro	45	AC, 35
		Cruz Alta	9	AC, 36
		Cruz Alta	7	AA, 37
		Tramandaí	10	PA, 38
		Tramandaí	8	PA, 39
		Colinas	25	AF, 40
		Montenegro	20	AE,41
		Montenegro	20	AE, 42

Quadro 4 - Lista dos interlocutores entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora.

* Para os interlocutores que não pertencem a EMATER/RS-ASCAR, o tempo refere-se ao período de relacionamento com essa Agência.

3 INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: O ENCONTRO ENTRE MUNDOS DE VIDA DISTINTOS

Este capítulo é dedicado ao estudo das questões teóricas relacionadas a intervenção para o desenvolvimento rural, sendo dividido em três sessões, a primeira trata do processo de desmistificação do desenvolvimento e dos agentes de desenvolvimento; a segunda discute sobre a Perspectiva Orientada ao Ator (POA) e sobre as formas cotidianas de resistência; e, a última trata de uma breve revisão de literatura sobre extensão rural.

3.1 DESENVOLVIMENTO RURAL

Até as primeiras décadas do século XX, não havia nenhuma atuação que se pudesse denominar de desenvolvimento rural, salvo o movimento “*ida hacia el pueblo*” (SEVILLA GUZMÁN, 2001). Dentro do marco teórico convencional de desenvolvimento rural, sob a perspectiva da economia, podem-se destacar quatro grandes orientações: a teoria das Etapas do Crescimento (Rostow), a teoria do Dualismo Econômico (Lewis); a teoria da Agricultura de Altos Insumos (Schultz) e a teoria da Mudança Tecnológica Induzida (Hayami e Ruttan).

Segundo Rostow (1959), as sociedades iriam superando diferentes etapas, em determinadas condições, passando de uma sociedade tradicional a um caminho de maturidade e, por fim, a um alto consumo de massa. O autor classificava as sociedades de acordo com sua posição no processo de crescimento econômico. Cinco etapas de desenvolvimento foram descritas, a saber: (a) sociedade tradicional – é a primeira etapa, sendo aquela em que o nível de produção *per capita* é limitado; essa limitação ocorre devido à baixa produtividade ocasionada principalmente pela falta de tecnologia; (b) condições para o “arranco” – é a segunda etapa do desenvolvimento, uma transição entre a sociedade tradicional e o “arranco” propriamente dito, em que passa a haver a aplicação da “ciência moderna” na produção agrícola e industrial, em um ambiente de expansão internacional; (c) o arranco, terceira etapa, – representa o rompimento de todas as resistências ao desenvolvimento e à difusão do

progresso tecnológico por toda a sociedade; (d) marcha para a maturidade – representa a fase em que o crescimento da produção já supera o crescimento demográfico, a economia experimentou o surgimento de inúmeras novas indústrias, além de inédita expansão do comércio internacional; e, (e) era do consumo em massa – é a fase em que a renda *per capita* já garante a uma grande maioria dos consumidores elevado padrão de vida e a população é predominantemente urbana.

As etapas do desenvolvimento econômico não são meramente descritivas. Elas refletem um raciocínio lógico baseado na teoria dinâmica da produção. Essa teoria vem suplantando a teoria clássica da produção à medida que isola não só a distribuição da renda entre consumo, poupança e investimento, mas examina também a composição do investimento e a evolução dos diversos setores da economia.

Para W. Arthur Lewis, a economia pode ser dividida em modelos estáticos e dinâmicos, ou seja, em um modelo de economia dual. O modelo de Lewis é um modelo de mudança estrutural que explica como o trabalho transfere-se em uma economia dual. Nesse modelo, para obter-se o crescimento econômico requerem-se mudanças estruturais na economia, em que o excesso de trabalho no setor agrícola tradicional, com baixo ou zero produto marginal, migre para o setor industrial moderno, onde o produto marginal é elevado e crescente. A habilidade do setor moderno para absorver excesso de trabalho depende da velocidade de investimento e acumulação de capital. Portanto, o setor moderno, considerado dinâmico, aparece como sendo aquele que se utiliza de energia fóssil, capital reprodutível e a produtividade marginal do trabalho é superior a zero. A agricultura de subsistência, considerada “atrasada”, portanto, estática, constitui-se um setor tradicionalmente caracterizado pela utilização de energia de origem animal, tendo a terra como capital não reprodutível e, nela, os salários são superiores à produtividade marginal do trabalho.

Já Schultz (1964) apresenta a teoria dos Insumos de Alto Rendimento. Ao contrário das teorias anteriores, afirmava que os agricultores tradicionais eram racionais e eficientes na obtenção dos recursos, logo, a continuidade dos problemas de desenvolvimento agrícola podia ser atribuída às escassas oportunidades técnicas e às dificuldades econômicas por eles enfrentadas. A agricultura poderia estimular o crescimento econômico, saindo do imobilismo tradicionalista em que estava mergulhada e adotando técnicas modernas, máquinas e insumos de origem industrial. A agricultura tradicional deveria ser substituída pela agricultura

¹ Esse movimento correspondeu a um intercâmbio de conhecimentos que pretendia estabelecer um diálogo de igual para igual entre camponeses e intelectuais. Tal diálogo levou ao que atualmente se conhece como investigação-ação participativa (GUZMÁN, 2001).

moderna, supondo um investimento em educação e mão de obra por parte do Governo, bem como em centros de pesquisa para que os conhecimentos possam ser transmitidos aos agricultores.

Por fim, a Teoria da Mudança Tecnológica Induzida desenvolvida por Hayami e Ruttan defende que a função do progresso técnico seria criar tecnologias para substituir fatores escassos (caros) por fatores abundantes (mais baratos). O centro da mudança estava no mercado que determinava o momento da pesquisa. As mudanças na demanda de fatores e produtos também levavam a mudanças institucionais (teoria da inovação institucional induzida), e fatores externos ao mercado (política, cultura, religião etc.) poderiam prejudicar a aplicação do modelo. Portanto, a hipótese central era de que as agências do Estado e a iniciativa privada deveriam orientar suas atividades de investigação para gerar e difundir tecnologias poupadoras dos recursos relativamente escassos, pois o desenvolvimento agrícola poderia ser alcançado por meio de uma revolução tecnológica institucional induzida.

Feitas as considerações acima, pode-se inferir, consoante Caporal (1998), que as teorias desenvolvimentistas centram sua atenção no crescimento econômico e preconizavam, entre outras coisas, a superação das condições de subdesenvolvimento que passaram a significar a necessidade de difundir crenças, valores, padrões de comportamento e estratégias econômicas do centro à periferia. O atraso do meio rural, onde se concentrava a maioria da população, constituía-se em um obstáculo ao progresso, razão pela qual se estimulavam políticas destinadas a impulsionar esse setor.

Esse período desenvolvimentista provocou amplo debate a respeito do tema desenvolvimento rural e promoveu o surgimento, no início dos anos 1970, de um novo modelo de desenvolvimento, denominado de “Crescimento com Equidade”. Esse novo enfoque seria integrado e sistêmico, dando origem ao desenvolvimento rural como modelo de desenvolvimento e como disciplina acadêmica. Nesse sentido, o desenvolvimento rural englobaria a ideia de alcançar-se um desenvolvimento que não esgote os recursos naturais, pois os ecossistemas naturais têm capacidade limitada de sustentação que, superada, influenciaria na deterioração do próprio ecossistema. O desequilíbrio ecológico impediria o desenvolvimento sustentável e interfere na produção e na própria subsistência da humanidade (CAPORAL, 1998; FERREIRA, 2001).

No caso da extensão rural do Rio Grande do Sul, de acordo com a EMATER/RS-ASCAR, em *Manual do Extensionista* [1975] o principal objetivo dos programas de desenvolvimento rural é o de possibilitar às famílias agrícolas a ascensão social e econômica. Barreiras que impediam a mobilidade social e econômica como inadequados meios de

educação e falta de emprego deveriam ser removidas pelo programa de desenvolvimento rural. Essa visão de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico foi norteadora das atividades e ações institucionais da EMATER/RS-ASCAR por muitos anos.

Alguns autores contemporâneos que tratam, explícita ou implicitamente, do tema do desenvolvimento e do desenvolvimento rural, como Normam Long, Van der Ploeg, Olivier de Sardan, Amartya Sen e Frank Ellis, entre outros, enfocam a inexistência hoje de uma teoria de/do desenvolvimento, ou seja, não há um “*blueprint*” como havia no modelo ou paradigma de desenvolvimento do período da modernização. Contudo, esses autores evocam uma abordagem "voltada ou orientada ao ator", aos "agentes de desenvolvimento", às "capacitações", à "valorização dos saberes locais", aos "estilos de vida" (Quadro 5).

A visão que associava o espaço rural unicamente como local de produção agrícola cada vez mais perde poder explicativo, na medida em que se agregam novas funções para esse espaço como a ocupação territorial, a preservação da paisagem e do ambiente, a cultura, o turismo, o lazer, o espaço rural como local de moradia e de geração de emprego.

Portanto, tratar de desenvolvimento rural é discorrer sobre um processo multifacetado, multinível, multiator, multidimensional que apresenta elementos de continuidade e de mudança, que reconfigura e recombina novos e velhos elementos, que deve revalorizar práticas, conhecimentos e recursos locais. As estratégias de desenvolvimento devem reconhecer a multitude de estilos de vida e formas de vivência existentes, ou seja, devem reconhecer a infinita possibilidade de variações que os sistemas agrícolas e a vida rural podem assumir (PLOEG; LONG; BANKS, 2002; ELLIS, 2000).

Compreender o desenvolvimento implica reconhecer os estilos de vida, as estratégias de reprodução social dos agricultores, as formas de vivência que se mantêm e que permitem reduzir as vulnerabilidades sociais. Para isso, entretanto, é necessário observar práticas e ações de grupos locais considerados "pouco visíveis"², e, assim, desconstruir muitas teorias, enfoques e abordagens que permearam as análises do desenvolvimento rural por muitos anos.

² Os grupos considerados pouco visíveis podem ser exemplificados pelos agricultores e pecuaristas familiares, quilombolas, povos da floresta, indígenas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais. Foram denominados assim, porque, durante muitos anos, a política agrícola pública não os considerou.

Autor	Perspectiva Teórica Geral
Norman Long	Preocupa-se com as transformações contínuas, imagens e realidades dos processos de desenvolvimento focado nas pessoas (atores) que habitam, experimentam e transformam os contornos e detalhes da vida social. Os atores sociais possuem habilidade para conhecer e habilidade para captar. O enfoque orientado pelo ator encontra espaço para análise da multiplicidade de racionalidades, desejos, capacidades e práticas (LONG, 2001).
Jan Daw Van der Ploeg	O desenvolvimento rural é de natureza multifacetada, composto por um processo de aprofundamento e refundamentação, não somente sobre coisas novas, incorporando mudanças nas regras e nos modelos dentro da agricultura. Diz respeito a novas redes, a novos diálogos e a novas instituições (PLOEG; LONG; BANKS, 2002).
Olivier de Sardan	Estuda as interações e as interfaces que se configuram no processo de desenvolvimento entre as instituições mediadoras, através de seus agentes de desenvolvimento e as populações locais, ou seja, os mediados. O trabalho do autor ocupa-se da análise da retradução do conhecimento técnico-científico pelos “locais” e do papel da mediação (SARDAN, 1995).
Amarthya Sen	Pensa o desenvolvimento como expansão dos meios e não uma elevação dos fins. Desenvolvimento como liberdade, centraliza nas capacidades e “ <i>entitlement</i> ”. Conforme o autor, o progresso do desenvolvimento centrado na liberdade é em grande medida uma visão orientada para o agente, com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros (SEN, 2001).
Frank Ellis	Desenvolvimento rural é uma arena de políticas e de práticas que permitem reduzir a pobreza. É um conjunto de iniciativas pragmáticas que usam os meios/modos/estilos de vida para reduzir a vulnerabilidades. É um processo social de estímulo a diversificação de meios de vida sustentáveis (ELLIS, 2000; ELLIS; BIGGS, 2001).

Quadro 5 - Algumas perspectivas teóricas contemporâneas sobre desenvolvimento (rural)

Fonte: Elaborado pela autora.

O desenvolvimento, conforme Ploeg et al. (2000), deve considerar os seguintes pontos:

- a) *as inter-relações globais entre a agricultura e a sociedade* – salienta a capacidade da agricultura de produzir uma variedade de bens não importáveis ou bens públicos como a paisagem e os valores naturais, além de destacar a reestruturação da economia conduzida pelas mudanças nos modelos de interação entre a sociedade e as empresas. O sucesso econômico não está necessariamente interligado com a escala de operação e a integração vertical. Os sistemas devem ser reorganizados para encontrar as novas necessidades e expectativas. As práticas de desenvolvimento rural podem, em parte, ser vistas como respostas dos empreendimentos agrícolas às tendências de reestruturação geral;
- b) *os novos modelos de desenvolvimento para o setor agrícola* – refere o desenvolvimento rural a partir da compreensão dos elementos que poderiam fazer parte do novo modelo emergente. A importância da sinergia no desenvolvimento

rural parece personificar o desenvolvimento agrícola, dando particular importância para as sinergias entre os ecossistemas locais e regionais, os estilos de agricultura, os bens e serviços específicos e as carreiras e movimentos sociais;

- c) *as unidades domésticas agrícolas individuais* – destaca a emergência de uma redefinição de identidades, estratégias, práticas, inter-relações e redes. O assunto da sinergia reaparece como uma fonte que é alimentada pela coordenação e pela alocação do trabalho dentro da família, das diferentes atividades agrícolas e não agrícolas e da pluriatividade;
- d) *os “countryside” e seus atores* – define que a zona rural é um espaço social e geográfico bem definido no qual novas formas de articulação podem ser desenvolvidas. O rural está longe de ser um monopólio dos agricultores. Novas atividades de desenvolvimento rural emergem e diferentes atores competem por oportunidades e recursos nas novas arenas, tais como o turismo rural e a conservação da paisagem;
- e) *a diversidade de políticas e de instituições* – destaca a existência de um contexto institucional complexo que torna o desenvolvimento rural um processo multiator. A direção para uma política rural descentralizada, em que a localidade e as novas relações entre o local e o global são os principais princípios projetados, pode servir para reforçar o processo; e
- f) *a natureza multifacetada do desenvolvimento* – salienta que o desenvolvimento abre caminho para práticas diferentes e, algumas vezes, interconectadas, por exemplo: administração da paisagem, conservação dos novos valores naturais, agroturismo, produção orgânica, produção de alta qualidade, produtos regionais específicos. Conforme Ploeg et al. (2000), são necessárias novas teorias que adequadamente reflitam sobre essas novas redes, práticas e identidades.

Ainda de acordo com Ploeg et al. (2000), em contextos de desenvolvimento rural, a produção agrícola apresenta algumas características principais, tais como: redução da dependência de insumos externos e melhor aproveitamento dos recursos internos, produção mais preocupada com o ambiente, introdução da pluriatividade e da diversificação, controle sobre os processos de trabalho.

Sacco dos Anjos (2003) destaca que há duas estratégias relacionadas ao desenvolvimento rural: diversificar e aglutinar, uma vinculada ao incentivo a várias atividades e a outra voltada para a união dos diferentes ingressos resultados da diversificação.

O desenvolvimento rural também está relacionado com a reconfiguração dos recursos rurais: terra, trabalho, natureza, animais, plantas, redes, mercados, relações entre rural e urbano, todos devendo ser reformados e recombinaados. O novo paradigma de desenvolvimento rural deve ajudar a clarear como novos recursos-base são criados, como os irrelevantes tornam-se valorizados e como combiná-los com outros recursos. Há uma emergência de regras orientadas para novas necessidades, perspectivas e interesses. O desenvolvimento rural deve reconsiderar as múltiplas e heterogêneas realidades. Esse processo não é apenas sobre coisas novas, sendo um elemento decisivo e particular à combinação do velho com o novo. O desenvolvimento rural, conforme sustenta Ploeg et al. (2000), é sobre a reconstrução de novas redes, a revalorização e recombinação dos recursos, a coordenação e remolduração do social e do material, e ainda a renovação do capital social, cultural e ecológico.

Enfim, o objetivo do desenvolvimento rural é criar um ambiente em que as pessoas possam desfrutar de qualidade de vida e de sustentabilidade de recursos, incluindo e integrando as dimensões econômica, política, ambiental, sociocultural. No entanto, o desenvolvimento é um processo com resultados inesperados, dependendo das inter-relações entre os atores envolvidos.

3.2 DESMISTIFICANDO A INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento é um valor de referência das práticas intervencionistas. O termo desenvolvimento pressupõe indução de mudanças e apresenta, quando promovido por meio de projetos, um caráter normativo, devendo contemplar metas a serem alcançadas, explicitando situações e problemas identificados como objetos da intervenção. Para Neves (2008), a proposta de desenvolvimento está associada à constituição de competências e de aparatos institucionais que promovam a mudança planejada, configurando a existência de agentes de desenvolvimento ou mediadores reconhecidos. O termo mediação é de fundamentação intervencionista e constituído por múltiplos processos de negociação. Os conflitos e tensões são problemas estruturantes das práticas dos agentes de desenvolvimento.

A palavra intervenção em sua origem latina é formada pelos vocábulos *inter* (entre, em meio de) e *venio* (ocorrer, chegar, voltar). Intervir, de acordo com Cimadevilla (2008), significa situar-se no meio de pelo menos duas situações ou ocorrências possíveis com o

objetivo de facilitar alguma delas. A intervenção busca modificar a realidade dos outros, sob iniciativas públicas ou privadas, implicando certas concepções e interesses relacionados ao modo como se configura a ordem social.

O desenvolvimento pode estar relacionado ou pode ser compreendido como uma forma de intervenção. Esse processo busca modificar uma situação vivida por determinados atores. No caso do desenvolvimento rural objetivado pela extensão rural pública do Rio Grande do Sul, na figura da EMATER/RS-ASCAR, a intervenção realizada implica certas concepções, interesses, dispositivos, estruturas que dizem respeito a uma ação específica que configura uma determinada ordem social.

Os extensionistas rurais, agentes de desenvolvimento vinculados à Agência de extensão, estabelecem relações com a própria Agência e com o público assistido no processo de intervenção para o desenvolvimento. Nessa relação, dois sistemas de sentido, visões de mundo, universo de representações e significações entram em contato. Aos técnicos vinculados à Agência de extensão é atribuída a missão de transformar o agricultor, de convencê-lo a utilizar determinada técnica/prática, de adotar uma tecnologia específica. O saber dos técnicos, muitas vezes, está distante da prática dos agricultores. Esses últimos raciocinam a partir de referenciais próprios, de sistemas de sentido distintos, sendo o seu *saber-fazer* fruto de experiência acumulada e valorizada, da observação, da recriação e da adaptação. A intervenção, de acordo com Sardan (1995), consiste em tentar transferir certos saberes que são originários do conhecimento técnico-científico para as populações locais que são dotadas de conhecimento próprios, os quais repousam sobre sistemas de sentido complexos e evolutivos.

Focar na análise das práticas de intervenção permite entender as formas de interação, os procedimentos, as estratégias, os tipos de discursos e as categorias culturais dos atores envolvidos e dos agentes interventores. O processo de intervenção é complexo, envolvendo a reinterpretção ou transformação dessa política durante o próprio processo de sua aplicação. Isso porque a intervenção é uma realidade múltipla, composta por percepções culturais e interesses sociais diferentes, constituída por contínuos esforços sociais e políticos dos vários atores envolvidos, não representando simplesmente um plano de ação já especificado e com resultados esperados. Conforme Long (2001), as pessoas são parte ativa dos processos de desenvolvimento, todas as formas de intervenção externa entram necessariamente no mundo de vida dos indivíduos e dos grupos sociais afetados e, desse modo, atravessam certos filtros sociais e culturais. Portanto, os fatores externos são mediados e transformados pelas estruturas internas.

Ainda conforme Long (2007a), a tendência de muitos estudos era conceituar o processo de intervenção como de natureza linear, implicando uma progressão gradual da formulação de uma política, de sua aplicação e, posteriormente, de seus resultados. Esse processo é muito mais complicado e envolve reinterpretação ou transformação da política durante o próprio processo de sua aplicação. A intervenção não é um projeto com limites claros no tempo e no espaço, como é definida pelo aparato institucional do Estado ou pela Agência que a aplica. As intervenções sempre são parte de uma cadeia de eventos localizados dentro de uma estrutura mais ampla de atividades de corpos estatais e/ou internacionais, das ações de diferentes grupos de interesses operantes na sociedade civil.

Long (2001, 2007a) critica a intervenção vista como aplicação de um pacote externo que se desenha e projeta para uma situação local, objetivando estimular o desenvolvimento de certas atividades internas e reafirmando a necessidade de os grupos locais desenvolverem habilidades organizacionais e/ou necessitarem da ajuda de intermediários, facilitadores, ou agentes especializados, com o fim de obterem acesso às instituições e aos recursos externos. Dessa forma, as Agências de desenvolvimento tenderiam a aplicar suas tarefas de acordo com as estratégias interpretativas por elas próprias desenvolvidas, suplantando, na maioria das vezes, o conhecimento e as capacidades de desenvolvimento locais. Sem tais contribuições, os beneficiários³ seriam considerados absolutamente incapazes de dirigir suas próprias vidas e resolver situações problemáticas.

Na prática, para Rossi e Hegedüs (2006), o processo de intervenção não pode ser "engessado" dentro de um paradigma, um estilo ou um enfoque único. Pelo contrário, a intervenção possibilitaria a combinação de ferramentas advindas de diferentes paradigmas e enfoques teóricos. *"No es el cómo - el tipo de instrumentos - lo que termina caracterizando en definitiva una intervención, sino el porqué, el para qué, y sobre todos el para quién; los propósitos, las metas y los fines que orientan la intervención"* (ROSSI; HEGEDÜS, 2006, p. 16).

O termo intervenção tornou-se carregado de juízo de valor, sendo considerado algo pejorativo, porque, independentemente da forma com que é utilizado, implica a realidade dos outros. O problema da intervenção, de acordo com Quintana (2006), seria sua reiterada pretensão de induzir, forçar, empurrar os atores sociais ao desenvolvimento, visto como sinônimo de progresso. Os agentes de desenvolvimento e suas instituições procurariam modificar o mundo de vida dos outros sem refletir sobre o próprio. O autor ressalta que a

³ A utilização do termo beneficiário é muito recorrente nos textos sobre extensão rural. A opção por público-meta tenta retirar a carga do termo beneficiário que se autodefine como algo "do bem" ou "bom", ou seja, como aquele que usufrui de algum benefício ou vantagem.

história do desenvolvimentismo institucionalizado tem desenhado um caleidoscópio de estratégias de intervenção que vão desde verticais e dirigidas, a horizontais e participativas; de assistencialistas a produtivistas; de simples e monotemáticas a complexas e interdisciplinares. E, os agentes de desenvolvimento tratariam de impulsionar atividades que conduzem a população local a um “estado superior na escala de desenvolvimento evolutiva e etapista”.

Ainda, para Quintana (2006), o cenário de instrumentalização do desenvolvimento é por demais complexo, apresentando uma variedade de paradigmas que tiveram sua moda e decaíram e, em alguns países, ainda não desapareceram. A dificuldade para incidir na realidade dos outros seria maior, quando se trata de modificar seus modos de vida. Os agentes de desenvolvimento poderiam não estar conscientes dessa situação, achando que estão atuando para melhorar e desenvolver os "beneficiários", mas o público-meta, salienta o autor, não atua em um cenário de intervenção como objeto inanimado, eles respondem, produzem, propõem, participam com seus discursos e propostas.

Para Simões (2005), o plano de desenvolvimento deveria ser fruto de um processo de negociação no qual a prática da mediação ocuparia lugar central. Essa competência deveria ser construída com o desenvolvimento de habilidades técnicas, pedagógicas e comunicacionais, existindo um descompasso entre o que se pretende construir localmente e a forma com que se apresenta a política de intervenção.

Rossi e Hegedüs (2006) ainda destacam que intervenções que se aproximariam do desenvolvimento rural e do empoderamento das comunidades são aquelas estratégias que priorizam os mecanismos de autogestão das populações locais e dependem da geração de processos de desenvolvimento que se mantenham de forma independente uma vez finalizada a intervenção, baseadas no protagonismo dos atores, na eficaz coordenação interinstitucional e na articulação com outros atores presentes no território. No final do processo de intervenção, a população local apropriar-se-ia das atividades, passando a desempenhar um papel de assessoramento e apoio às atividades, agora protagonizadas pelos agentes locais. Para isso, resultaria necessária a formação de equipes multi e interdisciplinares, além do trabalho conjunto com outras instituições que permitam desenvolver uma estratégia de alianças interinstitucionais.

3.2.1 Agentes de Desenvolvimento: a Contradição Encarnada e o Processo de Intervenção

O desenvolvimento, quando provocado pela ação dos serviços técnicos e/ou projetos, passa por agentes de desenvolvimento que estabelecem a interface entre o projeto e o público-meta. As funções dos agentes de desenvolvimento são centradas na mediação. Eles têm a dupla função de porta-vozes dos conhecimentos técnico-científicos e de mediadores entre os conhecimentos técnico-científicos e os conhecimentos locais. De acordo com Sardan (1995), a capacidade de conhecer e de compreender outros conhecimentos está no centro de sua função de mediador. No entanto, os agentes de desenvolvimento, na maioria das vezes, não são formados para a competência da mediação e, assim, sua função de porta-vozes é posta em evidência. Em vista disso, os agentes de desenvolvimento desenvolvem uma mediação de maneira "imprópria e unilateral". As citações do discurso técnico-científico passadas pelos extensionistas serão reinterpretadas pelo agricultor no interior do seu próprio sistema de conhecimentos e de sentidos.

Os extensionistas são representantes ou porta-vozes das agências de desenvolvimento e são ou estão legitimados para tal missão. Como o poder de nomeação leva a constituir a estrutura do mundo e a definir a percepção que os atores têm desse mundo, ou seja, a realidade é construída, os atores sociais lutam pelo poder de nomear que advém da legitimidade para falar em nome dos outros. Essa legitimação da palavra é conferida pelo poder da linguagem, que só é dada àquele que tem o poder de expressá-la de forma legítima.

A transmissão das mensagens técnicas depende da tradução. Essa tradução, conforme Ferreira (1993, p. 541), significa transpor, transladar, de uma língua para outra, verter. De acordo com Sardan (1995, p. 158), "[...] a tradução de pleno sentido não é um simples exercício de pesquisa da palavra equivalente de uma língua natural à outra, é também colocar em relação campos semânticos diferentes, diferentes maneira de recortar ou pensar a realidade". O porta-voz realiza a atividade de tradução; "[...] transladar interesses significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar as pessoas para direções diferentes" (LATOURE, 2000, p. 194). Por isso, a noção de tradução incorpora uma ideia de poder. Quando um porta-voz fala em nome dos representados e de seus interesses, ele

está se engrandecendo, tornando-se um ator coletivo⁴ que é capaz de falar através de uma só voz e representar o interesse de todos os silenciados a partir da representação. Portanto, tradução pode ser expressa por mediação. Traduzir é estabelecer-se como um porta-voz, exprimindo em sua própria linguagem o que os outros dizem e querem, como agem e como se associam uns aos outros.

Os porta-vozes são todos os agentes envolvidos nos diferentes estágios dos processos de representação. Falar pelos outros é em primeiro lugar silenciar aqueles em cujo nome se fala. Sendo assim, no exercício da mediação nem todos os agentes falam, porque existem os porta-vozes que representam, indiretamente pela mediação, o interesse dos outros. Essa ideia de porta-voz permeia as atividades de extensão rural tradicional em que o modelo, na maioria das vezes, é baseado na ideia de uma comunicação linear, onde o saber é adaptado e traduzido pelos extensionistas aos agricultores que são vistos, simplesmente, como destinatários passivos.

Não são apenas conhecimentos e linguagens que se confrontam em uma operação de desenvolvimento, são também comportamentos, práticas, interesses, lógicas e estratégias. Os agentes de desenvolvimento situam-se no lugar de encontro dessas táticas e dessas estratégias. Esses agentes têm de assumir uma função de mediação para a qual são pouco ou mal preparados. Compreender as lógicas de ação do grupo, conhecer as diversas forças presentes em uma localidade, analisar as capacidades do grupo, apreciar os desafios políticos, econômicos e simbólicos locais demandam uma escuta e um *savoir-faire*. Os agentes de desenvolvimento, de acordo com Sardan (1995), têm de assumir uma tripla função permeada de contradições e de ambiguidades, quais sejam: a defesa dos seus próprios interesses pessoais; a defesa dos interesses de sua instituição; e a mediação entre os diversos interesses dos outros atores e das facções locais.

3.2.2 Agentes de Desenvolvimento e o Desafio da Mediação Social

Conforme Etesse (2006), os agentes de desenvolvimento apresentam um estereótipo (rótulo) de agentes capacitados para levar ao campo soluções preparadas por Agências de

⁴ Este ator coletivo pode ser chamado de ator-mundo, cuja função é essencial no processo de tradução, é aquele que constrói um mundo onde ele é a figura principal que incorpora uma série de entidades e determina que papel elas vão desempenhar (CALLON, 1986).

desenvolvimento para melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento local. O desenvolvimento seria um conceito ideologizado, pois está baseado no discurso generoso e na intenção de mudar para melhor a vida dos outros.

O processo de intervenção para o desenvolvimento tem por base uma ação voluntarista de transformação da realidade dos outros, de um discurso de reinterpretação com ênfase na ação e em atividades que estão calcadas em resultados esperados, que, muitas vezes, ignoram a negociação, a contradição, o conflito e a continuidade de ações que ocorrem antes, durante e depois da implantação do projeto de desenvolvimento que independem da vontade dos interventores. Nos projetos de desenvolvimento, existe muita incerteza gerando uma situação não controlada pelos agentes.

Na compreensão de Etesse (2006), o agente de desenvolvimento deveria agir como um catalisador, dinamizador, motivador, facilitador, que orientaria as decisões, assessoraria e acompanharia os atores locais, deixando que assumissem suas próprias decisões, reconhecendo-lhes o direito de errar e, sobretudo, de ratificar. A palavra-chave seria a negociação que implica reconhecer o outro e reconhecer certa horizontalidade na relação.

Um dos problemas dessa relação é o fato de a maioria dos projetos pré-definirem metas e resultados esperados, além de aporte definido de recursos financeiros. A mediação é um trabalho de longo prazo, de resultados pequenos no curto prazo, de muitas negociações de conflitos, de características contraditórias, de difícil assimilação e prática, de exigências de novas posturas de abertura e flexibilidade. Os projetos de desenvolvimento não são desenvolvidos levando em consideração todas essas peculiaridades, e os mediadores em linha de frente têm a árdua tarefa de lidar com a complexidade do processo de mediação social/intervenção para o desenvolvimento.

Resumidamente, o agente de desenvolvimento tem a pressão da instituição, o descontentamento dos atores locais, a contradição inerente a sua atuação, suas convicções, a pressão das autoridades financiadoras etc. Isso tudo faz parte do "caldeirão de ideias" que fervilha diariamente na sua ação extensionista. Assumindo essas questões, conclui-se que não há intervenção simples, o que implica que toda a ação mediadora é complexa.

O mediador de desenvolvimento, esse ator complexo, sujeito dotado de racionalidade epistemológica, exerce aí um papel fundamental uma vez que ele é confrontado ao desafio de ultrapassar as questões inerentes ao jogo *ator-estratégia-recursos*, presente em qualquer projeto de desenvolvimento, e cujo o (*sic*) resultado principal se reporta a eficiência da ação, transformando a ação de desenvolvimento numa perspectiva de *responsabilidade-engajamento-reflexão*, cujo principal resultado é a aprendizagem social pela experiência vivida. (SIMÕES, 2005, p. 212, grifo do autor).

A complexidade não se restringe a ação do mediador, mas também ao processo de mediação. Conforme Etesse (2006), a proposição de projetos de desenvolvimento desvinculados dos interesses dos atores locais poderia obrigar esses atores a negarem a si próprios e a renunciarem o que são. Os projetos não seriam perfeitos, mas deveriam estar abertos à adaptação, à negociação, à transformação para que a cultura local incorpore algo próprio e transforme-o em algo seu, não sendo interessante idealizar nem “satanizar” os agentes de desenvolvimento, permitindo a reflexão permanente e crítica sobre seu trabalho, a preparação e a formação contínua.

Quintana (2006) questiona se os agentes de desenvolvimento podem ser vistos como pessoas que dedicam sua vida para melhorar a existência dos outros. Haveria pertinência na intervenção em cenários nos quais, na maioria das vezes, não se foi convidado, se é externo, alheio ou está demasiadamente envolvido e/ou se faz parte dele? Para o autor, a corrente relativista da antropologia não concorda com a ideia de processos de mudança e de desenvolvimento em que indivíduos, agentes de mudança ou organizações pretendem modificar mundos de vida, porque não há culturas ou mundos de vida que possam ser considerados superiores a outros. A sociologia do desenvolvimento considera que, apesar dos esforços dos agentes de mudança para realização de um processo de mudança horizontal, democrático e participativo, não seria possível evitar as relações de poder e dominação que geram esses agentes.

El oficio de agente de desarrollo es relativamente reciente y está en plena evolución. Deben ser inductores, negociadores, administradores, monitores y evaluadores, en suma estrategias del desarrollo. Más que especialistas, se requieren generalistas capaces de escuchar, de negociar, de facilitar encuentros y sinergias. Sea lo que sea existe una asimetría de poder que conspira contra el objetivo de construir relaciones de confianza, el Agente debe ser capaz de generar relaciones horizontales a través de las cuales es expresa a la población que confía en sus capacidades. (ETESSE, 2006, p. 18).

O desafio da postura mediadora está justamente no desenvolvimento da capacidade de reflexão, análise e decisão dos mediados, considerando que as escolhas por estes últimos definidas poderão ser diferentes e diversas daquelas inicialmente propostas. A capacidade de transformar os mediados em sujeitos do processo de desenvolvimento coloca ao mediador a necessidade de um perfil flexível, maleável, diplomático, forçando o abandono daquelas antigas posturas de persuasão, determinismo, linearidade e difusão. A dificuldade é essa

transformação, a busca por um fazer diferente, a prática de novos saberes e, sobretudo, a aceitação da necessidade desse novo perfil. A realização desse processo de transformação de mediados e mediadores implica desafios, conflitos, negociação e resistências.

3.2.3 Algumas Críticas e Alternativas ao Processo de Intervenção

A respeito dos problemas cruciais da intervenção, Cimadevilla (2008) ressalta que a realidade apresenta componentes e dinâmicas que distanciam a teoria da prática. Dificilmente as Agências buscam discutir suas práticas, somado ao fato de serem poucas as “experiências acadêmicas”, pesquisas e estudos que buscam experimentar e explorar a realidade em nível de intervenção. Os atores locais cansam da repetição de ações normativas de modelar a realidade desejável. As Agências definem os problemas da intervenção como externos, ou seja, o fracasso explicar-se-ia pela atitude dos agentes que são objeto da intervenção. Em função disso, Cimadevilla (2008) propõe que as Agências de desenvolvimento reflitam sobre suas práticas, exercendo o pensamento crítico como elemento-chave para qualificação da intervenção e a tradução das propostas dessas Agências em práticas concretas para o público-meta.

Nesse sentido, Mussoi (2008) acrescenta que a intervenção realizada por uma Agência de desenvolvimento não significaria, necessariamente, a participação do público beneficiado e nem a garantia da discussão sobre políticas e/ou programas de desenvolvimento. Muitas vezes, modelos de representação, como por exemplo, conselhos, podem significar "diálogos de desiguais" e funcionar como órgãos de legitimação de decisões tomadas previamente no campo político/técnico.

Cimadevilla (2008) enfatiza que, por detrás de qualquer projeto ou intervenção, existem pessoas. Nessa situação, nem sempre os mediadores são alheios ao processo nem, necessariamente, os mediados são partícipes, nem ambos se constituem em protagonistas. A realidade apresenta infinitas combinações que, inclusive, podem ser contraditórias. Os agentes de desenvolvimento constituem-se em interventores que, muitas vezes, promovem suas próprias contradições.

Feitas essas considerações, cabe ainda destacar algumas alternativas ao processo de intervenção. Conforme Mussoi (2008, p. 221), “as novas concepções de desenvolvimento impõem uma revisão num conjunto de procedimentos de intervenção que o modelo convencional de crescimento econômico induziu”. No entanto, salienta o autor que a extensão

rural tem se mostrado um instrumento de política pública eficiente e um agente dinamizador do desenvolvimento, uma vez que sua capilaridade, metodologia e esperada descentralização permitiriam uma proximidade estratégica com a população rural, especialmente com a agricultura familiar. Contudo, uma extensão rural nova e inovadora, de acordo com o autor, deveria superar problemas constatados no passado, necessitando de investimento sério e comprometido na pesquisa e no resgate do conhecimento popular em poder de gerações de agricultores. Essas condições estariam associadas a um pensar estratégico que garantisse uma nova relação da extensão rural, como política pública com a sociedade e com o meio ambiente. Projetos de desenvolvimento complexos demandariam articulações interinstitucionais e setoriais mais efetivas, sendo fundamental modificar a base pedagógica da intervenção para uma perspectiva multidimensional e interdisciplinar.

Como colocaram Rossi e Hegedüs (2006), o processo inovador da intervenção exigiria equipe interdisciplinar, abordagem tridimensional (territorial, familiar e “predial”) e metodologias de trabalho. Há necessidade de avançar-se na interação, integração e construção de saberes. Conforme os autores, é difícil adotar uma postura de humildade e tolerância, admitindo que somente o conhecimento próprio não seria suficiente. *"La actitud de humildad implica aceptar que la intervención se desarrolla en un contexto de ignorancia óptima"* (ROSSI; HEGEDÜS, 2006, p. 17). No processo de intervenção, não se sabe tudo sobre o presente e não se tem condições de prever o futuro, tampouco controlar a direção desejada do processo. Para os autores, seriam necessárias mudanças nas equipes de extensão, modificando a abordagem clássica de assessoramento técnico agrônomo para um novo modelo teórico, considerando a abordagem sistêmica e observando toda a propriedade com os diferentes objetivos dos componentes da família e levando em conta questões econômicas, ambientais, socioculturais. O extensionista poderia propor um assessoramento mais aberto, mais flexível, menos estruturado, baseado na combinação de técnicas produtivas conhecidas e que aproveitem os recursos internos do estabelecimento e de baixo custo (reorganização dos recursos disponíveis).

Ainda, Arce, Villarreal e Vries (1994) acreditam que a intervenção estatal apresenta limites, mas é potencialmente positiva para provocar mudança no rural contemporâneo. Os limites estariam relacionados à formulação, à implementação, à prática administrativa das políticas, aos filtros e às escolhas realizadas que favorecem alguns atores rurais em detrimento de outros e à influência difusa nas vidas cotidianas de pessoas. Tendo isso em vista, a capacidade de determinar mudanças poderia ser limitada, mas a intervenção externa poderia

prover algumas condições necessárias ao desenvolvimento rural. Para isso, a intervenção estatal requer uma compreensão das diversas práticas em desenvolvimento rural.

3.3 PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

A perspectiva orientada ao ator ou perspectiva do ator, lançada na segunda metade do século XX, é resultado de um trabalho de pesquisa de longos anos realizado por Norman Long, contando com a colaboração de Jan Douwe van der Ploeg. Long apresenta uma abordagem teórica e metodológica para análise da ação social e da intervenção para o desenvolvimento sob um ângulo construtivista, opondo-se às tradicionais análises estruturalistas. O objetivo de Long não foi formular uma teoria genérica baseada em princípios universais, mas entender os processos de mudança pelos quais as formas sociais surgem, são transformadas e retrabalhadas na vida cotidiana das pessoas. O enfoque orientado ao ator encontra espaço para análise da multiplicidade de racionalidades, desejos, capacidades e práticas (LONG, 2001).

A perspectiva orientada ao ator foi desenvolvida por Norman Long a partir de um profundo e cuidadoso estudo sobre o processo de desenvolvimento e de mudança social. Esse enfoque surge como uma resposta às teorias que não acreditam na capacidade de as pessoas comuns alterarem a direção da sociedade e fazerem sua própria história. Segundo o autor, essas teorias são simplificadoras, centralistas, deterministas e, em boa medida, excluem da análise a possibilidade de os atores influenciarem de maneira significativa os processos de mudança.

Para Long (1982, 1988), tanto a teoria da modernização como as teorias marxista e neomarxista não seriam adequadas para análise dos modelos de desenvolvimento, porque não compreenderiam a relação estrutura-ator. Essas interpretações “sofrem” de fatalismo, pois consideram que os indivíduos sucumbem ao destino (são incorporados).

A teoria da modernização visualiza o desenvolvimento da sociedade moderna em termos de um movimento progressivo para formas mais complexas e integradas tecnológica e institucionalmente. As teorias marxista e neomarxista acentuam a natureza exploradora, a tendência expansionista do capitalismo mundial e sua necessidade de abrir novos mercados, de aumentar o nível de mais-valia e de acumular capital. Essas duas perspectivas macro representam posições opostas ideologicamente, mas, segundo Long (2001); Long e Ploeg

(1989) são modelos similares, porque veem o desenvolvimento e a mudança social emanando dos centros de poder externos, via intervenção de corpos estatais ou internacionais, e concordam com a ideia de que o capital e o Estado penetram gradualmente nas áreas rurais e assumem o controle do funcionamento da vida familiar e das dimensões institucionais locais.

De acordo com Long (2001), essas teorias estão vazias de pessoas e obcecadas com as condições, os contextos e as forças impulsionadoras da vida social, não observando as práticas auto-organizantes daqueles que habitam, experimentam e transformam os contornos e detalhes da paisagem social.

Long (2001) destaca que as pessoas são parte ativa dos processos de desenvolvimento. Todas as formas de intervenção externa entram necessariamente no mundo sociovital dos indivíduos e dos grupos sociais afetados e, desse modo, atravessam certos filtros sociais e culturais. Portanto, os fatores externos são mediados e transformados pelas estruturas internas. Por isso, a adoção de um enfoque mais dinâmico, que reconheça a inter-relação e a determinação mútuas dos fatores e das relações externas e internas, é importante para a compreensão da mudança social. A análise do processo social centrada nos atores evita o determinismo das teorias gerais e examina, detidamente, os diferentes modos de os indivíduos e grupos sociais enfrentarem mudanças nas circunstâncias e, assim, criarem espaços para que eles mesmos obtenham proveito dos novos fatores que intervêm a sua volta.

O estudo da mudança agrária requer que se teorize sobre a variação estrutural e as respostas diferenciadas às mesmas circunstâncias. Não se deve assumir que a mudança é linear, gradual ou que converge até alguma forma predeterminada, mas sim considerá-la altamente heterogênea e divergente.

Long e Ploeg (1994) requerem uma desconstrução da noção de estrutura, vista como um conjunto de forças externas ou condições que delineiam e/ou regulam modos específicos de ação pensados como requeridos ou necessários. Essa desconstrução implica a explicitação das noções de agência e de heterogeneidade. Na compreensão dos autores, a noção de estrutura é entendida como produto da interligação dos projetos específicos dos atores, não implicando que a estrutura seja conceituada simplesmente como agregações de episódios ou situações micro, porque certas estruturas globais não são explicáveis nem descritíveis em termos de eventos micro. A noção de estrutura vista como um conjunto específico de forças impulsoras que postula e explica certos fenômenos não proporciona uma explicação suficiente, quando se introduz a heterogeneidade na análise. Long e Ploeg (1994) destacam que entender a estrutura como um produto de contínua interação, inter-relação, distanciamento e transformação mútua dos projetos dos atores torna possível a integração

teórica da análise de cenários interativos de pequenas escalas com estruturas institucionais ou sociais mais amplas. O contexto cultural e a situação estrutural são considerados pelos atores na tomada de decisão, eles não decidem seu comportamento fora desses contextos.

Para exemplificar a inter-relação entre a estrutura e ação dos atores, Long salienta que seria sem sentido defender que o funcionamento do mercado poderia ser descrito significativamente ou representado somente pela observação da conduta de compradores ou vendedores individuais. Assim, seria igualmente sem sentido afirmar que o funcionamento dos mercados de produtos e das instituições estaria baseado na lógica ou no conjunto de princípios governantes independentes das disposições e da agência dos atores envolvidos (LONG, 2001, p. 24).

Long e Ploeg (1994) não negam o significado das relações sociais de produção nem dispensam o conceito de relação social de produção, mas apenas enfatizam que as relações sociais específicas são construídas, reproduzidas e transformadas. O ponto importante de referência é a elaboração, a negociação e a confrontação dos projetos dos atores. A análise orientada ao ator não deseja excluir a ideia de estrutura, mas considerar a construção das relações sociais específicas como tema central na análise, permitindo ver atrás dos mitos, dos modelos, das políticas de desenvolvimento e das instituições, explorando os valores locais e conhecimentos e descortinando os detalhes do *vivido en los mundos de la gente*. Assim, tal perspectiva serviria como um antídoto contra os excessos das explicações estruturalistas e culturalistas e como um novo modo de conceituar as complexidades e dinâmicas da vida social.

A Perspectiva Orientada ao Ator permite analisar como as condições externas são mediadas e reconfiguradas pelos atores sociais. As estruturas sociais são interpretadas como o resultado da interação entre os atores. Os autores promovem uma mescla entre a estrutura social e a capacidade dos atores, ou seja, propõem uma análise estruturacionista,⁵ contudo focada na ação dos atores.

⁵ Os princípios fundamentais do enfoque estruturacionista são: a substituição do determinismo estrutural tanto quanto do voluntarismo individualista por meio de uma síntese dialética que considere os agentes sociais não só procurando reconstituir a estrutura, mas também a transformando; a construção de uma série de conceitos que medeiam às relações entre a estrutura e a ação; a análise da consciência prática dos atores, isto é, do conhecimento tácito que o ator pode utilizar, mas que não é capaz de formular no discurso; e a consideração do tempo e do espaço como elementos centrais de toda interação social (FLORIT, 1998).

3.3.1 Conceitos Teóricos da Perspectiva Orientada ao Ator

De acordo com Long e Ploeg (1994), os conceitos analíticos orientadores da Perspectiva Orientada ao Ator são: agência, atores sociais, arenas, visões de mundo, práticas discursivas, encontros de interface social, poder, heterogeneidade estrutural. Os conceitos relacionados seriam estratégia, projeto, projetos interligados, estruturas intermediárias, campos organizacionais, redes de conhecimento, processos de negociação e ajuste.

Os conceitos teóricos a seguir descritos foram obtidos em Long (2001; 2007a), e foram destacados dentre um rol de noções teóricas utilizadas pelos autores para explicar os processos sociais. Essa abordagem oferece um enquadramento conceitual flexível para compreensão dos processos de desenvolvimento, mas não exclusivamente deles. Por isso, as categorias analíticas salientadas aqui se constituem naquelas que permitiram analisar o processo de intervenção para o desenvolvimento.

3.3.1.1 Agência humana: capacidade de conhecer e de fazer

Em termos gerais, a noção de agência atribuí ao ator (individual ou coletivo) a capacidade de processar a experiência social e inventar caminhos para as situações problemáticas, sob as mais extremas formas de coerção (LONG; PLOEG, 1994).

Os agentes ou atores humanos [...] têm, como aspecto inerente do que fazem, a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem. As capacidades reflexivas do ator humano estão caracteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, no fluxo da conduta cotidiana, nos contextos da atividade social. Mas a reflexividade opera apenas parcialmente num nível discursivo. O que os agentes sabem acerca do que fazem e de por que o fazem - sua cognoscitividade *como* agentes - está largamente contido na consciência prática. Esta consiste em todas as coisas que os atores conhecem tacitamente sobre como "continuar" nos contextos da vida social sem serem capazes de lhes dar uma expressão discursiva direta. (GIDDENS, 2009, p. XXV, grifo do autor).

Segundo Giddens (2009, p. 12), "agência refere-se a fazer", os indivíduos têm intenção e são cientes das razões que levam a prática de determinadas ações, os agentes são reflexivos,

ou seja, têm capacidade de trazer para consciência e refletir sobre suas escolhas. As respostas dadas pelos atores explicam suas práticas, suas ações e suas intenções. A reflexividade não deve ser entendida meramente como autoconsciência, mas como o caráter monitorado do "fluxo contínuo da vida social". A agência humana não cria sistemas sociais, mas os reproduz e transforma-os, refazendo a práxis (GUIVANT, 1997, p. 19; LONG; PLOEG, 1994).

[...] os atores não só controlam e regulam continuamente o fluxo de suas atividades e esperam que os outros façam o mesmo por sua própria conta, mas também monitoram rotineiramente aspectos sociais e físicos, dos contextos em que se movem [...] possuir tal entendimento não deve ser equiparado à apresentação discursiva de razões para determinados itens de conduta, nem mesmo à capacidade de especificar tais razões discursivamente. (GIDDENS, 2009, p. 6).

A agência humana não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade de elas realizarem essas coisas. Os agentes humanos têm capacidade de entender o que fazem enquanto fazem, eles sabem tacitamente como continuar, mas sem capacidade de dar uma explicação discursiva direta. A noção de agência, portanto, apresenta importância estratégica para compreender o significado das redes sociais, garantir informações, formar opiniões, legitimar pontos de vista e, assim, gerar diferentes relações de poder. A incorporação de novas ideias e modos de comportamento carrega, simultaneamente, processos de transformação.

A agência diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetuador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente, pois são capazes de processar e sistematizar suas experiências vividas e atuar nelas.

Ser capaz de "atuar de outro modo" significa ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas. Isso pressupõe que ser um agente é ser capaz de exibir (cronicamente, no fluxo da vida cotidiana) uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros. A ação depende da capacidade do indivíduo de "criar uma diferença" em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente. Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para "criar uma diferença", isto é, para exercer alguma espécie de poder. (GIDDENS, 2009, p. 17).

Por intermédio da noção de agência, o agricultor é capaz de conhecer e tem habilidade para fazer de acordo com seus limites de informação e recursos. Ele cria maneiras de resolver

seus problemas e evitar situações problemáticas, colaborando para a construção de seus mundos de vida próprios. O agricultor é um "estrategista ativo" que problematiza situações, processa informação e reúne os elementos necessários para operar seu estabelecimento agrícola.

A capacidade de agência não é um atributo do ator individual, manifestando-se quando ações particulares causam mudanças em relação a um curso de eventos pré-existentes ou a um estado de coisas, acarretando relações sociais e efetivando-se por meio delas. A agência requer capacidade de organização e capacidade de influenciar os outros, envolver os outros em seus projetos e fazer com que os outros aceitem determinada mensagem. As noções de agência diferenciam-se de sociedade para sociedade e em segmentos diferentes da mesma sociedade. Essas diferenças permitem estudar como a capacidade de agência é constituída culturalmente de forma distinta, afetando as relações interpessoais e as formas de controle que os atores podem desenvolver uns sobre os outros (LONG; PLOEG, 1994).

Os atores sociais são os centros de decisão e de ação. Long e Ploeg (1994) argumentam que a tomada de decisões implica o uso implícito ou explícito de meios discursivos que variam, pois fazem parte do estoque diferenciado de conhecimentos e de recursos disponibilizados aos atores. As decisões não estão baseadas em um único discurso, mesmo sendo as escolhas limitadas, os atores acham formas alternativas e modos específicos de ação. As estratégias e construções culturais utilizadas pelos indivíduos são retiradas de um estoque de discursos disponíveis que são, de certa forma, partilhados com outros indivíduos. Assim, o indivíduo é "metaforicamente" transformado em ator social, socialmente construído.

Nesse contexto, a noção de agência humana é central, porque as formas com que as pessoas, mediante práticas discursivas e organizadoras, brecam e manipulam certos elementos restritivos e habilitadores no esforço de envolver os outros em seus projetos de vida, implica contínuas negociações sobre significados, valores, intencionalidades, já que os atores sociais podem comprometer-se, distanciar-se ou adotar uma posição ambígua. Na prática, a agência humana requer a geração de uma rede de relações sociais e o entrelaçamento de itens específicos (demandas, reivindicações, ordens, instrumentos, informações, tecnologias e bens), para que os agricultores "vençam as batalhas" sobre a atribuição de significados sociais específicos a certas ações e ideias.

3.3.1.2 Campos sociais, domínios sociais e arenas

Long apresenta três conceitos fundamentais, a noção de campo social, de domínio social e de arena que permitem compreender as ações, os desejos e as decisões dos atores sociais, quando lidam com processos constritores, habilitadores de similitude e de diferença social.

A noção de campo social⁶ incita um quadro de espaços abertos, uma paisagem irregular com limites mal definidos, composto em termos de disponibilidade e de distribuição de elementos diferentes: recursos, informações, capacidade tecnológica, componentes institucionais, fragmentos de discurso, indivíduos e grupos, estruturas físicas. Os elementos e relações que configuram o campo são produtos de intervenções humanas e não humanas, tanto locais, quanto globais, resultado de processos cooperativos e competitivos. Esse conceito assimila o caráter heterogêneo da ação social que resulta da intersecção de domínios sociais diferentes (LONG, 2001).

Enquanto a ideia de campo fixa-se em termos de disponibilidade e distribuição de recursos, as noções de arena e domínio permitem analisar os processos de ordenamento, regulação, disputa de valores sociais, utilização de recursos, autoridade, poder, fronteiras sociais e simbólicas. A composição e decomposição de campos sociais particulares dependem do uso estratégico e das interconexões entre domínios sociais diferentes e da análise das dinâmicas de arenas sociais, em que as lutas por recursos e significados são explícitas.

Os domínios servem para identificar as áreas da vida social que estão organizadas por referência a um núcleo central. Apesar de não serem percebidos da mesma maneira por todos os envolvidos, são reconhecidos como um lugar de certas regras, normas e valores que implicam em grau de compromisso social, como por exemplo, os domínios da família, do mercado, do Estado, da comunidade, da produção e do consumo. Os valores e interesses associados com domínios particulares são especialmente visíveis e definidos nos pontos em que os domínios se chocam e entram em conflito. Os domínios não são dados culturalmente, mas produzidos e transformados mediante as experiências compartilhadas (LONG, 2001; 2007a).

⁶ Conforme enfatiza Long (2007a, p. 123), campo social para Bourdieu é uma noção com uma perspectiva mais estrutural, manifestada pela analogia de um jogo com regras, lógicas, regularidades, evidenciada pelo acúmulo de capitais (econômico, cultural, social, simbólico) para adquirir melhor posições dentro do campo, sendo um conceito central organizador da análise do poder, *status* e distribuição de capitais.

As arenas são sítios sociais e espaciais, espaços de lutas entre diferentes práticas e valores em que se fazem esforços para resolver discrepâncias nas interpretações de valor e incompatibilidades entre os interesses dos atores. Os atores confrontam-se entre si e mobilizam meios culturais e discursivos para alcançar objetivos, mas não se deve, segundo Long (2001), considerar que as arenas envolvam somente confrontações frente a frente, pois marcos institucionais externos e geograficamente distantes têm lugar nos cenários localizados. Nesse processo, os atores podem recorrer a valores associados a domínios particulares para apoiar seus interesses, objetivos e disposições. A arena é uma noção especialmente útil para analisar projetos de desenvolvimento e programas, já que os processos de intervenção consistem em complexo conjunto de arenas de esforço entrelaçadas, cada uma caracterizada por específicas restrições e possibilidades de manobra.

Assim, as noções de domínios e arenas permitem melhor compreender os espaços de manobra dos atores e dos agentes, explicitando os elementos constritivos e habilitadores que formam esses espaços.

3.3.1.3 Interface social

A noção de interface social é relevante para explorar e entender problemas de heterogeneidade social, de diversidade cultural e de conflitos inerentes aos processos que envolvem intervenções externas, porque permite compreender as respostas diferenciais dos grupos locais, sendo que seus objetivos e interesses, na maioria das vezes, não conferem com os propostos pelas intervenções planejadas. As interfaces cruzam diferentes e, muitas vezes, conflituosos mundos de vida,⁷ ou campos sociais, ou arenas específicas, em que as interações giram em torno do processo de negociação e manobra, da acomodação dos problemas e da disputa pela legitimação de pontos de vista, permitindo a desconstrução do conceito de intervenção e a observação das interações que devem ser analisadas como parte dos processos continuados de negociação, adaptação e transformação de significado inerente à mediação social (LONG, 2001; 2007a).

⁷ Mundo de vida são mundos sociais vividos, em grande medida centrados em indivíduos particulares. Tais mundos são um produto de processos constantes de reordenamento e reavaliação de relações e experiências por parte dos indivíduos. Os mundos de vida incluem ações, interações e significados e identificam-se com espaços sociogeográficos específicos, assim como com histórias de vida (LONG, 2007a, p. 443).

A interface social é um dispositivo metodológico para analisar os pontos críticos da descontinuidade e, de acordo com Long (2007a, p. 142-148), apresenta os seguintes elementos-chave:

- a) Interface como entidade organizada de relações e intencionalidades entrelaçadas — centra-se nos vínculos e redes desenvolvidos entre os indivíduos e partes envolvidas. A interface entre a Agência e os extensionistas, por exemplo, mantém-se de maneira organizada com regras, sanções, procedimentos, práticas para abordar interesses e percepções conflitivas. Essa interface é marcada por acordos oficiais. A interface entre os agricultores caracteriza-se por laços personalizados baseados na relação patrão/cliente e amizade;
- b) Interface como espaço para conflito, a incompatibilidade e a negociação — pressupõe a geração de conflitos, ainda que exista algum grau de interesse comum. As negociações de interface envolvem indivíduos que representam grupos com expectativas e demandas distintas. Aqueles que são hábeis em manejar posições ambivalentes podem atuar como intermediários e obter vantagens pessoais ou políticas;
- c) Interface e o choque de paradigmas culturais — centra-se na produção e transformação da diferença na forma de ver a vida e nos paradigmas culturais. Dentro de uma organização administrativa ou população, existem diferentes posições culturais e ideológicas que raras vezes coincidem, criando espaço para manobrar a interpretação e utilização desses valores culturais ou pontos de vista e identificar a natureza de lutas (explícitas ou implícitas) sobre a dominação e legitimação de paradigmas socioculturais;
- d) Centralidade dos processos de conhecimento — foca-se na construção cognoscitiva e social que resulta das experiências, encontros e descontinuidades que surgem nos pontos de intersecção entre mundos de vida dos diferentes atores. A noção de interface descreve o conhecimento como fruto de um "encontro de horizontes". Por meio do processo comunicativo, novas informações e discursos são incorporados a marcos de conhecimento existentes. Dessa forma, o conhecimento emerge como produto da reflexão, do diálogo, da interação, das lutas de significado, envolvendo aspectos de controle, autoridade e poder;
- e) Poder como resultado de lutas por significados e relações estratégicas — verifica o poder não sendo simplesmente possuído e acumulado, mas se refletindo além do controle hegemônico, das oportunidades ou restrições ao acesso de recursos, estando relacionado com as lutas complexas e negociações sobre autoridade, *status*,

reputação, recursos e mobilização de redes de atores. Nas lutas, os atores percebem-se capazes de manipular/manobrar e desenvolver estratégias, criando espaço para negociação que representa certo grau de poder;

- f) Interface como composta de discursos múltiplos — permite compreender como os discursos "dominantes" são endossados, transformados e desafiados. Enquanto alguns atores representam os discursos dominantes, outros defendem os discursos dos locais, oferecendo pontos de vista alternativos. As análises de interface visam a explicar as implicações do conhecimento e poder na interação e mescla ou segregação de discursos contrários;
- g) Interface e intervenção planejada — contribuem para desconstruir o conceito de intervenção, permitindo verificar como fatores externos são internalizados e o que significam para os distintos grupos afetados, e compreender a intervenção como um processo contínuo de negociação e interação entre os atores, suas estratégias, suas práticas e seus discursos, considerando as diferenças de poder e as dinâmicas de acomodação cultural possíveis na interação de vários mundos de vida.

3.3.1.4 A construção do conhecimento

Nos processos de intervenção para o desenvolvimento, a construção do conhecimento adquire especial importância, porque considera a interação ou confrontação entre formas de conhecimento científico e leigo, e analisa os esforços para legitimação, segregação e comunicação. O conhecimento na perspectiva orientada ao ator é percebido como produto conjunto e simultâneo das relações entre os conhecimentos científico e local. Portanto, essa perspectiva transcende as análises dicotômicas de formas de conhecimentos diferentes. Além disso, não distingue tipos de conhecimento com base na origem e não vê as práticas socioculturais como produtos de ordens culturais ou institucionais ou como sistemas de pensamento social.

El conocimiento se genera y se transforma no en abstrato sino en las contingencias y forcejos cotidianos que constituyen la vida social. No se da por compromisos institucionales simples o por supuestas fuerzas de poder y autoridad, sino que es un resultado de las interacciones, negociaciones, interfaces y acomodaciones que tienen lugar entre los actores diferentes y sus mundos de vida. (LONG, 2007a, p. 314-315).

Os processos de criação do conhecimento envolvem vários elementos interconectados: as estratégias e capacidades dos atores para utilizar elementos dos repertórios de conhecimentos existentes, a forma com que os atores absorvem e validam novas informações, a maneira com que lidam com as informações, sendo julgadas úteis ou rejeitadas, e as transações que envolvem os intercâmbios entre os atores envolvidos na produção, disseminação e utilização do conhecimento (LONG, 2007a). Assim, o conhecimento é fragmentário e difuso, emergindo como produto da interação e do diálogo entre os atores.

O conhecimento científico introduzido pelos extensionistas marginaliza gradualmente o conhecimento local dos agricultores. Os modelos modernos de produção ou, até mesmo, as tecnologias alternativas vão substituindo e tornando supérfluos conhecimentos locais transmitidos através das gerações pelos agricultores, reduzindo a possibilidade de intercâmbio de saberes e experiências. Quando uma política pública, um projeto ou um programa de desenvolvimento é introduzido em uma comunidade rural, esse projeto não se restringe apenas a uma imposição mecânica vinda de fora, mas representa uma negociação de conceitos, de significados, um confronto de mundos de vida. Os agricultores assimilam informações uns dos outros, assim como assimilam, também, de fontes externas como um esforço em criar conhecimento frente às situações que encontram (LONG, 2007a). Portanto, a experiência mostra que o processo de intervenção no meio rural está longe de ser simples, unânime e sem problemas.

O conhecimento e o poder surgem da interação ou do produto do encontro de horizontes, sendo afirmado por Long (2007a, p. 55) que, se alguém tem o poder ou o conhecimento, isso não implica que outros não tenham, pois essa relação não é um “jogo de soma zero”. A tendência seria a reificação do poder e conhecimento na vida social, pensados como coisas materiais possuídas pelos atores e consideradas como realidades dadas e não questionadas. Os diferenciais de poder e as lutas sobre os significados sociais são centrais na compreensão dos processos de conhecimento. Os espaços de manobra implicam consentimento, negociação e poder. Os denominados atores subordinados criam múltiplas formas e espaços para eles mesmos. O que faz a diferença não é a quantidade de poder, mas a possibilidade de tirar vantagem sobre outros por meio dele. Os mediadores não têm controle completo sobre o contexto em que atuam, e não podem subestimar o grau pelo qual seu próprio poder é testado por quem, se supõe, não tem poder. Assim, os agricultores não são vítimas passivas que não possam se transformar em resistência ativa.

[...] os estudos detalhados centrados nos atores revelam não só a criatividade e a experimentação desenvolvidas por agricultores, como também sua capacidade contínua de absorver e re-trabalhar ideias externas e tecnologias de forma tal que se torna impossível caracterizar um elemento particular como pertencente à ciência popular ou à ciência dos cientistas. O encontro entre diferentes corpos de conhecimento envolve uma transformação ou tradução do conhecimento existente e uma fusão de horizontes (ou seja, a criação conjunta de conhecimento). Esse encontro também envolve a interpretação dos mundos cotidianos e projetos dos agricultores, extensionistas, planejadores, políticos e cientistas. (LONG; PLOEG, 1994, p. 21).

A perspectiva orientada ao ator considera o conhecimento como sendo construído socialmente, abrangendo diversas formas de construir o mundo, não sendo considerado como uma simples acumulação de fatos. O conhecimento é interpretado como constituído pelas formas em que as pessoas categorizam, codificam e imputam significados a suas experiências, o que vale tanto para o que usualmente se entende por conhecimento científico, quanto para o que se entende por conhecimento local. A dicotomização entre conhecimento científico e local é uma visão simplificada, pois o conhecimento é um híbrido, fruto da apropriação e da transformação, apresentando uma heterogeneidade de manifestações, uma combinação de elementos naturais, sociais e técnicos. O conhecimento é construído heterogeneamente.

3.3.1.5 A noção de empoderamento

Os autores apresentam um novo olhar sobre a noção de *empoderamento*, diferenciando-se das abordagens vinculadas à elevação do capital social dos atores locais e aos enfoques participativos. Nessa esteira, Long e Ploeg (1995) criticam as intervenções planejadas, na medida em que não dariam conta do conhecimento detalhado e do domínio das situações locais altamente diversas, e desconsiderariam a heterogeneidade como traço estrutural e não casual do desenvolvimento rural. Assim, a abordagem participativa, por si só, seria insuficiente, porque suas propostas representam interesses específicos, na maioria das vezes, diversos das expectativas e dos projetos dos atores envolvidos, destacando uma imagem de agentes de desenvolvimento externos dotados de poder, que o transmitem a agricultores despossuídos do mesmo até o momento em que se inicia a intervenção.

De acordo com a POA, esse seria o paradoxo dos métodos participativos que pretendem empoderar os locais, e trazem consigo a conotação de um poder que se injeta a

partir de fora para mudar o balanço de forças até formas de "autodeterminação local". Em outras palavras,

[...] implican la idea de empoderar a la gente por medio de la intervención estratégica de "expertos ilustrados" que hacen uso de la ciencia de "la gente" y de "las organizaciones intermedias locales" para promover el desarrollo "desde abajo". (LONG, 2007a, p. 176).

Long (2007a, p. 176 e 343) conclui que, embora se reconheça a necessidade de compreender como os agentes locais enfrentam seus problemas, geralmente, essa situação envolveria a substituição de enfoques "pré-fabricados" por outros "de aprendizagem" ou a substituição de "velhos estilos profissionais por outros novos", baseados na promoção de métodos de investigação e avaliação participativos. Tais situações não escapariam da conotação gerencial e intervencionista inerente à ideia de desenvolvimento. Mesmo na presença de boas intenções e de conhecimento sobre estratégias participativas, manter-se-ia a situação de "externos poderosos" que ajudam os "sem poder". Esse seria o dilema central no "desenho dos meios de perfilar a mudança" e não se o eliminaria ao enfatizar as metas de participação e *empoderamento*. Nesse sentido, o *empoderamento*, nesta abordagem teórica depende do próprio ator.

Os esforços em impulsionar o desenvolvimento rural nas comunidades por meio da ação de agentes externos (extensionistas) no sentido de fortalecer a capacidade das comunidades de tomar decisões sobre suas próprias prioridades ou alcançar metas propostas por esses agentes não reduzem a possibilidade dos agricultores, mesmo que inconscientemente, de seguir o caminho por eles proposto. Dessa forma, nessa arena, compromissos sociais externos podem moldar os resultados das atividades participativas.

Portanto, o *empoderamento* estaria relacionado com as redes e as capacidades estratégicas que inter-relacionam os projetos dos atores particulares com outros e com a expansão do espaço de interface e de negociação. A compreensão do *empoderamento*, à luz da perspectiva orientada ao ator, advém da interface social manifestada na relação técnico-agricultor, mediante a negociação, não sendo fruto do aumento do capital social, mas da negociação e da incorporação dos interesses dos agricultores aos projetos da Agência.

3.3.2 Pedras Angulares e Conceitos-Chave da Perspectiva Orientada ao Ator

A perspectiva orientada ao ator apresenta algumas características consideradas como pedras angulares desse enfoque. Essas características apresentadas de forma resumida e conjunta oferecem um panorama geral da abordagem, de acordo com Long (2007a, p. 108-109 e 441-442):

- a) A vida social é heterogênea, compreendendo uma ampla diversidade de formas sociais, repertórios culturais, que se apresentam, muitas vezes, sob circunstâncias aparentemente homogêneas. Estudar como essas diferenças são produzidas, reproduzidas, consolidadas e transformadas e também identificar os processos sociais envolvidos e não meramente os resultados estruturais;
- b) Esta perspectiva requer uma teoria da agência humana baseada na capacidade dos atores para processar suas experiências e as dos outros e, ainda, promover inter-relações entre elas. A agência é composta por uma mescla de elementos sociais, culturais e materiais;
- c) A ação social não é um propósito centrado no indivíduo-ego. Ela se manifesta dentro de redes de relações (que são compostas por conjuntos de relações e intercâmbios diretos e indiretos: interpessoais, interorganizacionais e sociotécnicos e caracterizam-se por fluxos, conteúdos, extensão, densidade e multiplicidade), forma-se por uma rotina com práticas exploradoras organizantes, e limita-se por certas convenções sociais, valores e relações de poder. A ação social e a interpretação são geradas pelo contexto específico. As marcas limítrofes são específicas a domínios particulares, arenas e campos de ação social;
- d) Os significados, os valores e as interpretações são construídos culturalmente, são diferencialmente aplicados e reinterpretados de acordo com possibilidades de conduta existentes ou com circunstâncias modificadas, gerando às vezes, novos padrões culturais;
- e) No lugar de ver o local como formado pelo global ou o global como uma agregação do local, a perspectiva do ator aponta a elucidar os conjuntos precisos de relações entrelaçadas, projetos dos atores e práticas sociais que interpenetram os vários espaços sociais, simbólicos e geográficos;
- f) Para o exame dessas inter-relações, o conceito de interface social explora como as diferenças de interesse social, interpretação cultural, conhecimento e poder são mediados e perpetuados ou transformados em pontos críticos de união e de conflito. As interfaces mostram os pontos de contradição e descontinuidade entre os diferentes mundos de vida, incluindo não somente os atores locais, mas também os atores institucionais que intervêm ou outros atores, cujos interesses estão em jogo;
- g) Os processos de construção do conhecimento caracterizam-se pelas formas como os atores apreendem cognitiva, organizativa e emocionalmente o mundo que os rodeia. Esse processo ocorre com base em suas próprias experiências e entendimentos, assim como os dos outros, gerando novas bases para a compreensão. Ainda que a base em que se sustentam suas afirmações de veracidade e autoridade varie, isso se aplica tanto para o conhecimento cotidiano, não científico, quanto para o conhecimento científico. A construção de conhecimento é construtiva, porque é resultado de muitas decisões e incorporações seletivas de ideias, crenças e valores e é também destrutiva, porque transforma, desarma ou ignora outros marcos de conceituação e entendimento existentes.
- h) Elucidar os processos de construção de conhecimento e poder implicados nas arenas e interfaces de luta e negociação, outorgando atenção especial à re-configuração de padrões de autoridade e de controle. As configurações de poder são compostas por conjuntos heterogêneos de relações sociais que acomodam valores, significados, noções de autoridade, controle, dominação, subordinação e sustentam-se através de padrões específicos de distribuição de recursos e competência.

Quadro 6 - Pedras angulares e conceitos-chave da perspectiva orientada ao ator

Fonte: Adaptado de Long (2007a, p. 108-109 e p. 441-442).

3.3.3 Algumas Potencialidades da Perspectiva Orientada ao Ator

A utilização da POA proporciona, por intermédio do estudo de interface, informações sobre os processos pelos quais a política de desenvolvimento transforma-se durante sua implementação, como se geram espaços de manobra e *empoderamento*, tanto por parte dos extensionistas, quanto dos agricultores, e como as pessoas se envolvem dentro dos projetos dos outros. Tal perspectiva, a partir de uma análise construtivista, coloca no centro os atores sociais, seus valores, seus entendimentos e a forma com que constroem o conhecimento.

Tal perspectiva apresenta conceitos básicos que permitem uma compreensão mais ampla e completa da intervenção para o desenvolvimento, tornando mais concreta a discussão teórica, na medida em que apresenta análises empíricas baseadas em estudos que procuram conciliar a teoria e a prática, principalmente em contextos latino-americanos. Além disso, objetiva explicar e entender as respostas diferenciais e as experiências vividas pelos atores sociais diversamente localizados e afetados a circunstâncias estruturais similares e a condições que pareçam relativamente homogêneas, e compreender os projetos de desenvolvimento, desde sua concepção até sua realização.

O objetivo dos autores é apresentar um pano de fundo reflexivo útil para compreensão de seus argumentos teóricos, criticando os modelos de intervenção que são aplicados de cima para baixo, mediante projetos desenvolvidos por agências de desenvolvimento com objetivos definidos e esperados, e aplicados por agentes de desenvolvimento, como por exemplo, extensionistas. É necessário esclarecer dois pontos. Primeiro, os autores criticam as formas de intervenção mais do que a própria intervenção. Segundo, defendem que o desenvolvimento, sendo um processo multifacetado, multiator, mutinível, multidimensional, multissetorial permite ampla forma de objetivação, pois sua heterogeneidade e diversidade admitem diversas possibilidades, não excluindo, e sim valorizando novos diálogos, redes, produtos, instituições, capitais ecológicos, sociais e culturais.

Os estudos de interface são úteis para análise das relações entre extensionistas e agricultores, permitindo vislumbrar o conflito inerente aos projetos de desenvolvimento. Conforme Caporal (1998),

Desde luego, parece ser que los estudios de interface serían útiles justamente para la comprensión de estos procesos, contribuyendo a la identificación, por ejemplo, de la influencia de las ideologías y sus manifestaciones en las prácticas sociales, o las

pautas sociales dominantes en encuentros de diferentes actores. En el caso de la extensión, podrían contribuir a los estudios sobre las relaciones entre extensionistas y agricultores, entre agencias de extensión y agricultores, o incluso, para estudiar las relaciones entre los agricultores y sus organizaciones. (CAPORAL, 1998, p. 345-346).

A compreensão da intervenção como um plano ou projeto com limites claros no tempo e no espaço, com objetivos pré-definidos por instituições e aplicados por agentes de desenvolvimento limita o desenvolvimento rural, porque a sua gênese está dentro das próprias comunidades, dentro dos grupos e das redes rurais. O desenvolvimento não "vem de fora" e se concretiza por meio de projetos. Os grupos locais possuem seus próprios projetos, suas práticas, estratégias, ações, identidades, motivações. A importância está em entender o mundo de vida dos locais; as alternativas e soluções estão nos seus estilos de vida, formas de vivência e na sua valorização, compreensão, potencialização e estimulação. Portanto, não se trata de substituir políticas *top down* por políticas *bottom up*, mas redefinir e reorientar o olhar sobre o rural, considerando as interfaces, os jogos de poder, as arenas, os domínios, as redes etc. Tal enfoque permite desconstruir a intervenção e afastar o peso das ortodoxias e das simplificações existentes relacionadas às mudanças estruturais e à articulação entre diferentes mundos cotidianos.

Há necessidade de compreensão do tema desenvolvimento rural. Somente o entendimento do processo multifacetado, a percepção dos elementos de continuidade e de mudança e da multitudine de estilos de agricultura permitirá a valorização da arte da agricultura. Conforme as palavras de Ploeg et al. (2000, p. 40): *“It can be fully explored and elaborated or it can be neglected and ignored. There is a world to win, but also a world to loose⁸”*. Tudo depende da atitude tomada frente ao processo que se delinea.

3.4 FORMAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA

A utilização da noção de formas cotidianas de resistência cunhada por James Scott foi agregada ao marco teórico, porque dialoga com a compreensão desenvolvida por Long

⁸ “Isso pode ser totalmente explorado e elaborado ou pode ser negligenciado e ignorado. Há um mundo a conquistar, mas também um mundo a perder” (PLOEG et al., 2000, p. 40, tradução nossa).

(2007a) para o estudo das intervenções externas e das dinâmicas de interface social estabelecida entre os atores.

Convém destacar que Long trabalha com essa noção. Long (2007b) salienta que as respostas para opressão (dominação) seriam multivalentes, combinando rejeição com a aceitação parcial e apropriando ou subvertendo símbolos culturais (estratégias e políticas) da ordem dominante. Como resultado, as resistências criariam uma forma (organização) cultural, que, em parte, seriam ativamente resistentes, em parte expressariam premissas do senso comum e em parte consistiriam em símbolos ou práticas que permaneceriam indefinidas e ambíguas.

De acordo com Scott (2002), as formas cotidianas de resistência para os camponeses parecem particularmente importantes, frente aos obstáculos para uma ação coletiva e organizada. Para aqueles em desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas revelar-se-iam como a única opção disponível. As armas comuns dos grupos relativamente sem poder seriam: fazer corpo mole, dissimulação, submissão falsa, saques, incêndios premeditados, ignorância fingida, fofoca, sabotagem. A regra geral é a forma de resistência passiva, expressa por meio de sabotagens sutis, de não participação, de evasão e de engano. Essas formas requereriam pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento, representando uma forma de autoajuda individual, evitando confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de elite. Assim, essas "armas dos fracos" não poderiam afetar mais do que lateralmente as várias formas de exploração que os camponeses enfrentam. "A natureza dos fatos e a mudez auto-interessada dos antagonistas contribuem para criar um tipo de silêncio cúmplice, que exclui totalmente as formas cotidianas de resistência dos registros históricos" (SCOTT, 2002, p. 14).

Assim, as formas cotidianas de resistência não exigem que sua manifestação seja coletiva, ou seja, atos intencionais e individuais de resistência podem suscitar e produzir consequências inteiramente imprevisíveis. A fusão do elemento de autointeresse e da resistência é a força vital da resistência camponesa. Quando se cuida de atos raros e isolados, eles são de pouco interesse, mas quando tais atos se tornam um padrão consistente, embora não coordenado, representam atos de resistência. Para Scott (2002), a "beleza" das expressões de resistência é o fato de conferir vantagens imediatas e concretas e, ao mesmo tempo, negar recursos para as classes apropriadoras, requerendo pouca ou nenhuma organização explícita. A falta de coordenação central é compensada pela flexibilidade e persistência. "Essas formas de resistência podem não ganhar batalhas premeditadas, mas são admiravelmente eficientes em campanhas de confronto de longo prazo" (SCOTT, 2002, p. 28).

Scott (1985, 2002) afirma que o objetivo das formas cotidianas de resistência não é derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver. As formas de resistência obstinadas, persistentes e irredutíveis representariam as armas verdadeiramente duráveis dos fracos antes e depois da revolução.

De acordo com Menezes (2002, p. 33), Scott entende que a "[...] resistência às relações de dominação expressam-se em práticas cotidianas e discursos difusos e fragmentados, que orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados". Em outras palavras seriam as formas diversas por que os trabalhadores rurais expressam as relações de dominação, ou seja, formas cotidianas de resistência, pouco ou não coordenadas, informais e ocultas, que se diferenciam das formas de luta coletiva, organizada, institucional, pública e formal.

[...] *los actos individuales de desafío sutil y las voces silenciadas de oposición y movilización actúan a pesar de todo para desviar las estrategias posiblemente coercitivas y opresivas de otros. De esa manera, el acatamiento estratégico y la acomodación - que en ocasiones resguarda actos de desafío- se convierten en rasgos comunes de la vida social cotidiana* (SCOTT⁹ apud LONG, 2007a, p. 342).

Em *Dominations and the Arts of Resistance* (1990, p. 2), Scott apresenta as noções de transcrição (*transcript*) pública e transcrição oculta¹⁰ para explicar as formas cotidianas de resistência. Por transcrição pública, Scott denomina "um caminho abreviado para descrever uma interação aberta entre subordinados e aqueles chamados dominantes", público refere-se à ação que é abertamente dirigida à outra parte nas relações de poder, e transcrição refere-se ao registro completo do que foi dito, incluindo atos não verbais, tais como gestos e expressões. A transcrição oculta seria um discurso que acontece "fora do palco" (*offstage*), seria uma situação que ocorre distante da "observação direta dos detentores do poder" (SCOTT, 1990, p. 4), consistindo em "[...] falas, gestos e práticas que confirmam, contradizem ou flexionam o que aparece na transcrição pública, atos teatrais para audiências diferentes" (SCOTT, 1990, p. 4-5).

De acordo com Ploeg (2008, p. 289, grifo do autor) “[...] a resistência se encontra em uma vasta gama de *práticas* heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como *distintamente* diferente”. A resistência flui através da

⁹ SCOTT, J. C. **Weapons of the weak**: everyday forms of peasant resistance. New Haven; London: Yale University Press, 1985. 389 p.

¹⁰ O uso do termo “oculta” foi obtido em Menezes (2002), a tradução literal de Scott seria transcrição escondida (*hidden transcript*).

multiplicidade de respostas que são ativamente desenvolvidas pelos agricultores para enfrentar e contrapor-se.

3.5 EXTENSÃO RURAL: BREVE REVISÃO

Os trabalhos realizados sobre extensão rural são variados, identificam-se desde teses de doutorado, dissertações até artigos científicos.¹¹ A totalidade dos trabalhos aqui destacados versam sobre a evolução histórica da Extensão rural, descrevendo os aspectos relativos à sua origem, à sua trajetória institucional e à situação atual. A revisão de literatura realizada não é exaustiva, objetivando apresentar as principais pesquisas sobre o tema, identificar seus objetivos e contribuições para compreensão desse tema.

Caporal (1991), em sua dissertação de mestrado, identifica e esclarece os papéis e as relações dialéticas que se estabelecem entre o Estado, a organização e os extensionistas e como essa relação implica o estabelecimento de limites à prática extensionista, levando, muitas vezes, à inviabilização ou à dificuldade de mudança nessa prática, mesmo em situações em que as mudanças são oriundas, elaboradas e sustentadas pelas próprias organizações. O autor descreve a história da extensão rural tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, destacando os antecedentes históricos do extensionismo rural, a internalização da extensão rural no Brasil e no Rio Grande do Sul, o processo educativo da extensão rural, os vínculos da organização extensionista com o Estado, a função e a construção da prática extensionista, dentre outros. Esse trabalho constitui-se em uma crítica seminal à ATER, sendo realizado em um período em que se abriu espaço na academia para questionamentos sobre a extensão rural.

Caporal (1998), em sua tese de doutorado, aprofunda suas reflexões sobre a extensão rural pública e discute aspectos relacionados à prática ambientalista e ao futuro do extensionismo no Rio Grande do Sul. O foco de seu trabalho está em verificar como a extensão pública pode adotar instrumentos de apoio à transição e à implementação de estilos de agricultura sustentável. Novamente, destaca os antecedentes históricos do extensionismo

¹¹ Os trabalhos destacados foram escolhidos pela sua importância para compreensão do tema abordado e pela opção de valorização de outros trabalhos que tratam sobre extensão rural e não constam repetidamente como fonte bibliográfica ou citação, valorizando, portanto, trabalhos diferentes daqueles costumeiramente citados. No entanto, para não desmerecer os demais trabalhos que tratam sobre esse tema e serviram, e ainda servem, como fonte de literatura, cita-se: Fonseca (1985), Queda (1987), Gonçalves Neto (1997), Rodrigues (1997).

rural e sua evolução no Brasil e no Rio Grande do Sul. Além disso, analisa a extensão nos anos 1990, identificando críticas, momentos de crises, alternativas e possíveis caminhos para a extensão no Rio Grande do Sul. A tese de doutorado do autor colabora com a reflexão sobre o processo de transição agroecológica na extensão rural nesse Estado.

O trabalho de Simon (2003) discute as características teóricas, metodológicas e instrumentais da extensão rural em microbacias hidrográficas em Santa Catarina, procurando revelar os elementos que sinalizam uma passagem do "paradigma da gestão dos recursos naturais" ao "paradigma do ecodesenvolvimento". O autor contextualiza historicamente a extensão rural em nível nacional, estadual e local (no caso, o Projeto Piloto FAO/EPAGRI em microbacias hidrográficas). Esse trabalho traz elementos para uma reflexão sobre o uso de microbacias como unidade de referência na extensão rural.

Luzzi (2007) estudou a construção do debate agroecológico no Brasil, objetivando entender o surgimento e a evolução da questão agroecológica na agenda de diferentes atores sociais rurais e a importância que o debate vai assumindo para cada um deles. A contribuição da autora para o tema é um resgate histórico sobre as instituições de pesquisa e extensão rural, a trajetória histórica da extensão rural no Brasil e uma reflexão sobre a Política Nacional de ATER.

Peixoto (2009) descreve como as indústrias de defensivos agrícolas planejam, organizam e prestam serviços de assistência técnica e extensão rural frente ao ambiente de crise da extensão rural pública e da tendência mundial de pluralização dos sistemas de extensão rural. O autor também analisa a origem histórica, a legislação e a situação atual da assistência técnica e extensão rural brasileira, a privatização, a extensão privada e a coordenação dos serviços de ATER em cadeias agroindustriais.

O trabalho de Santos (2006) apresentou como empírico a EMATER/RS-ASCAR e estudou os diferentes métodos e técnicas aplicadas no trabalho educativo do extensionista, bem como analisou as vantagens e as limitações destes métodos e técnicas. Ainda, descreveu as ações e projetos que contemplam os enfoques da prática extensionista. Outra contribuição foi a realização de um diagnóstico das novas perspectivas para o trabalho da extensão rural.

Muchagata (2003) coordenou o trabalho sobre o perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados no Brasil que se constitui em um Projeto de Pesquisa FAO/MDA. O relatório identifica quais são as instituições públicas e privadas, onde estão, quem atendem, como trabalham, que recursos financeiros e humanos mobilizam. A pesquisa reteve para análise 1.245 questionários e visitou 157 instituições em todo o Brasil. O relatório serve de base de informações sobre as instituições de ATER no

Brasil, e apesar das críticas recebidas não há trabalhos similares que alimentem uma nova fonte de dados.

Neumann e Froehlich (2004) realizaram a prestação de serviço de assessoria ao Projeto de Pesquisa FAO/MDA acima destacado, denominado “Perfil dos Serviços de ATER no Brasil: Análise Crítica de Relatórios” que visou à análise do referencial teórico e conceitos, da matriz metodológica e do modelo de análise, da avaliação dos dados coletados, da discussão dos resultados e das conclusões do projeto de pesquisa. Esse trabalho é relevante para o estudo dos serviços de ATER porque questiona e delimita críticas. É um relatório crítico bem fundamentado e detalhado que aponta os principais problemas detectados na pesquisa sobre o perfil de ATER.

Além dos trabalhos referidos ainda há diversos artigos que versam sobre o tema da extensão rural, dentre eles, destacam-se os que seguem.

Schmitz (2002) descreve em seu trabalho como aumentar a eficiência do processo de inovação para agricultura familiar e o papel da pesquisa e da assistência técnica para a construção coletiva do conhecimento e a promoção do desenvolvimento rural. O autor descreve a extensão rural no Brasil, discute sobre as críticas e lança alternativas ao conceito de extensão. Também debate sobre a situação atual e o futuro da assistência técnica, propondo elementos para um novo modelo.

Vieira (1988) realiza um resgate sobre a extensão rural no mundo, tratando da origem, da evolução, da conceituação, da filosofia e dos princípios. Esse trabalho, apesar de antigo, foi lançado na época devido à carência de material sobre a extensão, e permite uma compreensão mais aprofundada sobre o tema.

Diesel et al. (2006) caracterizam a problemática do direcionamento da ação extensionista nas unidades operativas governamentais locais do sistema brasileiro de extensão rural tomando como referência para o estudo o caso da EMATER/RS-ASCAR. Primeiramente, os autores apresentam e discutem sobre a diversidade da ação extensionista, buscando entender a origem desta situação e, por fim, exploram as potencialidades e limites para sua superação.

Mussoi (2008) coloca em debate a política pública de extensão rural frente a novos desafios que se apresentam, a partir de uma abordagem comparativa entre duas experiências nacionais, a saber: Brasil e Moçambique. O autor apresenta um rápido resgate histórico das duas experiências, focando posteriormente nos desafios e macrotendências. Ainda, destaca a questão da qualificação dos gestores públicos e da pedagogia da intervenção.

Machado e Hegedüs (2006) apresentam uma breve evolução da extensão rural, enfocando nos aspectos relacionados à sua concepção inicial de caráter "bancário" até o *empoderamento* do público-meta, visando ao desenvolvimento. Discutem o conceito de sistema e o enfoque sistêmico, e as relações entre os técnicos e agricultores a partir dos enfoques tradicional, sistemático e sistêmico. Concluem que o enfoque sistêmico contribui para o *empoderamento* das pessoas envolvidas no processo de intervenção.

No trabalho de Diesel et al. (2002), os autores referem-se às visões de desenvolvimento e extensão rural, apresentando como empírico o caso brasileiro. Esclarecem que há uma disputa sobre as concepções de desenvolvimento rural. Em função disso, cada visão corresponde a uma proposta de atuação das organizações de extensão rural. Concluem que essa falta de hegemonia nas concepções perfaz um quadro de indefinições e controvérsias sobre o futuro dos serviços de extensão rural.

Amadeo e Fiuza (2009) discutem sobre a importância da utilização de práticas participativas na extensão rural como forma de estabelecer relações horizontais, consolidação de redes e transformação dos agricultores em protagonistas de seu próprio desenvolvimento. As autoras indagam-se sobre a autenticidade dessas afirmações com base no marco denominado "tirania da participação" e ainda usam o exemplo da agroecologia.

Duarte e Siliprandi (2006) oferecem uma reflexão sobre os limites da proposta de reconstrução da política de ATER, e apresentam algumas condições para sua consolidação. Primeiramente, as autoras situam o debate a partir de uma evolução da política de ATER pública, posteriormente discutem algumas opções estratégicas inovadoras e, finalmente, levantam questões sobre o desenvolvimento, o modelo de assistência técnica e o papel do Estado e das políticas de ATER.

Para Alemany e Sevilla Guzmán (2009), a extensão rural alternativa gerou desenvolvimentos teóricos e metodológicos congruentes com a nova perspectiva da sustentabilidade, e, sendo esse um conceito em construção, a extensão rural pode fazer importantes contribuições para seu desenvolvimento. Por isso, propõem a recuperação e recriação da extensão rural a partir de sua história alternativa como base para novos desenvolvimentos teóricos, metodológicos e instrumentos necessários para construção de sociedades sustentáveis. Nesse trabalho, os autores primeiramente apresentam uma discussão sobre a sociedade de risco e a sustentabilidade, as trajetórias convencional e alternativa da extensão rural, e como a perspectiva da sustentabilidade recupera a extensão rural alternativa. Posteriormente, discutem sobre as debilidades "ancestrais" da extensão rural e, finalmente, apresentam algumas reflexões sobre a "*extensión junto con la gente*".

Ramos (2006) objetiva discutir sobre o papel do extensionista frente à realidade da qual faz parte e tem uma ação de influência. A autora utiliza as bases teóricas da teoria da libertação de Paulo Freire, e relaciona o papel do extensionista com a PNATER, concluindo a respeito da importância da postura mediadora e de transformação a partir da ação-reflexão dos sujeitos envolvidos na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Observa-se, conforme o exposto acima, que diversos trabalhos versam sobre o tema extensão rural. De modo geral, as pesquisas sobre extensão rural concentraram esforços em compreender a trajetória histórica das instituições, em analisar a ação extensionista, a propor perfis desejáveis e modelos para ação. Esses trabalhos foram imprescindíveis para compreensão sobre o tema, contribuindo para reflexão sobre a crise da extensão rural, sobre as críticas dirigidas à ação extensionista. O presente trabalho objetiva dar uma continuidade às discussões em torno da extensão rural, procurando descortinar e desmistificar o processo de intervenção para o desenvolvimento realizado pela EMATER/RS-ASCAR, mediante a utilização da Perspectiva Orientada ao Ator. Essa proposta ainda é pouco utilizada no Brasil e permite um novo olhar sobre o tema, partindo da visão dos atores envolvidos.

4 A AGÊNCIA DE EXTENSÃO RURAL PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo versa sobre a extensão rural pública do Rio Grande do Sul, partindo inicialmente de uma discussão sobre o sistema nacional de assistência técnica e extensão rural (ATER) e ATER governamentais, posteriormente, analisa questões relacionadas as diretrizes e as diversidades da ação extensionista. E, por fim, dedica-se ao estudo dos métodos e enfoques da extensão rural e das diferenças entre extensão, intervenção e assistência técnica na visão dos atores envolvidos.

4.1 SISTEMA NACIONAL DE ATER: A NOVA PNATER ¹

Desde a extinção da EMBRATER, em 1990, as ações de ATER, na esfera federal, ficaram a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA) e do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA), não alcançando relevância como política pública de desenvolvimento rural, muito embora tenham sido importantes para o desempenho de programas de crédito rural como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (DUARTE; SILIPRANDI, 2006).

Em 2003, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, as atividades de ATER foram transferidas para o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), sob a coordenação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), nos termos do Decreto n.º 4.739/03. Então, é criado um grupo de trabalho composto por especialistas em extensão rural,² para coordenar a elaboração da nova política nacional de ATER, com a promoção de um amplo processo de discussão e de consultas, a partir de seminários, encontros, audiências e oficinas, envolvendo técnicos, representações de agricultores, instituições de ensino e pesquisa, dentre outros, culminando,

¹ Nesta seção realiza-se uma breve contextualização da extensão rural no plano federal, sendo que as informações sobre a organização do atual Sistema Brasileiro de ATER (estrutura e funcionamento dos diversos órgãos e entidades) foram obtidas no Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2010).

² Tal Grupo de Trabalho era composto por Argileu Martins da Silva, Eros Marion Mussoi, Fani Mamede, Francisco Roberto Caporal, Guilherme de Freitas Ewald Strauch, Hur Ben Corrêa da Silva, Inocêncio Gasparin, Joaquim Thomas, Márcia Muchagata, Nicolau Schaun, Roberta Maçada Lange e Romeu Padilha de Figueiredo.

em 2004, com o lançamento oficial do documento Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Posteriormente, por meio da Portaria Ministerial n.º 25, datada de 29 de março de 2006, o Ministério de Desenvolvimento Agrário instituiu o novo Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), com a finalidade de estabelecer as bases institucionais para a implementação da PNATER, bem como as instâncias de gestão e de execução para a organização da prestação de serviços públicos de ATER.

Esse sistema nacional é coordenado pelo DATER, contando com uma gestão social, ou seja, a gestão ocorre de forma compartilhada, por intermédio da participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável³ (CONDRAF), dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e suas Câmaras de ATER, e das Redes de ATER formadas por organizações governamentais e não governamentais que prestam serviços aos agricultores familiares.

A PNATER possui como instrumento orientador o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), que estabelece diretrizes e metas para os serviços públicos de ATER no País, sendo elaborado anualmente para cada Plano Safra da Agricultura Familiar com base nas políticas da Secretaria de Agricultura Familiar, nos Programas Estaduais de ATER e nas demandas da agricultura familiar.

Ganha relevo na gestão do SIBRATER a atuação do Comitê Nacional de ATER, que é um órgão colegiado integrante do CONDRAF, com representação paritária de entidades governamentais e da sociedade civil, sendo composto por 31 entidades (representantes de poderes públicos, entidades não governamentais e representantes da agricultura familiar), e tendo como principal objetivo apoiar o DATER na definição de diretrizes, prioridades e projetos do PRONATER, além de formular e propor estratégias visando à implementação da PNATER e à qualificação e universalização dos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural.⁴

³ O CONDRAF é um conselho paritário integrante do MDA, criado pelo Decreto Presidencial n.º 4.854 de 8 de outubro de 2003, composto por 38 membros, incluindo 19 instituições de representação dos poderes públicos e 19 organizações representantes da sociedade civil. Cuida-se de um espaço para proposição de diretrizes voltadas à formulação e implementação de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento rural, à reforma agrária e à agricultura familiar. Sua estrutura engloba três instâncias: Plenário, Comitês e Grupos Temáticos. Atualmente existem cinco Comitês, com atuação nas áreas de Assistência Técnica e Extensão Rural, de Fundo de Terras e Reordenamento Agrário, de Desenvolvimento Territorial, de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia e de Agroecologia. Os Comitês são permanentes e têm a atribuição de acompanhar, analisar, propor e deliberar acerca de programas de responsabilidade do MDA.

⁴ O rol das atribuições do Comitê Nacional de ATER, sua composição e organização estão estabelecidos na Resolução n.º 40 de 5 de abril de 2004 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) (BRASIL, 2004).

A implementação do PRONATER opera-se por meio de parcerias com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, cabendo a eles a responsabilidade de credenciarem as entidades executoras, levando em conta os requisitos estabelecidos em leis e regulamentos. Os Conselhos Municipais, por seu turno, embora participem, exercendo o controle social das atividades executadas, ainda não estão inseridos no processo de gestão, conforme ressaltado por Silva (2006).

Cabe registrar que o DATER, além de coordenar a gestão do SIBRATER, também coordena o fomento à ATER, sendo responsável pela gestão dos recursos previstos nas ações do PRONATER, realizando a operacionalização, o monitoramento e a avaliação da execução dos contratos e convênios firmados com os parceiros. Igualmente coordena a formação de agentes de ATER, promovendo iniciativas de capacitação dos extensionistas rurais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, como forma de apoio às organizações governamentais e não governamentais, com o objetivo de qualificar a oferta dos serviços de ATER e integrar e socializar informações sobre políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar.

A PNATER objetiva estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, centradas no fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida das populações rurais, adotando para tanto os princípios agroecológicos. Embora reconheça a existência de experiências e práticas de caráter variado em todo o território nacional, decorrente da pluralidade, das diferenças regionais e da diversidade econômica e ambiental no meio rural, a PNATER enuncia princípios a serem seguidos para as ações de ATER, a saber (BRASIL, 2008) :

- Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SFA, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente visando ao fortalecimento a agricultura familiar.
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.

- Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.
- Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.
- Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria na qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

A PNATER pretende, dessa forma, substituir o paradigma de Extensão Rural baseado no modelo difusionista de transferência de tecnologia para aumento de produção e de produtividade por um “novo modo” de fazer ATER, calcado no uso de metodologias participativas visando ao desenvolvimento rural sustentável. Para tanto, utiliza os princípios agroecológicos como suporte teórico e metodológico. A Agroecologia é entendida pela PNATER como o enfoque capaz de embasar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis, na medida em que se vale de uma abordagem sistêmica, valorizando a interação entre o conhecimento científico acumulado por diferentes disciplinas e os saberes, os conhecimentos e experiências locais.

Nessa linha, as ações voltadas à implementação da PNATER dirigem especial atenção à formação/capacitação dos extensionistas, propondo um processo construtivista, no sentido de que tanto educador quanto educando sejam sujeitos de um processo dialógico de construção de conhecimentos e de aprendizagem mediada pela realidade concreta, buscando abandonar, assim, a formação extensionista convencional centrada na persuasão para a adoção de tecnologia. Parte-se da premissa de que o agricultor possui um acúmulo de conhecimentos que precisam ser valorizados e considerados na estratégia de desenvolvimento rural. Assim, almeja-se que o extensionista seja um mediador de saberes e um agente impulsionador de desenvolvimento, devendo estar preparado para utilizar técnicas e instrumentos que considerem os conhecimentos dos agricultores e possibilitem a participação destes nas decisões, a fim de que a busca de soluções seja compatível com a realidade local (CAPORAL; RAMOS, [2006]).

Diante disso, o extensionista, ainda de acordo com os preceitos da PNATER, além de uma sólida formação técnica em sua área de conhecimento, necessita apropriar-se de conhecimentos de outras áreas das ciências e estabelecer parcerias com profissionais de outros ramos do saber, para que possa ter uma visão holística, propiciando um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar.

No concernente à proposta de controle social, registra-se que o Sistema Nacional de ATER, conforme visto acima, é composto por Conselhos com representantes não apenas dos poderes públicos, mas igualmente de entidades não governamentais, evidenciando a busca pelo estabelecimento de espaços democráticos, com possibilidade de a sociedade participar na gestão da Política de ATER, quanto às discussões e deliberações acerca das diretrizes, prioridades, metas e destinação dos recursos orçamentários.

Um expressivo rol de ações com vista a divulgar e consolidar as propostas da PNATER foi realizado, incluindo seminários em todos os Estados do País. Igualmente realizaram-se atividades visando à formação de Agentes de ATER, englobando oficinas de nivelamento conceitual em todas as regiões para discutir as novas estratégias; programa piloto em escolas agrotécnicas e universidades; cursos de especialização em desenvolvimento rural e agroecologia; concurso nacional de sistematização de experiências em Agroecologia; ações no campo da pesquisa e extensão universitária, por meio de editais para projetos de disponibilização de tecnologia adaptadas à agricultura familiar e cursos de formação dos mais variados (sobre agroecologia, metodologias participativas, plantas medicinais e saúde, ATER para quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e indígenas).

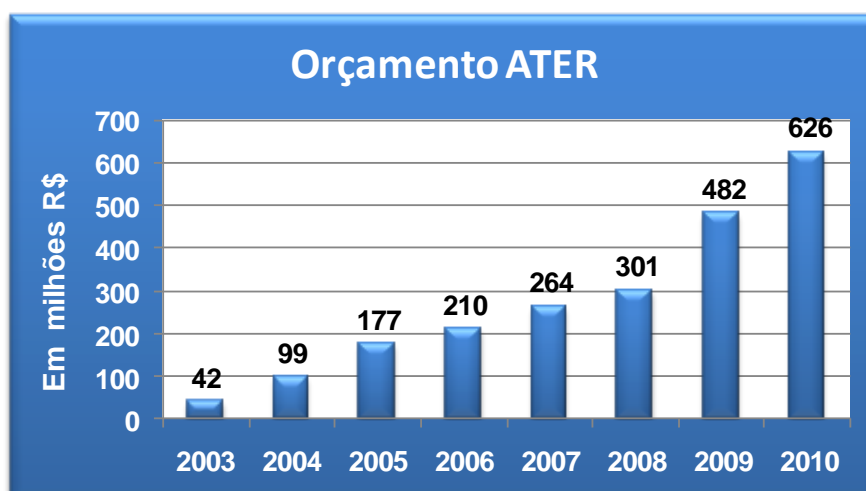


Gráfico 1 - Orçamento brasileiro do MDA para ATER no período de 2003 a 2010

Fonte: Elaborado pela autora com informações da Secretaria de Agricultura Familiar (BRASIL, 2010).

* Ano de 2010 - previsão de recursos.

No que tange ao fomento à ATER, os investimentos do governo federal passaram de R\$ 42 milhões (em 2003) para R\$ 482 milhões (em 2009), correspondendo a um crescimento de mais de 1000% em sete anos. Em tal período, o número de agricultores atendidos passou de 106 mil para dois milhões e o quadro de extensionistas no campo aumentou de 10.500 para 16.500, tendo sido capacitados aproximadamente oito mil agentes de ATER. Além disso, ocorreu o apoio financeiro do MDA para compra de equipamentos como computadores, georreferenciadores e automóveis por parte de entidades credenciadas ao SIBRATER.

Recentemente, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural passou a ser prevista pela Lei n.º 12.188, de 11 de janeiro de 2010, tendo ela⁵ definido expressamente seus princípios (art. 3.º), seus objetivos (art. 4.º) e seus beneficiários (art. 5.º), instituído o PRONATER como principal instrumento de implementação da PNATER (art. 6.º) e disciplinado o credenciamento e a forma de contratação das entidades executoras de ATER (art. 15º), bem como o acompanhamento, o controle, a fiscalização e a avaliação dos resultados da execução do PRONATER (LEI DE ATER, 2010).

As disposições do referido Diploma Legal estão alinhadas às diretrizes da Política de Ater já executada pelo MDA, evidenciando sua importância no sentido de contribuir para a consolidação e fortalecimento da PNATER. Primeiro, porque a implementação da PNATER passa a ser cogente, ou seja, torna-se uma imposição legal. Segundo, porque a torna mais refratária aos fluxos e refluxos decorrentes das mudanças de Governo. Afinal, as alterações nos princípios e objetivos passam a depender de processo legislativo.

O processo de implementação da PNATER vem encontrando uma série de desafios, muitos dos quais reconhecidos e explicitados por integrantes do grupo coordenador de sua elaboração.

Um dos desafios seria a mudança no modelo de gestão institucional, para que as Agências públicas de ATER passem de uma estrutura hierárquica e centralizada, com poder concentrado e, muitas vezes, exercido de forma autoritária, em que o hierarquicamente superior manda e o subordinado obedece ou sofre sanções, para um modelo mais participativo e descentralizado, capaz de "[...] horizontalizar e democratizar os processos de gestão e de

⁵ Convém destacar que a Lei n.º 12.188, embora estabeleça a destinação prioritária dos recursos financeiros da PNATER às entidades e órgãos que prestam serviços oficiais de ATER (art. 1º, parágrafo único), prevê a possibilidade de contratação da prestação desses serviços por instituições ou organizações não apenas públicas, mas também privadas, com ou sem fins lucrativos. Além disso, a Lei n.º 12.188/2010 acresceu o inciso XXX ao art. 24 da Lei n.º 8.666/93 (Lei das Licitações), passando a ser prevista hipótese de dispensa de licitação para contratação de entidades visando à prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, facilitando o acesso das instituições privadas ao financiamento público. Desse modo, para o caso brasileiro, a pluralidade na prestação de serviços de ATER é reconhecida por Lei (BRASIL, 2010).

decisão destas instituições, incluindo a possibilidade de participação dos ‘beneficiários’” (CAPORAL, 2005, p. 9).

Caporal e Ramos [2006] reconhecem, ainda, a dificuldade de ruptura com as velhas práticas de extensão rural. Assim, mesmo quando as instituições incorporam a nova Política em discurso e elaboram projetos nessa linha, não necessariamente ocorre alteração nas práticas, as quais acabam reproduzindo os velhos modelos.

Outro desafio seria a necessidade de se alterarem as formas de acompanhamento e de avaliação dos resultados da execução dos serviços de ATER. O modelo de extensão rural convencional utilizava-se de parâmetros para aquilatar o aumento da produção e da produtividade e, para isso, quantificava as reuniões, as visitas e os dias de campo. Com a nova proposta da PNATER, há necessidade de estabelecer-se um novo conjunto de indicadores, compatíveis com os princípios, diretrizes e objetivos dessa Política⁶ (CAPORAL; RAMOS, [2006]).

Igualmente, há o desafio de implementar na prática de ATER um novo paradigma de trabalho e de desenvolvimento, já que a educação e a formação de profissionais das ciências agrárias e de outras áreas do conhecimento adotam um modelo disciplinar que limita a possibilidade de visão holística da realidade, dificultando a integração das diversas áreas envolvidas na agricultura. Dessa forma, não bastaria uma simples capacitação técnica, mas sim a continuidade e a ampliação do processo de formação de Agentes de ATER, incluindo a mudança nos “[...] conteúdos e grades curriculares das instituições de ensino médio e superior, de modo a formar profissionais capazes de atender as demandas atuais do meio rural, com base nos princípios da PNATER” (SILVA, 2006, p. 7). Em outras palavras, haveria a necessidade de um “novo profissionalismo”, ou seja, de profissionais em geral (e não apenas extensionistas) que, de acordo com Caporal e Ramos [2006], aceitem os desafios lançados, abracem possibilidades de mudanças e atuem de forma inversa à convencional.

Silva (2006) destaca, ainda, a necessidade de otimizar-se o uso dos recursos financeiros, o que se daria pelo apoio às redes de ATER e pelo direcionamento mais eficiente dos orçamentos. Além disso, externa preocupação com o fato de que o financiamento público gera incertezas quanto à continuidade dos serviços por mais tempo (em longo prazo) das entidades credenciadas. Afinal, apesar de os aportes de verbas públicas estarem previstos no Orçamento Anual, não há certeza de que o montante dos recursos seja garantido de um ano para o outro.

⁶ Caporal e Ramos (2006) propõem, a título exemplificativo, a construção de indicadores de processo de transição agroecológica, indicadores sociais, indicadores econômicos, indicadores relacionados à cultura local e indicadores de gestão institucional.

Somado a isso, vem sendo tratada como desafio a participação das organizações não governamentais. Isso porque essas instituições se veem à mercê da apresentação de projetos anualmente para ter acesso aos recursos e, com isso, limitam a realização de investimentos em infraestrutura e a contratação e capacitação de técnicos, na medida em que não existe a garantia de recursos contínuos. Ademais, algumas ONGs disputam recursos e espaços, não contribuindo para formação de redes de ATER (SILVA, 2006; CAPORAL, 2005).

Duarte e Siliprandi (2006), por seu turno, ressaltam que uma Política de ATER não pode estar desvinculada de uma visão de desenvolvimento e do papel da agricultura. Contudo, o Governo brasileiro atual não teria bem definido o modelo de agricultura que almeja fortalecer. Assim, discursos oficiais e práticas de incentivo à agricultura familiar e à Reforma Agrária conviveriam com uma proposta de priorização de exportação de produtos primários para melhoria da balança de pagamentos e enaltecimento do agronegócio. Tal convivência, nem sempre harmoniosa, traduzir-se-ia em disputas políticas por verbas e prestígio.

Outro ponto levantado por Duarte e Siliprandi (2006) refere-se à forma de gestão da PNATER. Assim, considerando a pluralidade de instituições que prestam serviços de ATER, incluindo entidades não governamentais, enfatizam ser preciso a consolidação de uma estrutura forte de supervisão estatal dos serviços de extensão, a fim de que haja controle do uso dos recursos públicos e fiscalização de que as atividades executadas levem em conta as questões de degradação ambiental, pobreza e segurança alimentar. E mais, o êxito da PNATER estaria relacionado à capacidade de legitimação perante os atores sociais e à capacidade de convencer a sociedade e o Governo de que se cuida de tema que não pode mais ser deixado de lado das agendas políticas.

De qualquer modo, não se pode desconsiderar que o processo de implantação da PNATER tem contribuído para a valorização da extensão rural e o fortalecimento da agricultura familiar.

4.1.1 ATER Governamentais

Pesquisa realizada em Cooperação Técnica entre a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e publicada em 2003, sob a Coordenação Geral de Márcia Muchagata, visou à identificação do perfil das instituições públicas e privadas de ATER no Brasil, apurando quem são, onde estão,

quem atendem, como trabalham, quais os recursos financeiros e humanos mobilizam e quais os limites de atuação. Para os objetivos da presente tese, merecem explicitação os resultados obtidos com relação às agências governamentais.⁷

As Agências de assistência técnica e extensão rural governamentais no Brasil são em um total de 27, possuindo caráter público e estadual e desenvolvendo atividades diversificadas, sendo as principais na área técnica e das práticas produtivas, na elaboração de projetos, na assessoria ao crédito e microcrédito e no apoio institucional à organização de agricultores.⁸ Dessas instituições, apenas 11 são EMATER e, entre elas, há grande diferença na forma de prestar serviço e de relacionar-se com o público, na missão institucional e nas figuras jurídicas.

De acordo com Muchagata (2003), as Agências de ATER governamentais têm como público prioritário os agricultores familiares, incluindo no sul do País um trabalho de planejamento específico para os assentamentos. Os agricultores patronais, indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, artesãos, mulheres, jovens e outros formam os demais públicos assistidos. Além disso, apresentam grande capilaridade, chegando, no sul do País, a atingir 99% dos municípios com escritórios locais, sendo a fonte de recursos proveniente basicamente dos governos estaduais. Por ocasião da pesquisa, apontou-se que o aporte de verbas dos Estados representava cerca de 80% do total de recursos disponibilizados e a participação do governo federal era em média de apenas 13%.

As instituições, segundo Muchagata (2003), puderam consolidar uma boa estrutura física, como prédios, centros de treinamento e frota de veículos, mas a retração dos recursos impede, em alguns casos, a manutenção ou a reposição da estrutura conquistada ao longo dos anos.

Quanto ao perfil dos profissionais, destacou-se que a maioria das Agências conta com corpo técnico multidisciplinar. No entanto, a maioria de seus profissionais ainda advém das ciências agrárias, sendo formada por técnicos agrícolas e agrônomos. Os demais profissionais

⁷ O relatório de assessoria coordenado pelos professores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Pedro Selvino Neumann e José Marcos Froehlich, publicado em 2004, foi realizado para analisar os resultados da pesquisa sobre o Perfil dos Serviços de ATER no Brasil. Nesse trabalho, levantaram-se e discutiram-se diversas críticas à metodologia empregada na pesquisa, relacionadas, dentre outras, à delimitação do tema, à identificação das instituições prestadoras de ATER, à deficiência quanto à distinção das categorias e à insuficiência de amostragem para análise das categorias apresentadas (NEUMANN; FROEHLICH, 2004). De qualquer sorte, no concernente ao perfil das ATER governamentais (atividades, fontes de recursos, estrutura, métodos empregados, perfil dos profissionais), a pesquisa não pode ser desacreditada, notadamente porque considerou informações de todas as 27 agências estaduais, não se cuidando de uma amostragem, cuja representatividade pode ser menor ou maior conforme os critérios metodológicos estabelecidos.

⁸ Além das atividades acima citadas, destacam-se: gestão de estabelecimentos, comercialização e certificação, habitação, saúde e nutrição, educação e turismo rural, atividades não agrícolas, acompanhamento, monitoramento e proposição de políticas públicas, planejamento regional e gestão territorial, transformação da produção e manejo e conservação de recursos naturais.

são economistas, sociólogos, em alguns casos antropólogos, e especialistas em comunicação. A formação e a capacitação do corpo técnico resumem-se basicamente em cursos, seminários e palestras, sendo pouco representativo o estímulo à formação em nível de graduação e pós-graduação.

A utilização das metodologias varia conforme o público atendido, a área de atuação e o desenvolvimento dos trabalhos. Muchagata (2003) salienta a dificuldade de denominar e delimitar claramente as metodologias existentes. Há situações frequentes em que os escritórios centrais incorporam métodos inovadores e os escritórios locais não apresentam afinidade, nem dominam tais métodos e, conseqüentemente, não os aplicam. A maioria das Agências preocupa-se em trabalhar com o desenvolvimento rural. No entanto, o perfil dos técnicos não apresenta capacidade para realizar um trabalho de maior alcance do que o apoio à adoção de novas tecnologias. A ação prioritária acaba sendo o atendimento a projetos de crédito, sendo esses fortes indutores à utilização do modelo de transferência de tecnologia, pois as regras para apresentação de projetos induzem a utilização de pacotes relativamente fechados, que supostamente podem garantir o retorno econômico.

A principal fonte de informações utilizadas pelas instituições governamentais é a pesquisa e, em segundo lugar, são os experimentos da própria instituição, sendo relativamente baixa a utilização das experiências dos próprios agricultores. No tocante à definição de prioridades, verificou-se que as instituições consideram as demandas das organizações dos agricultores, as demandas institucionais e a elaboração de diagnósticos. Contudo, a participação dos agricultores consistiria, no mais das vezes, em reuniões sistemáticas, o que indicaria uma participação de caráter notadamente consultivo, sendo apontado que, na maioria das Agências, os agricultores não participam do processo de tomada de decisão e, onde o fazem, sua participação não seria diretamente nas instâncias decisórias das Agências.

Ainda conforme a pesquisa, várias dificuldades são enfrentadas pelas Agências governamentais de ATER. Há uma percepção crescente da importância da participação dos beneficiários e suas organizações nas atividades de ATER, embora tal participação seja de difícil implementação. Ademais, grande parte dos esforços dessas instituições ainda seria gasta em torno de atividades de operacionalização de projetos de crédito. Haveria, ainda, uma crise institucional derivada da pouca flexibilidade para mudanças e uma crise financeira.

Muchagata (2003) conclui que a forte presença e o peso institucional tornam as ATER governamentais elementos-chave no desenvolvimento do meio rural brasileiro. Contudo, alguns entraves devem ser superados, tais como: quadro técnico pouco renovado, baixa inter/multidisciplinaridade, poucos recursos para o trabalho diário, dificuldades de inovar

metodologicamente e implantar novas linhas de ação, dificuldades de as mudanças chegarem aos escritórios locais, e pouco avanço no sentido da população rural ser incluída nos processos decisórios e ter controle sobre sua atuação.

4.2 A EMATER/RS-ASCAR: AGÊNCIA GOVERNAMENTAL, ESTADUAL DE CARÁTER PÚBLICO E GRATUITO

A Lei Federal n.º 6.126, de 6 de novembro de 1974, autorizou o Poder Executivo Federal a criar a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), definida como empresa pública com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio (art. 3.º), tendo como uma das metas colaborar na criação, implantação e operação pelos governos estaduais de estruturas com objetivos afins aos seus. Em seguida, o Decreto Federal n.º 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, regulamentou a aludida lei, vindo a constituir efetivamente a EMBRATER, estabelecendo a possibilidade de tal entidade proceder a apoio financeiro ou outras formas de cooperação, incluindo participação societária, cessão de bens móveis e imóveis e alocação de pessoal especializado para as entidades dos Estados responsáveis pela execução das atividades de assistência técnica e extensão rural (art. 8.º).

Nessa esteira, conforme registra Olinger (1996), a EMBRATER iniciou contatos com os governos estaduais, recomendando a criação das EMATER, Empresas Estaduais de Extensão Rural e Assistência Técnica, que deveriam substituir as Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR, ASCAR, ANCAR). Enquanto estas eram associações civis sem fins lucrativos e de direito privado, aquelas deveriam ser empresas públicas estaduais com personalidade jurídica de direito privado, nos moldes da empresa federal.

No Rio Grande do Sul, em 14 de março de 1977, foi, então, constituída a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), tendo como fundadores a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, o Ministério da Agricultura, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG) e a Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS).

Cabe aqui registrar que, no Rio Grande do Sul, a criação da EMATER não conduziu à extinção da ASCAR, ou seja, passaram a coexistir as duas entidades com personalidades

jurídicas distintas.⁹ Contudo, elas celebraram, em 18 de dezembro de 1980, o Protocolo Operacional de Ação Conjunta, estabelecendo, dessa forma, uma administração conjugada de tal modo que, para fins de divulgação, adotaram o nome EMATER/RS-ASCAR, situação que perdura até hoje.

O interesse na manutenção da existência da ASCAR centrou-se no fato de tal instituição possuir certificado de filantropia e, assim, gozar de benefícios legais, sendo isenta do pagamento de obrigações sociais, como contribuições previdenciárias, além de impostos e taxas, como Imposto de Renda, Imposto Sobre Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Assim, a EMATER/RS-ASCAR poderia continuar valendo-se das vantagens decorrentes da filantropia, que não eram pouco expressivas. Como exemplifica Olinger (1996), esses benefícios legais permitiam que as Associações de Crédito e de Assistência Rural no Brasil economizassem aproximadamente 25% no montante das folhas de pagamento.

Também deve ser enfatizado que a EMATER do Rio Grande do Sul acabou não sendo constituída como uma empresa pública, sendo formalmente uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Embora seja formalmente uma entidade privada, possui uma vinculação estreita com o Estado, sofrendo ingerência deste em sua gestão.

Veja-se, por exemplo, que o Estado possui vários assentos tanto no Conselho Técnico Administrativo (CTA) da EMATER/RS quanto no Conselho Administrativo (CONAD) da ASCAR, sendo que estes dois órgãos colegiados atuam conjuntamente e integram a Administração Superior dessas entidades, contando com caráter normativo e deliberativo, competindo-lhes, dentre outras atribuições, a fixação das diretrizes institucionais, a aprovação dos programas anuais e plurianuais e dos respectivos orçamentos, bem como a apreciação das contas.¹⁰

⁹ Situação que também se operou em Santa Catarina e no Paraná, onde a criação da EMATER não conduziu à extinção respectivamente da ACARESC e da ACARPA (OLINGER, 1996).

¹⁰ O CTA e o CONAD são compostos por representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil, reunindo-se ordinariamente uma vez por semestre. Atualmente o CTA é composto pelos seguintes membros: Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Federação da Agricultura no Rio Grande do Sul (FARSUL), Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul (FETAG), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio (SEAPPA), representante das Universidades do Rio Grande do Sul, Conselho Agropecuário do Estado do Rio Grande do Sul, Federação dos Pescadores do Rio Grande do Sul. O CONAD é composto pelos membros natos, mantenedores e cooperadores da ASCAR. Os membros natos são: Ministério da Agricultura, Pecuária e

Além disso, o Governo Estadual, conforme se observa da tabela abaixo, garante a manutenção da EMATER/RS-ASCAR, sendo sua principal fonte de recursos.

Tabela 1 - Recursos financeiros utilizados EMATER/RS-ASCAR no período de 2006 a 2009

Recursos*	Valores (R\$ mil)	Valores (R\$ mil)	Valores (R\$ mil)	Valores (R\$ mil)
	2006	2007	2008	2009
Federais	3.919	4.316	9.330	4.514
Estaduais	99.164	105.759	85.155	86.215
Municipais	13.479	11.222	11.326	13.539
De Classificação		5.902	4.829	9.598
De Assistência Técnica	10.248	5.076	9.820	8.415
Total	126.810	132.275	120.460	122.281

Fonte: Elaborada pela autora a partir da Associação Riograndense de Empreendimentos em Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS) e Associação Sulina de Crédito de Assistência Técnica (ASCAR)(2007, 2008, 2009, 2010).

* Até novembro 2007.

** Até outubro de 2007 realizado, novembro e dezembro previsão.

Na Tabela 1 verifica-se que, anos de 2006 e 2007 cerca de 80% do total dos recursos financeiros utilizados pela EMATER/RS-ASCAR eram oriundos do governo estadual. Nos anos de 2008 e 2009 esses recursos, embora tenham sofrido uma redução, ainda continuam a representar aproximadamente 70% do total.

Abastecimento (MAPA), Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER/RS (ASAE). Os membros mantenedores são: Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio (SEAPPA), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul (BRDE), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), representante das Prefeituras Municipais, Secretaria de Desenvolvimento Rural SDR/MA. Os membros cooperadores são: Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), Companhia Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS), Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul (FECOAGRO), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), Central Única dos Trabalhadores (CUT/RS), Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul (FETAG), Federação da Agricultura no Rio Grande do Sul (FARSUL), Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Secretaria de Estado da Educação (SE), Secretaria de Estado da Fazenda (SF), Secretaria de Estado da Saúde (SS), Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), (EMPRESA BRASILEIRA DE EXTENSÃO RURAL, 2009; ASCAR, 2009).

Destaca-se, no período analisado, o corte no repasse de recursos financeiros realizado pelo governo estadual entre os anos de 2007 e 2008, representando uma redução na ordem de 21 milhões de reais (21%), acarretando impacto direto na folha de pagamento da Agência e gerando demissões de empregados, a reforçar a importância do aporte de verbas públicas estaduais.

Como bem apontado por Ely (2008), a EMATER/RS-ASCAR é uma organização com uma situação *sui generis*, pois, embora seja formada por duas entidades civis distintas de direito privado que atuam conjuntamente, possui uma inegável vocação pública.

A EMATER/RS-ASCAR assume, assim, o papel de responsável pela formulação e execução da política de ATER oficial do Estado do Rio Grande do Sul (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2005), executando o preconizado no art. 186 da Constituição Estadual.¹¹

Desde 2007, a missão da Instituição é “promover ações de Assistência Técnica e Social, de Extensão Rural, Classificação e Certificação, cooperando no desenvolvimento rural sustentável”. Possui como público beneficiário de suas atividades prioritariamente os agricultores familiares, também atendendo assentados, indígenas, pecuaristas familiares, pescadores artesanais, quilombolas, agricultores empresariais e outros grupos não necessariamente compostos por agricultores (portadores de necessidades especiais, dependentes químicos, diabéticos e presidiários). Atendeu, em 2009, mais de 74% das famílias da agricultura familiar do Estado, sendo que, no total, foram 422.527 integrantes familiares atendidos e 281.984 famílias atendidas (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2010b).

A título ilustrativo, a Tabela 2 evidencia o crescimento da EMATER/RS-ASCAR e sua progressiva capilarização pelo Estado, explicitada pelo aumento de escritórios municipais, de funcionários e do público atendido.

¹¹ “art. 186 – O Estado manterá serviço de extensão rural, de assistência técnica e de pesquisa e tecnologia agropecuárias, dispensando cuidados especiais aos pequenos e médios produtores, bem como a suas associações e cooperativas.” (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Tabela 2 - Número de escritórios, extensionistas e público beneficiário por ano

Discriminação	1955	1970	1980	1990	2000	2005	2009
N.º de Escritórios	8	94	157	268	446	484	485
N.º de empregados	22	396	1160	1.435	2.158	2.265	1.890
Público Beneficiado (famílias)	4.700	129.547*	102.586	103.898	151.330	253.446	281.984

Fonte: Elaborada pela autora a partir da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (1956, 1971) e Empresa Brasileira de Extensão Rural (1981, 1991, 2001, 2006, 2010).

* O público beneficiado refere-se ao número de agricultores orientados.

Conforme Tabela 2, observa-se que a Agência iniciou as suas atividades em 1955 com apenas oito escritórios, contando, atualmente, após 55 anos de existência com escritórios em quase todos os municípios do Estado. O número de empregados também sofreu, ao longo desse período, acentuado incremento, atingindo 1.890 funcionários em 2009. Salienta-se que a EMATER/RS-ASCAR no ano de 2005 chegou a contar com um quadro funcional de 2.265 empregados, apresentando, contudo, decréscimo nos anos seguintes em função, principalmente das demissões. O incremento no número de escritórios e no número de empregados contribuiu para a ampliação do público atendido em 60 vezes no período analisado.

A Agência encontra-se alinhada às Políticas Públicas do Governo do Estado. Atualmente, suas linhas de ação vinculam-se a cinco dos denominados Programas Estruturantes do Governo Yeda Crusius, quais sejam, Programa Terra Grande do Sul, Programa Irrigação é a Solução, Programa Saúde Perto de Você, Programa Nossas Cidades e Programa Emancipar: Todo Mundo é Cidadão. Amparada nesses Programas Estruturantes, a EMATER/RS-ASCAR estabeleceu um conjunto de metas prioritárias com objetivo de nortear suas ações, sendo organizadas em doze frentes, a seguir explicitadas com base no *Relatório de Atividades de 2009* (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2010b).

Uma das metas institucionais é intitulada “Oportunidades do Agronegócio”, e objetiva potencializar a atividade agrícola para manter o Estado do Rio Grande do Sul em destaque no comércio mundial de produtos agropecuários. Nessa linha, realizaram-se ações referentes ao Turismo Rural, visando à qualificação e ao aprimoramento de produtos turísticos, à melhoria no atendimento ao turista, à melhoria em infraestrutura e à implantação de planos de desenvolvimento turístico, destacando-se que a EMATER/RS-ASCAR integra o Grupo Gestor do Turismo Rural Gaúcho. Atividades voltadas ao artesanato, tais como capacitação e

comercialização dos produtos, também foram executadas, almejando melhorar a oportunidade de geração de renda e contribuir para a integração social entre as comunidades envolvidas. No Relatório de Atividades de 2009, há referência, ainda, à promoção, ao acompanhamento, ao apoio e ao estímulo à adoção de práticas e métodos de produção de base ecológica. Igualmente foram noticiadas as ações ligadas: (a) ao Programa Estadual de Fruticultura (PROFRUTAS/RS), voltadas para a implantação de pomares, capacitação de agricultores e técnicos, apoio à comercialização e melhoria do padrão de qualidade das mudas; (b) ao Programa Estadual para o Desenvolvimento da Pecuária Familiar, voltadas aos pecuaristas familiares de corte (bovino, ovino e caprino), que englobam 65.000 famílias com cerca de 3 milhões de cabeças de gado; (c) à bovinocultura de corte, visando ao desenvolvimento de ações de formação de técnicos e agricultores, ao incentivo para aquisição de reprodutores melhorados, à orientação dos produtores quanto à melhora nutricional dos rebanhos; ao apoio da organização de grupos de pecuaristas para facilitar o manejo dos rebanhos e a inserção em mercados e ao oferecimento do serviço de rastreabilidade bovina de acordo com o regramento do MAPA; (d) à bovinocultura de leite, almejando a diminuição dos custos de produção de leite à base de pasto no sistema rotativo de pastejo, com utilização da irrigação, o gerenciamento da atividade pelos controles de produção e econômicos, a melhoria da criação de terneiras e novilhas e a organização, orientação e treinamento dos produtores na melhoria da qualidade do leite; (e) à ovinocultura, visando a estimular a produção ovina como fonte de renda para pequenos e médios produtores; (f) à suinocultura, com orientação no manejo e utilização dos dejetos; (g) à caprinocultura, com atividades na implantação, uso e manejo de forrageiras indicadas, manejo de rebanho, melhoramento genético e organização de produtores para comercialização; (h) à avicultura colonial, com objetivo de suprir as necessidades da família do produtor em carnes e ovos e, no caso de excedentes, servir como mais uma fonte de renda da propriedade, voltando atenção, ainda, para o manejo sanitário das aves; (i) à piscicultura e pesca artesanal, centradas na promoção da organização, do associativismo e do cooperativismo, com destaque na instalação de uma unidade didática no Centro de Treinamento de Montenegro (CETAM) para aperfeiçoamento e capacitação de técnicos, agricultores e pescadores; (j) à silvicultura, com engajamento de agricultores familiares que realizaram o plantio de mais de 38 milhões de mudas de espécies florestais, nativas e exóticas, em mais de 24 mil hectares; (k) à agroenergia para produção de biodiesel e etanol, relacionadas à realização de projetos e parcerias com a EMBRAPA e a OLEOPLAN S.A., ao estabelecimento de unidades de observação, à capacitação de técnicos e à organização de eventos; (l) ao plantio da soja, com difusão de conhecimentos, por meio da

capacitação de técnicos e público beneficiário, principalmente quanto ao controle de doenças e plantas daninhas; (m) ao plantio do milho, com enfoque na capacitação dos agricultores para incremento da produtividade média do milho colhido; (n) ao plantio do arroz, com atuação voltada aos cuidados com a contaminação ambiental; (o) ao plantio do trigo, com ênfase na estabilidade da produção e na qualidade do grão colhido; (p) ao plantio do feijão, destacando-se a formação de 12 unidades demonstrativas com as variedades recomendadas; (q) à floricultura, voltadas à elaboração de um projeto de diagnóstico do setor no Estado, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e representações dos floricultores, a fim de conhecer melhor a cadeia produtiva; (r) à horticultura, visando à melhoria na qualidade da produção para adequação às exigências do mercado; (s) à apicultura, com ênfase na melhoria do processo produtivo do mel e seus subprodutos; (t) à mecanização agrícola, tendo como público principal os jovens rurais, almejando a capacitação dos agricultores para utilização e regulagem de máquinas e equipamentos; e (u) ao Programa de Apoio à Secagem e Armazenagem na Agricultura Familiar, para ampliar a capacidade instalada de armazenagem nas propriedades, com a construção de silos e de secadores de alvenaria armada.

Outra meta da EMATER/RS-ASCAR foi denominada de “Assistência Técnica e Extensão Rural”, almejando diversificar as atividades, agrícolas e não agrícolas, a fim de aumentar renda e estimular que o público assistido produza mais e melhor, apoiando-o na comercialização de seus produtos. Para tanto, a Agência conta com um Programa de Qualificação de Produtores, a fim de desenvolver ações de capacitação profissional em Centros de Treinamentos, bem como nas comunidades rurais. Também elabora projetos de crédito, presta assistência técnica a esses projetos e emite Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP). Igualmente, elabora projetos e presta assistência técnica com relação aos recursos provenientes da Consulta Popular. Realiza perícias em propriedades de agricultores familiares para constatação dos sinistros, para fins de obter seguro agrícola, além de realizar o acompanhamento de lavouras financiadas pelo PRONAF. Por intermédio do Programa Troca-Troca, fornece sementes de milho de qualidade, de forma subsidiada, a agricultores familiares e públicos especiais (quilombolas, indígenas e assentados). Proceder, por meio de gestão agrícola, o monitoramento contábil e gerencial a partir dos resultados técnicos e econômicos de estabelecimentos rurais e grupos de propriedades.

Uma terceira meta institucional diz respeito à promoção da soberania e segurança alimentar nutricional, buscando a inclusão da agricultura familiar ao mercado da alimentação escolar, como forma de aquecimento da economia local e na esteira do disposto no Programa

Nacional de Alimentação Escolar, que determina que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos com recursos desse Programa sejam provenientes da Agricultura Familiar. Relacionado a essa meta, encontram-se as atividades de apoio à agroindústria familiar no meio rural, com ações de assessoramento na implantação e comercialização e na assistência técnica e capacitação de técnicos e produtores em Boas Práticas de Fabricação.

Outra meta refere-se à irrigação e usos múltiplos da água. Nesse ponto, o Relatório de Atividades de 2009 destacou que a EMATER/RS-ASCAR, em parceria com Municípios, está implementando o Programa Estadual de Irrigação, a fim de possibilitar o uso racional da água, capacitando os produtores em tecnologias de irrigação e reservação de água para minimizar os efeitos da estiagem e preservar os recursos hídricos.

A responsabilidade ambiental também é uma meta programática. Vincula-se a ações voltadas ao abastecimento de água potável, à disposição adequada de efluentes domésticos, ao gerenciamento de resíduos sólidos e à melhoria na habitação e entorno das residências do público beneficiário. Inclui, ainda, atividades para informação, capacitação e adequação do uso e da ocupação da propriedade rural à legislação ambiental. A EMATER/RS-ASCAR, através de Convênio com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM/RS), vem realizando visitas técnicas a propriedades rurais para orientação, a fim de viabilizar a concessão de licenciamentos ambientais. Desenvolve ações para manejo do solo e da água, com foco principal no controle de enxurradas com a construção de terraços e na melhoria do sistema de manejo de solos, mediante adubação verde e cobertura do solo e plantio direto, realizando atividades para aumento da produção e da produtividade, incentivando os agricultores a melhorar a correção da acidez e da fertilidade do solo. As ações de educação ambiental consistem em eventos, muitos com parcerias municipais.

Quanto à frente programática de geoprocessamento, o Relatório de Atividades de 2009 destaca o mapeamento de áreas de preservação permanente e das áreas passíveis de implantação de reserva legal.

No tocante às frentes denominadas Rio Grande Mulher, Rio Grande Jovem e Inclusão Social e Cidadania, em síntese, são metas voltadas à geração de trabalho e renda, promoção da educação e da saúde e elevação da qualidade de vida da mulher, do jovem rural, e da população em geral atendidos pela Agência. O Relatório de Atividades de 2009 menciona a atuação em ações tais como Campanha do Agasalho e Campanha para Coleta de Alimentos, bem como atividades com idosos, mulheres, jovens, dependentes químicos, crianças e apenados.

Igualmente é meta programática o estudo de matrizes produtivas, assim entendido como o estudo dos diversos sistemas de produção, cadeias produtivas e sistemas agrários nas regiões do Estado, diagnosticando tendências e potencialidades, a fim de subsidiar a tomada de decisões dos agentes públicos e do setor privado.

Na frente programática da Comunicação, a Agência divulga informações institucionais, tendo, ainda, desenvolvido o Portal Vitrine Rural, espaço na Internet por meio do qual o agricultor assistido divulga seus produtos e serviços.

Por fim, há os serviços de classificação e de certificação, com o objetivo de auxiliar no controle de qualidade de matérias-primas e/ou produtos beneficiados para maior competitividade e segurança alimentar. A EMATER/RS-ASCAR, além de certificar empresas nas atividades de arroz e de erva-mate, realiza ações como Supervisora Internacional na área de certificação de soja para exportação.

O relato acima, ainda que extenso, fez-se necessário para evidenciar a diversidade e pluralidade das linhas de atuação da EMATER/RS-ASCAR, procurando explicitar a gama de atividades dessa Agência.

4.2.1 Diretrizes para Ação Extensionista

A assessoria de planejamento da EMATER/RS-ASCAR é responsável pela confecção das Diretrizes para a Ação Extensionista (2007). Esse documento é lançado a cada troca de gestão administrativa da EMATER/RS-ASCAR, e apresenta as principais orientações em termos de procedimentos e prioridades de trabalho. Para isso, define algumas ações concretas realizadas para alcançar os objetivos propostos, tais como: capacitação do corpo funcional (estímulo à qualificação e a autocapacitação); unidades referenciais (laboratório de trabalhos e de esforços direcionados ao desenvolvimento rural - sua implantação ocorre mediante a adesão e a participação dos atores envolvidos); sistematização de experiências; publicação de informações; apoio e acompanhamento de equipes; revisão de indicadores.

As equipes municipais são requeridas para apresentarem anualmente um plano de trabalho, em que sejam apontados os principais eixos da ação da extensão rural. Geralmente esse plano é parte constitutiva do próprio Plano Municipal de Desenvolvimento Rural elaborado pelas prefeituras. Os elementos básicos referenciais de planejamento são o itinerário de desenvolvimento, o itinerário técnico, o diagnóstico, o inventário e o cronograma

de atividades. Com relação ao Planejamento Municipal, seus requisitos essenciais são: (a) elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Plurianual; (b) fortalecimento dos conselhos municipais de desenvolvimento rural (CMDR); (c) capacitação dos conselheiros, (d) promoção de metodologias participativas.

Os impactos dos serviços de ATER são avaliados pela Pesquisa de Satisfação dos Usuários e Parceiros, realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA/EA/UFRGS), contratados em intervalos de dois anos. Além disso, o planejamento é acompanhado pelo Sistema de Planejamento Informatizado (SISPLAN) que retém informações das ações de ATER, tendo por base o planejamento e os resultados dos escritórios municipais.

A EMATER/RS-ASCAR firma convênios¹² com as Secretarias do Governo do Estado, por exemplo: Secretaria da Educação, da Saúde, da Irrigação, do Meio Ambiente. No entanto, o convênio mais expressivo em termos financeiros é realizado junto a SEAPPA-RS. Este convênio consiste em um acordo para prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural com atividades específicas que são transformadas em metas institucionais, negociadas com os escritórios municipais e estaduais e calculadas por hora/técnica. As propostas a serem conveniadas com a SEAPPA-RS são desenvolvidas na área de Planejamento do Escritório Central. Em 2003, através do SISPLAN atividades e práticas foram enviadas ao escritório central pelos escritórios municipais.¹³ Após estudo e reorganização, foram definidas 67 atividades e 162 práticas para fazerem parte do Plano de Trabalho e serem conveniadas. Após ser firmado o convênio, o escritório central consulta os escritórios municipais para obter informações de quantas práticas e quais atividades eles irão realizar ao longo do ano. As atividades e práticas conveniadas oscilam conforme o interesse do Governo estadual. Em 2010, o convênio previa 25 atividades envolvendo diversas práticas.

Convém também destacar que no período de 1999 a 2002, o Programa de Formação Técnico Social, denominado Curso de Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Agroecológico, substituiu os antigos cursos de pré-serviço, tendo uma duração de 20 dias com

¹² Convênios são acordos firmados entre órgãos públicos ou entre órgãos públicos e privados para realização de atividades de interesse comum dos participantes. Convênio é acordo, mas não é contrato. No contrato, as partes têm interesses diversos e opostos; no convênio, os partícipes têm interesses comuns e coincidentes. O convênio é quase sempre celebrado entre entidades públicas, para realizar atividades de interesses comuns, no campo social, educacional, de pesquisa, etc. O que ocorre é que o órgão repassador do numerário, pelas dificuldades de realizar determinadas tarefas, delega a outras entidades localizadas onde os fatos acontecem, a incumbência de realizar tais tarefas, repassando o numerário para aquela atividade.

¹³ As atividades enviadas pelos escritórios municipais foram obtidas a partir de Diagnósticos Rurais Participativos realizados nas regiões. Primeiramente, os escritórios municipais enviaram para o setor de planejamento do escritório central mais de 200 práticas que foram organizadas e agrupadas.

o objetivo de compreender e planejar ações de desenvolvimento rural sustentável baseado nos princípios da Agroecologia e sendo dividido em 4 módulos: 1) Abordagem teórico prático sobre DRS – visa a consolidar o entendimento sobre DRS, apresentar os princípios e fundamentos da agroecologia, internalizar o papel da extensão rural no processo de DRS, oportunizar o conhecimento de experiências e vivências de comunidade rurais, exercitar a leitura da paisagem na construção do cenário municipal; 2) Aprendizagem e ação participativa (Diagnóstico) – objetiva exercitar as ferramentas do diagnóstico participativo na construção do cenário local/Comunidade e buscar a compreensão da diversidade local e da lógica dos sistemas de produção; 3) Aprendizagem e ação participativa (Análise sistêmica e validação do diagnóstico) – visa a compreender o funcionamento do sistema de produção, suas oportunidades e ameaças e a exercitar os processos de comunicação dialógica e participativa/restituição do diagnóstico à Comunidade; e 4) Aprendizagem e ação participativa (Planos de desenvolvimento) – objetiva integrar o conhecimento de estratégias e implantação de planejamento participativo nas localidades, municípios e/ou microrregiões e identificar os espaços de intervenção e as políticas determinantes do processo de desenvolvimento.

Após esse período, novamente ocorreram mudanças na capacitação inicial. A nova proposta é composta de curso com duração de nove dias. As atividades realizadas são divididas em duas partes. A primeira versa sobre questões institucionais relativas à estrutura; missão; história; áreas de atuação; gerências estaduais; programas de Governo; perfil, postura e ética do extensionista; gestão dos escritórios municipais e estaduais; e apresentação do Fundo de Assistência à Saúde (FAS) e de um exemplo de planejamento de atividades. Além disso, ainda são discutidas questões relacionadas aos multimeios educacionais e aos meios de comunicação na extensão rural com a realização de estudos em grupo e trabalhos práticos.

A segunda parte foca-se nas metodologias de extensão rural com a apresentação dos métodos promocionais, motivacionais e interpessoais (campanha, exposição, semana, contato, entrevista e visita), métodos demonstrativos (unidade demonstrativa, demonstração de resultados e excursão) e preparação do dia de campo, realizado na prática.

4.2.2 Diversidade da Ação Extensionista

As atividades realizadas pela EMATER/RS-ASCAR são marcadas pela diversidade das ações. Acessada a página institucional da EMATER/RS-ASCAR verifica-se a diversidade de campos de atuação, desde orientações técnicas, cultivos, criações, agroindustrialização, armazenamento e comercialização até trabalhos na área social e ambiental, atividades de lazer, artesanato e saúde pública.¹⁴

Diesel et al. (2006) desenvolveram trabalho sobre a problemática da fragmentação e da diversidade da ação extensionista, tomando como referência a situação vivenciada pela EMATER/RS-ASCAR. Para os autores, a diversidade de campos e formas de atuação poderia ser explicada por vários motivos, dentre eles se destacam:

- a) existência de novas demandas poderiam implicar a agregação de novos campos de atuação ou provocar crises amplas entendidas como "[...] as situações que implicam mudanças ao nível da orientação geral das políticas públicas (força externa), desencadeando mudanças institucionais de médio e longo prazo na orientação de atuação extensionista" (DIESEL et al., 2006, p. 35);
- b) existência de momentos históricos de transição que "[...] se caracterizam pela sobreposição de novos e velhos modelos e que podem estender-se por muito tempo dada a dificuldade de superar um dado padrão de atuação" (DIESEL et al., 2006, p. 35), potencializados pela existência de crises amplas.
- c) predisposição para aprendizagem dos extensionistas (força interna), manifestada em situações de crítica sobre a própria prática, procurando modificá-la, mediante observações empíricas e teorias diversas, gerando falta de um "consenso teórico" e implicando no aumento da diversidade;
- d) persistência (dificuldade de abandonar antigas práticas), renovação da atuação em certos âmbitos e agregação de outros. A coexistência ou agregação seriam mais prováveis que a substituição, sendo reforçadas pela natureza "autorreprodutiva" das estruturas sociais e da "imagem de si mesmo" da instituição;

¹⁴ O site da EMATER<www.emater.tche.br> em 5/3/2010 apresentava os seguintes temas: inclusão social e cidadania, frentes programáticas, cultivo de frutas e hortaliças, informe técnico sobre Expoagro Afubra 2010, cerca elétrica na avicultura colonial, preços e cotações (acompanhamento dos preços recebidos pelos produtores do RS), conjuntural (revitalização dos recursos naturais), calendário de eventos, receitas do dia e dos últimos dez dias, vitrine rural (alimentação escolar, turismo rural, artesanato), previsão do tempo, dentre outras.

- e) descentralização incompleta (sobreposição de unidades de planejamento, por exemplo: planejamento do município e planejamento do escritório central). A ineficácia do planejamento na extensão rural e no direcionamento da ação extensionista poderia ser resultante da incapacidade de gerir-se autonomamente e da submissão a orientações diversas;
- f) diversificação de fontes de financiamento (recursos advindos de diversas instâncias governamentais) e constituição de parcerias intensifica a realização de trabalhos mediante projetos e programas, levando a dependência institucional desses projetos para a obtenção de recursos. Essa configuração institucional levaria o extensionista a atuar como executor de programas e projetos com orientações diversas, definidas em contextos alheios ao seu local de atuação e ainda tendo que atender a uma variabilidade de demandas legítimas que elevam a carga de trabalho em ações sem nenhuma relação entre si e desvinculadas de um programa de desenvolvimento rural;
- g) operacionalização de políticas públicas federais, estaduais e municipais que mudam conforme a orientação de cada governo, podendo gerar “demandas ilegítimas”, a serviço de interesses político-partidários que provocam a descontinuidade e a fragmentação das ações, culminando com a insatisfação do extensionista em relação à realização de seu trabalho.

A existência de crises amplas e momentos de transição destacados por Diesel et al. (2006) representam fielmente a situação da EMATER/RS-ASCAR, pois a vinculação às políticas públicas desencadeiam mudanças institucionais pelas quais a Agência torna-se refém e as quais interferem diretamente na ação extensionista. Além disso, a sobreposição de metodologias seria uma característica já destacada por Caporal (1998) e evidenciada nesta pesquisa, sendo verificada na coexistência e mescla de ações participativas, difusionistas, educacionais, persuasivas, dialógicas etc. (Ver Capítulo 5).

Além disso, a fragmentação das atividades torna difícil a prática extensionista, pois a perda de foco e a dispersão acabam, na maioria das vezes, reduzindo os esforços para uma boa atuação, conforme se verifica no depoimento abaixo, quando o técnico é questionado sobre os determinantes da crise institucional da EMATER-RS/ASCAR:

Eu acho que é a dúvida do que é central e do que não é central dentro de um trabalho de extensão rural. Quando você tem dúvida do que é prioritário e quando essa dúvida está impregnada em todas as estruturas da empresa, isso é muito perigoso. Do ponto de vista estrutural da empresa é muito sério, então isso em algum aspecto deslegítima, você perde aquela âncora popular que você tem ligada aos grupos de agricultores que você trabalha, então você fica andando de um lado para outro, tentando agradar as políticas públicas, *you do a little of everything and end up losing the center*. Então eu perco a chance de construir processo de planejamento participativo público e construir com os agricultores um processo mais consolidado e conseqüentemente quando vem esse processo mais demissionário aí [...] nos pega completamente desestruturados. Então, não tem chance de uma reação popular. Isso ficou muito claro nesse momento, acho que estes foram os elementos que levaram a gente a esse processo de estarmos perdidos, isso pode acontecer novamente a qualquer momento [...]. (ER, SR, 9, grifo nosso).

Tal depoimento é reforçado pelo próprio Relatório de Atividades da Agência publicado em 2010 e referido neste capítulo, na seção 4.2, em que consta a preocupação da EMATER/RS-ASCAR em alinhar as suas ações com pelo menos cinco frentes programáticas do Governo Yeda Crusius, englobando atividades desde o agronegócio, a certificação e a rastreabilidade até as atividades de inclusão social e cidadania, como campanha do agasalho, coleta de alimentos e trabalho com dependentes químicos e apenados.

Somados a esses fatores, Diesel et al. (2006) avaliam que a incorporação mecânica de novas demandas sem a reflexão da ação extensionista e das concepções de desenvolvimento rural ocultariam as contradições entre métodos e prática, causando angústia para quem está no campo, porque, além do "dever" de implementar os projetos, teriam de lidar com a falta de convergência das ações. Concluem que a superação da fragmentação requereria mudanças significativas nas práticas políticas atuais, em direção a maior democratização, publicização e controle social e a definição quanto às prioridades no atendimento às demandas. "Enquanto as políticas forem 'de governos' e não 'públicas', possivelmente a diversidade de orientações persistirá e se agravará" (DIESEL et al., 2006, p. 42).

Esse é o panorama da situação crítica atual do extensionista que se encontra frente ao problema da diversidade de ações fragmentadas, da necessidade da conduta mediadora que possibilita ampliar a capacidade de análise e decisão, da exigência de um perfil complexo e difícil de ser alcançado, do conflito entre sua formação clássica e a emergência de um novo modelo de desenvolvimento, da incógnita quanto ao futuro da extensão, do surgimento de outras instituições e agentes voltados para atividades de ATER e da angústia frente às indefinições de sua atuação.

4.3 MÉTODOS E ENFOQUES DA EXTENSÃO RURAL

Segundo Costa (1982, p. 83), para colocar em execução um programa de extensão é necessário que os extensionistas usem métodos que sejam eficientes e adequados ao tipo de educação que vão realizar. O método é a maneira de fazer algo, com o objetivo específico de ensinar. "Os métodos de extensão são métodos convencionais de ensino e de treinamento, que foram adaptados e aperfeiçoados para o tipo de educação extraescolar, que o agente de extensão deve promover".

Metodologia de extensão rural é o "estudo e a sistematização dos métodos, adaptados ao trabalho extensionista" (PEIXOTO, 2009, p. 52). Os métodos são instrumentos de divulgação, informação, motivação, persuasão e ensino que objetivam a produção de mudanças no comportamento, por meio da educação. Para os extensionistas começarem seu trabalho no campo, primeiramente eles passavam por um curso chamado Pré-Serviço em Extensão Rural, que consistia na capacitação do extensionista e fundamentava-se na reprodução de uma série de conhecimentos sobre ensino-aprendizagem, em estudos sobre os processos de adoção tecnológica, na formação de lideranças, no trabalho com comunidades e na formação para desenvolvimento de projetos de crédito rural. O objetivo central, conforme Caporal (1991, p. 57), era "[...] ensinar ao extensionista os métodos e estratégias que deveriam ser utilizados para fazer com que os agricultores e suas famílias passassem a adotar inovações tecnológicas na agricultura e no lar".

Existem muitos critérios para classificação dos métodos de extensão. De acordo com Costa (1982, p. 85) e Peixoto¹⁵ (2009, p. 52-55), tem-se:

- a) métodos individuais - são importantes para o extensionista no conhecimento que deve adquirir da comunidade e na confiança do público atendido, por exemplo, visita, contato, correspondência pessoal, unidade de observação, planos de crédito;
- b) métodos grupais - proporcionam a troca de ideias entre os extensionistas e o público, tais como reuniões, demonstração de resultados, demonstrações técnica/prática/método/de campo, cursos, excursões, dias de campo, unidades demonstrativas, unidades de observação, planos de crédito, propriedades demonstrativas, dias especiais;

¹⁵ Explicação detalhada dos métodos em extensão rural pode ser obtida em Peixoto (2009).

- c) métodos massais - visam a atingir um número elevado ou mesmo indeterminado de pessoas, a saber rádio e TV, jornal, carta-circular, cartazes, publicações, exposições, campanhas, semana especial, concurso de produtividade.

Além dos métodos acima destacados, com o passar dos anos, novas atividades foram incluídas na extensão, tais como: cursos de formação, diagnóstico rural participativo, unidades de experimentação participativa, estabelecimento com atividades agropecuárias de base agroecológica, exposições-feiras, planos de desenvolvimento comunitário, dinâmicas de grupo (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2010).

Conforme Santos (2006), além dos métodos, existem também os enfoques encontrados na prática da extensão¹⁶ rural pública do Rio Grande do Sul, a saber:

- a) enfoque geral da extensão rural - as Agências oficiais de extensão têm o papel principal de levar o conhecimento às populações rurais, para melhorar suas práticas de produção, baseando seu trabalho na transferência de tecnologia aos agricultores;
- b) enfoque especializado em função dos produtos - centrado no cultivo de um produto de exportação como forma de aumentar a produção e a produtividade;
- c) enfoque de capacitação e visita - objetiva melhorar o contato entre extensionista e agricultor e qualificar os extensionistas;
- d) enfoque baseado na participação - coloca ênfase na participação dos agricultores e procura oportunizar o envolvimento de todos os segmentos de investigação, pesquisa e serviços agrícolas. Esse enfoque supõe a existência do conhecimento empírico dos agricultores e da possibilidade de interação com o conhecimento científico;
- e) enfoque de extensão por projetos – aplica-se durante um período determinado e consiste em demonstrar o que pode ser realizado brevemente e em uma área determinada; também é sua finalidade experimentar outros métodos de extensão e assim identificar os mais apropriados;
- f) enfoque de desenvolvimento de sistemas agrícolas - verifica que existe uma tecnologia apropriada para as necessidades dos agricultores e que deve ser gerada

¹⁶ Na literatura sobre extensão rural, os termos enfoque, abordagem e teoria são usados indistintamente. Segundo a FAO há oito enfoques para a extensão rural que não são mutuamente excludentes. Essa classificação, de acordo com Caporal (1998), serviria para identificar tipos de práticas e estratégias, mas seria confusa na medida em que os tipos ideais seriam, simplesmente, técnicas ou metodologias de ação que estariam sob a mesma orientação teórica. Existem outros autores que utilizam critérios distintos, tais como Haverkort e Roling (1984) e Puerta Trujillo (1996).

em nível local, proporcionando resultados de investigação adaptados a satisfazer as necessidades e os interesses dos agricultores;

- g) enfoque de distribuição de custos - a finalidade é mostrar aos agricultores o que necessitam saber para melhorar por si mesmos e aumentar sua produtividade e garantir a obtenção e a manutenção do financiamento da extensão rural, uma vez que a população participante está disposta a arcar com parte dos custos;
- h) enfoque das instituições educativas - baseado na participação de escolas, faculdades e universidades que possuem conhecimentos técnicos pertinentes e úteis para os agricultores.

4.4 EXTENSÃO RURAL, COMUNICAÇÃO E INTERVENÇÃO

Quando uma mudança parte de um terceiro, ela é de interesse externo e configura-se em uma intervenção. A extensão rural é uma intervenção profissional realizada através da comunicação e desenvolvida por uma instituição para induzir mudanças no comportamento do público-meta.

O processo de transferência de conhecimentos está intimamente relacionado com a comunicação e ela realiza-se por meio da linguagem falada e escrita. É necessário ressaltar que a comunicação não inclui apenas mensagens trocadas deliberadamente, mas o tom das palavras, os movimentos do corpo, os olhares, a roupa que se veste, tudo comunica; às vezes, até o silêncio comunica. A linguagem pode ser um instrumento de manipulação das pessoas, é próprio contribuir para a modificação dos significados que as pessoas atribuem às coisas, colaborando para a transformação das crenças, dos valores e dos comportamentos. Assim, verifica-se o poder da comunicação (BORDENAVE, 1991).

A comunicação remete a uma dimensão da realidade na qual ocorre o estabelecimento das relações sociais e a conseqüente produção de significados. A extensão está estreitamente vinculada à comunicação. Em função da extensão, geralmente objetivar a promoção do desenvolvimento, a relação comunicação e desenvolvimento, conforme Cimadevilla (2008), resultaria de uma "convergência pragmática", ou seja, a existência de agentes ou Agências que objetivam convencer ou ganhar legitimidade para intervir no social, no econômico ou no político e procurar formar uma compreensão próxima o suficiente para almejar ações sociais organizadas em torno de determinados interesses e fins. Assim, de acordo com o autor, a

comunicação, portanto, seria uma condição necessária, embora não suficiente, ao desenvolvimento, subordinando-se a ele e servindo de instância instrumental. O autor ainda acrescenta que a comunicação para o desenvolvimento não poderia ser compreendida distanciada dos planos ideológicos e políticos e do exercício de poder, porque seriam as concepções, ações e interesses orientados que merecem ser discutidos.

No caso da educação não formal, de acordo com Bordenave (1991), o potencial da comunicação ficou restrito à adoção de práticas recomendadas durante um longo período, sendo que, apenas recentemente, os agentes e as Agências de desenvolvimento propuseram-se a desenvolver a capacidade de identificar os problemas da realidade por intermédio da interação com o meio e com os envolvidos, para depois articular e buscar soluções.

A extensão rural vista como uma intervenção concebe de maneira diferente a ação extensionista, se comparada com a extensão rural vista como um serviço que se aproxima mais de uma assistência técnica. Essa intervenção tem concepções diferentes para seus atores (agentes de desenvolvimento) e para seu destino (população que recebe os efeitos da ação). Quanto ao destino da ação extensionista, cabe salientar a grande dificuldade de estabelecer um termo que a explicita. Nessa situação são usados, pela literatura, como termos intercambiáveis, as seguintes noções: público atendido, assistido, beneficiário, destinatário, recipiente, alvo, meta e cliente. A opção por utilizar público-meta tem por base a tentativa de esvaziar o juízo de valor contido nessas expressões.

Para Cimadevilla (2003), a configuração da ideia de desenvolvimento como forma dominante de intervenção em suas diversas acepções é como tem se concebido a intervenção na conformação de nossas sociedades do mundo ocidental. Inicialmente, aparece a noção de progresso, de avanço contínuo, de crescente superação. O progresso instala-se na intervenção governamental que se projeta com políticas racionais e estratégicas para o futuro. De acordo com essa perspectiva, o progresso converte-se em desenvolvimento, quando os estados nacionais objetivam fins coletivos. O desenvolvimento passa a ser um ideal forte, uma lógica (aberta a distintas formas) de funcionamento das relações entre economia, instituições públicas, estilos de vida e formas produtivas. Toda a modificação de um estado da realidade considerado negativo implica concepções acerca da mudança necessária e, assim, se institucionaliza a intervenção como parte natural da ordem social que a legitima. Conforme esse autor, a intervenção no meio rural passa a ser concebida como ferramenta do Estado para favorecer certos processos e a prática extensionista é vista como uma intervenção. Para isso, são necessários alguns elementos, conforme Cimadevilla (2003, p. 95):

- a) reconhecimento da existência de um estado da realidade social ou produtiva não desejável;
- b) decisão política que opta pela intervenção (externa) mediante uma instituição (Agência) específica;
- c) existência de um conhecimento que supere aquele que rege a prática produtiva ou social em determinado momento e lugar;
- d) disposição de uma infraestrutura geradora desse conhecimento;
- e) criação de uma infraestrutura transferidora;
- f) suposição que a transferência é possível e desejável;
- g) consideração que a população em que opera a intervenção modificará sua conduta de acordo com o planejamento da ação transfericista.

Com esses requisitos visualiza-se toda a estrutura desenvolvida para criação, transferência e adoção de inovações.

De acordo com Castro (2003, p. 55-57), no caso da extensão rural como intervenção, observa-se a frequência de organismos públicos e a diferenciação entre a fonte (Agência) e seus agentes, aqueles que realizam o contato com os receptores e convencem para adoção das técnicas e procedimentos adequados. Os procedimentos são baseados em comprovações científicas e, por isso, são considerados incontestáveis. Além disso, a ideia de benefícios diretos e indiretos (representados pelo bem-estar da sociedade de modo geral) firma assim a convicção de que se trata de uma tarefa nobre e a "ação extensionista torna-se um imperativo categórico, válido por si só". Dessa forma, a extensão apresentaria os ingredientes: unidirecionalidade, assistencialismo, caráter messiânico, mecânico, de cima para baixo, transmissão, invasão cultural. Essa vertente de extensão materializar-se-ia em programas e projetos que deveriam ser executados e estariam impregnados da concepção mercadológica, pois transformaria a realidade em uma dinâmica de transação com objetivos quantitativos.

De acordo com afirmações dos próprios técnicos, a intervenção no meio rural realizada pela EMATER/RS-ASCAR depende da postura do extensionista, podendo ser mais democrática ou participativa ou mais autocrática e propositiva. A atuação da Agência é bastante diferenciada, até mesmo dentro de uma unidade administrativa (regional), como se pode observar no seguinte relato:

A intervenção é bastante diferenciada, porque como voz corrente, a EMATER/RS-ASCAR não é única, ela tem 10 escritórios regionais e a condução da intervenção destes 10 escritórios regionais, ela não segue um padrão, até se diz que são 10 Emateres diferentes, isso dentro de uma região também ocorre de forma diferenciada... O planejamento pode ser feito de várias formas, dentro de uma sala da EMATER/RS-ASCAR e essa intervenção se dá conforme a visão do extensionista e de algumas pessoas que o extensionista ou equipe municipal seleciona o poder público municipal, principalmente. E essa intervenção da EMATER/RS-ASCAR é uma intervenção pouco democrática, mais autocrática, porque leva pouco em conta, a opinião e a participação efetiva das famílias. Enquanto nesse processo que eu mencionei, que estava participando estas decisões e esse planejamento, ele feito de forma participativa. Resumidamente, a intervenção da EMATER/RS-ASCAR não é única [...]. (ER, ATR, 11, grifo nosso).

Tal situação, marcada pela permanência de formas tradicionais de intervenção, por parte de alguns extensionistas e escritórios contribui para que a EMATER/RS-ASCAR venha perdendo o poder de transformação, conforme relato do professor abaixo entrevistado:

[...] Eu vejo que as *peças em boa parte se capacitaram para isso não vejo que todos de fato tenham mudado a sua maneira de intervir do sistema*. Hoje em boa parte existe uma dualidade, às vezes uma perspectiva de desenvolvimento, aparentemente embutida no sistema, mas ainda se *continuam com práticas antigas*, muitas vezes, eu vejo ainda muita resistência por parte de alguns grupos de agricultores da ação da EMATER/RS-ASCAR como um todo [...] até às vezes, com tristeza, *eu vejo de que o potencial que a EMATER/RS-ASCAR poderia disponibilizando a campo, não está de fato, ajudando como poderia*. Eu acho que existe muita mística ainda de que a EMATER/RS-ASCAR tem todo um *poder de transformação*, mas o que existe hoje é muito pouco, existem muitos locais àquela história que o técnico da EMATER/RS-ASCAR fica trancado no escritório fazendo projetinho e às ações que eu tenho visto na EMATER/RS-ASCAR em termos de consequência, não é grande coisa, *não tenho conseguido acompanhar projetos que a gente veja que “olha a EMATER/RS-ASCAR”*, tem alguns que evidentemente fazem [...] eu tenho visto esse problema, na atuação, na intervenção mesmo. (P, A, 28, grifo nosso).

Há, portanto, o reconhecimento da manutenção de práticas antigas, de algumas situações de resistência, tanto por parte dos extensionistas como dos agricultores e da visão do extensionista como um técnico de escritório. Essas afirmações são reforçadas pelo depoimento abaixo destacado em que o extensionista entrevistado salienta a insuficiência da antiga postura difusionista e persuasiva, notadamente quanto ao fato de não ser mais possível a imposição de “pacotes tecnológicos” prontos, havendo, ainda, a necessidade de não mais se considerar os agricultores como passivos.

[...] então a intervenção varia conforme a postura do extensionista. Mas em geral o nosso pessoal já sabe que *não dá para chegar de “sola”, as pessoas não são tão passivas*, como uma vez eram, elas tem informação, elas tem outros lugares para se articular, para buscar assessoria, então não dá para achar que foco da intervenção é um, tu chega, coloca e ponto, não a coisa não funciona assim, hoje tu tens que saber como chegar em qualquer grupo, em qualquer agricultor, *aquela história de chegar com pacote pronto já era*. (EM, SR, 20, grifo nosso).

Técnicos enfatizam, ainda, que a sua própria postura, sua forma de ação, é influenciada pelo público atendido, e, dessa forma, acabam por reconhecer a existência de uma complexa relação que se estabelece entre ele e o agricultor no processo de intervenção no meio rural, havendo espaço para a negociação, margens de manobra e conflitos. Comentam, ainda, da necessidade de respeitar, de valorizar e de colocar o agricultor no centro de decisão, ou seja, como parte ativa na construção e reflexão das políticas propostas. Afinal, uma interface social constitui-se, na rede de interface e conhecimento, em que os diferentes agentes se encontram e na qual os conflitos são revelados a partir da manifestação dos diferentes interesses em jogo.

Existem *duas maneiras de tu ver a intervenção*. Uma é tu enxergar *lá no campo e a outra é como o agricultor nos enxerga*, são duas coisas que muitas vezes tu tens que chegar em um consenso. Tu conheces a parte técnica, mas tu tens sempre que respeitar a experiência dos agricultores. Eles têm a vivência prática, tu tens o conhecimento técnico-científico, mas eles também têm os seus valores e isso tem que ser respeitado (EC, ATE, 6, grifo nosso).

Ela acontece em diversos níveis, as vezes ela mais decisiva, as vezes ela não é, ela é mais reflexiva, depende muito do profissional *e muito da pessoa que ta te consultando, tá te perguntando, tá sendo sujeita desta intervenção*. Isso varia muito *de pessoa pra pessoa e de família pra família...* (EM, TS, 16, grifo nosso).

[A intervenção é] superficial. A gente precisa reverter isso, se a gente quer mesmo uma modificação no meio rural, que a gente consiga deflagrar processos de desenvolvimento sustentáveis, a gente precisa essa aproximação, da reflexão, de uma construção entre a extensão rural, entre outras entidades, que convivem no mesmo espaço, das mais variadas, *mas fundamentalmente com o agricultor, ele não pode ser objeto de uma política, ele tem que ser parte da construção desta política e isso a gente precisa aproximar* (EM, SR, 14, grifo nosso).

Além disso, sobressaíram das entrevistas algumas limitações à ação extensionista. Destacou-se, nessa linha, a vinculação dos projetos e dos programas da EMATER/RS-ASCAR aos programas de governo estadual, fato que contribui para desarticular e

desconstituir ações não vinculadas à proposta política em vigor. Igualmente, referiu-se às restrições orçamentárias (limitações de recursos).

[...] na verdade *depende muito dos programas que são adotados por linha de frente no âmbito de uma proposta política* que acaba sendo predominante nas eleições estaduais, que embora não desconstituam completamente, propostas vigentes, fazem eles perder força, ou diminuir muito a sua intensidade de atuação, então a entidade no caso *embora tenha uma série de programas que passem além de um governo, mas eles não se fazem tão visíveis* tanto quanto as propostas que tem consonância com aqueles vinculadas ao programa de governo vencedor... (P, ER, 29, grifo nosso).

Eu acho que a gente *tem limitações de recursos, muito grandes* e a gente tem uma qualificação e uma forma de fazer boa, uma das entidades mais qualificadas a fazer, só que falta perna, falta fôlego para atender todas as necessidades e gente observa isso conversando com os agricultores... Agentes de desenvolvimento não estão somente na EMATER/RS-ASCAR, têm na prefeitura, têm nos sindicatos, agora eles não tem recursos para ir na comunidade, fazer aquele trabalho que é a via de frente. A gente tem o conhecimento, a forma de fazer e tem a tradição de intervir nas comunidades, mas *falta recurso* (EC, P, 4, grifo nosso).

Não obstante isso, houve o reconhecimento pelos entrevistados da importância da EMATER/RS-ASCAR no espaço rural, a ponto de ser considerada como a Agência mais relevante que realiza intervenção no rural, como a executora das políticas públicas e como a preparada para tratar das questões ambientais, se não lhe faltarem recursos e pessoal, estando outras instituições desarticuladas e sem parcerias.

Eu vejo que a *EMATER/RS-ASCAR é a única instituição que trabalha na extensão* e isso acabou nas cooperativas, ao nível de Secretaria da Agricultura, não existe um trabalho realmente que dê assistência ao agricultor como deveria existir, mesmo que hoje a prefeitura tenha agrônomos, médicos veterinários, tenha em si uma equipe, não muito grande, mas têm, eles têm projetos, mas hoje *a única instituição que está intervindo no meio rural é a EMATER/RS-ASCAR*. (P, ER, 27, grifo nosso).

A EMATER/RS-ASCAR é o braço operacional da Secretaria da Agricultura na execução das políticas públicas para o setor rural, beneficiando as famílias rurais de baixa renda, desprovidas de assistência técnica e demais orientações gerais importantes na geração de renda e gestão da propriedade familiar. Fazem parte do seu escopo as ações de bem estar social com destaque para alimentação, saneamento básico, higiene, saúde, lazer, artesanato, políticas de gênero e juventude rural, promovendo mudanças comportamentais e fortalecendo a cidadania no ambiente rural. (GE, 23).

[...] é a instituição para o governo do estado, *mais preparada, se não faltarem os recursos e o material humano*, para levar a diante a discussão para a problemática socioambiental e para ajudar no encaminhamento e na internalização de políticas públicas. [...] Então não estou te dizendo que a extensão rural e o serviço público é a única capaz de fazer, mas eu acho que é que mais teria isenção para fazer e muita potencialidade, desde que estimulada e apoiada. (ER, SR, 12, grifo nosso).

Também foi mencionado como algo relevante na trajetória da Agência a capilaridade adquirida ao longo dos anos e os efeitos dessa capilaridade na operacionalização das políticas públicas, na sua facilitação e na sua irradiação.

O que mais me chama atenção na EMATER/RS-ASCAR, é a capacidade que essa entidade tem ao longo do tempo, de ter conseguido uma grande capilaridade na sociedade, então você vê a atuação do nome, desta entidade, uma massiva quantidade de municípios na sua presença e a condição de ao estar presente consegue, por um ecletismo de atuação se apresentar nas várias esferas da sociedade, principalmente a capilaridade que ela tem no sentido de chegar até os mais longínquos rincões, que se tem notícia. (P, ER, 29).

Eu acho que a extensão ainda é “um mal necessário” exatamente por isso, porque a EMATER/RS-ASCAR praticamente tem um escritório municipal em cada município e tem uma política pública como agora foi lançada a política de irrigação e reserva de água através de cisternas, como tu faz isso chegar em cada município, olha, se tu chegar lá na diretoria da empresa ou na diretoria técnica e sentar, trazer alguns técnicos de campo que conhecem a realidade para montar o programa, porque às vezes tu monta só uma cabeça e o programa não é fácil de executar, mas se tu trazer alguns colegas e tal para discutir isso, a política é assim, assim e assim, no outro dia, está todo mundo sabendo. Agora se a Secretaria de Agricultura e o governo do Estado quiser implantar alguma coisa sem a extensão rural, eles vão ter que entrar em contato com cada um dos mais de 490 municípios do Estado, isso é uma tortura, pelo seguinte, eles vão querer fazer um grande programa igual e não pegar desigualdade, porque cada município vai levantar o seu, então eu acho que a capilaridade da extensão rural é até fantástica. (ER, SR, 10).

Portanto, verifica-se que Agência apresenta fragilidades e potencialidades na forma de intervenção no meio rural, sendo que a ação extensionista é diferenciada, dependendo da postura de cada técnico o que resulta na convivência de práticas tradicionais e inovadoras. Observa-se, também, a capilaridade e a importância da EMATER/RS-ASCAR na consolidação e na implementação das políticas do Governo Estadual e as implicações relativas a essa situação.

4.5 EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Assistência técnica e extensão rural é definida pela Lei de ATER como "serviço de educação não formal, de caráter continuado que promova processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive atividades agroextrativistas, florestais e artesanais". A definição de extensão rural da Food and Agriculture Organization of the United Nations (1995) é de um sistema ou serviço que, mediante processos educativos, ajuda a população rural a melhorar os métodos, as técnicas agrícolas, aumentar a produtividade, melhorar seu nível de vida e levar normas educativas para a vida rural.

Para Espindola (2005), a expressão extensão rural envolve todo o processo que significa transferência de informação com intenção educativa ao meio rural, como a transferência de novas tecnologias,¹⁷ a capacitação dos agricultores, a informação técnica, a assistência técnica e os processos de educação não formal gerados para os agricultores.

A extensão foi criada com um intuito de educação, ou seja, o de promover a educação. Conforme Centro de Tecnologias da Região Sul (1963), o objetivo da extensão é elevar o nível socioeconômico da família rural, levando-lhes novos conhecimentos, desenvolvendo habilidades, e, acima de tudo, formando novas atitudes.

De acordo com Caporal (1991), o conceito de extensão rural foi ampliado, referindo-se a um processo cooperativo, baseado em princípios educativos que têm por finalidade levar ao jovem e ao adulto do meio rural uma gama de ensinamentos sobre a agricultura, pecuária e economia doméstica, visando a modificar hábitos e atitudes referentes aos aspectos técnicos, econômicos e sociais das comunidades rurais, alcançando, assim, maior e melhor produtividade, aumento de renda e melhoramento do nível de vida em vários aspectos. Dentre os objetivos principais está o estímulo ao desenvolvimento individual da população rural, buscando transformações nas suas condições econômicas, sociais e políticas por meio da promoção da disseminação de informações e conhecimentos úteis às populações.

Posteriormente, Caporal (1998) definiu a extensão rural como :

¹⁷ Há diferença entre transferência de tecnologia e extensão rural; enquanto a primeira depende da tecnologia e dos avanços dela, a segunda basicamente corresponde a um modelo educativo especial que engloba a primeira (PEÑA, 2009).

[...] *una deliberada intervención, de naturaleza pública o privada, en un dado espacio rural (una finca, una comunidad, un pueblo, una microcuenca hidrográfica etc.), realizada por agentes externos o por individuos del propio medio, orientada a la realización de cambios en el proceso agrosilvopastoril, o en otros procesos socioculturales y económicos inherentes al modo de vida de la población rural implicada. Se trata de una intervención intencionada, movida por objetivos normativos y llevada a cabo a través de un proceso comunicativo que envuelve innúmeros actores poseedores de diferentes conocimientos y situados en posiciones asimétricas de poder.* (CAPORAL, 1998, p. 45).

Na opinião de Peixoto (2009), a expressão extensão rural poderia ser aplicada em três sentidos distintos, a saber: (a) o de política pública, adotada por um determinado governo, com princípios e programas; (b) o de instituição, referindo-se às empresas públicas de extensão rural e assistência técnica; e, (c) o de processo, no sentido de “estender” ou levar algo a alguém.

Os entrevistados, em sua maioria, compreendem a diferença nos conceitos de assistência técnica e extensão rural aliando-os a uma complementaridade. De modo geral, salientam que a extensão rural é um trabalho mais amplo, de cunho educativo, de compreensão e planejamento do estabelecimento rural como um todo e da organização da comunidade, de trabalho de valores, de visão de mundo, de consideração dos desejos, dos objetivos da família e sonhos dos agricultores e de aprofundamento da visão crítica. A assistência técnica é um trabalho impessoal, que responde a uma demanda específica, de caráter técnico-produtivo, pontual e agrônomo, como demonstram alguns relatos ilustrativos:

Eu acho que a *assistência técnica*, você “dá a demanda” e a atividade em si, é a *cultura, a criação ou agroindústria*, isso é a assistência técnica. Você vai a propriedade ou em algum lugar em determinado momento para atender uma demanda específica de alguma atividade econômica em si. A *extensão rural* tu tens que englobar a assistência técnica num outro patamar, e aí você tem que ver inclusive, quais são os *sonhos e os objetivos daquela família, daquela comunidade*, [...]. *Se eu estou fazendo extensão rural* e a extensão não é exclusividade da EMATER/RS-ASCAR, que pode ser feita por várias instituições, mas se eu estou fazendo, *eu preciso considerar outros fatores, eu preciso considerar, o ambiente natural que estas pessoas estão inseridas, eu preciso considerar as questões sociais, relação de trabalho, relação de dependência, relação de poder dentro da propriedade, dentro da comunidade, eu preciso ver o nível de satisfação destas pessoas*, [...] (EM, SR, 14, grifo nosso).

A extensão rural inclui todo um processo educativo, onde tu trabalha com valores, com conceito, com *visão de mundo*, que eu acho que vai além de uma mera *assistência técnica*, que pode ser uma coisa muito *mais produtivista, muito mais pontual, muito mais agrônoma*. Quando se está discutindo a questão de

produtividade, tu podes estar dando assistência técnica, mas quando tu começa a fazer toda uma discussão sobre matriz produtiva, alternativas de desenvolvimento para a agricultura familiar, perspectivas de vida daí tu também já está trabalhando com extensão rural (EC, P,7, grifo nosso).

Há uma grande diferença que é aquele atendimento aonde tu vai lá dar assistência e vai embora e a *extensão rural é sempre ter o contato com o produtor, com a família dele* sabendo além da parte técnica, o que está acontecendo com a família, com a propriedade, o que eles estão pensando, essa parte da extensão é bem maior (EM, BES, 17, grifo nosso).

Os entrevistados apresentaram clara distinção entre os termos assistência técnica e extensão rural, embora, não tenham essa clareza quanto à diferença entre extensão rural e transferência de tecnologia. Em trabalho desenvolvido por Caporal (1991), o autor destaca que os extensionistas utilizam esses termos de forma intercambiável. No entanto, há diferenças significativas entre os dois termos, a transferência de tecnologia é um processo de abordagem tradicional e vertical e a extensão rural é um processo mais amplo, coletivo, de construção conjunta e educação.

Sintetizado nas falas abaixo destacadas, pode-se observar a compreensão do termo extensão rural pelos interlocutores,

[...] eu te diria que na assistência técnica perfeitamente nós podemos trabalhar no ponto de vista individual, embora, claro, a gente possa fazer a assistência técnica de maneira grupal, fazendo reuniões, com grupos de agricultores para transferir. Em uma assistência técnica, talvez eu não tenha que discutir muito com quem está sendo “beneficiado” pelo trabalho da extensão rural. Na extensão rural o elemento da educação que também está presente na arte de difundir ou transferir técnica, mas *extensão rural a educação assume uma concepção diferente, ela é menos individualizada e mais coletiva, é mais de reflexão e muito mais aceitação. Extensão rural tem um componente educativo de reflexão daquilo que eu estou me propondo a fazer* e que a assistência ela pode se limitar especificamente aquela propriedade rural ou aquela comunidade mesmo que esteja fazendo de uma maneira grupal, mas a extensão rural extrapola o âmbito comunitário rural e aí com isso eu tenho potencialidade de abranger a sociedade como um todo. Não existem desenvolvimento rural fora de uma concepção de desenvolvimento social, na extensão rural eu acabo interferindo também em concepções mais amplas, que foge do espaço físico rural (ER, SR, 12, grifo nosso).

A extensão rural é um processo de educação não formal que utiliza métodos pedagógicos grupais, sem prescindir do individual, para alcançar, com menor custo, maior número de famílias rurais com baixos indicadores econômicos sociais, a fim de levar-lhes conhecimento técnico para melhorar a produção e renda, e orientações para estabelecer novos hábitos comportamentais que contribuam para o bem estar dessas famílias (GE, 23, grifo nosso).

Nesse sentido, a noção de extensão está orientada para a educação. No entanto, da forma com que o termo extensão foi desenvolvido/criado, essa educação exigiria uma atitude autoritária. Na medida em que esse termo incorpora a ideia de levar, de transmitir, de estender, de transferir, de entregar algo a alguém, sugerem-se uma ação mecanicista e a existência de um depositário, no caso os agricultores.

Se a mudança deve ser "induzida", se a percepção da necessidade de mudança é exógena, se é a entidade, o Estado ou o técnico que a percebem e se, por outro lado, também vem de fora da "comunidade" a tentativa de solução dos problemas detectados, normalmente pela transferência de tecnologia, cria-se um cenário próprio para uma educação autoritária, de cima para baixo, e, sobretudo, anti-dialógica, na medida em que o sujeito da relação é o extensionista, ao qual cabe a tarefa de transferir idéias para o seu "público". Este público, no caso, será passivo, objeto receptor de informações. (CAPORAL, 1991, p. 62-63).

As afirmações acima expostas por Caporal apoiam-se na concepção freiriana. Freire salienta que, na extensão, não se proporcionam as condições para o conhecimento, porque na medida em que se estende ou transfere-se um conhecimento, destrói-se a capacidade crítica de tê-lo. "O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo". (FREIRE, 2002, p. 27).

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 2002, p. 25).

Os aportes teóricos de Freire destacam os limites do uso do termo e da prática da extensão, tendo influência desde o final da década de 1970 na busca de uma nova e renovada extensão rural, essa devendo voltar-se para a comunicação, como comunhão de idéias, porque a extensão vista como um ato de estender um "conhecimento" elaborado aos que não o têm, destruiria a capacidade crítica para tê-lo.

5 A TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL: A AÇÃO EXTENSIONISTA

Este capítulo tem por objetivo descrever e caracterizar a trajetória da extensão rural pública¹ e a ação extensionista a partir de três eixos norteadores.² A ideia é caracterizar a intervenção, explorando aquilo que é recorrente na ação extensionista. Não foi realizada a diferenciação rígida de períodos, pois assim não se permitiria verificar a riqueza dos acontecimentos, os momentos de transição e as diversas faces apresentadas por essa Agência de extensão. Além disso, a EMATER/RS-ASCAR caracteriza-se pela sobreposição de fases, ou seja, ocorre a convivência de características de períodos passados com períodos recentes, não cabendo a compartimentação histórica. Por isso, nesse capítulo é, primeiramente, apresentada a origem e o nascimento da extensão rural. Posteriormente, discute-se sobre os três eixos norteadores da ação extensionista: eixo do difusionismo, o eixo da participação e o eixo da sustentabilidade e, finalmente, a situação atual e os elementos determinantes da crise institucional recente.

5.1 A ORIGEM DA EXTENSÃO RURAL

A atividade extensionista, assim considerada a ação educativa de caráter informal e extracurricular, é praticada há muitos séculos. A título ilustrativo, registra-se a existência de relatos informando que o imperador romano Adriano, visitando o Egito, já encontrara instrutores ensinando os agricultores das margens do Nilo a plantar o trigo irrigado. Também

¹ Alguns autores, como por exemplo, Schmitz (2002, p. 316), dividem o serviço de extensão em seis etapas: modelo clássico (1948-1956), modelo difusionista-inovador (1956-1967), modelo de transferência de tecnologias (1968-1978), o repensar da extensão rural (1979-1991), o desmantelamento do serviço (1991 até hoje) e a fase de discussão e experimentação (1996 até hoje). Já Caporal (1998) divide a história da extensão nas seguintes fases: (1948-1960) familiar assistencialismo, (1961-1980) produtivismo modernizador, (1981-1990) crítico reflexivo, e (1990 até hoje) transição ambientalista. Autores como Fonseca (1985), Olinger (1996), Gonçalves Neto (1997), Rodrigues (1997), Vieira (1988) também realizam uma descrição da trajetória da extensão rural.

² Para a constituição da trajetória da Extensão no Rio Grande do Sul foram utilizadas informações geradas a partir da realização de um grupo de discussão com extensionistas da EMATER/RS-ASCAR, realizado durante o curso de Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia, no ano de 2001, na UFRGS/PGDR. As informações foram sistematizadas em um trabalho sobre Extensão Rural relativo à disciplina Teoria e Prática da Ação Extensionista, alguns dados e as informações utilizados nesta seção da tese foram obtidos no material gerado pelos “extensionistas-acadêmicos” para o trabalho final da disciplina.

se noticia que, nos Estados Unidos, em 1621, um índio chamado Squanto ensinou aos colonos a técnica de como semear o milho, o que tornou possível a sobrevivência de homens e animais em razão do inverno rigoroso.

Na Europa, merece destaque o surto industrial inglês e o surgimento da máquina a vapor, em meados do século XVIII, a exigir mais técnica e a forçar a necessidade de dar assistência técnica aos agricultores. Sendo assim, começou a estruturar-se, em meados do século XIX, um serviço de assistência técnica por meio das associações de agricultores com a finalidade de difundir informações úteis e capazes de melhorar a agricultura (SCHMITT, 1979).

Segundo Schmitt (1979), a extensão nasceu como um instrumento de ensino e educação informais, fora dos moldes da escola clássica, objetivando que os agricultores, as donas de casa e os jovens rurais tivessem oportunidade de aprender, sem prejudicar as lides rurais ou domésticas cotidianas ou mesmo abandoná-las.

Nos EUA, as primeiras sociedades de agricultura surgiram no século XVIII, objetivando dotar os agricultores de informações técnicas. Em torno de 1854, foram criados os Institutos Agrícolas, consistindo na realização de aulas teóricas e práticas e conferências para grupos de agricultores. Em 1862, foi editado o *Morril Act*, assinado pelo Presidente Lincoln, levando à criação dos *Land Grant Colleges* (Faculdades ou Escolas Superiores de Agricultura). Em 1875, surgiram os primeiros Centros de Experimentação Agrícola nos Estados da Califórnia e Connecticut e, em 1887, cada Estado recebeu recursos federais para construir seu Centro de Experimentação. Tornava-se indispensável a criação de um serviço que estendesse e divulgasse aos agricultores os novos conhecimentos. O Serviço de Extensão nascia, portanto, em decorrência de uma necessidade sentida pelos professores e pesquisadores (VIEIRA, 1988; OLINGER, 1996).

No final do século XIX, aparece em cena Seaman Knapp, professor de agronomia e considerado o pai da extensão rural. Baseava sua ação no princípio de que o agente de extensão tinha por missão “ajudar os agricultores a ajudarem a si próprios”. Inicialmente, foi responsável por implantar a colonização de uma extensa área de terras no Estado de Lousiana (1886). Posteriormente, já no início do século XX, o gorgulho do algodão invadiu os EUA, levando os agricultores a abandonar aquele cultivo. Então, Knapp, valendo-se de sua experiência anterior, organizou “Fazendas Comunitárias de Demonstração”, consistentes em propriedades demonstrativas com método educativo para irradiar e difundir novas técnicas de cultivo, visando a controlar o gorgulho do algodão com base em recomendações dos especialistas do Ministério da Agricultura, tendo o trabalho se desenvolvido satisfatoriamente (OLINGER, 1996; VIEIRA, 1988).

Knapp igualmente foi o primeiro a trabalhar com grupos de meninos e meninas, visando à racionalização de determinadas práticas agrícolas. Acreditava, dessa forma, alcançar os adultos, tendo, com tal iniciativa, possivelmente, lançado as bases para o trabalho com jovens, futuro Clube dos 4-H (*head, heart, hand e health*).³ Tais clubes surgiram em 1907, baseados em demonstrações sobre o cultivo do milho e rotação de cultivo contra a lagarta do algodão.

Em 1914, foi aprovado o *Smith-Lever Act* criando o Trabalho Cooperativo de Extensão Agrícola com o intuito de ajudar na difusão entre o povo dos EUA de informações técnico-agrícolas e de economia doméstica, além de encorajar a sua aplicação. Surgia, assim, o modelo clássico de extensão rural, que partia do pressuposto de que a elevação do nível de conhecimentos dos agricultores e seus familiares acarretaria a adoção de novos hábitos e atitudes, bem como o desenvolvimento de novas habilidades em suas atividades produtivas. Conforme Fonseca e Cattani (1991), a extensão rural, nesse caso, funcionava como um elo entre as estações de pesquisa experimentais, as populações rurais e a tecnologia.

Portanto, o propósito básico da extensão, na perspectiva do modelo clássico, é o de transmitir conhecimentos às populações rurais e encaminhar seus problemas às fontes de pesquisa. Foi esse modelo que serviu de base para a criação e a organização dos serviços de extensão implantados nas regiões consideradas subdesenvolvidas a partir da Segunda Guerra Mundial.

Nesse contexto, as primeiras experiências em extensão rural no Brasil foram desenvolvidas em São Paulo, em 1947, nos municípios de Santa Rita do Passa Quatro e de São José do Rio Pardo, sob orientação da *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), almejando o aumento de produtividade dos cafezais⁴ (VIEIRA, 1988). Em 1948, no Estado de Minas Gerais, surgiu o primeiro serviço estadual de extensão com a criação da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural).

A extensão rural foi introduzida no Brasil com o apoio econômico de organizações públicas e privadas dos EUA, como parte de programas de ajuda ao desenvolvimento do Terceiro Mundo, atendendo às necessidades impostas pela conjuntura internacional, por um lado, e às necessidades de organização social interna, por outro. A extensão rural foi

³ Os clubes 4-H foram adaptados no Brasil e denominados Clubes 4 S, que significavam: saúde, saber, sentir e servir.

⁴ À guisa de ilustração, refere-se que as primeiras atividades de educação agrícola de natureza informal e extracurricular foram desenvolvidas pelos jesuítas que fundaram missões e reduções em que ensinavam aos silvícolas as primeiras letras e o catecismo. Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, chefiados pelo Padre Manuel da Nóbrega na comitiva do primeiro Governador Geral Tomé de Souza. Em 1553, chegaram mais sete jesuítas que vieram com o segundo Governador Geral Duarte da Costa. A formação intelectual na Colônia foi moldada, inicialmente, nos colégios fundados pelos jesuítas, porém a atividade pedagógica era excessivamente elitizante, sem preocupações com a formação profissional.

exportada para o Brasil juntamente com o “pacote” da modernização agrícola que passou a ser viabilizado a partir dos anos de 1950, quando foi dado início ao processo de mudança na base técnica da produção.

Para entender o desenvolvimento de atividades de extensão no Brasil é importante compreender que os modelos, os objetivos e as práticas de extensão rural não nasceram de uma demanda local e também não se desenvolveram apoiados em uma base teórica que correspondesse à realidade do meio rural brasileiro. Aliás, calha registrar que a concepção teórico-metodológica da extensão rural institucional pública tem por base as escolas de sociologia dos EUA, especialmente os aportes teóricos desenvolvidos pela sociologia da vida rural e pelos estudos de comunidade,⁵ sendo que, a partir da Segunda Guerra Mundial, a extensão assumiu um caráter de comunicação e de difusão de inovações, baseada na ideologia da modernização. Sob o manto dessas teorias, a extensão rural surgiu como um instrumento do Estado, impulsor de um desenvolvimento que foi percebido como um processo de crescimento econômico na direção ao progresso (CAPORAL, 2001).

5.2 O NASCIMENTO DA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL E O ASSISTENCIALISMO

Em 1948, foram criadas no Brasil as organizações de extensão rural sob o nome de Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Até o final dos anos de 1950, essas organizações estavam presentes em todos os estados brasileiros.

⁵ De acordo com Caporal (1997), a prática extensionista pode ser explicada por meio das três correntes: para a condutista, o principal motor do desenvolvimento seria dado pelas mudanças nas experiências de aprendizagem dos indivíduos; para a psicodinamicista, há necessidade de variar as pautas de socialização; e para a difusionista, o desenvolvimento seria obtido a partir de um processo de introdução de novos *inputs* de capital e tecnologia nos processos de produção “atrasados”.

Em 1955, foi criada a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR),⁶ hoje conhecida como Associação Rio-Grandense de Empreendimentos em Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), assim denominada no ano de 1977. Os membros natos da ASCAR são os órgãos, entidades e instituições oficiais responsáveis pela coordenação geral dos serviços, como Ministério da Agricultura, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2005).

Na época, a Extensão Rural era definida como uma atividade destinada a estudos e pesquisas para a solução prática de problemas vitais dos agricultores e de suas famílias. Os técnicos realizavam Curso Pré-Serviço⁷ na Fazenda Ipanema, próximo de Sorocaba/SP. Após o término do curso, prestavam estágio prático, pelo período de um mês, na ACAR-MG e, então, contratados, realizavam planos de trabalho inseridos no Projeto n.º 11.⁸ A finalidade desse Projeto era aumentar a produtividade agropecuária e melhorar as condições de vida da população rural do Rio Grande do Sul.

Os planos de trabalho eram colocados em prática pelos técnicos extensionistas e pelos supervisores. Os supervisores promoviam levantamentos socioeconômicos *in loco*, levando em conta os recursos naturais, as características raciais, econômicas e sociais, a situação econômica, a situação da agricultura e da pecuária e as condições ecológicas. Essas informações provinham de autoridades municipais e eclesiásticas, comerciantes, líderes, entidades e pessoas ligadas ao meio rural. Tanto os técnicos quanto os supervisores apresentavam relatório das atividades realizadas. Nesse relatório, eram incluídos relatos de dificuldades com transporte, tendo que recorrer constantemente a carros de aluguel, e, em algumas regiões, sérios entraves para a comunicação com os agricultores, devido aos

⁶ Em face de suas características particulares, a ASCAR goza de uma série de prerrogativas oficiais, tais como: isenção do imposto de renda, isenção de declaração anual de empregados, isenção do pagamento da quota patronal ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Além disso, a ASCAR foi reconhecida com diversas distinções, a saber: utilidade pública do governo federal, utilidade pública do governo estadual, órgão de cooperação com a programação do governo federal, órgão idôneo para aplicação de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, entidade de fins filantrópicos, órgão de assessoramento técnico etc. (EMATER, 2005).

⁷ As matérias dos cursos eram: Extensão Rural, Filosofia, Ecologia, Sociologia Rural, Crédito Rural Supervisionado, Processos de Educação, Aprendizagem e Comunicação, Relações Humanas, Planejamento e Administração da Propriedade e do Lar, Economia Rural e Doméstica, Higiene Rural, Enfermidades e Endemias Mais Comuns, Primeiros Socorros, Trabalhos Manuais, Apresentações Práticas de Demonstrações, Exposições Orais, Teoria da Comunicação, Uso de Audiovisuais, Rádio, Jornal, Cartas Circulares e Recreação.

⁸ O Projeto n.º 11 era ligado ao Escritório Técnico de Agricultura de Cooperação do Brasil e dos Estados Unidos (ETA). Os serviços de extensão rural eram planejados a partir de Planos de Trabalho, supervisionados e aprovados pelo Ministério da Agricultura e Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, que constituíam o Conselho Superior de Administração.

empecilhos com a linguagem (idiomas e dialetos) (ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL, 1970).

Os primeiros escritórios locais foram implantados em Taquara, Pelotas, São Lourenço do Sul, São Sebastião do Caí, Bento Gonçalves, Estrela, Canguçu, Lajeado. O planejamento das atividades é uma marca registrada da ASCAR, sendo instituído todo ano um Plano Anual de Atividades (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2005).

Em 1966, a extensão apresentava um total de 42 Escritórios Municipais, que abrangiam 28% da área geográfica do Estado e 38% da população rural. As diretrizes do programa eram a máxima eficiência nas atividades extensionistas, a capacitação do povo rural no equacionamento de seus problemas, a obtenção e coordenação de recursos, a cooperação na solução dos problemas que limitavam o desenvolvimento econômico e social dos municípios. A extensão rural era vista como um sistema dinâmico, permanente de educação extraescolar, democrático e informal que visava a levar às famílias rurais conhecimentos sobre agricultura e economia doméstica (ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL, 1970).

Dois trabalhos que merecem destaque especial nesse período inicial da extensão rural são os Clubes 4-S e os clubes de senhoras e moças. Conforme Empresa Brasileira de Extensão Rural (2005), os clubes 4-S (saber, sentir, saúde e servir) eram realizados com o objetivo de agregar os jovens rurais e buscavam o autodesenvolvimento social, físico, mental e profissional. E, os clubes de senhoras e moças teriam como objetivo desenvolver a capacidade física, espiritual e profissional da mulher, valorizar os afazeres domésticos, promover a troca de ideias e criar melhores condições de educação e recreação, desenvolvendo suas atividades mediante reuniões regulares, divididas em três partes, administrativa, técnica e recreativa.

Nesse primeiro período, o extensionismo foi identificado com assistencialismo familiar, pois o lar e as melhorias nas condições de saúde e bem-estar da população rural eram as preocupações dos extensionistas. O crédito rural supervisionado foi a ferramenta base que proporcionou os processos de mudança associados tanto aos aspectos sociais quanto aos econômicos, objetivando a melhoria da renda, da produção e da produtividade agropecuária.

Para atender às necessidades que seriam introduzidas no campo com a modernização que logo iria chegar, o modelo clássico de extensão rural precisou ser adaptado às condições e à realidade do agricultor latino-americano, incorporando ações educativas tradicionais que permitissem a mudança de mentalidade dos agricultores.

A ideia de extensão, argumentada por Olinger (1996, p. 108), de que seus princípios fundamentavam-se no "[...] desenvolvimento cultural do homem rural, através da educação reconhecia o agricultor como 'atrasado', partindo do pressuposto da necessidade de educar alguém é estender algo para alguém, concebendo-o como passivo e agente receptor de saberes". Esta ideia de extensão era antidialógica e os extensionistas consideravam que o saber do mediado não era integrador, mas autoexcludente, restrito e delimitado. Por isso, os extensionistas tentavam impor a sua visão de mundo e das Agências que representavam.

O extensionista exercia uma função semelhante a um sacerdote, alguém de conhecimento superior aos agricultores e que tinha como missão ajudá-los a se desenvolverem, tanto pessoal quanto economicamente. Essa ideia de apostolado pode ser verificada em documento utilizado pela ASCAR,

[...] pelo menos uma característica é indispensável ao Extensionista: o firme propósito de servir o próximo, pois paralelamente ao seu caráter educacional, *o serviço de Extensão é um verdadeiro apostolado*, exigindo do Extensionista um grande desprendimento bem como altamente desenvolvida a capacidade de dar de si para o bem próximo. (CENTRO DE TECNOLOGIAS DA REGIÃO SUL, 1963, p. 2, grifo nosso).

A existência de um sentimento de missão e de compromisso ainda está muito presente nos dias atuais na prática extensionista, conforme pode ser verificado no depoimento abaixo,

[...] *ser extensionista é quase uma bíblia*, é uma coisa muito forte [...] mas porque quem trabalha na extensão rural tem envolvimento muito grande com que faz e não se consegue ver de fora a coisa, porque quando estás no dia a dia tu se envolve com o público, se envolve com os agricultores, jovens, os seus problemas, então ser extensionista é muito bom para quem tem o entendimento da coisa, quem entra só para extensão rural para cumprir um trabalho ou para ter um emprego, sai fora logo, vai achar outra oportunidade [...]. (EM, SR, 20, grifo nosso).

Embora os extensionistas se imbuíssem da missão de transformar a vida dos agricultores, esse período de assistencialismo incrementou a diferenciação social do meio rural, pois nem todos os agricultores tinham condições de adotar as mudanças sugeridas e o crédito supervisionado não contemplava a todos os agricultores, além de ocorrer uma preferência pelos grupos de agricultores com maiores facilidades para a adoção de técnicas.

5.3 O EIXO DO DIFUSIONISMO

Segundo Hegedus, Cimadevilla e Thornton (2008), pode-se compreender o difusionismo como uma abordagem teórica cujos postulados estão calcados na capacidade que a informação tem para gerar mudanças de conduta e na lógica de circulação da informação (conhecimento, técnicas e modos de inovação) que orienta as mudanças. Para Peixoto (2009, p. 63), a difusão pode ser definida como "[...] o processo pelo qual uma inovação⁹ se propaga através de canais de comunicação, desde sua fonte geradora até os últimos adotantes de um sistema ou grupo social".

Esse enfoque tem como marco o trabalho *Diffusion of innovations*,¹⁰ publicado em 1962 por Everett Rogers, trazendo subjacente a noção de que as mudanças são provocadas por agentes externos ao sistema social, apresentando três etapas básicas: inventar, difundir e considerar as consequências da adoção ou rejeição. Inventar seria o processo mediante o qual as ideias novas são criadas e desenvolvidas. Difundir seria o processo pelo qual as ideias novas se comunicam aos membros do sistema social. Por fim, as consequências são as mudanças operadas dentro do sistema devido à rejeição ou adoção dessas ideias.

De acordo com Rogers (1995), deve ser levada em conta, ao se analisar o processo de difusão de inovações, a existência de um intervalo de tempo, que decorre desde a época em que a primeira pessoa na comunidade adota uma ideia até que a última pessoa o faça. A velocidade de propagação de uma inovação, a rapidez na adoção, depende de certas características das inovações tal como percebidas pelo destinatário/receptor, quais sejam: (a) vantagem relativa - a maneira com que os indivíduos percebem uma vantagem é mais importante do que a vantagem real, a vantagem é vista em termos fundamentalmente econômicos; (b) compatibilidade - se a inovação é compatível com as necessidades, atividades, normas e valores culturais, ela será mais facilmente adotada; (c) complexidade - o grau de dificuldade ou compreensão de uma prática afeta a sua adoção; (d) divisibilidade ou experimentabilidade - a possibilidade de implementar a inovação em pequena escala; (e) observabilidade ou visibilidade - a facilidade para perceber as funções e efeitos, quando o resultado é visível, torna mais fácil a adoção.

⁹ Para Rogers, a inovação é uma ideia, prática ou objeto que o indivíduo percebe como novo e que, por meio da aprendizagem, poderá adotar ou rejeitar (HEGEDUS; CIMADEVILLA; THORNTON, 2008).

¹⁰ O livro de Rogers sintetizou diversos trabalhos anteriores que tratavam de experiências sobre a adoção de inovações, como por exemplo, o caso sobre o milho híbrido no estado de Iowa, desenvolvido, em 1943, por Bryce Ryan e Neal Gross.

Rogers (1995) ainda descreve os adotantes de práticas agrícolas em cinco categorias: inovadores, adotantes iniciais, maioria inicial, maioria tardia, adotantes finais (retardatários), conforme características demográficas, socioeconômicas e psicológicas. Para tanto, considerou a inovatividade, ou seja, a qualidade que um indivíduo possui que o leva a adotar ideias relativamente mais cedo do que outros, concluindo que indivíduos distintos, dentro de um mesmo sistema social, possuem graus diferentes de inovatividade.

Outro trabalho de destaque sobre o processo de difusão da inovação tecnológica é o estudo de Copp, Sill e Brown (FLIEGEL, 1993), que, a partir de informações obtidas de 175 agricultores da Pensilvânia, ilustraram a abordagem da comunicação, classificando as experiências em cinco categorias ou estágios: (1) Consciência: em que o agricultor toma conhecimento da inovação; (2) Interesse: em que o agricultor verifica que a inovação é uma solução viável para um problema em sua propriedade; (3) Aceitação: em que o agricultor verifica que a inovação pode ser útil na sua propriedade; (4) Prova: em que o agricultor tenta utilizar a inovação na sua propriedade; e (5) Adoção: em que o agricultor continua usando a inovação. Concluíram, então, que a comunicação em massa, embora fosse útil para obtenção de uma primeira informação sobre uma inovação (1.º Estágio), era menos útil em estágios mais avançados de decisão do agricultor, sendo substituída por contato face a face, especialmente com fontes de informações especializadas (técnicas). Ainda, a partir de estudo sobre a função da fonte de informação no processo de adoção de práticas agrícolas, concluíram que os agricultores levam em consideração cinco fatores, quais sejam: institucionalização da fonte de informação; sequencia temporal da fonte de informação; possibilidade de recomendações negativas; limitações de calendário; necessidade de legitimação local.¹¹

Conforme se observa, a abordagem difusionista apresenta três componentes principais: a fonte ou emissor, a mensagem e o destinatário ou receptor. Nessa perspectiva, a comunicação é extremamente mecanicista (adoção de novos conhecimentos automaticamente, desconsiderando a estrutura cognitiva preexistente do receptor), unidirecional (da fonte para o destinatário); vertical (de cima para baixo), autoritária (a relação vertical resulta em ações paternalistas e/ou assistencialistas), messiânica (poder do emissor de mudar a situação do receptor, liberando-o de uma condição de "exclusão") e calcada em uma relação sujeito/objeto.¹²

¹¹ Maiores informações sobre o difusionismo podem ser obtidas em Rogers (1995) e interpretações em Peixoto (2009) e Hegedus, Cimadevilla e Thornton (2008).

¹² Castro (2003), Peixoto (2009), Freire (2002), Alves e Valente Júnior (2006), Gushiken (2005).

Os métodos e posturas persuasivas, elementos importantes nesse modelo, buscam a combinação/associação do áudio e do visual para atingir a capacidade plena de captação de mensagens pelos indivíduos, levando outras pessoas a adotarem o ponto de vista de quem tem o poder de definição do que deve ser transmitido. Assim, os métodos buscam cumprir o mais rapidamente possível as diversas fases do processo de adoção. Essa postura pedagógica assenta-se no behaviorismo¹³ ou condutivismo, apresentando uma natureza vertical e transferencista.

O modelo difusionista assume ser genericamente de estilo centralizado, implicando a instituição do setor público para difusão da inovação. O aperfeiçoamento tecnológico é então transferido para o usuário, no caso, os agricultores, de maneira presumivelmente organizada, ocorrendo da seguinte maneira: (1) geração da tecnologia por instituições de pesquisa e estações experimentais; (2) transferência da tecnologia pelos extensionistas e (3) utilização da tecnologia pelo agricultor. Nesse processo, a decisão de adoção do agricultor é o foco central, muito embora ele seja visto como passivo, respondendo aos estímulos da extensão, da mídia e das organizações agrícolas.

A partir dos anos de 1960, o difusionismo caracterizou os serviços de extensão rural. Com a modernização agrícola ocorreu a introdução de fortes mudanças na base técnica. O modelo adotado pela extensão rural oficial brasileira estabeleceu uma cadeia de transferência de tecnologia, com forte ênfase na comunicação, tanto das informações necessárias para avaliar e aplicar inovações na agricultura, quanto das mensagens motivadoras e persuasivas que promovam uma atitude inovadora geral, ou seja, uma disposição favorável a considerar mudanças nos sistemas de produção. De acordo com Fonseca e Cattani (1991), o modelo proposto de difusão de tecnologias está centrado essencialmente na figura do extensionista rural e em técnicas eficientes de comunicação como apoio a sua ação difusionista.

Observa-se que o próprio Manual do Extensionista da EMATER/RS-ASCAR, inicialmente editado na década de 1960, traz em seu bojo técnicas difusionistas e estratégias de comunicação para a transferência de tecnologia. O referido Manual destaca: "[...] a habilidade em delinear uma efetiva estratégia de comunicação para transferir tecnologia ao produtor rural talvez seja a mais importante e demandante virtude de um extensionista" (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMIENTOS EM ASSISTÊNCIA

¹³ O behaviorismo é o conjunto das teorias psicológicas (dentre elas a *Análise do Comportamento*, a *Psicologia Objetiva*) que postulam o comportamento como o mais adequado objeto de estudo da psicologia. Comportamento geralmente é definido por meio das unidades analíticas respostas e estímulos (BEHAVIORISMO, 2010).

TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL [1975], p. 1) e, ainda, "[...] a difusão trata apenas das mensagens que são novas ideias, das tecnologias que precisam ser transferidas ou disseminadas entre os membros de um sistema social" (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, [1975], p. 2). Assim, o objetivo era influenciar o público-meta de alguma maneira mediante o processo de comunicação, sendo a difusão entendida como um tipo especial de comunicação.

Em 1973, o *Plano Anual de Trabalho* apresentava uma estratégia voltada para o desenvolvimento tecnológico da produção e para o atendimento das necessidades básicas da população, com ênfase à modernização da agricultura, com intensificação do uso de práticas atualizadas e maior consumo de insumos modernos que permitissem a capitalização da propriedade, em base empresarial. Para tanto, os extensionistas consideravam os seguintes critérios: (1) a seleção de agricultores e/ou famílias com tradição agrícola (bom conceito e prestígio na comunidade) em projetos de interesses para a política governamental; (2) os investimentos ordenados nas propriedades de médio e grande porte; (3) a introdução de técnicas aos agricultores de baixa renda, por meio do crédito. Todos esses critérios objetivavam aumentar a produção e a produtividade nas propriedades orientadas, assim como, introduzir o máximo assimilável em investimentos e tecnologias em cada propriedade com a mais ampla cobertura do crédito rural (ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL, 1973).

Portanto, a implantação do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural veio acompanhada de uma postura técnico-metodológica de difusão de tecnologia,¹⁴ assentada em pacotes tecnológicos de produtos.

O pacote tecnológico consiste num conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulam entre si e que são utilizados indivisivelmente numa lavoura, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa. Dessa forma, o pacote tecnológico passa a corresponder, na verdade, a uma linha de montagem, onde o uso de uma dada inovação técnica (ou insumo de origem industrial) exige o emprego de uma dada inovação técnica anterior e a utilização de uma certa inovação técnica posterior. Essa combinação de uso de insumos (e máquinas) não pode ser rompida, sob risco de invalidar totalmente os resultados da exploração agrícola. (AGUIAR, 1986).

¹⁴ A tecnologia pode ser definida como conhecimento sobre técnicas, enquanto às técnicas envolvem aplicações desse conhecimento em produtos, processos e métodos organizacionais. Outra distinção importante é entre invenção e inovação. A primeira refere-se à criação de um processo, técnica ou produto inédito e pode ser divulgada por meio de artigos técnicos e científicos, registrada em forma de patente e visualizada por intermédio de protótipos e plantas. A segunda ocorre com a efetiva aplicação prática de uma invenção. Na prática, muitas inovações são frutos da experimentação prática ou da simples combinação de tecnologias existentes (TIGRE, 2006).

O pacote tecnológico é, em si, um conhecimento intangível, pois significa um *saber-fazer*, pois após sua disseminação no meio rural, torna-se de domínio público, induzindo o emprego de insumos de origem industrial, fertilizantes, defensivos, máquinas. Três instrumentos orbitam em torno do pacote tecnológico que estão na origem do impulso dado pelo Estado à modernização da agricultura: o sistema nacional de pesquisa agropecuária, o sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural e o sistema nacional de crédito rural. De fato, conforme Aguiar (1986), esses três são instrumentos essenciais da intervenção do Estado na agricultura. O primeiro é responsável pela geração do pacote tecnológico determinando as normas e os padrões do uso e da aplicação dos chamados insumos modernos e máquinas. O segundo é responsável pela administração e acompanhamento da sua execução, pela difusão entre os agricultores e adoção conforme todas as prescrições. O terceiro é responsável pela viabilização financeira do uso e da aplicação dentro das normas e critérios definidos pelo sistema de financiamento.

Em 1975, por intermédio de uma completa estatização, as associações estaduais foram transformadas em empresas públicas, dando origem às Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs). Elas partem, no princípio, da concepção de que o desenvolvimento rural depende, em primeira instância, do aumento da produção e da produtividade. A extensão era considerada como promotora do desenvolvimento do meio rural, integrando a política agrícola, como instrumento de ação do Governo, aos objetivos educacionais da população rural. Os profissionais, técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, veterinários constituíam-se, nos anos de 1970 e 1980, em difusores de conhecimentos e tecnologias, na maioria das vezes subestimando os saberes locais. Essa atuação era fruto de uma formação acadêmica com viés técnico-agronômico.

A abordagem tecnicista baseia-se no controle científico e na "*transplantação*" de uma mensagem técnica, inspirada na ideia de uma comunicação linear, em que o saber é adaptado e traduzido pelos extensionistas aos agricultores. Ademais, a relação de trabalho entre o técnico e agricultor era avaliada pelo sucesso no convencimento exercido pelo extensionista em garantir a utilização das tecnologias.

O enfoque da difusão perdura na atividade extensionista da EMATER/RS-ASCAR, conforme constatado pelas entrevistas realizadas com o corpo técnico da Agência:

[...] porque não há uma concepção plena da questão da sustentabilidade no trabalho da extensão rural, que segue, em parte, sendo difusionista, e, em parte, muito participativa, mas cujas respostas adequadas, elas não estão bem dadas, nem pela academia e nem pela sociedade [...]. (ER,SR,12).

[...] Hoje está muito livre e fica na decisão de cada um, de fazer uma opção de métodos mais participativos ou seguir de uma maneira mais convencional, mais tradicional, no sentido do que se fazia mais no início [...]. (ER,SR,8).

Por parte dos técnicos existe um pouco aquele apego ao tradicional. Pra ti fazeres coisas novas, primeiro tem mudar internamente e tem técnicos que não querem assumir estes desafios, ou porque o cara já tem um bom nome, ou um respaldo na região, do jeito que ele vinha trabalhando, então se propõem coisas novas ele não vê sentido, porque se ele está sendo reconhecido pelo conhecimento técnico dele ou pelo tempo que ele trabalha na comunidade. Alguns são por causa da capacidade. Todo o processo de mudança ele tem que vir atrelado ao processo de qualificação intensiva. Agora o mais importante são os postos de comando estarem interessados que essa mudança ocorra. A casa é muito hierarquizada e a gente tem muito comandante, chefe de setor que impõe a marra as coisas. (EC, P, 4).

Tem de tudo. Tem desde o extensionista tradicional que por mais que passe por capacitações, realmente tem uma dificuldade de diálogo muito grande e tem um perfil bastante autoritário e como tem pessoas que tem um trabalho extremamente reconhecido pela própria comunidade. Às vezes essa questão de perfil autoritário, também não é um privilégio de pessoas vinculadas apenas a alguns partidos políticos, ou seja, o perfil autoritário, ele perpassa pelos técnicos de todas as matizes políticas [...]. (EC, P, 7).

Nós temos um quadro de colegas bastante conservadores. Os nossos extensionistas têm uma certa resistência em mudar a forma como eles estão trabalhando, o modelo que eles estão trabalhando, isso tem que ter uma metodologia, um estímulo para uma mudança mais coletiva, que o povo assuma realmente essa mudança. Tem resistência, isso não dá para negar. (EM, TM, 18).

Cabe destacar que os técnicos entrevistados salientam a diversidade de perfil, de postura e de forma de atuação extensionista, demonstrada nos depoimentos acima nas afirmações de convivência de ações difusionistas e participativas, de técnicos com perfis participativos e outros com perfis autoritários e conservadores, de abertura a mudanças e de resistência a elas.

Convém registrar a existência, ainda nos dias atuais, de práticas tipicamente difusionistas. Assim, por exemplo, a classificação dos adotantes pelo critério da inovatividade é levado em consideração por extensionistas em suas estratégias de atuação:

[...] Se eu quisesse entrar com uma tecnologia, nós *classificamos por produtor*. Tem aquele produtor que é o *primeiro que adota*, o curioso, depois tem um *outro que vem mais lá atrás*, e tem um *que nunca vai adotar*. A gente sabe que aquilo que nós somos tem um valor para o agricultor relativo, mas aquilo que um agricultor vizinho diz tem um valor muito grande, então nós pegávamos *aquele pioneiro e entrava com a tecnologia na propriedade dele e depois trazia os outros vizinhos para conversar com o produtor*. Esta é uma metodologia que funciona. (EC, ATE, 2, grifo nosso).

As técnicas normalmente não são aderidas por um grupo muito grande no começo. *A partir daqueles poucos que se dispõem a aderir essa nova metodologia, a gente vai passando para os demais e começando a dar certo os outros seguem*. Isso é típico da extensão rural, *num primeiro momento são poucos adeptos e depois se tem dificuldade para administrar em função do volume dos que querem aderir*. Um exemplo que me ocorre, bem claro agora, foi a questão da semana santa, nós conseguimos três feirantes no começo, na primeira feira faltou produto, chegou 10h da manhã não tinha mais peixe nenhum para vender e de lá para cá o nosso problema é conseguir fazer o gerenciamento do espaço físico que nós temos com o número de interessados em participar da feira. (EM, TM, 18).

Também é perceptível a manutenção de técnicas de comunicação, de caráter vertical e unidirecional buscando a persuasão, utilizando-se de métodos da extensão, tais como, excursão, dias de campo, demonstração de métodos e de resultados, a fim de propagar a inovação apresentada pelo extensionista, desconsiderando, muitas vezes, a visão de mundo do agricultor e apresentando um viés autoritário. Essa lógica difusionista está impregnada na ação extensionista, como se tudo aquilo que é proposto pelos técnicos fosse bom e positivo,

[...] Se o técnico sentar com o produtor e entender essa resistência, fica muito mais fácil de mudar, porque burro ele não é. A partir da hora que tu começa a discutir ou leva ele lá no produtor adotante, para ver como está sendo feito, ele vai ver que ele pode fazer e vai fazer, desde que esteja dentro das condições dele. [...] (Os técnicos) reclamavam que aqui não dá, que o produtor não quer. Não tem essa. Claro que dá. Esta é uma metodologia que nos chamamos de excursão, a gente faz com o agricultor. (EC, ATE, 2, grifo nosso).

[...] Para tu implementar uma tecnologia, ou uma metodologia de extensão, ele quer saber de resultados, [...] eu acho que o dia de campo é melhor método que a EMATER/RS-ASCAR tem hoje, para mostrar resultados. O agricultor vai ali com um grupo, ele discute e ele sai falando para outros agricultores aquilo que ele viu, o “boca a boca”, como a gente diz. O dia de campo ele permite que o agricultor passe para o outro o que ele viu, isso aí aumenta muito a difusão. (ER, ATR, 13, grifo nosso).

Então eu chego neles, proponho a implantação desta nova técnica e aí ele sai a procurar aqueles agricultores que ele julga ser inovador e aí começa o trabalho, é sempre assim que eu faço, quando tem uma inovação. Eu acho que a etnia pesa muito e o técnico que está envolvido pesa bastante também, para querer fazer. [...]. (ER, ATR, 13).

Por tudo isso, forçoso concluir que, embora o viés difusionista receba críticas, sendo questionado quanto aos pressupostos teóricos e aos aspectos manipulador e acrítico, é uma constante nas atividades de extensão, sendo que sua utilização pode estar na facilidade de adoção, no perfil do extensionista ou na operacionalização prática. Aliás, Hegedus, Cimadevilla e Thornton (2008) destacam que tal enfoque é compatível com os escassos recursos disponíveis para a intervenção e vale-se de metodologia e técnicas de fácil operacionalização prática, enfatizando, ainda, que sua projeção foi favorecida pela linearidade, simplicidade explicativa e capacidade para esclarecer distintas situações.

As críticas ao modelo tradicional levaram a EMATER/RS-ASCAR, especialmente a partir da década de 1980, a repensar a extensão rural, abrindo espaço para a introdução de metodologias participativas e sustentáveis, mais adiante discutidas, o que pode ser facilmente observado nas considerações abaixo exaradas por um professor entrevistado:

A gente acompanha um pouco também a formação de agrônomos. A formação da extensão rural no tempo que eu me formei e que boa parte de quem hoje está na extensão rural também se formou, nessa época, era muito no sentido de disseminação de pacotes. Isso gerou todo um treinamento e uma capacitação dos técnicos, no sentido de utilizar estas ferramentas de disseminação. Nos últimos anos, a extensão rural como um todo, tem sido questionada sobre esse aspecto e têm sido buscadas novas metodologias para trabalhar numa forma mais participativa, para trabalhar com mais perspectiva de desenvolvimento, não mais de transferência de tecnologia [...]. (P, A, 28).

De acordo com o depoimento acima, pode-se observar que ocorreu reflexão e questionamento sobre a ação extensionista, representada pelo repensar sobre as técnicas utilizadas, a adoção de novas abordagens, a formação e a capacitação dos técnicos. Tal discussão será vista na seção subsequente.

5.4 O EIXO DA PARTICIPAÇÃO

Nas ações de desenvolvimento um tema presente no cotidiano dos agentes é a participação. O público-meta é chamado a participar de diversas atividades e o técnico-extensionista tem a possibilidade de participar e, ao mesmo tempo, gerar novos espaços de participação. Nesses espaços, os agentes interatuam carregando uma variedade de bens

simbólicos e materiais que lhes revestem de poderes. Para melhor compreender a participação, de acordo com Oliveira (2004), necessita-se refletir quanto à lógica do poder que permeia as relações sociais. A promoção de espaços de participação pode representar estratégias de dominação, resistências, disputas, alianças que são intrínsecas a esses processos, sendo uma ocorrência inevitável de uma relação de poder que está determinada pela constituição desigual de capitais.

O diálogo em torno da participação possibilita a introdução de metodologias não convencionais que podem contribuir para aperfeiçoar os projetos de desenvolvimento e a ação da extensão, transformando-a em uma ação mais dialógica e democrática. Como se pode ver, há na sociedade uma ideia ou um pressuposto segundo o qual a participação é necessária e importante. Conforme Oliveira (2004, p. 52), "[...] especialmente nos espaços dirigidos pelo poder público, a participação é associada diretamente à democracia e à constituição de práticas que geram cidadania".

O enfoque participativo, de acordo com Ramos, é entendido

[...] como a possibilidade de resgatar a cidadania e presentificar a ação política, social, econômica, cultural dos diferentes atores, construindo e reeditando novos laços e pactos sociais de solidariedade e de contribuição voluntária, permitindo o crescimento do espírito cooperativo sem que isto signifique o desaparecimento da individualidade, mas também proporcionando uma (re)leitura do coletivo. (RAMOS, 2006, p. 119).

Simões (2005) ressalta que as metodologias participativas não corresponderiam em fazer com que as pessoas falem para legitimar o que lhes foi proposto, sendo preciso uma ruptura com as condutas que tendem a reproduzir as tradicionais práticas de dominação e também com a perspectiva funcionalista parsoniana,¹⁵ que não valoriza as experiências dos agricultores. Assim, o plano de desenvolvimento deveria ser fruto de um processo de negociação no qual a prática da mediação ocuparia lugar central.

Veiga (2003) destaca a importância da formalização dos saberes, tanto do agricultor quanto do técnico, e da validação constante desses saberes formalizados pelo diálogo, a fim de evitar-se a legitimação de pontos de vista e a perpetuação de relações sociais assimétricas

¹⁵ Essa perspectiva é utilizada para analisar a sociedade e seus componentes característicos, enfocando a mútua integração e interconexão deles. O funcionalismo analisa o caminho que o processo social e os arranjos institucionais contribuem para a efetiva manutenção da estabilidade da sociedade. Parsons estudou a função que os indivíduos desempenhavam na estrutura social visando à excelência das coisas (SCHILLING, 2001).

por intermédio da utilização de abordagens participativas. A intervenção participativa, ao mesmo tempo em que deveria inserir-se em dinâmicas locais, deveria trabalhar para uma ação libertadora de construção de cidadania. Para tanto, os agentes da intervenção teriam que se dar tempo de compreender os saberes e a organização social local.

Os agricultores fazem há muitos anos a mesma prática, muitas vezes passada de geração a geração; eles devem ter boas razões para fazer o que estão fazendo há tantos anos. Buscar o ponto de vista do agricultor, fazendo participar do processo de produção e transformação do conhecimento, constitui-se em um processo de apropriação, entendido como a capacidade de compreender, analisar e decidir o que e como será considerado determinado conhecimento ou prática.

5.4.1 Crise e Visão Limitada de Participação

Para a maioria dos estudiosos do tema da extensão rural, o ano de 1986 foi o marco histórico do início da deterioração da extensão rural no Brasil, devido, fundamentalmente, aos primeiros rumores da extinção da EMBRATER.¹⁶ Em uma tentativa de sistematização das várias nuances da crise enfrentada pela extensão rural, Caporal (1998) destaca quatro tópicos: (a) a crise financeira – contínua redução dos recursos públicos; (b) a crise de efetividade – causada pelo reconhecimento de que os programas tradicionais de extensão rural obtiveram poucos resultados nas práticas ambientalmente desejáveis; (c) a crise de legitimação – resultante de dúvidas representadas pelos agricultores sobre a relevância dos serviços prestados para o setor agrícola; e (d) a crise teórico-pragmática – devido à recusa ao modelo tradicional de extensão rural e ao consequente vazio teórico criado.

Cabe ressaltar a realização do seminário de integração ocorrido, no início da segunda metade da década de 1980, entre a extensão rural e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG). Desse seminário vieram por parte da FETAG críticas pesadas a respeito da ação extensionista, em que se defendia que a EMATER/RS-ASCAR deveria modificar seu modelo de atuação, pois o modelo vigente não apresentaria efeitos no desenvolvimento do agricultor. Além disso, também começava a ser percebida a

¹⁶ Em 6 de novembro de 1974, o Poder Executivo instituiu a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). A instituição dessa empresa pública de direito jurídico privado implicou a extinção da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

integração das organizações não governamentais com a ação da extensão rural, por meio de instituições como o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), que passam a exercer uma grande influência no trabalho da EMATER/RS-ASCAR.

Na extensão rural do Rio Grande do Sul a ideia de participação¹⁷ surge nos anos 1980 vinculada ao planejamento participativo. O planejamento participativo não seria uma ação momentânea, mas um processo político, contínuo e coletivo, vinculado à decisão da maioria. De acordo com Caporal (1998), em 1982, ocorreu a primeira referência ao planejamento de ações realizadas por equipes locais na EMATER/RS-ASCAR.

A partir de 1986, tem início uma reorientação do discurso¹⁸ da extensão rural no Rio Grande do Sul, quando se verifica a concentração e marginalização da tecnologia, ou seja, alguns agricultores passam a ter maior acesso que outros, aumentando a diferenciação entre eles. Conforme documentos da Empresa Brasileira de Extensão Rural (2005), para superar esse desafio, era necessário a mudança na postura adotada pelos extensionistas de forma a valorizar os agricultores e vê-los como pessoas críticas, ativas e reivindicatórias. Nesse sentido, a extensão rural teria invertido sua proposta clássica de difusão e passado a estimular a articulação entre as pessoas. Esse movimento culminaria com o desenvolvimento do "Projeto Extensão Rural: O Repensar e o Refazer a Extensão Rural no Rio Grande do Sul", propondo a transformação da EMATER/RS-ASCAR em um serviço público essencial ao desenvolvimento dos agricultores do Rio Grande do Sul (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1988). Esse projeto levou à realização do seminário "Extensão Rural - Enfoque Participativo", em 1987.

O "repensar" lançava o questionamento sobre a extensão rural naquele momento na sociedade, definindo-a como um processo educativo dialógico, participativo e democrático e considerava o agricultor um agente ativo e responsável pelo seu próprio progresso, devendo ocupar o centro das ações, sua organização em grupos era considerada como fundamental para o seu próprio desenvolvimento. O "refazer" tinha como proposta a institucionalização da

¹⁷ No Brasil, a ideia de participação surgiu a partir da investigação participante que almejava dar instrumentos aos agentes que permitiram a "construção de conteúdos a partir da realidade objetiva, mediante processos de interação dialógica entre os atores". Em termos de técnicas voltadas para a ação, a investigação participante é uma linha não convencional sugerida como alternativa ao modelo convencional de ação na extensão, baseada nos princípios da Pedagogia do Oprimido de Freire (CAPORAL, 1998, p. 330).

¹⁸ Em grande parte, essa mudança relacionada às formas de organização e de ação da atividade de extensão rural foi orientada pela FAO e Banco Mundial, pois estas instituições começaram a prestar atenção aos problemas da pobreza e do meio ambiente, estabelecendo orientações e políticas com objetivos próximos da Agenda 21. No entanto, ressalta-se, de acordo com Caporal (1998, p. 251), que no Rio Grande do Sul, o Banco Mundial financiou projetos para acelerar o processo de privatização e redução de custos de empresas públicas e, ao mesmo tempo, financiava projetos com componentes ambientais e alívio à pobreza rural, executados pelo setor público, representando, dessa forma, políticas de "profunda" contradição, por exemplo, Pró-Rural e Pró-Guaíba.

EMATER/RS-ASCAR como serviço de extensão rural oficial, implicando a descentralização operacional e administrativa e no ajuste progressivo na força de trabalho (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1988).

No entanto, essa participação deu-se no sentido de participar/comunicar os líderes de grupos da ação da EMATER/RS-ASCAR e as novas alternativas tecnológicas descobertas pela pesquisa. Assim, percebe-se que, nesse período, a ação do extensionista também procurou integrar a pesquisa agropecuária e a prática rural, favorecendo a difusão de alternativas tecnológicas, aos ganhos de produção, produtividade e rentabilidade, mas não drenou forças para a inclusão e evolução social dos agricultores (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1988). A participação foi incorporada ao discurso, mas não à prática extensionista, não promovendo a capacitação dos agentes. O discurso de Freire foi utilizado para legitimação de práticas junto à população rural não levando à reflexão crítica das ações.

Na década de 1990, a orientação da empresa passa a ser de incentivar e de promover a formação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), que irão discutir e implementar as políticas públicas para o setor em nível municipal, assim como os programas estaduais de troca-troca de sementes de milho, feijão, arroz e de linhas de crédito, baseadas no Plano Municipal de Desenvolvimento e no Fundo Municipal.

Não se pode deixar de registrar, conforme ressalta Stein (2007), que, em 1990, no Rio Grande do Sul, a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) desenvolveu trabalhos voltados para a participação dos agricultores, como organização rural e conselhos, por meio do Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda (PRORENDA). Em 1997 com a parceria do PNUD/MDA, a EMATER/RS-ASCAR capacitou seu quadro e técnicos de outras instituições em metodologias participativas. Stein (2007) afirma que, essas capacitações, primeiramente abrangeram 56 municípios do Rio Grande do Sul em metodologias para elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, por intermédio do Programa PRONAF IFSM (PRONAF Infra-estrutura e Serviços Municipais) e, posteriormente, em 1999, capacitaram quase todo o quadro técnico no Programa de Formação Técnico-Social, que intensificou as capacitações, agregando metodologias participativas para o desenvolvimento rural sustentável e a agroecologia (STEIN, 2007).

A partir de 1999, o planejamento passa a priorizar a busca de alternativas de desenvolvimento local e a valorização de formas participativas para execução da ATER, preconizando a substituição do estudo de situação pelo diagnóstico. O enfoque participativo

foi reintroduzido, por meio das metodologias participativas, mais precisamente da utilização do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). O DRP¹⁹ pode ser descrito, de acordo com Chambers e Guijt (1995), como um conjunto crescente de enfoques e métodos que permitem a população local partilhar, aperfeiçoar e analisar seus conhecimentos sobre sua vida e suas condições, para planejar e agir, “capacitando” a população local para mudar sua própria condição e situação, objetivando a autoanálise e a autodeterminação de grupos, e a obtenção direta de informação primária de campo na comunidade. A ideia, segundo Verdejo (2006), é que seus participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la, iniciando um processo de autorreflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades de solução. Seus princípios básicos são: respeito à sabedoria e cultura do grupo; análise e entendimento das diferentes percepções; escuta de todos da comunidade; visualização, triangulação, "ignorância ótima"²⁰ e análise e apresentação no campo.

Conforme Chambers (2007), o DRP²¹ tem aproveitado as contribuições de um amplo leque de disciplinas, tais como: antropologia, sociologia, psicologia, administração pública, além da prática do desenvolvimento comunitário de diversos campos, como a saúde e a agricultura, almejando capacitar a população local para realizar sua própria análise, planejamento e ações, a fim de mudar sua própria condição e situação, significando, portanto, mais do que um exercício único e breve de campo. O trabalho baseado no DRP não focalizaria somente os dados recolhidos, mas a reflexão sobre o processo, sendo o próprio DRP parte do processo de desenvolvimento do poder local.

O DRP já havia sido utilizado de forma pontual na EMATER/RS-ASCAR no ano de 1994, por intermédio do "Projeto Área Piloto", na região da Serra do Sudeste, envolvendo quatro municípios: Santana da Boa Vista, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Caçapava do Sul, a partir da assinatura do termo de cooperação celebrado entre esses municípios, o Ministério da Agricultura, o Governo do Estado, tendo como intervenientes a EMBRAPA, EMATER/RS-ASCAR e a FEPAGRO. De acordo com a Associação Riograndense de Empreendimentos em Assistência Técnica e Extensão Rural (2004), a intenção original era de

¹⁹ Com base em Chambers (2007), a expressão DRP foi usada inicialmente no Quênia e na Índia, por volta de 1988 e 1989. Os primeiros DRPs no Quênia relacionavam-se com planos de gerenciamento de recursos nas pequenas cidades e com a análise rápida do represamento de água.

²⁰ Significa que a equipe de ATER evitaria incluir uma quantidade excessiva de detalhes na coleta dos dados, definindo previamente o tipo de informação necessária e o objetivo da pesquisa. Dessa forma, evitar-se-ia uma acumulação exagerada de dados, podendo, assim, prestar atenção nas questões mais importantes (VERDEJO, 2006).

²¹ No Programa de Formação Técnico-Social, os DRPs previam uma série de passos para sua realização, tais como: contato e articulação com as comunidades; motivação ao trabalho; realização do diagnóstico comunitário a partir de instrumentos metodológicos, como entrevistas semiestruturadas, tipologias, sistemas de produção e cadeias produtivas; planejamento comunitário.

experimentalizar novas formas de intervenção, baseando as ações em quatro pilares básicos: participação, organização, parceria e municipalização, estimulando o envolvimento dos atores locais na elaboração de diagnósticos e priorizando ações de desenvolvimento rural. Embora esse projeto tenha sido uma atividade pontual da EMATER/RS-ASCAR, Nicola (2004, p. 2) salienta que, ele representou um esforço com o objetivo de elevar o capital social e o *empoderamento* das comunidades, representando também um "marco inovador no formato das políticas públicas de intervenção para o desenvolvimento".

Cabe registrar que, em julho de 1997, foi firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (por meio da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Acordo de Empréstimo n.º 4.148-BR, no valor de US\$ 100 milhões dando início ao Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural – RS Rural. O programa teve início nesse mesmo ano e encerrou-se em 2005. Nesse período, conforme informações da página da EMATER/RS-ASCAR, foram beneficiadas 146.000 famílias gaúchas, através de nove mil projetos de ações integradas elaborados pela EMATER/RS-ASCAR, principal executora do Programa.²²

O Programa desenvolveu ações, projetos, capacitações, pesquisas e estudos direcionados às comunidades rurais de todo o Estado, onde havia maior concentração de pobreza e problemas de degradação ambiental, estimulando a geração de renda, mediante a utilização e manejo adequado dos recursos naturais, apoiando a implantação de obras de infraestrutura social básica familiar e comunitária, possibilitando aos "beneficiários" acesso a bens e serviços. O programa tinha uma concepção diferenciada dos programas de crédito, pois estava alicerçado em uma estratégia metodológica de estímulo à participação e à organização dos beneficiários e lideranças locais.

Em 1999, começou um período de mudanças significativas na EMATER/RS-ASCAR, representando avanços na participação interinstitucional e intrainstitucional. A primeira relacionada com a reestruturação do Conselho Deliberativo da EMATER/RS-ASCAR em que

²² O programa funcionava da seguinte forma: os projetos de agricultores e pecuaristas familiares eram organizados nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR). Após a decisão dos conselhos, a assistência técnica (EMATER/RS-ASCAR, ou outra instituição credenciada) era acionada para a elaboração do(s) projeto(s), definindo as prioridades de investimentos. Após os projetos serem aprovados pelos técnicos da Secretaria Executiva do Programa (SEP), eram encaminhados para pagamento, por meio de Agência de Fomento e Agências do Banrisul. No caso dos Projetos Integrados, o Programa participava com 80% do valor total do projeto elaborado, complementado com 10% da prefeitura e 10% dos beneficiários, podendo ser em moeda corrente ou em serviços prestados. Nos Projetos Especiais, o RS Rural investe 90% dos recursos, os outros 10% são acrescidos pelos beneficiários.

várias organizações de representação dos agricultores familiares²³ passaram a ter assento e direito de voto.

Nesse mesmo período, de acordo com Caporal (2005), foi estabelecido um Planejamento Estratégico para a EMATER/RS-ASCAR, formando um "coletivo de representação", composto por mais de cinquenta empregados, que estariam articulados às suas bases e com a Diretoria, resultando na formulação da nova missão, valores, objetivos e estratégias da extensão rural. Além disso, nos convênios com os municípios foi incluída uma cláusula que estabelecia que os Planos Municipais de Trabalho dos Escritórios da EMATER/RS-ASCAR deveriam ser construídos a partir de negociações com comunidade e grupos e, posteriormente, nivelados com a administração municipal. Voltada à ampliação da participação intrainstitucional foi instituído o sistema de avaliação de desempenho dos empregados com uma avaliação geral, em que todos avaliam todos, e incluindo a avaliação externa das equipes de extensão, mediante sorteio, por representantes locais, agricultores e instituições. Nesse Sistema de Gestão Participativa, o planejamento poderia ser registrado em todos os níveis, e permitiria o acompanhamento de indicadores, destinados a mediar a evolução dos resultados.

Convém destacar que alguns Escritórios Regionais e Municipais destacam-se pela utilização de dinâmicas participativas, baseadas em métodos como o DRP, amplo processo de discussão sobre os planejamentos municipais e cooperação entre EMATER/RS-ASCAR e comunidades. Essas experiências estão espalhadas por todo o Rio Grande do Sul²⁴ contendo representações em diversos municípios, mas apesar de sua relevância, não representam a totalidade da Agência.

As entrevistas realizadas com técnicos e agricultores, o material documental e a observação participante permitem vislumbrar com clareza os desafios e as críticas quanto à introdução dos métodos participativos retromencionados na ação extensionista da EMATER/RS-ASCAR.

²³ Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (AMTR), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS), além da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul (FETAG), Organização e Sindicato das Cooperativas no Estado do RS (OCERGS) e Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do RS (FECOAGRO) que já participavam do Conselho (CAPORAL, 2002).

²⁴ A título de exemplo, destaca-se: Bagé (pecuária familiar), Colinas (organização rural), Sobradinho (agroecologia), Rolante (agricultura familiar e merenda escolar), Tramandaí (pesca artesanal), Arroio dos Ratos (organização de mulheres do artesanato), Ibarama (sementes crioulas), Erechim (juventude rural), Ijuí (sucessão rural).

De acordo com o depoimento abaixo, comprova-se que a utilização do enfoque participativo na EMATER/RS-ASCAR é de longa data e que, em algumas regiões, existem esforços para sua implementação e continuidade. No entanto, em outras, esse trabalho foi abandonado.

[...] *A história de trabalhar com reuniões, com seminários, com grupos, isso faz parte da nossa história, desde que eu entrei na extensão rural [18 anos] a gente trabalha com isso e o que a gente está tentando alavancar hoje em dia, um pouco disso que eu estava falando de novas metodologias participativas, aí entra a questão de trabalhar na forma de oficinas com os grupos, em determinando eventos, as técnicas utilizadas, a gente tem utilizado a FOFA, fortaleza, oportunidades, fraquezas e ameaças. A gente está tentando fazer um debate com os parceiros e com os agricultores, lideranças, para fazer trabalhos mais participativos junto à base das comunidades, do tipo de diagnósticos de planejamento, só que isso uma construção com o tempo, não dá para fazer na hora [...].* (EM, SR, 20, grifo nosso).

Como eu acompanhei a EMATER/RS-ASCAR na minha trajetória também como extensionista existiam muitos trabalhos em parceria no município o que eu observava eram as questões principalmente de intervenção com os agricultores, trabalhos específicos em algumas comunidades, planejamentos anuais e depois algumas no trabalho, principalmente nas ações que foram mudadas por questões políticas governamentais. [...] *Um trabalho bem diferenciado, valorizando mais a questão do saber do agricultor, uma proposta bem mais participativa, depois, isso eu percebi que foi por água a baixo, na verdade não se aproveitou nada do trabalho de construção que houve, de diagnóstico, planejamento nas comunidades.* (P, ER, 27, grifo nosso).

Em algumas práticas participativas, os técnicos reconhecem o envolvimento e o comprometimento dos agricultores. A transformação dos agricultores em protagonistas ativos, na discussão e na gestão dos projetos de desenvolvimento, depende da capacidade da técnica utilizada de inserir, de envolver e de comprometer os agricultores, conforme pode ser verificado no depoimento abaixo:

[...] o agricultor tem uma capacidade de análise e síntese mais rápida do que um técnico. Ele analisa, se sente que é bom e vai melhorar, rapidamente ele se insere naquilo, ele gosta de participar e gosta de se ver. Quando a gente trabalha com estas metodologias participativas, quando se utiliza visualização móvel, o agricultor gosta porque a ideia, o pensamento e a palavra dele estão expostos e está sendo respeitado. [...] Se ele [agricultor] está, por exemplo, participando, fazendo uma caminhada transversal, se ele está contando a história, ele se sente parte e se enxerga naquilo, ele gosta, principalmente metodologias participativas eu vejo que o agricultor gosta, ele está fazendo junto – porque quem não participa não se compromete, o agricultor participando se compromete, vê um resultado concreto, ele retorna. (EM, TS, 16).

No entanto, a aplicação da metodologia participativa por si só, não garante a participação e nem o envolvimento do público-meta, há uma distância entre o método utilizado e a postura do extensionista, entre a metodologia e a pedagogia. A forma de condução do processo e a conquista do comprometimento dos agricultores pela compreensão de seus interesses e necessidades definem o sucesso de uma relação participativa.

Todas as ferramentas do DRP, por exemplo, que são muito úteis. Pegando essas ferramentas para trabalhar no meio rural e adequando o uso das ferramentas à dinâmica de trabalho com o grupo que essa fazendo, tem ferramentas suficientes para fazer um bom trabalho, suficientes, mas não para dar conta de tudo. As metodologias, mesmo as participativas, elas não resolvem todos os problemas, precisa ter comprometimento com a comunidade, é um pouco daquilo de perfil que a gente falava, com conhecimento diferenciado, pensar junto com a comunidade, um processo desenvolvimento, tem que fazer parte do cotidiano, da vida dele também. (GF, 21).

[...] Não adianta possibilitar, deixar abertura, ou mesmo propor que se faça isso, se o técnico não têm esse viés participativo. Eu sempre digo, a gente não pode ser participativo só lá com o agricultor ou só aqui no escritório. Esta questão de ser participativo é uma questão bastante pessoal. [...] A pessoa que é participativa, ela é em diversos momentos e em diversas situações. É uma questão de cidadania, defender os seus direitos, defender o direito dos outros e participar das situações. (EM, TS, 16).

Na utilização do enfoque participativo é inerente a dificuldade da prática, principalmente quando se trata de uma instituição que traz nas suas raízes uma postura hierarquizada (autoritária) e acostumada com "receitas" para solução de problemas. Essa situação gera dificuldades para implementação das metodologias participativas e muitas vezes, resistências, por parte dos técnicos e também dos agricultores.

[...] Eu acho que a forma como foi feito aqui no RS, foi muito forte, a gente correu fazer, *ensinar metodologia participativa, uma grande quantidade para todos saberem e isso foi um erro, o formato, e o pessoal saia para executar como um pacote, eles estavam acostumados com o pacote tecnológico*, agora um pacote metodológico. Você fazer uma coisa sem ter a compreensão, o entendimento, não sai legal. Hoje a gente tem mais clareza, as metodologias participativas não são um pacote tecnológico. Você tem que escolher a metodologia com o grupo, conforme a necessidade deles [...] Quando se trabalha com metodologias participativas tem que se pensar um pouco. [...] Eles ficam inseguros e não por serem contra, ele fica inseguro de usar. Então normalmente quando a gente propõe a trabalhar assim o colega de campo pergunta: você vai estar junto? Isso é medo, insegurança, ele não sabe se vai conseguir, como você tem que ir construindo junto com o agricultor e isso vai acontecendo, portanto, você não tem uma previsão do que vai acontecer. O

pessoal fica inseguro ainda mais se o cara é um pouco mais antigo esse então, é o mais resistente. (ER, SR, 8, grifo nosso).

[...] *A resistência, às vezes, ela é por não conhecimento das coisas, a pessoa tem medo, assim como a gente tem medo de alguma coisa que a gente não conhece. Então a primeira atitude é rejeitar, resistir, isso a gente acompanhou na parte de metodologias participativas, fortemente na parte de agroecologia, nós sentimos de alguns colegas, por não conhecer e por não estarem acostumados, se assustaram. [...]* (EM, TS, 16, grifo nosso).

A abertura da Agência à introdução às metodologias participativas, por si só, não garantiu sua ampla propagação e uso, pois a internalização desses processos dependia de mudanças pessoais e profissionais dos próprios extensionistas, relacionadas ao medo do novo e a resistências a alterações metodológicas e institucionais.

Além disso, a participação ainda pressupõe a divisão do poder. O poder pode manifestar-se em situações de manipulação por parte do extensionista, pois o dito poder dá-lhe possibilidades de controlar as discussões, impondo limites de tempo para temas que não lhe interessam ou enfatizando temas considerados por eles pertinentes, o técnico pode influenciar na direção da discussão.

[...] *Tem gente que é mais resistente a dividir o poder, a participação é uma questão de divisão de poder, geralmente ninguém gosta de dividir poder, mesmo que esse poder não traga nenhum benefício financeiro, mas é uma questão de “eu sou o fulano, eu sou o chefe da EMATER/RS-ASCAR”, é uma coisa que eu acho que já passou o tempo, mas ainda tem essa coisa da aura do chefe ou eu sou o organizador, o coordenador. [...]*. (EM, TS, 16, grifo nosso).

Os enfoques participativos, ao mesmo tempo em que abrem espaço para a negociação e iniciativa de alguns grupos, bloqueiam os interesses, as ambições e a agência política de outros, pois não há possibilidade de intervir em todo o meio rural, por exemplo, alguns agricultores são escolhidos para participar e outros não, alguns objetivos são contemplados, outros não. A escolha pressupõe a perda, o que pode ser verificado nos depoimentos dos agricultores abaixo descritos:

A gente participou um ano, mas o espaço é muito pequeno, então não tem espaço para todos, eles sorteiam e a gente nunca teve a chance de ir lá vender o peixe, só um ano que a gente participou disso aí. (PA, 39).

[...] só que muitas vezes para ti participar de algum, precisa ter um certo grupo e como não é atingido esse grupo acaba não saindo. Esta é uma parte que acaba muitas vezes, sendo insuficiente para o agricultor se capacitar melhor. (AF, 40).

Eles me deram instruções, me deram material de pesca, me deram freezer, me deram balança, então foram coisas que não foi preciso eu comprar, tudo ganhado, então eu dei valor e só cresci. (PA, 38).

Quando a participação promove o desenvolvimento da capacidade reflexiva, da capacidade de agência, da capacidade de decisão e da autonomia, implica *empoderamento*. No caso extensão rural, o *empoderamento* do público-meta é objetivado. No entanto, embora, em algumas situações, exista uma predisposição do técnico à utilização das metodologias participativas e à motivação ao *empoderamento* dos agricultores, esse processo é muito mais complexo, dependendo de fatores externos (políticos, contexto social, estruturas) e da própria vontade do agricultor. Conforme um dos interlocutores, a relação entre participação e *empoderamento* dar-se-ia da seguinte forma:

Participativa pra mim é sinônimo de provocativa. Tem que estar sempre provocando o produtor, aí tu instiga a participação dele, é tu soltar a linha e puxar um pouquinho, mas sempre provocando o produtor, aí ele dá as respostas, ao invés de tu levares a resposta, isso eu julgo participativo. [...] Então eu vejo isso, ação participativa é provocação constante, é o diálogo constante entre as partes, permanentemente, ao ponto de, [...] se a gente fizer um trabalho bem feito nessa comunidade, com o tempo eu posso sair de lá, eles vão seguir trabalho e se isso acontecer aí houve um real *empoderamento* destes produtores, e agora se eu como técnico sair de lá e parar, bom ainda não havíamos atingido o ponto de *empoderamento* destes produtores. (P, A 30).

No depoimento acima, o *empoderamento* é visto como algo externo a comunidade e que pode ser potencializado pelo técnico e, posteriormente absorvido pelo agricultor. Essa visão vem de encontro com a noção de *empoderamento* da Perspectiva Orientada ao Ator, pois nessa perspectiva o poder vem de dentro e depende do exercício da capacidade de agência do agricultor.

Outra situação que emergiu das análises das entrevistas foi a não participação dos agricultores, por vontade própria, eles não querem participar das organizações, reuniões, encontros etc. Não querem participar por falta de tempo e/ou falta de interesse e/ou falta de

comprometimento e/ou falta de motivação e/ou excesso de trabalho e/ou dificuldade de tratar de aspectos administrativos e/ou dificuldades de locomoção. Essa situação pode ser entendida como uma forma cotidiana de resistência, constituindo-se em uma prática não discursiva, ou seja, uma tática utilizada pelos agricultores para demonstrar seu desinteresse ou falta de identidade com a que foi proposta pelos técnicos, uma estratégia de controle da situação. O poder também pode ser representado por um comportamento de resistência, encontrando-se, nesse caso, fluido na relação técnico-agricultor.

Na região que a gente está, eles [os técnicos] incentivam bastante e muitas vezes o pessoal [agricultores] não retribui o suficiente. (AC, 36).

Eu sim, até porque passo bastante tempo em várias áreas ainda, faço parte deste fórum, me convidam, sempre estou participando, na medida do possível, só que a gente acaba não tendo perna, mais trabalhos. Eu vejo o esforço deles [técnicos] só que a população não responde, isso é questão política, bem clara, os municípios e as políticas implantaram a questão do individualismo. (A, OR, 33).

[...] Segue sendo ainda uma coisa complicada, o uso das metodologias participativas, [..], tanto para quem aplica e em algumas situações até para quem vai participar dela, no caso dos agricultores e trabalhadores rurais. *O método, não é resultado em si mesmo, é a maneira como tu vai trabalhar. O nosso trabalho não é fazer um planejamento participativo, é um planejamento participativo para alcançar outra solução. Isso depende muito da nossa elevada capacidade para as metodologias.* Do ponto de vista da execução tem resistência, porque às vezes a gente não sabe fazer direito, ou porque a gente não tem tempo, ou porque quem participa do método junto conosco, os agricultores. Isso é operacional, a outra coisa é a aceitação. Porque as metodologias participativas às vezes podem ser vinculadas a partir de “A” ou “B”, agrupamento ideológico político e não necessariamente tem que ser assim. Neste sentido também é possível criar resistência porque se consigo enxergar aquilo ali como coisa de algum grupo de interesse na sociedade. E claro que tem a nossa formação, a gente aprende alguma coisa na escola, a nossa tendência é a gente se apegar aqui, porque a gente tem que reaprender ou aprender de outra forma, então isso aí do ponto de vista da nossa comunidade é melhor seguir fazendo o mesmo. (ER, SR, 12).

Os contextos de participação são desafiantes para os extensionistas, pois os enfoques "pré-fabricados", como por exemplo, os dos pacotes tecnológicos não surtirão efeitos para o público-meta. Destaca-se ainda que, na EMATER/RS-ASCAR, embora tenha dado um grande passo em direção à utilização das metodologias participativas, elas não são usadas por todo o corpo técnico, estando pulverizadas nas regiões e muitos técnicos não dominam e têm receio de utilizá-las, conforme depoimentos abaixo destacados,

[...] O técnico na verdade, é a pessoa menos importante numa perspectiva da participação, ele [técnico] tem a função de estimular ou de quebrar a resistência que muitos agricultores hoje têm, de participar. Ao longo dos últimos anos, os agricultores, as comunidades, as pessoas acabaram por serem colocados de tal forma como pessoas de menos conhecimento e *passaram a ser tratadas de tal forma pelos técnicos, por projetos públicos e até pelas próprias políticas públicas, de pessoas simplesmente receptoras de informação* e isto tem se visto ainda, de maneira que eles foram reduzindo paulatinamente, e hoje, em muitas regiões, *a sua capacidade de intervenção, de tomar a iniciativa, de participar dos processos é quase nula*, ou pelo menos, na hora que algum projeto é discutido, saem fora, porque eles [agricultores] sabem que as decisões ocorrem independentemente da vontade deles e do conhecimento deles, não é que eles não tenham o conhecimento, mas eles não tem tido espaço. Então não é a relação participativa, a questão é que o técnico tem que buscar a criação de espaços para participação [...], mas do ponto de vista de intervenção tem que saber como fazer, para que os níveis de participação possam ir de baixo para cima, as pessoas a assumir as organizações dos seus mundos. (P, A, 28, grifo nosso).

Em âmbitos de alguns regionais tem extensionistas que usam métodos mais atuais, mais eu acho na sua maioria ainda, embora tenha melhorado bastante isso, ultimamente, ainda os *métodos não ficaram nem tão diretivos, como eram no passado, mas estão ainda bastante distantes da perspectiva participativa como muitos documentos apontam*. Mas acho que melhoraram bastante se vislumbrarmos ainda um período da época de 80, ainda que basicamente eram métodos diretivos muito inflexíveis, bastante fechados. Nesta perspectiva, acho que deram um passo razoável, mas que está bastante distante de serem métodos mais participativos, eles não são, realmente, massivamente usados e nem todos os extensionistas dominam e nem desejam usar. (P, ER, 29, grifo nosso).

Conforme se observa, embora exista um grande número de documentos da Agência tratando do participativo e a própria missão institucional contivesse referência à participação, na prática, pouco se evoluiu nessa questão. Há por parte dos extensionistas crédito ao enfoque e à valorização de formas participativas, existindo, muitas vezes, pré-disposição à utilização desse enfoque. No entanto, verificou-se que a palavra participação está muito mais vinculada ao discurso e, na prática, emergem grandes dificuldades na sua aplicação relacionadas tanto à forma de atuação dos técnicos quanto ao *empoderamento* dos agricultores.

5.5 O EIXO DA SUSTENTABILIDADE

No final da década de 1980, o termo sustentabilidade²⁵ começa a surgir com muita frequência nos discursos políticos, em livros e artigos, na mídia, nos meios acadêmicos, nas instituições governamentais e não governamentais, tornando-se um tema importante no debate social. Nesse contexto, os movimentos ambientalistas passaram a adquirir mais eco no meio da população nacional e veem mais reconhecidos, difundidos e aceitos os seus princípios, a partir de 1992, na Conferência sobre Meio Ambiente no Rio de Janeiro.²⁶

Nesse diapasão, a Extensão Rural do Rio Grande do Sul, a partir do início da década de 1990, intensifica ações no sentido de promover mudanças no seu papel para que pudesse, de fato, dar conta e buscar respostas aos novos desafios socioambientais impostos pela sociedade.²⁷ Havia a necessidade imediata de estabelecer-se um enfoque extensionista orientado para a solução da problemática socioambiental decorrente da aplicação do modelo convencional de desenvolvimento tido como concentrador, excludente e insustentável, merecendo destaque algumas ações executadas.

A EMATER/RS-ASCAR dá início à elaboração dos projetos de Microbacias Hidrográficas,²⁸ em 1992, começando sua implantação em 1994. A Agência em seus documentos de planejamento começa, de maneira mais clara, a discutir a questão ambiental na forma de preservação e de recuperação do meio natural. Assim, o Planejamento Anual de Trabalho (PAT), que utilizava como unidade básica de planejamento as linhas de produtos para comunidades rurais, passa a utilizar as Microbacias e/ou Grupos de agricultores. Além

²⁵ Muito embora o termo sustentabilidade tenha sido empregado pela primeira vez na década de 1980, observa-se que a preocupação com o tema é anterior a esse período. Na segunda metade da década de 1940, surgem os movimentos em defesa do meio ambiente. Mais precisamente em 1949, acontece a Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos, quando se discutiram o exercício da atividade antrópica sobre os recursos naturais, a importância da educação e o desenvolvimento integrado de bacias hidrográficas (MARZALL, 1999).

²⁶ No Rio de Janeiro, em 1992, ocorreu a Rio-92 (Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD) que estabeleceu a Agenda 21, como documento final oficial, e assim, um código de comportamento a ser seguido no século XXI, e apregou a necessidade de os países estabelecerem indicadores de sustentabilidade. Para muitos, foi um grande acontecimento movido pela preocupação ecológica, para outros, um retrocesso, pois não passou de um “discurso recheado de boas intenções, porém sem deixar nada de concreto em termos de algum tipo de política efetiva” (VARGAS, 2001, p. 223).

²⁷ Não se desconhece, já na década de 1980, a participação de extensionistas em movimentos ambientais pontuais, mas somente a partir da década de 1990 a EMATER/RS-ASCAR explicita em documentos a sua preocupação com a questão ambiental.

²⁸ Em 1987 foi instituído o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas (PNMH) que teve duração efêmera, pois se restringiu ao período de 1987 a 2000. Além do Brasil, este programa foi implantando em outros países da América Latina, a maioria com financiamento do BIRD (HESPANHOL, 2008).

disso, a prática do plantio direto é espalhada por todo o Estado do Rio Grande do Sul, consolidando-se rapidamente e representando um forte papel da extensão rural na difusão de forma de conservação de solo.

O Programa Pró-Guaíba, coordenado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, foi lançado em 1995 com um horizonte de vinte anos, constituindo-se em uma ação do governo de Estado visando à criação das condições necessárias à recuperação, conservação e preservação ambiental nas áreas urbanas e rurais da Região Hidrográfica do Guaíba, contando com recursos financeiros advindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (60%) e do próprio Governo do Estado (40%). A EMATER/RS-ASCAR é o Coexecutor responsável pelo Subprograma Sistemas de Manejo e Controle da Contaminação por Agrotóxicos – SIMCCA, por intermédio do planejamento de ações para a recuperação de áreas degradadas pela erosão, pela contaminação por agrotóxicos e pelo desmatamento no meio rural, tendo a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento. De acordo com informações obtidas na página da EMATER/RS-ASCAR, o Subprograma atingiu 212 microbacias hidrográficas, de 158 municípios dos 250 que compõem a Região Hidrográfica do Guaíba (RHG), tendo beneficiado diretamente 5.358 propriedades rurais, às quais se somaram 4.059 propriedades com projeto específico de reflorestamento ambiental, totalizando 9.417 propriedades e igual número de projetos no valor de R\$ 26.605.900,00. Essas ações fizeram parte do Módulo 1 do Pró-Guaíba que terminou em 2005.²⁹

O período de 1995 a 1998 caracteriza-se pela diversidade de propostas de ATER para o Rio Grande do Sul, época de grandes debates, tanto internos como externos. Em 1995, foi realizada a Conferência Internacional de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, em Porto Alegre, com aproximadamente 750 participantes convidados (não foi aberta ao público em geral). A Conferência era fruto de um Programa de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, criado em 1994 a partir da cooperação entre diversas entidades³⁰ que formalizaram um consórcio com uma agenda de ações centradas, no primeiro ano, na "dinamização regional" e, posteriormente, na organização do referido evento internacional (ALMEIDA; NAVARRO, 1998, p. 12-13).

²⁹ O Pró-Guaíba foi planejado contemplando um horizonte de vinte anos para sua realização, sendo cinco anos para cada Módulo. Embora havendo uma perspectiva de continuidade das ações, não houve um novo contrato com o apoio financeiro necessário para sua manutenção, sendo realizado apenas o Módulo 1 dos quatro módulos planejados.

³⁰ EMBRAPA, EMATER/RS-ASCAR, UFRGS, FEPAGRO, Prefeitura de Porto Alegre, Rede de Tecnologias Alternativas- Sul e o Programa de Cooperação Agroecológica (PCA) – hoje extinto.

Em 1997, foi realizada uma pesquisa em 27 municípios para avaliar a atuação da Extensão Rural do Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista de seu público-meta e lideranças. Dentre os temas destacados pelos entrevistados foram apontadas a formação e a profissionalização da assistência técnica. Pode-se concluir que, assim como o seminário de ATER foi importante para definições do rumo da extensão, a pesquisa realizada também apontou a preocupação com a profissionalização dos agricultores, motivando a criação dos centros regionais de treinamento administrados, oficialmente, pela EMATER/RS-ASCAR e instituídos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento em 1994 (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2005).

Conforme a Associação Riograndense de Empreendimentos em Assistência Técnica e Extensão Rural (2010a), os centros de treinamento estão estruturados para atender necessidades dos agricultores e de outras pessoas que desenvolvam ou que tenham interesse em desenvolver as atividades contempladas pelos cursos. A programação dos cursos e das unidades didáticas parte da realidade local e regional, e atende, prioritariamente, às necessidades de profissionalização do público beneficiário dos programas governamentais. A meta seria propiciar o desenvolvimento rural sustentável, a agregação de valor e a rentabilização dos empreendimentos. Atualmente (2010), estão em funcionamento dez centros de treinamento, a saber: Centro de Treinamento de Agricultores do Alto Jacuí (CETAJ), de Bom Progresso (CETREB), de Canguçu (CETAC), de Fazenda Souza – Caxias do Sul (CEFAS), de Erechim (CETRE), de Montenegro (CETAM), de Nova Petrópolis (CETANP), de Teutônia (CERTA), de Tupanciretã (CETAT) e de Venâncio Aires (CETAVA).

Em 1999, ocorreu o Seminário Internacional de Desenvolvimento Local e Agricultura Familiar: Em Busca do Desenvolvimento Rural Sustentável, realizado em Porto Alegre. Nessa ocasião, foram implantadas as redes de referência em unidades de produção familiar, objetivando gerar informações precisas sobre sistemas de produção, tipos de agricultores, capacidade de geração de renda, aspectos de comercialização que orientariam a elaboração das diferentes políticas públicas de desenvolvimento.

Embora as iniciativas ambientais realizadas pela EMATER/RS-ASCAR fossem, muitas vezes, criticadas por estarem excessivamente voltadas à “intensificação verde”,³¹ por

³¹ Essa crítica foi realizada por Caporal (1998). A intensificação verde é compreendida, pelo autor, como a incorporação de uma nova geração tecnológica da Revolução Verde, aproveitando os avanços mais recentes da Biotecnologia e da Engenharia Genética, priorizando a utilização de insumos externos e de origem industrial, embora aceite a utilização integrada com insumos localmente disponíveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, p. 25).

exemplo, uso de sementes transgênicas e plantio direto convencional com herbicidas, destaca-se que a década de 1990 foi permeada pela tentativa e pela implementação de várias propostas voltadas para a dimensão ambiental.

No final da década de 1990, deu-se início ao processo de transição agroecológica, "processo social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrária" (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, p. 25). No contexto da extensão rural a transição agroecológica consistiria em um "processo gradual de mudança através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo-se como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção [...] a outro modelo ou estilo de agricultura que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica" (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, p. 25).

Conforme se observa, a EMATER/RS-ASCAR propôs-se à construção de uma Nova Extensão Rural, a Extensão Rural Agroecológica que, de acordo com Caporal (2001), constituiu-se em um esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de Desenvolvimento Rural Sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da agroecologia, culminando com uma nova formatação da missão institucional nos seguintes termos:

Promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, através de ações de assistência técnica e extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, p. 28).

A proposta da Nova Extensão Rural teve como marco teórico orientador: (a) a busca contínua de estratégias que impulsionassem padrões socioculturais desejáveis que estivessem apoiados na evolução histórica dos grupos sociais em sua coevolução com o ecossistema em que estão inseridos; e (b) a construção de contextos de sustentabilidade compatíveis com a realidade do público beneficiário da extensão rural. A ação extensionista seria desviada da sua "histórica concepção difusionista" (baseada no ensino) para uma prática social baseada na aprendizagem (construção de saberes) (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, p. 15).

Para Caporal (2002, p. 17), a extensão rural agroecológica enfatizaria o meio ambiente e a sociedade com pilares básicos das ações, sendo que estas deveriam estar "dirigidas à promoção da qualidade de vida, da inclusão social e do resgate da cidadania no campo".

Caporal e Costabeber (2001, p. 6) enfatizaram que o novo estilo de desenvolvimento rural baseado no imperativo socioambiental exigiria uma "práxis social diferenciada por parte dos agentes envolvidos". Em função disso, em 2000, várias ações foram iniciadas para colocar em prática as mudanças desejadas. Tais ações são descritas por Caporal (2002, p. 28-30).

- a) Realização de 12 seminários para mobilização e visibilidade da nova postura da EMATER/RS-ASCAR, com a participação dos técnicos, representantes das administrações locais, de organizações, cooperativas, associação de agricultores etc.
- b) Divulgação da missão e dos objetivos através de dez seminários com a participação do quadro funcional de convidados;
- c) Capacitação de quadro técnico, por intermédio de curso de quatro semanas, denominado Programa de Formação Técnico-Social em Desenvolvimento Rural Sustentável com enfoque nos princípios da Agroecologia e metodologias participativas. No período de 1999 a 2000, foram realizados cursos para mais de 1.200 técnicos e outros participantes;
- d) Formação de extensionistas, por meio de curso à distância, via Internet para 149 técnicos, em nível de especialização em desenvolvimento rural e políticas públicas em que foi contratada consultoria do CPDA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e curso de especialização para 17 supervisores regionais contratado junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PDGR/UFRGS);
- e) Seminários de Agroecologia em nível estadual e internacional, reunindo mais de 2.300 pessoas, realizados com o apoio de outras entidades;
- f) Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, lançada em 2000, abrindo espaço para a divulgação de trabalhos e artigos científicos na área, com periodicidade trimestral.

Em 1999, deu-se início na EMATER/RS-ASCAR o processo de sistematização de "[...] experiências relevantes, conduzidas por extensionistas rurais, no campo da Agroecologia e do Desenvolvimento Rural Sustentável" (ECKERT, 2007, p. 17) com o objetivo de estimular o intercâmbio de experiências. As sistematizações de experiências abrangem as áreas tecnológicas, sociais, ambientais e de diagnóstico e planejamento participativo. O objetivo dessas sistematizações seria valorizar o conhecimento produzido nas atividades diárias desenvolvidas pela EMATER/RS-ASCAR junto ao público assistido envolvendo

agricultores familiares, comunidades indígenas, quilombolas, pescadores e assentados pelo Programa de Reforma Agrária.

A sistematização de experiências é uma prática intensificada nos últimos anos na EMATER/RS-ASCAR, principalmente em 2002, 2004 e 2006. Segundo Associação Riograndense de Empreendimentos em Assistência Técnica e Extensão Rural (2008), a sistematização não representaria simplesmente um relato ou uma publicação, mas um processo de reflexão crítica de uma experiência concreta, pretendendo ordenar e organizar a trajetória, os processos e os resultados de tal experiência, além de buscar desenvolver capacidades para tornar melhor as decisões e elevar a autonomia. Esse processo culminou com a realização do 1.º Seminário Estadual de Sistematização de Experiências, realizados em Veranópolis, no ano de 2002, no qual foram selecionadas três experiências, uma sobre DRP e outras duas sobre agroecologia.

Em 2009, foi lançada uma cartilha "Orientações para Elaboração de Sistematização de Experiências" com o objetivo de garantir que a sistematização se consolide como uma metodologia de ATER na EMATER/RS-ASCAR, incluindo proposta metodológica para construção do processo, proposta de roteiro para elaboração da sistematização, proposta de roteiro para apresentação de experiências sistematizadas e "dicas" de redação (ECKERT, 2009).

Esse trabalho, até o presente momento (agosto de 2010), continua sendo realizado e, conforme Eckert (2007), experiências muito ricas foram resgatadas e executadas pelos técnicos junto ao público-meta, estimulando o intercâmbio, valorizando processos locais e elevando autoestima dos extensionistas, além de permitir a realização de projetos e a participação em editais, congressos, seminários e encontros diversos.

Cabe registrar que o processo de transição agroecológica realizado na EMATER/RS-ASCAR,³² no período de 1999 a 2002, pode ser questionado em relação a forma de implementação. A crítica refere-se à forma impositiva com que foi proposta a transição agroecológica. De acordo com os interlocutores, tal proposta foi realizada de forma descendente, autoritária, pensada e discutida entre os "pares" e colocada como a única forma de se trabalhar a agricultura. Tais afirmações podem ser comprovadas nos seguintes depoimentos:

[...] Uma coisa muito importante é de que como o técnico vai ter uma relação participativa, se a relação com o próprio técnico não é, se a relação com o técnico é uma *relação autoritária*, e aí eu estou falando de governos, inclusive do Olívio Dutra. Porque quando tu *impõe a agroecologia como a principal bandeira e a única forma de tu trabalhar a agricultura, tu estás fazendo imposições e cortando um diálogo com os técnicos*, então nessa hora, ele não está sendo sujeito. Isso eu acho que em diferentes governos a gente vivencia, chega ao ponto que uma das frases mais ouvidas na EMATER/RS-ASCAR, é que *manda quem pode e obedece quem precisa. Isso independente do governo*, porque a EMATER/RS-ASCAR historicamente tem toda uma estrutura hierárquica muito pesada, onde autoridades se fazem muito presentes e canais dialógicos dentro do corpo técnico, às vezes não existem com tanta constância e eficácia. Então, em diferentes administrações tu percebe uma dificuldade do técnico, às vezes, de se expressar enquanto sujeito e isso atrapalha a sua relação com o agricultor, na medida em que ele não está sendo sujeito, ele vai lá tendo que obedecer as diretrizes superiores, isso obviamente vai afetar a sua relação o agricultor. (EC, P, 7, grifo nosso).

Foi agroecologia exclusiva. Foi capacitação de todo mundo. Aquilo não foi uma conquista, *foi uma imposição*. Tudo que é imposto, tem resistência, pega mal, não cola. Houve o campo de resistência. (ER, EP, 8, grifo nosso).

[...] Eu estava no campo esse período, eu não notava isso, mas alguns aqui, que presenciaram alguns fatos, essa gestão PT 99/02, ela trouxe uma nova forma de trabalhar, intensificou uma série de coisas que não vinham sendo trabalhadas, mas teve erro que era assim: *retira tudo de cima da mesa, que não presta, nós vamos começar a fazer da forma certa a partir de agora*, e eu apesar de achar que tinha muita coisa interessante, tu fazer isso em uma casa que tem uma tradição e uma trajetória é difícil. (EC, P, 4, grifo nosso).

A forma como a proposta agroecológica foi colocada para o quadro funcional da Agência pode justificar, parcialmente, sua resistência por grande parte dos extensionistas. Outra justificativa pode estar na “ideologização” do termo agroecologia, que, embora não objetivasse essa conotação, foi assim compreendida por parte dos profissionais da extensão. Dessa forma, em 2003, com a mudança de Governo do Estado, a Extensão Rural adormece sua veia agroecológica no que se refere à missão institucional, modificando-a, conforme citação abaixo destacada:

Promover e desenvolver ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, mediante processos educativos, em parceria com as famílias rurais e suas organizações, priorizando a agricultura familiar, visando ao desenvolvimento rural sustentável, através da melhoria da qualidade de vida, da segurança e soberania alimentar, da geração de emprego e renda e da preservação ambiental. (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMIENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2005).

³² Maiores informações sobre o processo de transição agroecológica na extensão rural do Rio Grande do Sul ver em Caporal e Costabeber (2001).

A partir desse momento, a EMATER/RS-ASCAR apresenta certa indefinição quanto aos rumos a serem seguidos, permeando um ambiente instável e desorientado, pois, ao mesmo tempo em que há espaço e liberdade para atuar-se conforme os próprios desígnios e interesses, também há espaço para inércia, porque não há clareza de objetivos e métodos. Passa-se a uma situação de inexistência de uma diretriz bem definida, contribuindo para desmotivação e preocupação dos extensionistas. A Agência perde a referência e apresenta-se sem identidade institucional.

[...] Então ficou uma coisa vazia, porque por mais que se fizesse a crítica do período anterior o pessoal gostou da direção e começou a ter um processo de capacitação, o problema é que foi por muito pouco tempo e não formou. Eu tenho 23 anos de anos de produção orgânica e com agrotóxico também, eu trabalhava com as duas coisas. Então como se pega um colega com uma idade um pouco mais avançada, habilitado a usar um pacote tecnológico e dizer que agora não tem pacote, você chega na casa do agricultor e vai conversando com ele e você tem que arrumar resposta. Então o cara fica louco, não sabe o que vai dizer. Antes era mais fácil eram menos informação era mais fácil de decorar. Criou-se dentro da EMATER/RS-ASCAR naquele período uma falta de direção, interessante que o pessoal começou a sentir, *porque na época do Caporal tinha direção, sabia o que ia fazer, tinha direção e se ia todo mundo naquela direção até que era contra acabava indo também*. Então se chega num ponto que serve qualquer coisa, faz o que você quiser, então muitos técnicos disseram: não, eu quero trabalhar na produção orgânica. Mas aí ele deixou de ter capacitação e o cara vai ficando com medo [...]. (ER, EP, 8, grifo nosso).

Em 2007, há nova alteração da missão institucional, passando a: “Promover ações de Assistência Técnica e Social, de Extensão Rural, Classificação e Certificação, cooperando no desenvolvimento rural sustentável”. (ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, p. 12).

Além da amplitude da missão institucional, caracterizada pela generalidade, não pode passar despercebido o fato de que as últimas missões, apesar de darem destaque ao “desenvolvimento rural sustentável”, prestaram-se para embasar projetos/programas distintos e, até mesmo, contraditórios, envolvendo desde a introdução de princípios agroecológicos até o incentivo à plantação de eucaliptos.

O conceito de sustentabilidade transformou-se em um rótulo, uma palavra mágica, que serve para qualquer objetivo, ideologia, teoria. A simples menção de que é sustentável "abre portas". Assim, projetos ou programas totalmente contraditórios em seus objetivos usam indiscriminadamente a palavra sustentável. A noção de sustentabilidade "serve a vários senhores", inclusive para legitimar discursos contraditórios.

Tal impressão foi reforçada em uma das entrevistas colhidas.

[...] um discurso de sustentabilidade na EMATER/RS-ASCAR, na missão da EMATER/RS-ASCAR, mas esse discurso não se traduz nas políticas implementadas pela EMATER/RS-ASCAR. Então há um vazio entre o discurso da sustentabilidade e as políticas e diretrizes implementadas pela empresa, os objetivos e metas. Não há uma análise mais profunda de algumas ações com respeito a missão. A EMATER/RS-ASCAR *tem na missão, falado de desenvolvimento sustentável e trabalha estimulando o plantio do eucalipto*, então há uma incoerência entre o discurso, prática e diretriz da empresa, eu vejo isso bem forte dentro da EMATER/RS-ASCAR. (GF, 21, grifo nosso).

A essas constantes mudanças da missão institucional, agreguem-se a demissão em massa de funcionários, sem critérios definidos, gerando clima de insegurança entre os servidores e aumentando a demanda, devido a não reposição do quadro funcional; uma crise financeira, decorrente do corte de recursos públicos, acarretando dificuldade operacional e a necessidade de redefinição das fontes de financiamento, com a busca por editais e convênios; perda da filantropia; falta de estrutura nos escritórios regionais e municipais.

Esse é o pano de fundo da situação atual da extensão rural pública do Rio Grande do Sul, que se vê fragilizada com um quadro funcional angustiado, não apresentando um claro papel no desenvolvimento do meio rural e na política pública estadual, enxergando a falência do modelo atual de extensão rural, mas sem garantias de redefinição.

5.6 A SITUAÇÃO ATUAL

A situação atual da Agência é fruto da sua forma de ação no meio rural, da trajetória institucional, da relação estabelecida com o público-meta, dos objetivos e metas priorizados. A intervenção da EMATER/RS-ASCAR no meio rural é caracterizada pela sobreposição de fases. Essa situação também colabora para a existência de diferentes formas de ação dos extensionistas, ou seja, abre espaço para uma multiplicidade de perfis, convivendo posturas difusionistas, autoritárias e persuasivas com atitudes participativas, dialógicas e de baixo para cima.

Do momento atual vivido pela EMATER/RS-ASCAR, destacaram-se argumentos relacionados ao desmonte da extensão, à excessiva partidarização e à falta de oxigenação do quadro funcional. Neste momento, será discutido o desmonte. A partidarização e a oxigenação

serão analisadas nas seções: "da gestão intrainstitucional e da mudança de governo" e "da capacitação e da formação dos extensionistas".

Com relação ao desmonte da extensão, os atores destacam a falta de condições de trabalho enfrentadas pela EMATER/RS-ASCAR, principalmente relacionada ao corte de recursos efetuados pelo governo do Estado e a consequente demissão dos servidores, que levou à manifestação de desmotivação para o trabalho. Tal situação pode ser verificada nos depoimentos abaixo destacados,

[...] o estado foi diminuindo, tanto que de uma vez só, ele cortou 30%, implicando no corte de emissões. O orçamento que a secretaria nos passa é exclusivamente folha, não tem outra. Então houve uma queda significativa no trabalho desenvolvido nos municípios, nas regiões, tendo colegas que estão atendendo dois municípios, um pela manhã e outro à tarde. A EMATER/RS-ASCAR hoje, ela vive de gordura acumulada, no sentido que ainda, em termos de legitimação de trabalho, de respaldo e de reconhecimento pelas comunidades é muito mais em função do histórico do que no momento – hoje ela está fazendo menos, em função de menos recursos, menos condições e menos pessoas, basicamente é isto. (EC, T1).

De todos os momentos, esse talvez seja o mais delicado, destes 27 anos que eu estou na casa, nunca tinha visto um momento tão sensível. Nunca havido uma demissão tão grande de grupo de trabalhadores, nunca se via uma perspectiva tão ruim, tão fragilizada. Não sei se nós vamos conseguir ir muito adiante, por toda a questão da filantropia, tem a questão de orçamento, o nosso momento como instituição e como entidade que é mantida por recursos públicos, é bem complicado. (EM,TM,18).

[...] uma grande crise devido a uma fratura que ocorreu com o processo demissionário de 2008 (*sic*), onde 400 empregados foram demitidos, isso causou uma fratura, porque a casa nunca tinha tido um processo demissionário deste tamanho e um causou uma diminuição no tamanho da ação da casa e internamente um processo de desestímulo profissional. [...] e para quem fica, a sensação de algo que se perdeu, se perdeu um pouco da camiseta, se perdeu um pouco do estímulo e, essa, talvez seja a crise mais complicada, porque é a crise psicológica dos empregados, muito mais do que uma crise financeira, de convênios, de dificuldade, de todo o ano ter uma briga para ajustar pagamento dos nossos salários, muito mais do que isso, internamente se perdeu um pouco essa estima e o orgulho que as pessoas da EMATER/RS-ASCAR tem de dizer que são da instituição. Então a EMATER/RS-ASCAR passa por um momento de crise, como todas as outras empresas pode levar a um processo de mudança, a um processo organizacional ou até a um processo de esvaziamento e enfraquecimento da instituição. (ER, SR, 9).

Os depoimentos acima citados inferem os efeitos da crise da Agência sobre o quadro funcional e sobre a ação extensionista, demonstrando a irradiação negativa decorrente da redução do orçamento da EMATER/RS-ASCAR e o consequente aprofundamento de tal

crise. As dinâmicas de interface social e redes de conhecimento entre técnicos e público-meta restam limitadas pelo quadro de instabilidade e pelas dificuldades enfrentadas pela Agência.

5.6.1 Das Atividades e dos Métodos

Em algumas respostas dos entrevistados, verifica-se certa confusão entre atividade, programa e métodos utilizados pela extensão rural. Optou-se por não fazer uma distinção entre atividades e programas, listando-as de forma conjunta e considerando-as como sinônimos. Com relação aos métodos, convencionou-se classificá-los mesmo quando o entrevistado, respondendo sobre uma atividade, destacava um método.

Das atividades realizadas pelos extensionistas, a mais lembrada pelos entrevistados foi a assistência técnica, seguida de atividade em torno de meio ambiente, do clube de mulheres/mães, da organização rural, bem-estar (cidadania) e projetos de crédito. A rubrica meio ambiente engloba atividades voltadas para a agroecologia, sustentabilidade, análise e correção de solos, recursos hídricos, bacias hidrográficas. As demais atividades e programas mencionados foram: segurança alimentar, artesanato, lideranças e parcerias, modernização da agricultura, saneamento básico, fruticultura, programas governamentais, geração de renda, agroindustrialização, produção de leite, piscicultura, planejamento, juventude rural, cooperativismo, rede de informações, formação de agentes, RS Rural, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), captação de água, floricultura e coleta seletiva de lixo.

Dentro da extensão, ela tem dois campos básicos: um na área mais de atuação econômica e outro mais voltado para a área de bem-estar social. Estes campos não são separados. No campo mais econômico, entram a *assistência técnica*, a produção vegetal e animal, voltado muito ainda para campos de grandes culturas. [...]. Este sendo o foco mais econômico, com a produção de grão, frutas e hortaliças e tem a agroindustrialização [...]. Toda parte dentro daquela que é considerado enfoque *mais social*, que é o *saneamento básico, de orientação nas práticas de autocuidado*, do que com finalidade estritamente econômica, mais sim de caráter mais educativo, como coleta seletiva de lixo e hoje existe um conjunto de ações que são mais conhecidos como *bem-estar social* [...]. (EC, T1, grifo nosso).

[...] agora ela (a produção) tem que ser de maneira *sustentável, preservando o ambiente*, e energeticamente compatível, porque às vezes a gente vê coisas que não dão certo. (ER, SR, 10, grifo nosso).

O que ela (EMATER) desenvolve é basicamente é o trabalho dos jovens e essa questão de algumas inovações, agora nessa safra a gente está fazendo um pequeno projeto experimental agora também, com a questão de *controle biológico*. [...], é mais negócio para mim e meio ambiente é mais negócio. Então a EMATER/RS-ASCAR basicamente nestes dois trabalhos de *associação rural*, está trabalhando bastante com nós [...]. (AF, 40, grifo nosso).

Os métodos mais lembrados foram reuniões, metodologias grupais de construção coletiva e participativa (DRPs, grupos em comunidades), visitas e dias de campo. Além desses, ainda foram destacados: unidades demonstrativas, encontros, excursões, programas de rádio, jornal, contato, atendimento no escritório, cursos e seminários, demonstração de método e campanhas.

Eu acho que voltou alguns métodos mais tradicionais, *dias de campo, unidades demonstrativas, visitas, reuniões*, basicamente estes aí e, alguns *programas de rádio e televisão*, os massais, que são extremamente importantes. (EC, P, 4, grifos nosso).

[...] Na área mais convencional, ainda se dá ênfase a *visita*, ainda se dá ênfase ao *método bancário, de recepção no escritório*, de encontro, inclusive até os dias de campo tecnológicos e das demonstrações tecnológicas. A outra ela utiliza processos da ela utiliza processos oriundos das *metodologias participativas*, da inclusão de um processo dialógico, então reuniões são elementos chaves, o uso de espaços em debates e fóruns, o uso de *metodologias mais grupais* em que as pessoas possam construir coletivamente. (ER, SR, 9, grifo nosso).

Pelas informações acima referidas, nota-se que a EMATER/RS-ASCAR ainda é vista, na opinião dos entrevistados, como uma instituição que se destaca pela prestação de serviços de assistência técnica. No entanto, observa-se, também que a parte voltada as ações de extensão rural está contemplada, considerando que o clube de mães, organização rural estão relacionadas a parte de bem-estar social e cidadania. O que chama atenção é o destaque ao meio ambiente, mencionado por um grande número de entrevistados, mas igualmente exposto como um problema na extensão pela carência de formação na área “[...] gestão ambiental, ainda não são objetos de capacitações pelo menos formais” (EM, SR, 14), pela necessidade de foco “[...] Nós temos um vácuo daqui para frente, que é aprofundamento nas questões de análise nos problemas socioambientais [...]” (GF, 21), pelo abandono como prioridade “Existiram épocas que se fez muitos DRPs com excelentes resultados [...]. Como isso, deixou de ser prioridade, acabou ficando na opção individual: [...] Nós tivemos provas de que quando

há direcionamento, uma orientação pró-metodologias e processos com ênfase no diálogo e participativo, há uma aceitação boa" (EC, T1).

A ênfase nos métodos tradicionais de extensão denota o quanto ainda está arraigada na EMATER/RS-ASCAR essa forma de atuação. No entanto, destaca-se que vários técnicos salientam a importância dos métodos coletivos e participativos, representando um espaço para a mudança e uma diversidade de formas de ação.

5.6.2 Da Formação da Demanda e das Metas Institucionais

Os técnicos dos escritórios municipais, regionais e central foram questionados sobre como se identificava a demanda dos agricultores, e foram unânimes ao responder que a demanda partiria dos agricultores. Segundo eles, podem ser identificados dois processos: o primeiro mediante o planejamento participativo realizado junto às comunidades em que se utiliza um conjunto de métodos de consulta popular (diagnóstico); o outro mediante um processo de recebimento da demanda em um formato de problema que aparece a partir de uma visita, um encontro no escritório, uma demanda formulada por parceiros, por exemplo, uma prefeitura municipal.

A partir dos diagnósticos que a gente fez, a gente começa a fazer toda uma avaliação, uma discussão entre eles, [...]. As demandas vão surgindo e a gente acaba tendo que fazer uma priorização [...]. (EM, TM, 18).

Tem toda essa parte de visita e a gente propõe e eles nos procuram também no escritório. Eu vejo muito mais na parte das mulheres que elas me procuram, quando a gente vai pedir alguma coisa tu é um elo entre eles e a Secretaria. (EM, BES, 17).

[...]. É a partir de resultados com eles, de diagnósticos e dos resultados do dia a dia, a gente vai identificando e depois de um tempo, a gente conhecendo a situação do município a gente começa a ver onde tem que atacar mais, onde tem existe mais deficiência e onde eles estão precisando mais. [...]. (EM, TS, 16).

Os interlocutores destacam que, apesar do viés descendente das metas, existe um processo de consulta aos agricultores (planejamento participativo) que alimenta o convênio estabelecido de forma impositiva, havendo, portanto, um aporte de metas construídas com

base referenciada. Ainda, foi destacado que, por mais que exista orientação por parte da EMATER/RS-ASCAR, haveria certa liberdade para definição dos trabalhos necessários e relevantes no campo, o que dependeria da postura individual dos extensionistas. Sendo assim, as metas poderiam ser negociadas e compatibilizadas, conforme depoimentos abaixo:

Hoje está muito forte essa questão dos convênios. [...] então na verdade o estado pinçou coisas que queriam que a gente fizesse, mas dentro de uma realidade de trabalho nossa. Na verdade o que a gente vem fazendo, com aquele *processo de consulta das comunidades, acabou alimentando o convênio* que foi estabelecido nessa forma mais impositiva. Então hoje está muito forte a questão de metas estabelecidas a serem cumpridas em determinadas atividades, que não existia. (EC, P, 4, grifo nosso).

Sim, tem tido exigências e até esse ano foi bastante típico, tivemos *metas* em relação a visitas, agora as unidades de referência, tem que se acompanhar as lavouras, porque hoje em dia a empresa, como é pública, ela tem que trabalhar com contrato [...] o que vamos fazer e essa definição de metas é muito normal dentro do sistema gestão público/privado, [...] *é que estas metas sejam feitas a partir dos planejamentos locais*, [...], mas nós não vamos escapar de trabalhar com metas, mas que existem, existem. (EM, SR, 20, grifo nosso).

[...] antes nós vínhamos construindo, como não existia convênio, nem estas metas, a gente ia lá na comunidade, tratava no conselho municipal, no fórum regional e isso voltada para a comunidade, então era assim que nós montávamos a nossa meta, dentro daquilo que era construído. A partir do ano passado pra cá, os convênios que a EMATER/RS-ASCAR vem realizando tiveram outra conotação. Hoje os *convênios estabelecem metas*. Este ano nós criamos uma estratégia diferenciada. Como a gente sabe que existem convênios com metas, o MDA, o convênio com a secretaria da agricultura e a secretaria da saúde que estipula metas também, então nós reunimos as equipes e os trabalhos que tem sido feitos, o que já vem com as *demandas das comunidades* e a gente discutiu como que isso se *discute com as propostas que vem dos convênios*. [...]. (ER, SR, 8, grifo nosso).

Verifica-se que a existência de metas institucionais exigidas pela Agência leva os técnicos que valorizam a participação do público-meta a exercerem margem de manobra para integrar tais metas institucionais às demandas dos agricultores, buscando, dessa forma, satisfação por parte da Agência e dos agricultores. Contudo, a negociação e a compatibilização entre metas e demandas dependem, em grande parte da postura do técnico e, portanto, nem sempre são consideradas na ação extensionista, tendo em vista a diversidade de perfis profissionais.

Nesse sentido, as demandas dos agricultores e as metas estabelecidas, mediante convênio com Governo do Estado, nem sempre estão integradas. As metas conveniadas representam o peso das estruturas sobre a ação extensionista, o poder do Estado sobre a

Agência, pois a Agência é a principal operacionalizadora das políticas pública do governo estadual, constituindo-se, assim em um aparelho do Estado. Dessa forma, o cumprimento das metas fixadas não necessariamente atende às demandas dos agricultores, mas atende prioritariamente as diretrizes estatais.

5.6.3 Da Gestão Intrainstitucional e da Mudança de Governo

A maioria dos entrevistados foi categórica ao afirmar que não há espaço para participação na gestão direta intrainstitucional, embora o CTA apresente assentos para representantes de organizações de agricultores e o CONAD para a Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER/RS (ASAE). De acordo com um depoente "vem a determinação de uma nova diretriz ou missão e a gente usa o termo internalizar, engolir" (ER, SR, 8). Essa falta de espaço é destacada de forma mais clara no seguinte depoimento:

A experiência que eu tenho é que a cada gestão nós mudamos de missão. Um grupo de "iluminados", vinculados a atual direção se reuni e tenta reconstruir a missão em função de novos compromissos políticos. Então é um grupo fechado que faz isso e depois repassam para o restante da casa, que tem passar a adotar a nova missão religiosamente. (EC, P, 7).

Os atores salientam que, quando há possibilidade para participação, é devido à ocupação de uma função estratégica estadual ou a abertura pontual de uma gestão/diretoria em exercício ou a determinada consulta feita "aos pares", conforme depoimentos:

Não na gestão direta, mas há uma possibilidade, se tens uma função estratégica estadual, tu coordenas um programa ou um projeto. (EC, ATE, 1).

Depende da época, da gestão, da administração que está o poder, há momentos que é mais aberta essa consulta e há momentos que praticamente não existe e há momentos em que foram consultados [...]. (EM, SR, 20).

Vão ser consultadas àquelas pessoas que têm uma ideologia parecida com quem está na direção, com certeza. Depende da época, depende se eu estou em um grupo, mas geralmente é feito esse tipo de consulta. Principalmente aqui na área técnica, então tem as pessoas que tecnicamente fecham mais, por exemplo, o diretor técnico, essa pessoa foi consultar os seus pares, colegas amigos, é do jogo. (EC, ATE, 3).

Os atores destacaram, ainda, que as mudanças no governo do Estado apresentam um grande impacto nas atividades da EMATER/RS-ASCAR, pois acarretam alterações em cargos, foco, missão, objetivos, valores, discursos, compromissos, chefias, público-meta, programas e metas. O governo estadual como principal financiador da extensão, define as políticas e a EMATER/RS-ASCAR as implementa. As mudanças em tantos aspectos institucionais acabam por fragilizar tecnicamente a Agência frente ao público-meta, pois as alterações são verificadas e questionadas pelos agricultores: "Mudam as relações e normalmente cria-se um hiato, um vácuo, um baque até começarem as aproximações" (ER, SR, 8).

Isso é um problema. Cada governo que entra se tem, por exemplo, alguns projetos que vem andando bem, que a comunidade aceitou, que a agricultura aceitou, muitas vezes estes projetos não continuam porque é de outro partido, então parece que o pessoal parece que não quer o bem comum, aí corta aquele projeto, ou às vezes, muda de nome, para não ficar o mesmo nome. Mas que acho que o impacto da mudança de governo nos últimos anos na EMATER/RS-ASCAR tem sido muito negativo, um governo não dá sequência ao trabalho do outro, esse que é o problema. (ER, ATR, 13).

Pelos depoimentos, verifica-se claramente o impacto da mudança de governo na EMATER/RS-ASCAR, sendo esta responsável, muitas vezes, pela desorientação do quadro funcional, pois a modificação de missão, objetivos e público-meta, por exemplo, acarreta a interrupção de projetos já iniciados ou, pelo menos, a dificuldade de continuidade das ações previamente definidas e planejadas.

De mais a mais, houve o reconhecimento por parte dos interlocutores da ocorrência de uma demora (inércia) para chegar ao campo as modificações implementadas pela mudança de governo:

[...] existe um processo de inércia muito forte, que uma modificação de linha de ação, de *pensamento político-partidário não reflete automaticamente sobre a EMATER/RS-ASCAR*, [...] se ele trás consigo uma nova proposta de extensão rural, um molde de trabalhar o público, isso bate dentro da casa de forma gradual, filtrada, e a mudança do grupo ocorre de forma muito escalonada e muito longa. [...] *aquele governo passa e as suas ações permanecem durante um período*, seguem independente do apoio das novas linhas do governo que vão chegando. [...] *é um grande Titanic, que para virar ele, não basta virar o volante, tem que esperar todo o corpo virar.*[...] a mudança de um projeto, de um modo de fazer, de um modelo ou de uma metodologia é muito mais demorado. [...]. (ER, SR, 9, grifo nosso).

Eu te diria que *sempre demora um tempo*, porque as coisas que a gente faz no campo, elas não mudam assim. Muda a cúpula, muda a orientação e parece que vai mudar lá no campo, não. Existe uma rotina de trabalho e *essa rotina não se altera sem uma orientação muito forte* ou sem um processo muito completo para que haja essa internalização e essa modificação. *As coisas demoram um pouco*, mesmo que possa ser um processo de cima para baixo. [...]. O que muda *pode mudar mais rapidamente é quando tem um plano de governo que tem uma meta específica*, mas que ela venha acompanhada de tudo aquilo que tem potencial para que ela aconteça de recursos, de orientações, de números bem elaborados, com distribuição de tarefa, então um programa novo de governo, ele pode ter impacto maior no nosso trabalho, que vem acompanhado de uma clara, precisa, quantificada e nós temos que fazer. Isso sim acontece. Eu te diria que é como a mudança de papel, às vezes o governo decide que vai reduzir a tarifa tal, o imposto tal, e percentual, mas lá no consumidor parece que não chega a redução do custo. Baixou o preço da gasolina lá não sei onde, mas na bomba não baixou. Então tem uma dinâmica, algumas coisas específicas sim. (ER,SR, 12, grifo nosso).

Essa inércia decorre do fato de que as atividades da Agência são executadas por etapas (escalonadas), de sorte que as alterações quanto a metas, programas e projetos acabam ocorrendo de forma gradual. A rotina de trabalho no campo não acompanha *pari passu* as alterações realizadas na gestão da Agência.

Além das situações supracitadas, a retaliação em momentos pós-eleitorais ou "caça às bruxas" são frequentes na EMATER/RS-ASCAR, resultados da influência político-partidária. As oscilações nos cargos de chefia, quando da mudança de governo, baseadas em critérios político-ideológicos e não meritórios favorecem essa situação, como descrito nos trechos abaixo:

[...]os dirigentes da EMATER/RS-ASCAR, a maioria deles, eles entram na EMATER/RS-ASCAR, não é para pensar a EMATER/RS-ASCAR em 20 anos, é para pensar 4, por que eles querem se candidatar, esse é o primeiro ponto. Então a maioria dos presidentes, dirigentes, diretores, querem entrar para se candidatar, a EMATER/RS-ASCAR é um trampolim para a candidatura, aí não pensam na EMATER/RS-ASCAR a longo prazo, só a curto prazo, aí eles saem e a gente fica [...]. (ER, ATR, 13).

[...] se há política partidária forte, às vezes não fecha. Se o técnico é oposição ao prefeito, pedem para tirar o técnico do município, não fica azeitado, fica truncado o trabalho da EMATER/RS-ASCAR. [...] eu cheguei a perder chefia de escritório por ser tachado de "bando do Lutz" (José Lutzenberger), os caras judiavam, te cortavam de treinamento [...]. (ER, SR, 8).

Dessa forma, infere-se que o espaço de participação intrainstitucional também pode ser reconhecido como uma arena, pois são espaços de negociação, conflitos e mobilização de

agentes, em que se apresentam interesses conflituosos e valores de domínios diferentes. Aqueles que têm o poder que lhe foi atribuído pela função de diretor ou chefe dominam temporariamente (até a troca de governo). A situação de indicação para os cargos de chefia e direção, baseada na questão político-partidária, prejudica o desempenho da EMATER/RS-ASCAR como Agência e a ação extensionista, porque os cargos são impostos "de cima para baixo" e, assim, não têm a legitimidade necessária para uma atuação mais qualificada.

5.6.4 Da Capacitação e da Formação dos Extensionistas

A capacitação profissional realizada pela EMATER/RS-ASCAR, conforme os atores, é ampla, abrangendo cursos, treinamentos, minicursos, aulas, encontros, palestras, excursões e viagens. A maioria dos entrevistados destacou a variedade e quantidade de cursos ofertados, o que pode ser constatado no depoimento que segue:

[...] Pode ter mais, as fontes de financiamento para capacitação tem sido abundantes, com recursos próprios e com recursos federais, a ponto que o pessoal pedir para não ser convocados para capacitações, não ter mais tempo para vocês estarem nos capacitando. Os assistentes técnicos estaduais, nos últimos dez anos, motivados pelo projeto nacional, só se investiam em capacitação, o que mais tem dinheiro, é para processo de capacitação, é *overdose* de capacitação. Essa situação me leva a te responder assim: dinheiro para capacitação nunca faltou. (EC, GP, 5).

Os entrevistados destacaram as seguintes capacitações realizadas no período de 2007-2008: (a) para o quadro técnico: curso de políticas públicas (MDA), seminário regional de manejo de dejetos e solos, curso de fruticultura, de regiões rurais e de turismo rural, simpósio de desenvolvimento regional, seminário estadual de ATER (MDA), seminário estadual de desenvolvimento rural (MDA), congresso brasileiro de milho, curso de plantas medicinais bioativas, curso de utilização de GPS, de pró-agro, de adequação de reserva legal e APP, curso de gestão de pessoal, de gado leiteiro, de gestão administrativa e gerencial de gado leiteiro e de fitoterapia para vacas; (b) para os agricultores: cursos de culinária com peixes, de embalagem de peixes, de gestão rural, de sistema de desenvolvimento da atividade leiteira, de confecção de amaciante caseiro para roupas e de bordado em chinelo, de agricultura agroecologia, de fibra de bananeira, de galinha caipira, de gado leiteiro e sanidade, de

patologias de bovinos leiteiros, de pintura em tecidos, de solos, de artesanato, de reeducação alimentar, de economia solidária, além de palestras sobre depressão, estresse, menopausa, varizes, bem como excursões e viagens.

Verifica-se, portanto, a variedade de formas de capacitação, tanto para técnicos como para agricultores. Apesar do significativo número de capacitações, alguns interlocutores destacaram que a área de bem-estar social e a de planejamento não estariam contempladas a contento. Além disso, há queixas, quanto à frequência dos mesmos técnicos nos cursos e eventos, quanto à falta de valorização para as especializações, mestrados e doutorados, à falta de incentivo para o nível médio cursar nível superior e à inadequação de algumas capacitações. Em que pesem as considerações acima descritas, resumidamente, pode-se inferir conforme as palavras dos próprios técnicos, que "a EMATER/RS-ASCAR tem essa característica de investir fortemente no processo de formação e qualificação" (ER, SR, 12) e "quem quer e procura se capacitar tem as oportunidades" (ER, SR, 8).

Convém destacar que, embora existam capacitações, isso não garante que elas estejam adequadas às necessidades dos técnicos e dos agricultores e atreladas à construção do desenvolvimento rural. Outrossim, o perfil de muitos extensionistas da EMATER/RS-ASCAR ainda se encontra marcado por uma visão tradicional, relacionada aos resquícios de uma extensão rural voltada para a modernização da agricultura, com enfoque nas ciências agrárias e atuação focada na área técnica, fruto da própria formação dada nas instituições de ensino médio e superior, muito embora existam ações extensionistas voltadas à sustentabilidade e à participação. Nesse sentido, alguns extensionistas da EMATER/RS-ASCAR foram convidados para colaborar no processo de capacitação de agentes de ATER realizado pelo MDA em conformidade com a PNATER. Tal fato demonstra o potencial da Agência e a existência de grande diversidade no perfil dos extensionistas.

No entanto, a situação atual da EMATER/RS-ASCAR acaba por levar os técnicos a se distanciarem do trabalho direto de campo junto aos agricultores pelas demandas geradas por metas específicas, por exemplo, programas de crédito e pela falta de renovação (oxigenação), pois a demissão de aproximadamente 400 empregados, em 2007, sem a devida substituição ou reposição (ver tabela 3, anos de 2006, 2007, 2008 e 2009), acarretaria situações de deficiência na ação extensionista, conforme pode ser observado nos depoimentos abaixo:

O técnico hoje tem um período muito maior de escritório e de elaboração de projetos, do que deveria ter em relação ao corpo a corpo com o agricultor, a discussão com o agricultor, a melhoria de coisas dentro da propriedade e a própria *acomodação do quadro técnico como um todo, pela questão da idade, da experiência, conhece os atalhos, os agricultores, às deficiências, então houve pouca oxigenação deste quadro funcional isso é uma dificuldade que a gente tem [...]* O nosso maior problema, em minha opinião, é a falta de oxigenação da extensão. Deveria existir bianualmente concursos ingressando gente jovem, fazendo um quadro novo, tecnologias novas, enfim acho que isso seria fundamental para nós. [...]. (EC, ATE, 3, grifo nosso).

Claro que nós temos um pessoal mais novo que sim, com pouco tempo de EMATER/RS-ASCAR, é um pessoal com perfil bem melhor. É uma coisa que a gente diz sempre aqui, *se não tiver oxigenação dentro da casa ela vai ficando defasada. Hoje essa falta de contratação na EMATER/RS-ASCAR está pesando, porque o sangue novo traz a percepção nova, a idéia nova e a vontade, menos medo.* O jovem é mais audacioso, ele arisca mais. Eu acho que é isso que nós precisamos, a EMATER/RS-ASCAR precisa de renovação. (ER, SR, 8, grifo nosso).

Quanto à formação dos extensionistas, verifica-se na Tabela 3 que a força de trabalho da EMATER/RS-ASCAR concentra-se nas áreas agropecuárias (nível médio e superior) e na área social (extensionistas de bem-estar social), representando aproximadamente 62% do quadro funcional. As outras áreas, tais como: advogados, antropólogos, economistas, jornalistas, pedagogos, contadores, sociólogos, psicólogos, nutricionistas, enfermeiras, engenheiro de alimentos, farmacêutico-bioquímica, entre outras, representam em torno de 3% do quadro funcional, o que pode aparentar baixa representatividade no total geral de funcionários, mas que indica um esforço da Agência na busca pela multidisciplinaridade e um avanço quando esta situação é comparada às antigas equipes modulares dos tempos iniciais da atividade extensionista, compostas por um agrônomo, uma extensionista de bem-estar social e um técnico agrícola.

Tabela 3 - Evolução da força de trabalho da EMATER/RS-ASCAR no período de 1998 a 2009

EMPREGADOS	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Área Agropecuária ¹ NS e NM	981	913	958	1.011	1.058	1.000	1.001	985	983	805	788	808
Área Social ²	353	337	342	393	393	415	395	391	396	328	323	355
Outras Áreas NS ³	59	52	45	61	72	56	63	53	58	49	51	59
Classificação	177	200	219	168	141	150	143	140	131	113	108	105
Administrativos ⁴	551	498	495	579	583	402	383	377	366	297	285	329
Em curso, licença, diretoria ou a disposição de outras entidades	-	84	99	110	105	113	132	160	153	126	132	144
Serventes e Faxineiras						168	168	159	147	98	91	88
TOTAL	2.121	2.084	2.158	2.322	2.352	2.304	2.285	2.265	2.216	1.816	1.778	1.890
									(sic)*			(sic)**

Fonte: Elaborado pela autora a partir da Associação Riograndense de Empreendimentos em Assistência Técnica e Extensão Rural (1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010b).

NS nível superior.

NM nível médio.

¹ engenheiros agrônomos, agrícolas, florestais, médicos veterinários, zootecnistas e técnicos agrícolas e técnicos em agropecuária.

² extensionistas em bem-estar social.

³ advogados, antropólogos, economistas, jornalistas, pedagogos, contadores, sociólogos, psicólogos, nutricionistas, enfermeiras, engenheiro de alimentos, farmacêutica-bioquímica entre outros.

⁴ administrativos – secretários, assistentes administrativos, assistentes técnicos administrativos, operadores de audiovisuais, técnicos em contabilidade, motoristas, desenhistas, operadores de computador, gráfico e digitador.

* O total correto seria 2.234.

** O total correto seria 1.888.

5.6.5 Dos Determinantes da Crise Institucional da EMATER/RS-ASCAR

A extensão rural, embora por diversas vezes tenha demonstrado debilidades e tenha sido criticada profundamente, de alguma forma manteve-se no tempo. Em sua tese de doutorado, Caporal (1998) apresenta uma seção que discute sobre as críticas, as crises e as alternativas para a extensão rural. As instituições públicas de extensão rural teriam sido criticadas pela ineficiência, por gastar mal os recursos públicos, pela posição acrítica em relação ao meio ambiente, pela inequidade na distribuição dos recursos. Em função disso, seria unânime a opinião de que haveria necessidade de mudanças. Segundo o autor, as críticas, surgidas em diferentes setores e por diferentes motivações, poderiam ser agrupadas em três blocos: relativo aos modelos de ação, aos objetivos e beneficiários e aos conteúdos das mensagens.

De acordo com Caporal (1998), a origem da debilidade da extensão rural pública estaria na falta de participação dos agricultores na elaboração e execução dos projetos e na quase nula participação no espaço institucional outorgado aos agricultores para controlar o serviço e exigir resultados de desempenho. Além disso, o modelo clássico de orientação da atividade extensionista e o conteúdo das mensagens transmitidas estariam baseados na difusão de inovações e na transferência de tecnologia. Assim, a extensão rural foi responsável pela disseminação de pacotes tecnológicos, pela introdução de tecnologias (biológica, química e mecânica), pela mecanização, pelo monocultivo e pelo uso de agroquímicos no meio rural. Esse modelo foi taxado de reducionista, de inadequado para a maioria dos agricultores e de não levar em conta os problemas sociais e ambientais. As críticas também se estenderam ao público-meta (médios e grandes produtores) voltado à agricultura comercial e à exportação agrícola e, ainda, à excessiva importância ao conhecimento científico em detrimento do conhecimento do agricultor.

Caporal (1998) ainda destaca que, de forma geral, a crise no modelo de extensão rural poderia ser atribuída às críticas ao modelo tradicional esgotado, à redução orçamentária, às posições ideológicas que surgiram no interior do sistema de extensão, às orientações neoliberais como o aumento da eficiência e a redução da presença do Estado, às dúvidas quanto à relevância dos serviços e à tendência mundial de privatização dos serviços.

Além dos fatores acima citados, o autor salienta a extinção da EMBRATER, fato que teria sido justificado, na época, pela ineficiência e desnecessidade da presença do Estado no estágio atual do modelo de agricultura e pela existência de problemas políticos. Ocorre que a

falta de uma coordenação nacional colaborou para a perda de referência das Agências de ATER, e muitas mudanças institucionais foram atreladas a programas dos partidos políticos no poder. Ademais, essa situação favoreceu o surgimento de programas especiais de assistência técnica para atender à necessidade de públicos específicos, como, por exemplo, o LUMIAR³³ (Assistência técnica a assentamentos de reforma agrária) patrocinado pelo INCRA, não sendo realizados exclusivamente por empresas públicas.

As instituições financiadoras, como FAO e Banco Mundial, citadas por Caporal (1998), apoiaram as organizações não governamentais para o desenvolvimento de serviços de ATER, considerando-as mais propícias ao trabalho com comunidades, e outorgaram aos próprios produtores, suas organizações e comunidades a responsabilidade central e protagônica pelo seu desenvolvimento, colocando o Estado em um rol subsidiário e facilitador.

Para Engel (1998), a crise na extensão rural estaria vinculada à falta de respostas adequadas aos desafios modernos, tais como: a globalização dos mercados agrícolas, a redução do papel do Estado, a privatização dos serviços estatais, a descentralização administrativa, o questionamento dos resultados obtidos em termos de redução da pobreza rural, a falta de consideração da questão ambiental. A extensão rural apresentaria uma estrutura rígida, um caráter linear, ênfase na produção e na adoção de pacotes prontos, atenção individual, enfoque paternalista, falta de apreço pelo saber do agricultor, fonte tecnológica baseada apenas na pesquisa científica, falta de consideração das demandas dos agricultores.

Mientras el mundo rural asumió características múltiples y complejas, la extensión continuó siendo una herramienta inflexible, excesivamente técnica y equipada con una oferta tecnológica rígida que no se ajustaba a las necesidades de los pequeños productores en los nuevos tiempos. (ENGEL, 1998, p. 3).

Como consequência dessa situação, Engel (1998) destaca que a extensão perdeu credibilidade com os agricultores, com as Agências voltadas para o rural e com os políticos, sendo que a conquista de um papel relevante dependeria de sua reinvenção, mudanças

³³ O Projeto Lumiar foi criado em 1997 e durou até o ano 2000, servindo, posteriormente, para a criação do Programa de Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), em 2004. O projeto era uma proposta totalmente descentralizada e sob controle dos próprios assentados, que selecionavam as cooperativas de técnicos que prestariam serviço em cada assentamento.

profundas no paradigma de desenvolvimento, nos instrumentos políticos e de intervenção, nos métodos e estratégias.

Resumidamente, a crise dos anos 1990 da extensão rural pública está relacionada com a própria crise de financiamento e de legitimação do Estado brasileiro — os programas de ajuste estrutural que afetaram o conjunto do setor público visando a reduzir drasticamente o gasto público e o tamanho do Estado, privatizando muitas funções e transferindo responsabilidades aos governos locais e regionais; com a redução dos recursos — falência da base monetária supridora do crédito rural subsidiado; e com a extinção da EMBRATER — privatização dos serviços de apoio e descentralização administrativa.

O modelo de ação, os métodos e os objetivos que caracterizam a extensão rural, em algumas situações, ainda estão baseados em uma intervenção de "cima para baixo", com programas específicos desenhados a partir da administração da Agência ou do próprio governo do Estado, muitas vezes não correspondendo às necessidades locais e não promovendo o envolvimento do público-meta, gerando, conseqüentemente, falta de comprometimento e de participação efetiva. O desenvolvimento rural, muitas vezes, é visto como uma meta a ser alcançada, estando marcado pela presença de agentes externos destinados a "desenvolver" comunidades. Na tentativa de resgate dos motivos desencadeadores da crise na extensão rural, destacam-se as percepções de algumas entidades ligadas à extensão (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1997):

- ASBRAER: a preocupação com os aspectos relativos à produção e à produtividade fez com que diminuísse a ênfase ao social, descaracterizando assim os objetivos primeiros da extensão; a canalização dos esforços rumo ao crédito e a conseqüente priorização do trabalho com os cultivos e criações tirou o foco dos métodos grupais e educacionais. Em função disso, ocorreu o afastamento do público prioritário, os pequenos agricultores, que naturalmente encontravam-se marginalizados do sistema pela falta de uma política agrícola transparente e definida que os beneficiasse também com o crédito agrícola. Além disso, o sistema de extensão tornou-se obsoleto frente às novas exigências da sociedade, pois o cenário político, econômico e institucional não comportava mais uma ação nos moldes tradicionais.
- CONTAG: o fato da extinção da EMBRATER dificultou a continuidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido pelas unidades estaduais de extensão rural. Ademais, a desestruturação nacional do sistema impediu a renovação e a

qualificação do pessoal, que acabou por manter uma atuação baseada em uma capacitação desenvolvida nos moldes da chamada “modernização conservadora”, principal causa da exclusão no meio rural.

- FASER: para essa entidade, o principal fator determinante para a consolidação da crise do sistema de extensão rural foi a falência do modelo centralizador e excludente no qual se incluía a própria extensão, associada à revitalização e reorganização das forças sociais no campo. A estrutura de extensão começou a ser fortemente questionada pelos movimentos sociais, e isso abalou profundamente o sistema. A própria criação da FASER, apesar de defender a manutenção da estrutura pública do sistema, o fazia sob condição de modificá-lo profundamente tanto em termos de metodologia quanto de abrangência. Outros fatores citados pela entidade como responsáveis pela degradação do sistema foram: redução de pessoal, suspensão de contratações, deterioração dos salários, corte de recursos em capacitação pessoal, ingerências políticas, redução das estruturas administrativas chegando à extinção de EMATERs, redução do patrimônio para saldar dívidas trabalhistas. A instituição também relaciona aquilo que chamou de “modismos” como as municipalizações, “prefeiturizações”, descentralizações, anexações e outras alternativas para as mudanças administrativas ocorridas no sistema, associadas à ideia da autossuficiência dos serviços, os quais deveriam ter seus custos pagos pela sociedade, minimizando a participação estatal.
- AS-PTA: para essa entidade, a extensão rural abusou de métodos “escancaradamente” dirigistas e enquadradores, principalmente atrelando os pacotes tecnológicos ao crédito, configurando o que chamaram de “treinamento dos agricultores”. Isso foi apropriado pelos médios e grandes produtores, excluindo a maior parcela dos pequenos produtores. Tal fato ocorria em função de que a extensão rural enxergava a “agricultura como um todo”, não diferenciando as realidades dos agricultores, o que provocou o questionamento da metodologia empregada pela extensão e o início da utilização da palavra *participação*. A entidade também considera que a extensão rural intensificou a transferência do pacote da revolução verde, quando já iniciava um cenário de ajuste e desmonte do Estado. Porém, no momento que começava o questionamento da extensão rural, esta se voltou à agricultura familiar com a mesma base tecnológica e metodológica da dita revolução. A agricultura familiar

era vista como um setor social e não econômico, desqualificando a necessidade de existência de uma estrutura tão pesada quanto a extensão rural. Associada a isso, estava a abstenção do Estado no que tange à definição de uma missão à extensão, assim como dos seus conteúdos e metodologias, o que acabou gerando certa nebulosidade com termos como sustentabilidade ou participação. Nessa indefinição os técnicos de campo seguiram sua atuação nos mesmos moldes de antes, alheios aos questionamentos e às tentativas de redirecionamento dos trabalhos.

O sistema de extensão rural passou por uma desestruturação, configurando uma crise nas instituições ou Agências estatais voltadas para ATER. Dentro do Brasil há uma diversidade de casos, não sendo homogêneo o processo de desarticulação. No entanto, no Rio Grande do Sul, contra a tendência mundial, e, enquanto a maioria dos serviços foi extinto, fundido com a pesquisa, incorporado ou privatizado, a EMATER/RS-ASCAR foi reconduzida com a ajuda financeira do governo do Estado, chegando a ser modelo de extensão para outros estados, quando da transição agroecológica. Todas, porém, sofreram desgastes pela falta de recursos.

Na segunda metade da década de 2000, não obstante o governo federal ter ampliado os recursos destinados aos serviços de ATER (ver Gráfico 1 na seção 4.1), a partir da implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a EMATER/RS-ASCAR enfrenta a maior de suas crises. Essa crise tem suas raízes em momentos e situações passadas não resolvidas e aprofundadas.

Inegavelmente, um dos fatores que contribuem para a situação de crise institucional diz respeito às questões administrativas, na medida em que a EMATER/RS-ASCAR está vinculada ao governo estadual. Por isso, o provimento de diversos cargos de chefia e de direção é influenciado pela indicação da Secretaria Estadual de Agricultura, tal como ocorre com os cargos de presidente, diretor administrativo e, indiretamente, de gerente de escritório regional. A predominância do critério partidário restringe a racionalidade da escolha apropriada, não considerando na seleção para os cargos de chefia as capacidades gerenciais necessárias. Além disso, o próprio Secretário Estadual da Agricultura preside o conselho técnico (CTA) da Agência. Com isso, ocorre uma ingerência política (partidarização) que acarreta uma disputa de grupos para assumir a estrutura e benefícios daí advindos, contribuindo para a falta de comprometimento e de corresponsabilidade de gestão e gerando uma Agência sem identidade definida (sem rosto), pois cada vez que muda o governo, mudam as diretrizes, as metas, a missão etc. Veja-se que a própria missão institucional, nesta última década, foi alterada em três oportunidades. Essa transformação institucional geralmente

provoca atrasos e/ou cancelamento de iniciativas importantes, provocando a descontinuidade das ações.

Também não se pode perder de vista a estrutura altamente hierarquizada, caracterizada por uma ação de cima para baixo, com estruturas de mando e outras de acato, refletida no escasso espaço para participação na gestão intrainstitucional. Os extensionistas raramente são chamados a participar ou opinar sobre a definição de programas, de metas e de ações prioritárias. Apesar da existência e das manifestações da ASAE, há pouco espaço para a efetiva participação dos funcionários nas decisões estratégicas da Agência. Dessa forma, resta dificultado o êxito das ações participativas junto aos agricultores, uma vez que, na própria esfera intrainstitucional, a participação é restrita. A questão participativa reflete a dificuldade do estabelecimento de uma interface social dentro da Agência entre superiores e extensionistas, uma vez que essa relação é caracterizada por uma "via de mão única" com restritos espaços para a negociação e para construção conjunta de estratégias para ação, influenciando a repetição dessa situação com os agricultores. A hierarquia pressupõe o exercício do poder sobre o outro e a imposição de regras para protegê-la e administrá-la, transformando a relação em uma cadeia de comando ao invés de um círculo de relacionamento.

Adicionado a essas questões administrativas, ressalta-se a crise financeira decorrente da redução do orçamento da Agência, em função do corte de recursos promovido pelo governo estadual (Tabela 1 na seção 4.2). Tal situação, por um lado, levou à realização de convênios e contratos com metas e prazos pré-estipulados e à busca por editais e chamadas públicas que colaborem com a manutenção dos serviços, gerando conseqüentemente descontinuidade nas ações, perda de foco na ação extensionista e efetivação de ações voltadas para resultados econômicos. Por outro, a situação da EMATER/RS-ASCAR é agravada pela impossibilidade de habilitar-se às chamadas públicas para prestação de serviços de ATER do MDA, porque apresenta problemas relacionados à prestação de contas de convênios anteriores.³⁴ No entanto, essa situação seria temporária, com expectativa de resolução no curto

³⁴ O problema da prestação de contas foi esclarecido pela EMATER/RS-ASCAR, por meio de um técnico com atividade específica em prestação de contas de convênios firmados, que seria relativo a Lei 8.666, destacando que os serviços foram prestados pela Agência e o público foi assistido, apenas que tal situação impedia temporariamente a habilitação às chamadas públicas, porque haveria irregularidades com a prestação. Essas irregularidades seriam em função da natureza do serviço de extensão que dificultava a emissão de notas fiscais individuais por serviços prestados. Por exemplo: o técnico que visita três agricultores de uma comunidade, como emitiria nota fiscal relativo ao gasto com combustível? A dificuldade estaria em saber o quanto gastaria em gasolina em cada visita.

prazo, conforme esclarecimento prestado por interlocutores do setor administrativo da Agência.

Outro elemento que merece atenção é o arranjo institucional frágil do ponto de vista legal, relativo à existência de duas instituições com CNPJ distintos, a EMATER/RS e a ASCAR. Embora se apresentem como EMATER/RS-ASCAR, essa situação leva a alguns problemas que dificultam a gestão e provocam perante a sociedade uma indefinição sobre ser a Agência pública ou privada. Somada a essa situação, a perda da filantropia é uma das preocupações atuais da EMATER/RS-ASCAR, porque, caso ela não seja reestabelecida, a Agência apresenta uma dívida com o INSS impagável, que aliena todo o patrimônio, prédios, carros, móveis e imóveis.

6 AS DINÂMICAS DE INTERFACE SOCIAL NA EXTENSÃO RURAL PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

As dinâmicas de interface social na EMATER/RS-ASCAR representam o encontro/relação estabelecida entre os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento rural. Através da interface social é possível verificar como os agricultores são envolvidos nos projetos dos técnicos, que são projetos da Agência que representam, e como os agricultores reagem e acionam formas estratégicas de negociação e de manobra, buscando legitimar seus interesses.

6.1 MUNDOS DE VIDA ENTRELAÇADOS: AS AÇÕES DOS TÉCNICOS E DOS AGRICULTORES

Um projeto de desenvolvimento pode ser compreendido como uma arena, um espaço social onde tomam lugar confrontações e afrontamentos, onde o conflito é inerente, expressando não somente interesses objetivos opostos, mas também o efeito de estratégias pessoais e de fenômenos idiossincráticos (maneiras de ver, sentir, reagir de cada indivíduo). O conflito estabelecido entre agricultores e técnicos remete a diferentes posições e exprime interesses ligados a posições sociais diferentes. Analisar o conflito, argumenta Sardan (1995), permite colocar em evidência os meios de prevenção ou de resolução de conflitos e ir além da aparência consensual dos projetos de desenvolvimento.

Os extensionistas sustentam uma posição carregada de conflito e ambivalência, pois, conforme já se mencionou, ao mesmo tempo representam os interesses da Agência de desenvolvimento, os seus próprios interesses e os interesses do público com que se relacionam. Os projetos de desenvolvimento, salienta Long (2007a), desenham intervenções que implicam a emergência de uma série de novas interfaces (ou de "velhas interfaces transformadas") que incluem uma multiplicidade de atores e instituições, sendo, portanto, uma dinâmica complexa e variante.

A interação entre extensionistas e agricultores é composta por vários elementos diferentes. As interfaces com o público não são assuntos ocasionais, mas implicam interações ao longo do tempo, durante o qual as percepções dos atores podem mudar e suas metas podem

ser desviadas ou redefinidas. O agricultor poderá, inclusive, romper relações com a Agência ou com o técnico, e ainda adquirir novos serviços e contatos. As transações entre técnico e agricultor não se restringem a bens materiais, mas dizem respeito também a significados sociais, negociados em encontros de interface. Essa interface estabelecida entre técnicos, agricultores e Agência de desenvolvimento apresenta um conjunto de regras, normas, objetivos para abordar interesses conflituosos, denominado “projeto de desenvolvimento” (convênio ou pacto) que se torna uma entidade organizada¹ de relações e intencionalidades entrelaçadas, marcado por um acordo oficial e por relações personalizadas.

Os técnicos e os agricultores introduzem-se no mundo de vida um do outro e compartilham experiências. Às vezes, as relações tornam-se tão íntimas que o técnico vira um conselheiro emocional, conforme depoimentos abaixo destacados:

[...], ele [o técnico] é quase um consultor para assuntos gerais. Até na questão de relações, casamentos, dos filhos, tudo isso a gente discute com a família, então, claro que não é geral, não é todo o técnico, mas *boa parte do pessoal tem uma relação assim muito forte com o agricultor*. Então nós vemos várias situações que se propõem coisas novas ou desconhecidas o agricultor ainda tem a posição, de conversar com o pessoal da Emater para ver o que eles acham. (ER, SR, 8, grifo nosso).

Uma coisa que eu sempre converso e procuro ter claro pra mim, às vezes a gente vai em uma propriedade fazer uma visita, na verdade ela não está interessada em temas técnicos, *ela está interessada em conversar, trocar uma ideia, ver o que a gente acha*. As aspirações das pessoas do meio rural são às mesmas nossas, ela quer que os filhos progridam, ela quer ter uma melhor situação financeira, ela quer ter uma boa saúde. Então a gente às vezes vai pra fazer uma intervenção técnica *e acaba mais fazendo uma intervenção social* e que pra essa pessoa, no dia, aquilo foi muito mais importante do que qualquer outra coisa. (EM, TS, 16, grifo nosso).

A natureza do trabalho do extensionista produz certo nível de conhecimento específico, baseado na experiência pessoal, o que proporciona certo grau de autoridade e liberdade para tomar decisões, flexibilidade, permitindo atender em parte aos agricultores e, em parte, à Agência. Assim, o técnico monta estratégias de intervenção – possibilidades de manobrar os discursos existentes nas arenas e nas dinâmicas em que os atores interatuam. O extensionista é o "administrador múltiplo da interface social", não é um simples empregado da Agência de desenvolvimento; ele é o executor que transforma estrategicamente as regras

¹ A noção de entidade organizada, representada pelo projeto de desenvolvimento, é muito ilustrativa do contexto que envolve a extensão rural, pois a reificação é constante nessas situações, referindo-se a presença de uma lógica interna e de uma racionalidade específica dos projetos de desenvolvimento.

em formas específicas de prática (LONG, 2007a). No entanto, o técnico não pode desconsiderar a formação de pontos de vista opostos na relação com o agricultor, pois, se lhe escapa essa observação, ele arrisca-se a perder legitimidade profissional aos olhos do agricultor e da Agência.

Uma possibilidade de estabelecimento da interface social: o extensionista realiza o diagnóstico local, apropria-se do contexto, estabelece laços de amizade e confiança com os agricultores, identifica problemas e propõe uma estratégia de desenvolvimento. No entanto, os extensionistas têm metas para cumprir, vinculadas à Agência de desenvolvimento, muitas vezes distantes das técnicas e estratégias inicialmente propostas. Assim, encontram-se em uma situação de dúvida, pois não sabem se atendem à demanda dos agricultores ou se ofertam os pacotes da Agência. Quando procuram satisfazer os agricultores, os técnicos correm o risco de ser taxados de insubordinados e sofrer penalizações por parte da Agência. Dessa forma, muitas vezes, as iniciativas dos extensionistas são mortas na gestação. Ao manobrar os diferentes e conflituosos interesses, o extensionista pode assim ser recompensado ou retaliado tanto por parte da administração da Agência, quanto por parte dos agricultores. Em relação à Agência, a situação poderia acarretar uma promoção ou uma transferência e, em relação aos agricultores, a situação poderia acarretar ganho de confiança ou desconfiança e desinteresse. Para os agricultores, esse fato representa descaso da Agência para com eles, porque, uma vez iniciada a relação de confiança, a troca de técnico gera descontinuidade do trabalho e descontentamento.

Os encontros de interface social também podem ser exemplificados pela seguinte situação. Quando determinado agricultor presenteia o técnico para conseguir benefícios ou favores. Essa ação é velada, sem a necessidade de explicações de ambos os lados, mas esse ato também nada garante em relação à atitude do técnico em favorecê-lo ou não. O técnico tem o poder de definição dos grupos a serem beneficiados, os recursos a serem auferidos, o controle do tempo de reuniões, a direção da discussão etc. Ele pode realizar o favorecimento a um agricultor ou a um grupo de agricultores para garantir a participação ou ganhar a confiança desses agricultores. Para isso, frente aos agricultores, os técnicos podem separar sua posição da postura da instituição, prometer recursos e, até mesmo, criticar a Agência, conforme trecho da entrevista:

[...] Nós já entramos em "n" programas, até fui contra. Mas eram programas de governo. O governo Brito fez aqueles assentamentos, levou os agricultores do planalto para a fronteira, um tipo de reforma agrária e uma série de coisas que foram feitas dentro daquele programa, deu algumas discussões, [...], e um dia ele [o secretário da agricultura] veio aqui e disse se nós não fizéssemos estávamos todos na rua, porque o governo Brito quer que faça e nós vamos fazer e acabou. (EC, ATE, 2).

O mesmo técnico acima citado, em outra situação, demonstra sua capacidade de manobra e de agência humana, quando discorda de um programa governamental e sua forma de definir uma estratégia de ação. A capacidade de agência pode estar ligada a práticas organizativas, a capacidade reflexiva e a criatividade dos atores sociais. No caso desse técnico, a desarticulação do programa do Governo a favor do agricultor pode representar sua criatividade frente à situação e o desenvolvimento de uma estratégia de ação para perseguir um objetivo:

Tu podes ter certeza de uma coisa, o técnico de campo se identifica com o produtor e ele vai procurar ajudar o produtor, caso ele não concorde com a política, ele vai solapar "enrolar o governo". A gente sabia que aquilo iria prejudicar os produtores, então nós resistimos. (EC, ATE, 2).

O comentário acima ainda revela o grau de consciência da falta de adequação entre a realidade dos agricultores e os programas do Governo, bem como a busca de espaços de negociação e de manobra pelo técnico. Quando não há identificação com um projeto da Agência, os técnicos agem de forma a buscar alternativas para realização de seu trabalho, mesmo que isso signifique ir contra as metas ou propostas da instituição.

Nos encontros de interface social também é possível identificar a capacidade de agência dos agricultores que embora deem espaços para o conhecimento de novas técnicas (questão experimental), também se posicionam frente ao técnico, deixando claro que a decisão de adesão ou não depende de sua opinião. A agência humana localiza os indivíduos em mundos de vida específicos nos quais manejam seus assuntos cotidianos, o que se verifica no depoimento do agricultor, abaixo destacado:

Se eu discordo da ideia dele, o que dá pra fazer é uma questão experimental, mas se envolver alguma movimentação financeira ou alguma mudança no plano de trabalho, que eu havia pensado, *prevalece é a minha opinião, isso eu não abro mão, porque é o agricultor que está próximo, que está vivenciando no dia a dia* [...]. (AF, 40, grifo nosso).

Com base nessa análise pode-se identificar o desafio do técnico em aproximar as propostas da Agência de desenvolvimento à realidade do agricultor. Percepções diferentes de agricultura e de desenvolvimento, baseadas em sistemas de sentido e significados distintos revelam conflitos de interesses e de objetivos, o que se verifica nos trechos da entrevista do pescador abaixo destacada,

[...] Eles nos jogaram esse bote aqui, que foi comprado pela EMATER/RS-ASCAR, feito um financiamento para nós pagarmos no Banrisul [...]. Chegaram aqui, jogaram o bote, nós tivemos que nos virar entre cinco (pescadores), sendo que quatro correu, não pagaram, e eu tive que assumir a dívida. [...] Foi jogado goela a baixo para nós. Não nos ensinaram como lidar com o bote. Eles simplesmente deram um ano de carência e não aconteceu, ficou na base de 8 meses e a gente já teve que pagar e não tivemos a mínima chance, o motor que veio é Mercury [...], não existe peça aqui para esse motor, por isso tivemos muita dificuldade. A peça tem que vir do Japão, encomenda por Canoas, Porto Alegre, nas firmas, tem que correr que nem louco para buscar peças. [...] É que a coisa foi jogada. Nós não tivemos nenhuma aula, nenhum ensinamento de motor, como era, não veio um técnico nos ensinar, então foi jogado no meu pátio, aconteceu isso. (AF, 39).

A situação descrita acima representa o ponto de vista do pescador. A mesma situação é entendida sob outra perspectiva na visão do técnico que afirma,

O RS Rural permitia que os pescadores pudessem acessar ao programa na opção Geração de Renda com Retorno, onde se poderia buscar até R\$ 6 mil por família. Esse valor gerava um contrato com o Banrisul de dívida individualizada (ligada ao CPF). Esse pescador articulou um grupo para a aquisição de um bote de pesca no mar e um motor de popa 25hp. A técnica era nova no litoral e ele imaginou que seria muito rentável. Porém, o grupo ficou com medo de entrar no mar com o bote e acabou se desfazendo e nunca usando o equipamento. Esse grupo também não pagou a dívida junto ao banco. Porém, como existia o aval solidário todos os CPFs ficaram marcados como devedores ativos. Esse é o dilema daquele pescador! Ele culpa a ideia, o banco, o RS Rural, etc... mas no fundo foi uma aposta que não deu certo! Os mediadores sociais apenas auxiliaram na viabilização da proposta via RS Rural. (ER, SR, 9).

O caso acima descrito demonstra uma situação em que não ocorre o encontro de interface social. O bote era parte do Programa RS Rural, viabilizado pela Agência (EMATER/RS-ASCAR), na opção de Geração de Renda com Retorno, representando, portanto, parte de uma meta/objetivo. No caso estudado, o pescador foi envolvido no projeto da Agência apresentado pelo técnico, pois a possibilidade de obter ganhos financeiros com tal proposta definiu a aceitação do projeto. No entanto, essa experiência resultou em

descontentamento por parte dos pescadores com a Agência, pois a oferta do bote não atingiu seus objetivos e tornou-se algo desinteressante para os pescadores.

As pontes de comunicação iniciadas pelo técnico e dirigidas para melhorar a situação (pesca) resultaram em uma separação maior dos dois mundos, e legitimaram cada corpo de conhecimento, do técnico (conhecimento técnico-científico) e do agricultor (conhecimento cotidiano). Tal situação não levou ao compartilhamento da experiência e do conhecimento pesqueiro (conhecimento híbrido – resultado da apropriação do conhecimento). A forma com que se desenvolve essa situação de interface resultou em uma confrontação e separação de interesse das partes envolvidas.

Além disso, as experiências negativas, tanto individuais quanto coletivas, provocam desconfiança dos agricultores e convertem-se em uma espécie de "memória coletiva". Essa seria uma barreira psicológica ao desenvolvimento de relações de confiança entre os técnicos e os agricultores. O descompasso entre os interesses dos agricultores e os projetos propostos, construídos pela Agência e pré-definidos (estrutura), formam para os agricultores a imagem de que o Estado não tem interesse nos seus problemas. Assim, os objetivos e projetos da Agência são vistos como inadequados e ineficientes e os agricultores acabam se isolando ou colocando-se como marginais aos projetos propostos.

A interface coloca frente a frente grupos que defendem ou simbolizam pontos de vista contraditórios. Há uma marcada descontinuidade entre o que o técnico observa e interpreta e as coisas que o agricultor observa e interpreta. Essas diferenças podem conduzir a uma comunicação imperfeita ou choque de racionalidades, o que se verifica na situação abaixo:

Eu vou buscar outro agricultor e deixo passar, tento primeiro entender se era uma coisa realmente importante pra ele, *se na minha concepção era importante, talvez na dele não era*. Talvez ele não participe naquele momento, naquele tipo de trabalho e vai participar em outro. [...] Da mesma forma existem grupos que participam mais, outros menos, conforme o assunto [...]. Então, nós *estamos aí pra atender o pessoal e não para impor ações ou atividades*. (EM,TS, 16, grifo nosso).

A interface social é o ponto crítico de interseção entre distintos domínios ou mundos de vida, onde se encontram as descontinuidades sociais por diferenças de valores, interesses e poder (LONG, 2007a). No caso acima, o técnico procura entender o porquê da não adoção e ainda reflete sobre seu papel de mediar e não impor atividades. Cabe ao agricultor definir ou

decidir sobre o que é melhor para ele, ao técnico cabe abrir espaço para o diálogo entre modos contrastantes de construção do conhecimento.

Os extensionistas entrevistados, quando questionados sobre sua relação com os agricultores, muitas vezes, descreviam como deveria ser uma relação técnico-agricultor, não definiam precisamente sobre a sua relação. Assim, afirmaram que a relação técnico-agricultor deveria ser de interlocução, de diálogo, de respeito ao saber local, de construção coletiva do conhecimento, de parceria, de igualdade, de amizade, de confiança, de fraternidade, de franqueza, de paridade, de construção mútua de apoio, de entendimento da realidade, de saber ouvir e saber dizer. No entanto, na prática, de acordo com os entrevistados, a situação é bem mais complexa. Colocar em prática o discurso da interface, que é impregnado das características acima descritas, constitui-se em um desafio.

Alguns extensionistas fazem uma "*mea culpa*", como por exemplo, no depoimento abaixo:

[...] Eu procuro não ter uma relação, como o pessoal me enxergava no início, *meio paternalista, mais tipo de comando* – isso está errado [...]. *Eu procuro ter uma relação mais dialógica, conversar, ouvir bastante*, nestes anos eu tenho aprendido cada vez mais com os agricultores ouvindo-os. [...] Eu não posso desdenhar aquela ideia que ele tem, aquele saber dele, simplesmente porque eu acho que ele não está evoluindo [...]. (EM, TS, 16, grifo nosso).

Na situação acima descrita, o técnico procura rever sua postura e atuação, buscando compreender as diferenças entre os sistemas de sentido e os mundos de vida dele e do agricultor. Uma das grandes dificuldades do processo de intervenção é a compreensão das necessidades e interesses do outro. De modo geral, a necessidade do agricultor é vista a partir do que o extensionista considera uma necessidade (dentro de seu sistema de sentido), a partir de seu ponto de vista que tem por base seu conjunto de conhecimentos técnico-científicos, não refletindo sobre os desejos e necessidade do agricultor, a partir do conjunto de valores dele.

As análises de interface revelam de maneira concreta a natureza das relações entre a Agência (EMATER/RS-ASCAR, operacionalizadora das políticas do Estado do Rio Grande do Sul), o público-meta e os técnicos. Ajudam a identificar quanto espaço político há para iniciativas locais, encaminhadas para alterar o padrão de distribuição de recursos ou para melhorar os benefícios recebidos pelos grupos locais. Dessa forma, facilitam a compreensão do caráter e da importância de tipos específicos de intervenção política. A noção de interface

social colabora na compreensão das várias formas de poder estatal e não estatal que se constituem e reconstituem-se nas práticas da vida cotidiana. E, ainda, ressalta os processos pelos quais quem carece de poder se apropria, manipula e subverte a autoridade externa em suas lutas para defender e promover seus interesses e projetos, apresentando capacidade de agência e mobilizando redes de relacionamento e de conhecimento.

6.2 AS REDES DE INTERFACE SOCIAL E CONHECIMENTO

Long e Ploeg (1989) mencionam que cada agricultor ou grupo de agricultores forma uma rede de interface que integra o agricultor a seu entorno agrícola. A rede está constituída por uma série de atores que intervêm nas atividades rurais relacionadas com insumos e produção. Tais redes de interface podem apresentar-se de diferentes formas, sejam pessoais e baseadas no compromisso, sejam de caráter oficial reconhecido implicando a filiação a organizações como cooperativas e associações, por exemplo.

Um exemplo de rede pessoal pode ser verificado no depoimento abaixo:

[...] A gente tenta levar “meio a meio”, porque o técnico vai me dizer para fazer tal coisa que isso é bom e dá certo, tanto faz a atividade que for, tu tens que ir pelo teu. Agora o técnico vai dizer, planta, faz tal cultura, que vai dar certo, e se depois não dá, tu vais arriscar uma coisa que tu não tem, eu diretamente não sou assim. *No caso de oferecer uma variedade nova, uma planta, eu muitas vezes pego uma pessoa, que um ano atrás já cultivou tal coisa e deu certo*, tu arrisca um pouco esse ano, assim que funciona. (A, A, 37, grifo nosso).

Nessa situação, o agricultor afirma que, para introduzir uma técnica nova em seu estabelecimento, ele procura outro agricultor que já o fez, ou seja, aciona uma rede pessoal de relacionamento para apoiar sua decisão ou não de utilizar tal técnica. E ainda afirma que sua decisão pode causar prejuízos financeiros, por isso que ela deve ser bem fundamentada ou resguardada. Com essa afirmação, comprova-se a estratégia definida pelo agricultor para balizar sua tomada de decisão, incluindo a opção de rejeitar o projeto do técnico (implantação de uma técnica), porque este não se coaduna com seus objetivos.

Outro exemplo de rede de interface de caráter pessoal ou baseadas no compromisso são os “Grupos Organizados do Lar” (GOLs), formados por agricultoras, presentes nos

municípios por regiões específicas, representando espaços para sociabilidade, recreação, conhecimento, troca de informações e saberes, cooperação e trabalho. As redes de interface de caráter oficial podem ser exemplificadas pelos tradicionais Conselhos de Desenvolvimento Rural, sindicatos dos trabalhadores rurais, associações e organizações dos agricultores.

A formação e funcionamento das redes de interface, na prática, envolvem uma observação profunda e paciente, porque os vínculos existentes são frágeis e variantes, caracterizados pela não permanência e pela falta de coerência. Os agricultores buscam redes informais e fontes de conhecimentos.

O trabalho da extensão rural coloca seus agentes em interação com o público-meta quase que diariamente. Vários encontros, programas, seminários, cursos, visitas, dias de campo são organizados para promover as atividades dos extensionistas, para apresentar uma nova proposta de trabalho ou angariar agricultores que adotem determinada técnica/ inovação. Além desses, outros encontros também são realizados com o objetivo de relacionamento e barganha, junto a políticos, pesquisadores, planejadores, executivos etc. Esses encontros não somente dizem respeito a questões e disputas técnicas, mas também a conflitos de interesse, conforme se pode observar no caso descrito abaixo.

Os extensionistas tinham o projeto de implantação de agroindústrias na região do Vale Taquari. Por intermédio do discurso e de sua legitimação frente aos agricultores, conseguiram envolver uma família de agricultores em seu projeto de agroindústria. Dentre os objetivos do técnico, vinculados a uma meta estipulada pela Agência, estava o de conseguir que outras famílias também viessem a implantar a agroindústria. Para isso, realizaram um evento de inauguração em que convidaram todas as autoridades e agricultores da região. Nesse evento, apresentaram o projeto, a partir de uma unidade de referência, com uma agroindústria instalada. Nessa ocasião, Dona Adelaide,² que não tinha interesse em agroindústria, pois seu projeto estava voltado para a plantação de orquídeas, foi convidada a participar, com o intuito de ser envolvida na proposta dos técnicos. O projeto de Dona Adelaide estava bem distante do proposto, mas, mesmo assim, com certa resistência a participar, foi à inauguração para ver como era, para sair da rotina das tarefas cotidianas e encontrar outras agricultoras.

Dona Adelaide possui uma ampla rede de relacionamento, tanto pessoal quanto oficial, pois coordena um grupo de aproximadamente trezentas mulheres, trabalhadoras rurais, sendo presidente de uma Associação de Mulheres no Município onde reside. Como seu projeto era plantar orquídea, ela foi procurar orientações, palestras e excursões, ou seja, acionou a rede de

² O nome da agricultora foi trocado para manter o anonimato.

relacionamentos pessoais, e verificou que não estava na hora de plantar orquídea, porque demandaria muito tempo e ela não poderia destinar o tempo necessário para cuidado e produção da orquídea, conforme relato:

[...] Eu até queria começar a plantar orquídea, mas daí eu vi, passei nas palestras, passei algumas excursões aí eu vi que não era o meu momento ainda, porque a orquídea é uma coisa que precisa muita atenção e não tenho esse tempo ainda, porque eu preciso trabalhar. (A, OR, 32).

Com base no relato acima, pode-se inferir que, nas relações de interface entre técnicos e agricultores, há disputas de interesse e de conhecimento que requerem reivindicações contraditórias em contextos de desenvolvimento rural. No caso de Dona Adelaide pode-se verificar que o projeto dos técnicos estava voltado para a implantação de agroindústrias na região. Em função disso, Dona Adelaide foi convidada para participar da inauguração. A estratégia dos técnicos era de envolvê-la nesse projeto. No entanto, os interesses da agricultora estavam centrados na plantação de orquídeas. Por isso, a agricultora não teve interesse no projeto da agroindústria, mesmo não tendo condições de assumir a plantação de orquídeas. Assim, verifica-se que o poder não é uma propriedade estrutural fixa que é invocada para explicar a ação de ator particular. O poder é negociado por atores e pode estar fluido. Por isso, o sucesso ou fracasso de uma intervenção externa não está garantido. O mundo de vida dos agricultores não se restringe às opções espaciais e estratégias promovidas por determinados projetos vindos de fora. Situações de embate e pontos de vista contraditórios são frequentes entre técnicos e agricultores.

Ainda, destaca-se que encontros de conhecimento representam esforços dos atores em envolver em seus projetos outros atores. Nesse contexto, os técnicos buscam envolver totalmente o agricultor em seu projeto (projeto do técnico), conquistando sua confiança, conseguindo que aceitem marcos particulares de significado e adotem seus pontos de vista (ponto de vista do técnico). Quando ocorre esse envolvimento, há êxito nessa situação e os atores (agricultores) delegam poder aos técnicos, implicando uma influência controladora e atribuições de significado:

[...] *A partir da hora que ele (agricultor) cria a confiança no técnico, ele não faz nada sem perguntar pro técnico.* Na extensão a gente fala que existem dois salários, o do dinheiro e o da satisfação e do reconhecimento, porque o produtor é muito agradecido. Isso é muito gratificante para quem essa trabalhando no interior. (EC, ATE, 2, grifo nosso).

No exemplo acima descrito, verifica-se que os discursos falados, e inclusive os não verbais, reúnem (arrebam) seguidores e desempenham papel importante para moldar as reações dos agricultores às intervenções, porque o significado dos argumentos depende de quem está comunicando, para quem se está comunicando e como se transmite, se recebe ou se transforma a mensagem. Nessa situação não se pode perder de vista a ideia de poder fluido, assim como o agricultor apresenta margens de manobra e de negociação, ele também pode ser envolvido pelo projeto do técnico, representando que o conhecimento científico/técnico sobressaiu-se ao do agricultor. A retórica é uma "arma estratégica" na mão dos interventores, mas todos os atores exercem algum tipo de poder.

Na interface entre técnico e agricultor, cada um é portador de um mundo de vida próprio, a relação estabelecida entre eles é desigual não somente em termos de conhecimentos e perícia, mas também na capacidade de obter recursos. No depoimento abaixo, o técnico reconhece a legitimidade do conhecimento científico do extensionista frente ao agricultor. No entanto, o técnico admite sua posição como um mero "palpiteiro", porque reconhece que a decisão final é do agricultor:

[...] Tu sempre achas que o "super poder" de técnico vais te dar sempre razão em relação ao que pensa o agricultor, isso é comum, mas sempre sabendo de que quem vai botar o dinheiro e de que a propriedade é do agricultor, então *tu é um mero palpiteiro na história.* (EC, ATE, 3, grifo nosso).

A visão de superioridade do técnico está respaldada pela ideia de um "superpoder" que pode ser atribuído ao conhecimento científico e a legitimidade de sua posição frente a um ator desprovido de capital e oralidade. No entanto, os recursos dos agricultores são outros, são diferentes dos recursos dos mediadores, por isso, a consideração da assimetria de poder entre eles. O próprio silêncio pode ser considerado uma forma de poder. O silêncio do agricultor é, justamente, seu maior aliado, não representando aceitação, concordância, ou até mesmo passividade. O silêncio também é uma forma de manifestação e não sendo sinônimo de anulação. Os recursos dos agricultores concentram-se nas suas decisões, na forma de "tocar" o

estabelecimento rural, nas redes formadas, nas suas organizações, nas diferentes maneiras de responder aos problemas. Esses recursos lhe dão a possibilidade de manobra e negociação.

6.3 A REVELAÇÃO DO AGRICULTOR COMO AGENTE: A RESISTÊNCIA

Na compreensão da interface estabelecida entre os extensionistas e o público-meta, manifesta-se uma revelação do agricultor como um agente, um ator com capacidade de agência humana, ou seja, os atores sociais possuindo habilidades para conhecer e para captar, resolvendo seus problemas, aprendendo a intervir nos fluxos de eventos sociais, observando a reação dos outros e supervisionando suas próprias ações.

Na arena local (projeto de desenvolvimento), duas espécies de poder estão emaranhadas: a dos agricultores e a dos técnicos. Apesar de esses atores serem dotados de recursos de poder desiguais e desequilibrados, eles têm a capacidade, não retórica, mas real, de não fazer o que se espera deles ou de fazer diferentemente, apresentando margem de manobra, como a resistência e a recusa a participar, “formas invisíveis de agir dos mais desprovidos” (LONG, 2007a):

[...] hay múltiples formas en que los llamados actores subordinados o "débiles" pueden crear espacios para sí mismos, defender sus visiones del mundo y sus posturas y subvertir los mejores planos y discursos de los actores dominantes, al tiempo que siguen viviendo en un mundo lleno de eniquidades y vulnerabilidades. (LONG, 2007a, p. 437).

Essa situação pode ser verificada no caso em que os agricultores não aceitaram a proposta do técnico para a implementação de uma unidade de observação com vacas leiteiras em seu estabelecimento rural. A unidade de observação consistia na montagem de um modelo com oito ou dez vacas e no monitoramento diário da produção de leite. Tal unidade serviria para o estudo e teste de determinadas técnicas que serviriam de referência para que outros agricultores estimulassem-se a adotá-las. A não aceitação da unidade, embora fosse uma opção familiar (individual), teve reflexos coletivos, pois a mobilização da rede de agricultores que poderia implementar tal técnica foi desarticulada pela ação de desistência. Esse fato

confirma a existência de uma forma de resistência cotidiana, representada pela não participação ou não adesão.

Ele tem que chegar no meio terno, ou ele prove que aquilo vai funcionar [...]. Nós já tivemos várias contradições e inclusive, ele teve lá em casa montando um modelo, e eu achei que não estava na hora de participar disso, então eu disse pra ele que não dava e pronto. [...] Ele queria tirar umas oito ou dez vacas e todo o dia medir o leite, se o leite aumentava ou diminuía, porque disso ou daquilo, [...] nos discordamos. Para ele era bom porque era pertinho da cidade, então era mais fácil (A esposa respondeu). Ele (o técnico) ficou um pouquinho desapontado. (AC, 36).

Pode-se verificar no depoimento acima que, mesmo o agricultor observando o desapontamento do técnico e depois que a implantação do modelo já estava em andamento, não titubeou em negar tal oferta, pois achava que não estava na hora de participar e não tinha certeza quanto aos resultados que poderiam ser esperados. Assim, o agricultor, mediante uma opção individual, sem pretensões, desarticulou uma ação coletiva, baseada na estratégia do técnico. Esse exemplo da unidade de observação é uma forma de resistência cotidiana, porque é uma prática com efeitos na estrutura (projeto de implantação de unidades de observação – meta estabelecida pelo Escritório Central, baseada em convênio firmado com a Secretaria de Agricultura). A desistência de implantação do projeto no estabelecimento rural de um determinado agricultor gerou uma irradiação de não adoção em torno dele, transformando aquela prática individual em coletiva. Essa ação informal difusa e fragmentada não tinha intenção de ser coletiva, mas gerou mobilização e resistência.

Conforme Menezes e Malagodi (2010, p. 21), "[...] as práticas de resistência não são pensadas como reações ou oposições às formas de dominação, mas como diversas estratégias que grupos sociais utilizam de forma a garantir sua autonomia e dignidade em face às relações de exploração e dominação".

A revelação do agricultor como um ator/agente também se confirma no relato do agricultor que não fica somente a espera do que o técnico pode oferecer, suprindo suas necessidades de informação e de recursos de outras formas, manifestando capacidade de agência, como fica explicitado nesse comentário: "eu sempre tive uma visão diferenciada, a questão em que o agricultor teria que buscar algo mais" (A, OR, 33). A maioria dos agricultores entrevistados demonstrou facilidade de expor ideias, desenvoltura e articulação, também se verificou elevada auto-estima nos depoimentos, além de opiniões bem definidas,

defesa de pontos de vista, denotando que eles tem clareza quanto aos seus objetivos e estratégias.

Além desse caso, destaca-se, no trecho de entrevista abaixo, a manifestação da interface de conhecimento entre o técnico e o agricultor, quando esse último refere que a relação entre eles é de troca e de ajuste.

[...] *é uma troca*, eles aprenderam a parte técnica e nós a prática, entre a prática e a técnica sempre tem um ajuste. [...] *Nós sabemos como funciona na prática, eles sabem a técnica*, se nós botamos na prática e não funcionar o prejuízo é nosso, não vai ser deles [...]. (AA, 37, grifo nosso).

As atividades do cotidiano e o "jeito de fazer" permeiam as escolhas dos agricultores e as suas decisões. No entanto, há espaços para a negociação, desde que respeitado seus interesses. Quando não há interesse por parte do agricultor, há resistência, cabendo a ele a tomada de decisão:

[...] Porque o pai dele vinha fazendo daquele jeito e dava certo, então ele vem de gerações, fazendo aquilo e dando certo, toda a mudança que tu vais lá e propõe para ele, normalmente, além de mudar o hábito dele, exige algum investimento de conhecimento e tem que se adaptar isso. [...] Então ele começa a criar uma resistência. [...] A profissão de agricultor tem um lado bom, mas é uma profissão que depende de uma série de coisas. Por causa de todas estas dificuldades, ele se torna mais fechado à mudança. [...] ele vai ver que ele pode fazer e *vai fazer, desde que esteja dentro das condições dele*. (EC, ATE, 2, grifo nosso).

Então, a ideia de “vítima indefesa” não se encaixa ao agricultor, pois esses agentes percebem-se capazes de manobrar dentro de determinados contextos ou redes e desenvolver estratégias, assim como decidir o caminho a ser percorrido. Isso não implica deixar de reconhecer o espaço frequentemente restrito para as iniciativas individuais, mas considerar como os atores identificam e criam espaço para seus próprios interesses e para a mudança.

Dessa forma, os mesmos agricultores que apresentam capacidade de agência e redes de interface, muitas vezes, criam e reforçam uma imagem de uma identidade estereotipada, de subordinação e submissão para conquistar recursos materiais e alcançar reivindicações. A situação de conquista de recursos materiais pode ser verificada no trecho da entrevista abaixo

em que o agricultor prefere ir acompanhado pelo técnico à instituição financeira, sentindo-se respaldado pela presença do extensionista:

Isso é muito importante, os esclarecimentos, o acompanhamento e ajuda deles, porque é sempre melhor ser representado por alguém se tu vais num banco, porque se a gente vai sozinho e pior. É melhor ir acompanhado por alguém da EMATER/RS-ASCAR. (AC, 34).

Nas relações de interface social, as margens de manobra envolvem um grau de independência em certas esferas e um grau de dependência em outras, implicando o envolvimento dos outros em seus projetos. Essa situação envolve uma disputa para impor aos outros significados e representações que, no caso em tela, são úteis para os interesses do agricultor, implicando poder, negociação e consentimento. O poder apresenta-se como uma negociação de eventos microsociais.

A noção de interface social permite compreender como o silêncio dos agricultores pode representar uma situação de manobra, de negociação e de poder, pois se reveste da possibilidade de exercer, assim, certo controle, prerrogativa, autoridade e capacidade para ação, mesmo que essa seja nos "bastidores" em momentos flutuantes. As relações de poder geram resistência, acomodação e submissão estratégica, e emergem da interação de elementos de acatamento, conformidade, assim como desafio e oposição. A subordinação implica também uma condição autoimposta. Os agricultores aprendem a tratar com as intervenções externas, contra-argumentando ou mesmo silenciando; criam espaços para manobrar, não se comprometendo com os planos elaborados ou improvisados pela parte externa e aprendendo a encontrar seu caminho, extrair benefícios, ainda quando isso signifique subordinar-se às normas externas, pelo menos na retórica.

Em algumas situações a resistência do agricultor pode ser tão grande que a relação de interface entre ele e o técnico não se estabelece. Os mundos de vida reafirmam-se e mantêm-se à parte. Os técnicos concentram seu poder no controle formal do programa/projeto, assim perdendo a oportunidade de usar o próprio conhecimento e a experiência dos agricultores para transformar o seu conhecimento de uma maneira significativa. Por outro lado, os agricultores focam-se nos espaços de manobra dentro da normatividade do programa, mas aspiram a impedir que os extensionistas tomem o controle que eles têm de suas próprias vidas. Portanto, de diversas maneiras, a relação entre os mundos de vida não se dissolveu nem se transformou, seu resultado final foi uma "coexistência incômoda". Para ocorrer a intervenção faz-se

necessário o envolvimento do técnico e do agricultor. Embora a intervenção seja contraditória por natureza, é a negociação, o diálogo e a própria interface social que irá permitir a acomodação dos objetivos, tanto do projeto de desenvolvimento quanto dos agricultores e técnicos.

6.3.1 O Caráter Difuso e Fragmentado das Formas Cotidianas de Resistência

Para análise das formas cotidianas de resistência dos agricultores, optou-se pela utilização do caso do bote,³ anteriormente referido, para compreensão da interface estabelecida pela ação do técnico e do agricultor em seu todo, objetivando uma ideia de continuidade.

Quando entrevistado, o pescador demonstrou descontentamento com a postura da Agência, de oferecimento do bote para pesca no mar, em uma região que não havia costume nessa atividade. Inclusive, o pescador destaca que o material para manutenção do bote era importado, demorava a chegar e que não tinha conhecimentos para seu manuseio. Nessa situação, verifica-se a passagem da transcrição pública - atitude de respeito e subserviência do pescador frente ao técnico - para uma atitude de confronto com o poder, revelando as tensões entre a transcrição oculta e a pública, pois o relato público do pescador expressou um sentimento de desagrado que antes era comentado somente entre eles. Assim, embora o discurso tenha sido individual, circunstancial, espontâneo, repercutiu no técnico, que verificou o quanto seu projeto estava distante das necessidades dos pescadores.

Nessa situação, podem-se observar quatro momentos. Primeiro, um discurso público em que o técnico apresenta seu projeto de utilização dos botes para a pesca, denotando uma face protetora e generosa. Os pescadores, por sua vez, orientam-se pela expectativa do técnico e afirmam o *status* de respeito, envolvem-se com o projeto e aceitam a utilização do bote.

Segundo, a transcrição oculta, forma contrastante de discurso político expressa-se em espaços seguros e “distantes dos olhares intimidantes do poder”, quando, por exemplo, o pescador verifica que o bote não é adequado, que não se sente em condições de utilizá-lo, que

³ A distinção entre transcrição pública e oculta permite diferenciar quatro discursos políticos que foram obtidos em Scott (1990), traduzidos por Menezes (2002, p. 35) e utilizados como pano de fundo para a análise do caso do bote referido.

a manutenção é de difícil acesso e que tem uma dívida em uma instituição financeira pela sua aquisição.

Terceiro, tem-se uma política de dissimulação e anonimato, um comportamento político que se situa entre o oculto e o público. Nessa situação, predominam as atitudes de deferência e lealdade baseadas na política de dissimulação e anonimato que acontece publicamente, mas que, por meio do duplo sentido, protege a identidade de seus atores, por exemplo, rumores, fofocas, códigos usados entre os agricultores para manifestar ocultamente sua insatisfação. O que pode ser verificado pela conversa entre os pescadores em relação ao problema, através da afirmação do pescador de que conhece “um caso mais grave ainda, do seu João⁴ no Jardim Atlântico, a situação dele está mais grave do que a minha”. E, finalmente, a ruptura da transcrição oculta, tornando-se pública, quando o pescador manifesta publicamente seu descontentamento. É um golpe rápido na repressão que, quando não respondido, conduz ao avanço das palavras e dos atos de ousadia.

De acordo com Menezes (2002),

[...] nas interações sociais mediadas, dificilmente "se fala a verdade". No entanto, elas são orientadas por regras sociais de etiqueta e boa educação, sendo na maior parte das vezes, representadas pela troca de amabilidades e sorrisos. Os indivíduos orientam seu comportamento pela posição de pessoa com quem estão se relacionando. (MENEZES, 2002, p. 36).

O fato de a autora desta tese, em um primeiro momento, ir acompanhada pelo técnico da EMATER/RS-ASCAR à casa do pescador, torna-se um empecilho para chegar-se ao interior das relações sociais, ou seja, a conversa é monitorada pelo técnico e as respostas do pescador são pensadas, pois uma manifestação pública de descontentamento pode levar à perda de recursos materiais e simbólicos. Para compreender-se essa relação, a solução, de acordo com Scott (1990), é a observação tanto em situações de transcrição pública (no palco), quanto oculta (fora do palco - *offstage*). Para isso, foi necessário conversar com o pescador separadamente e realizar a observação de suas ações, sendo possível, assim, obter informações em situações de transcrição pública e de transcrição oculta. Na frente do técnico ou no escritório da Agência, a postura do pescador é de respeito, admiração e até submissão. No entanto, essa submissão é estratégica, no sentido de buscar alcançar reivindicações e

⁴ O nome do pescador foi trocado para manter o anonimato.

demandas. E, a postura do pescador no seu estabelecimento e/ou sua casa muda, ele se sente mais à vontade e livre para expressar realmente o que ele pensa sobre a situação e até criticar a Agência.

Portanto, algumas formas sutis de manifestação dos agricultores e dos técnicos podem ser vislumbradas como estratégias de ação, em que o discurso proferido nem sempre se coaduna com a prática realizada.

Outra situação que colabora para a compreensão das formas cotidianas de resistência é a seguinte: para a reunião do Grupo Organizado do Lar (GOL), "As Mariazinhas de Alfama" pediram ao técnico uma palestra sobre Acidentes no Meio Rural. Durante a palestra, apresentada de forma bastante informal, interativa e participativa, o que chamava atenção era a forma com que as agricultoras questionavam e defendiam seu ponto de vista. Embora o técnico manifestasse esforço em demonstrar o perigo em não usar equipamentos de proteção no manuseio do motosserra, elas destacavam a forma que procediam. Uma agricultora disse que seu marido não usava o equipamento de proteção, assim como a maioria dos agricultores da região, e falou que seu marido afirmou: "o técnico não está lá no campo, não está no nosso lugar, então vou fazer como eu acho que tem que ser". O relato público da agricultora expressava um sentimento comum da comunidade, que se comentava entre eles mesmos. Por um lado, mediante seu discurso, a agricultora não pretendia falar só por ela, mas por toda a comunidade; por outro, a comunidade legitima seu discurso no momento em que não se manifesta em contrário.

Na situação acima descrita, a resistência dos agricultores está na dificuldade de legitimar o conhecimento técnico-científico. Os agricultores têm saberes que foram transmitidos por gerações e que são por eles defendidos, pois estão baseados na crença e no reconhecimento, fazendo parte de um repertório cultural. Embora, na situação de uso de equipamentos de proteção para utilização do motosserra, o conhecimento técnico-científico do técnico postar-se de forma a reduzir o perigo nas atividades rurais, os agricultores questionam, criticam a postura do técnico e agem de forma dissimulada.

As reuniões e encontros com os técnicos são, ao mesmo tempo, espaço para dialogar e expressar demandas. Essa relação não é indissociável das práticas materiais e, muitas vezes, as representações de respeito, reverência e admiração são estratégias para convencer os técnicos de reivindicações básicas. Assim, conforme Menezes (2002, p. 37), "[...] as expressões da fala e do corpo, como falar baixo, a cabeça curvada, o olhar para o chão e/ou olhar dissimulado, durante encontros [...]" entre técnicos e agricultoras(res) podem significar práticas de submissão, mas também podem ser entendidas como transcrição pública, em que

os agricultores buscam não apenas serem ouvidos, mas alcançar suas reivindicações. Essa prática, segundo Menezes (2002), diferencia-se de outras da transcrição oculta, como são as expressões linguísticas, por meio das quais as ações dos técnicos são criticadas, julgadas e rejeitadas, constituindo-se em práticas simbólicas de contestação e resistência, como fofocas e rumores que protegem a identidade dos agentes.

A transcrição oculta também se expressa em "espaços de liberdade" que estão distantes do controle e disciplinamento das estruturas (Agência). O GOL representa um espaço de liberdade das agricultoras, em que a comunicação é "fora do palco" (*offstage*); na segurança relativa do GOL, as agricultoras podem falar normalmente o que elas, muitas vezes, têm de sufocar na presença dos técnicos e maridos. Então, dentro do grupo, elas expressam-se livremente, são livres para falar o que quiserem, tanto dos técnicos, quanto da Agência e dos próprios maridos. O grupo representa uma rede de sociabilidade, cooperação, trabalho, troca, diversão e entretenimento, permitindo a formação de uma sólida rede social. Portanto, esses espaços de liberdade ou expressões linguísticas, entendidos como transcrições ocultas, abrem possibilidade de resistência.

6.4 EMPODERAMENTO E INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Conforme Long (2007a), não se pode perder de vista que o *empoderamento* não depende, no primeiro momento, das características das pessoas beneficiadas ou da intervenção de *experts* que objetivam desenvolver habilidades adequadas, mas sim, crucialmente, das redes e das capacidades estratégicas que inter-relacionam os projetos dos atores particulares com outros e da expansão do espaço de interface e de negociação (LONG; PLOEG, 1994; 1995).

O *empoderamento* do agricultor ocorre quando a interface social se estabelece, ou seja, em função de sua capacidade de agência, ele negocia o projeto da instituição com o técnico, nessa situação há conflitos de interesses, mas a negociação permite chegar a um meio termo, ou seja, o interesse do agricultor é respeitado, assim como o interesse do técnico. A interface estabelecida resulta em legitimação de novas ações, híbridas, em que surge algo novo, baseado na negociação e no resultado de uma apropriação ou pertencimento do agricultor em relação ao projeto.

O caso abaixo é bastante claro na confirmação das afirmações acima descritas:

[...] uma coisa fantástica que aconteceu comigo e com mais quatro ou cinco colegas, tem um produtor ali em Casca, que ele é um pequeno produtor, mas com a saída de pessoas de idade da volta ele foi arrendando e plantando milho, então ele chegou a plantar uma quantidade grande. São vários filhos na família, porque são dois irmãos, um é advogado, e outro é formado em administração e todos eles voltaram para a propriedade e estão trabalhando. Essa família estava quebrada, eles iam falir e então eles procuraram o escritório municipal da EMATER/RS-ASCAR de Serafina Correa e de Casca e estes colegas começaram a fazer um trabalho com eles. Ele era produtor de suínos, trezentas e tantas matrizes, aí ele precisou de uma ajuda e me chamaram lá. Nós fizemos exatamente uma discussão na família, eles escolheram um caminho, quatro anos depois, que foi o prazo que nós começamos esse projeto, eles deram a volta. E, assim, todo o investimento que eles fazem, eles param toda a atividade, reúnem toda a família e os empregados deles, vem o pessoal de Casca, vem o pessoal de Serafina e a gente discute o que fazer, quais são os próximos investimentos da propriedade e que rumo eles vão tomar. Cara, isso é um negócio fantástico, porque tu fazes parte da decisão da família e isso é uma coisa legal, a confiança que ele tem em nós, então eu fico contente, [...] isso aí é o que move, porque ele sabe que tu vais estar falando uma coisa para ele, para o bem dele. (ER, SR, 10).

No caso acima, verifica-se a capacidade de agência do agricultor e do técnico. Os técnicos foram chamados pela família para discutirem soluções. O técnico apresenta um projeto de substituição de uma matriz de suínos que é negociado para ser adotado, "Nós fizemos exatamente uma discussão na família, eles escolheram um caminho, [...]". Essa negociação é a manifestação da interface social. O extensionista adquiriu a confiança da família, baseada no seu conhecimento técnico que foi legitimado a partir dos frutos positivos da nova empreitada, e o agricultor foi respeitado mediante a negociação do projeto e a consideração de sua opinião. Os mundos de vida entrelaçaram-se, tanto técnico quanto agricultor trocaram experiências, saberes e conhecimentos, e a interface híbrida gerada produzirá novas ações e renovar-se-á em novos encontros de interface e de conhecimento.

A agência humana manifesta-se na inter-relação entre projetos, simbolizando a capacidade de organizar relações sociais de forma que um estado pré-existente de acontecimentos ou cursos de eventos é alterado, no caso acima representado pela negociação entre técnico e agricultor do projeto a ser desenvolvido. Mediante essas inter-relações, projetos particulares tornam-se efetivos, e múltiplas formas sociais são produzidas, apropriadas, reproduzidas e transformadas.

Portanto, o poder, na concepção da POA, advém do exercício da capacidade de agência, não vem de fora, como por exemplo, pela injeção de capital social, vem de dentro, da transformação do ator em agente. O *empoderamento* é estabelecido, quando a interface social se manifesta na relação técnico-agricultor mediante a negociação. A negociação, baseada na margem de manobra estabelecida pelo agricultor frente ao projeto da Agência (estrutura), levou à apropriação de tal proposta. O projeto negociado é aquele que incorpora os interesses

tanto do agricultor como do técnico. Dessa forma, o agricultor apresenta o sentimento de pertencimento, ou seja, seus interesses foram considerados, assim ele se sente parte do processo. Essa conquista representa o seu *empoderamento*.

Convém destacar que existem situações relacionadas à prática extensionista que não colaboram com a construção de dinâmicas de interface social e *empoderamento*. Essas situações podem ser vislumbradas a partir, por exemplo, do estabelecimento de uma meta por parte da Agência desvinculada da realidade do agricultor, por exemplo: implantação de uma unidade de referência, aplicação de um dia de campo, desenvolvimento de um projeto PRONAF, desenvolvimento de um plano de irrigação, entre outros. Nesses casos, ocorreria um descompasso entre o que é oferecido pela Agência do que é necessidade para o agricultor, ou seja, não há uma discussão em torno dos interesses do agricultor e há uma proposição por parte do técnico baseada nos interesses da Agência. Dessa forma, a interface social não se estabelece e, conseqüentemente, não há *empoderamento*.

Portanto, o manejo das situações de interface social depende muito da postura e da ação dos extensionistas. Para compreensão dessa dinâmica, torna-se interessante entender como se forma o perfil extensionista, como é o cotidiano dos técnicos, como o extensionista é visto pelo público-meta, como ele se vê e quais os desafios inerentes ao seu papel de agente de desenvolvimento rural.

6.5 PERFIL DO EXTENSIONISTA

A postura disciplinada faz parte do perfil da maioria dos extensionistas da EMATER/RS-ASCAR. A existência de um viés hierárquico na Agência contribui para uma atitude por vezes militarizada da ação extensionista. Assim, pode-se inferir um perfil "*hardware*" ao extensionista. Mas no que consiste esse perfil?

6.5.1 A Confusão entre "Vestir a Camiseta" e Colocar a Armadura

Para compreender o perfil *hardware* do extensionista, é necessário voltar um pouco no tempo e analisar os documentos que faziam parte dos cursos de treinamento e de pré-serviço

da extensão rural do Rio Grande do Sul (CENTRO DE TECNOLOGIAS DA REGIÃO SUL, 1963; ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, [1975]. No primeiro documento, na unidade 3, que tratava das características de um extensionista, o que chama atenção, já na parte introdutória do texto, é a afirmação,

[...] o Extensionista e o homem rural se encontram em planos completamente diferentes, de culturas, e de modo de encarar os problemas e necessidades. Enquanto o primeiro deve estar capacitado a perceber rapidamente os problemas e necessidades da área em que vai trabalhar, o *segundo não percebe os problemas e não sente as necessidades*. (CENTRO DE TECNOLOGIAS DA REGIÃO SUL, 1963, p. 1, grifo nosso).

Além dessa afirmação, o documento determina as características humanas e profissionais que devem ser inerentes ao Extensionista, a saber: (a) integridade e confiança na sua capacidade; (b) habilidade em ensinar e em despertar a confiança de seus semelhantes e no seu trabalho; (c) visão; (d) entusiasmo para com o trabalho a que se dedica; (e) pensamento claro e sistemático; (f) capacidade de falar e escrever concisa e efetivamente; (g) iniciativa; (h) capacidade de julgar imparcialmente; (i) fé naquilo que se propõe a fazer; (j) coragem para executar; (k) perseverança; (l) tolerância; (m) vontade de aprender, pois para ser um bom extensionista necessita de experiência como administrador de propriedade, experiência em ensinar e em trabalhar com o público.

Ainda, são destacadas como qualidades necessárias: ser profissionalmente competente; dominar um bom campo de cultura técnica; ser capaz de identificar-se com a população do meio rural, “descer a seu nível sem ser por ele absorvido, mas antes procurando elevá-lo”; ter habilidade no planejar e organizar; saber dominar as mais variadas situações que se apresentam; ser amigável, altruísta, íntegro e ter tato no tratamento com pessoas.

Infere-se que o extensionista era moldado no curso de pré-serviço como aquele que sabe e é capacitado, e o agricultor era visto como incapaz, não tendo condições nem de perceber os problemas e nem de sentir as necessidades. O agricultor era percebido como inferior ao extensionista. E mais, cabia a este ter o cuidado de não se deixar tomar pelo meio, como se o agricultor fosse uma má influência. Assim, o técnico deveria ter a capacidade de "descer a seu nível [do agricultor] sem ser por ele absorvido, mas antes procurando elevá-lo" (CENTRO DE TECNOLOGIAS DA REGIÃO SUL, 1963, p. 1).

Igualmente, destaca-se a ideia de superioridade do técnico, situação que justifica a repetida afirmação e visão do extensionista em relação à extensão rural como uma missão.

[...] o grande problema da extensão rural, que todo mundo que analisa crítica, é que nós nos colocamos sempre como tendo um conhecimento superior ao conhecimento do agricultor e isso gerou na prática, uma relação vertical, do agricultor que não sabe e do técnico que sabe. Uma coisa que todo mundo fala e Paulo Freire já falava nos anos 60, e que a gente não consegue mudar, que é muito difícil de mudar. Isso é processo que se reproduz na sociedade, na escola agrotécnica, na universidade, essa prática se reproduz, essa ideia do conhecimento técnico-científico ser superior, que resolve tudo, que tenha solução para todas as coisas está impregnada, na formação, na educação convencional, na educação formal, em todos os níveis. E isso se repassa para o extensionista que está sendo formado ele reproduz para o agricultor. Eu diria que esse é um dos grandes problemas é relação não dialógica, uma relação não democrática, do ponto de vista do conhecimento com os agricultores. (GF, 21, grifo nosso).

Outra questão relacionada à conduta de superioridade do extensionista frente ao agricultor pode ser observada na prática, a partir do seguinte depoimento,

No início a extensão teve uma influência bem mais forte que agora. [...] eu era o agrônomo do município, *eu era autoridade*. [...] *receber o técnico da EMATER/RS-ASCAR em casa, era o supra sumo*, era uma deferência ao agricultor. (EC, ATE, 2, grifo nosso).

A citação acima demonstra o orgulho do extensionista de ser considerado uma autoridade. No entanto, denota a distância, a assimetria, a desigualdade entre o técnico e o agricultor. No momento em que o técnico se sente uma autoridade, ele age como se esta estivesse acima dos demais, como se soubesse mais que os outros.

Nesse contexto, percebe-se mais claramente o porquê do perfil *hardware* do extensionista. Esse perfil foi talhado, treinado, inculcado. Essas afirmações que são interiorizadas pelos extensionistas, elas são tomadas como ordens e reconhecendo que esse agente é disciplinado, responsável, "veste a camiseta" da instituição, ele vai para o campo com a missão de transferir a tecnologia por meio da comunicação de alguma maneira. A extensão rural objetivada para a difusão/adoção de inovações embasa a formação de seus técnicos com enfoques de comunicação persuasiva e até mesmo autoritária. O caráter de convencimento utilizado no período inicial ficou impregnado e é perpetuado na atitude de muitos extensionistas nos dias atuais.

O perfil autoritário e a disciplina, características marcantes de muitos extensionistas, definem, então, o perfil *hardware*. A palavra "*hardware*" é utilizada para designar uma espécie de cápsula, de armadura que reveste a ação extensionista, caracterizando-a como disciplinada, hierarquizada, missionária, resistente a mudanças. Essa dificuldade de mudança e a reiteração de determinadas práticas, dificultam a incorporação de outras e, ainda, provocam o processo de resistência que pode ser verificado nos seguintes depoimentos:

Nós temos um quadro de colegas bastante conservadores. Os nossos extensionistas têm uma certa *resistência em mudar a forma* como eles estão trabalhando, o modelo que eles estão trabalhando, isso tem que ter uma metodologia, um estímulo [...] *Tem resistência, isso não dá para negar.* (EM, TM, 18, grifo nosso).

Eu tenho visto sim, *isso acontece comigo*, eu tenho algumas especialidades, quando eu vou num grupo de produtores e ele me questiona sobre uma especialidade que não é a minha, eu *sou refratário aquilo*, porque aquilo que tu não conhece tu não gosta de fazer.[...] *sempre vai ter alguma resistência de coisas novas*, isso é humano, tanto do produtor como do extensionista. (ER, SR, 10, grifo nosso).

[...] por concepção ideológica mesmo, [...] especialmente dos agrônomos. Então, *qualquer coisa nova, como estes espaços de construção coletiva são um pouco rechaçados*, são deixados mais como experimentos, mas muito difícil de incorporar ele na casa. (ER, SR, 9, grifo nosso).

Alguns chegam a manifestar a necessidade de oxigenação do quadro funcional para a efetivação de mudanças, devido à dificuldade de alteração:

[...] se não tiver oxigenação dentro da casa ela vai ficando defasada. Hoje essa falta de contratação na EMATER/RS-ASCAR está pesando, porque o sangue novo traz a percepção nova, a ideia nova e a vontade, menos medo. O jovem é mais audacioso, ele arrisca mais. Eu acho que é isso que nós precisamos, a EMATER/RS-ASCAR precisa de renovação, oxigenação. (ER, SR, 8).

A resistência a mudanças é vista pelos técnicos como inerente ao ser humano, pelo medo do novo, pelo apego ao velho, pela certeza dos passos a serem seguidos, além disso, pela própria acomodação, porque a mudança exigiria tempo, recursos, aprendizagem, disposição. Essa situação de resistência está relacionada à dificuldade de deixar a velha extensão, a qual já se conhece há bastante tempo e sabe-se como agir, pela redefinição de uma

nova forma de atuação, com métodos e objetivos novos. O quadro técnico assumiu uma identidade com a extensão rural clássica, e tem dificuldades de abandoná-la para adotar uma nova proposta.

Contudo, o perfil *hardware* não serve para caracterizar todos os extensionistas, não representando a totalidade da Agência, existindo, portanto, número significativo de profissionais com flexibilidade e capacidade de mudança, principalmente, considerando a existência de um caleidoscópio de ações na extensão rural que, por vezes, interfere ou impede a manifestação de uma identidade na EMATER/RS-ASCAR. Assim, existem várias "Emater's" dentro da EMATER/RS-ASCAR, com práticas, métodos, ações e atitudes diferenciados que podem ser verificadas nos depoimentos abaixo,

No geral nós temos um conjunto de colegas que tem estas características de aceitar e implementar formas democráticas de atuação e que aceitam essa metodologia (participativa) [...] Eu vejo que a grande maioria dos colegas tem essa característica, até em função dos anos em que isso foi reforçado, através das capacitações. (ER, ATR, 11 grifo nosso).

Assim como a gente não pode olhar o rural como um só, a gente não pode olhar a extensão como uma só. (EC, P, 4).

Tem de tudo. Tem desde o extensionista tradicional que por mais que passe por capacitações, realmente tem uma dificuldade de diálogo muito grande e tem um *perfil bastante autoritário*. [...] Tem pessoas que realmente tem trabalhos maravilhosos, inclusive através da sistematização de experiências [...]. (EC, P, 7, grifo nosso).

[...] segundo o pessoal de fora, que analisa a nossa empresa, nós *somos muito disciplinados* e a empresa tem um viés muito hierárquico. [...]. (EM, TS, 16, grifo nosso).

Portanto, o perfil do extensionista pode ser mais bem compreendido à luz da noção de *habitus* híbrido,⁵ "[...] construído não apenas como expressão de um sentido prático incorporado e posto em prática de maneira espontânea, mas uma memória em ação e construção" (SETTON, 2002, p. 66).

⁵ Levando em conta elementos de aproximação que permitem um diálogo entre Bourdieu e Giddens concernente a determinadas categorias teóricas, apresenta-se uma categoria híbrida que mescla o conceito de *habitus* em Bourdieu e a reflexividade na modernidade de Giddens.

O processo de socialização contemporâneo configura distintas instâncias produtoras de valores culturais e de referências identitárias.⁶ A família, a mídia, a escola são instâncias que formam um espaço plural de múltiplas relações sociais. Essa nova configuração seria responsável pela construção de um novo agente social condicionado por um *habitus* híbrido. Esse conceito rompe com a compreensão dos sujeitos como reprodutores passivos frente às coerções estruturais. O sujeito é um agente condicionado, porém não determinado. Há uma linha tênue entre o condicionado e o determinado, sendo justamente essa diferença que alimenta o conceito de *habitus* híbrido.

O *habitus* pode ser entendido como um sistema de disposição que permite certa reflexão e certa consciência das práticas, quando as condições históricas permitirem. “As ações práticas transcendem ao presente imediato, referem-se à mobilização prática de um passado (trajetória) e de um futuro inscrito no presente como estado de potencialidade objetiva” (SETTON, 2002, p. 65). A ordem social constitui-se por intermédio de estratégias e práticas nas quais e pelas quais os agentes reagem, adaptam-se e contribuem no fazer da história. Portanto, o conceito de *habitus* não expressa uma ordem social funcionando pela lógica pura da reprodução e da conservação. Na falta de um sistema único de valores que orientem a ação, o indivíduo vê-se impelido a traçar suas próprias diretrizes de maneira cada vez mais consciente e reflexiva.

Assim, o *habitus* é visto como um sistema flexível de disposição, como trajetória, mediação entre passado e presente, história sendo feita. A reflexividade moderna consiste no fato de que as práticas sociais são frequentemente examinadas à luz de informações renovadas sobre essas práticas, podendo alterar sempre seu caráter e sentido.

É possível pensar o indivíduo portador de uma experiência que o predispõe a construir sua própria identidade, a fazer suas próprias escolhas sem obedecer cega e unicamente a uma memória incorporada e inconsciente. Ou seja, trata-se de uma experiência incorporada, mas também em construção contínua na forma de um *habitus* que habilita o indivíduo a construir-se processual e relacionalmente com base em lógicas práticas de ação ora conscientes, ora inconscientes. (SETTON, 2002, p. 68).

O extensionista apresenta um *habitus* que é formado pela sua trajetória, pela própria formação acadêmica e capacitação profissional, pela modelagem realizada pela instituição

⁶Dentre as instâncias de socialização, destacam-se: a família, a escola, o trabalho, os grupos de amigos, a cultura de massa, a mídia.

quando dos cursos de treinamento, e também pela sua bagagem pessoal. Embora o *habitus* seja visto como um sistema engendrado no passado e que condiciona e orienta as ações no presente, destaca-se que é um sistema em constante transformação e reformulação. Esse *habitus* é definido como híbrido porque não é sinônimo de "memória sedimentada ou imutável", mas um sistema de disposição construído continuamente, aberto e apto a novas experiências. Assim, o extensionista apresenta capacidade de mudança, mas essa mudança é limitada pelo próprio *habitus* que acaba por orientar padrões de atuação, ou seja, a trajetória, a formação, as experiências pessoais influenciam a ação extensionista, por vezes, limitando as modificações, traduzidas em resistência. Então, o perfil do extensionista é definido pelo seu *habitus* híbrido, que pode ser mais aberto ou mais fechado às mudanças, conforme as características do próprio *habitus*.

6.5.2 O Ponto de Vista do Agricultor sobre o Dia a Dia do Técnico: Como o Extensionista é Visto

Os agentes de desenvolvimento vinculados à EMATER/RS-ASCAR são vistos pelo público-meta como esclarecedores, transmissores de tecnologia, orientadores, facilitadores. De modo geral pode-se afirmar que os agricultores veem os técnicos como alguém que está disposto a ajudar, conforme depoimentos:

[...] *a ajuda que eles nos dão é uma maravilha* [...] Ele *sabe explicar bem as coisas*. Eles conversam com a gente sempre procurando ajudar. (PA, 38, grifo nosso).

[...] sempre procurávamos a EMATER/RS-ASCAR pra dar uma força pra gente, dando *uma explicação do que era preciso* e o que não era preciso, uma análise de terra, a pulverização dos arvoredos [...] *Sempre dão uma explicação para aquilo que a gente precisa* [...] qualquer coisa que nós precisamos, falamos com eles e eles dão o atendimento necessário. (AC, 35, grifo nosso).

É *um órgão que está sempre avisando a gente*, sobre a pesca, sobre financiamentos, sobre financiamento, tudo que intervém na pesca, financiamento, rural como esse do Banco do Brasil, o PRONAF, então a gente está sempre ativo, quando chamam a gente para fazer reuniões, e qualquer dúvida nós vamos até o escritório deles. (PA, 39, grifo nosso).

[...] qualquer coisa eu vou até a EMATER/RS-ASCAR, mas pra nós eles estão sempre disponíveis. (A, OR, 32).

[...] me *traz aquelas inovações*, eles estão ligados à questão de pesquisas, no que está sendo realizado, com essa ou com aquela cultura, com essa ou com aquela criação [...]. (AF, 40, grifo nosso).

De acordo com os depoimentos acima, verifica-se o apreço que os agricultores têm pelos técnicos. Eles confirmam uma relação de respeito, de valorização e de facilitação, a partir de informações e inovações. Os agricultores reconhecem as dificuldades dos técnicos em atender um município inteiro e a situação atual de permanecerem no escritório elaborando projetos para obtenção de recursos:

[...] para não sei quantas famílias de agricultores num município enorme, vamos ter um técnico só, muitas vezes com limite de combustível para gastar, não podem sair, ficam fazendo a parte burocrática, fazendo projetinhos para buscar dinheiro [...] deveria ter mais núcleos por comunidade que pudesse abranger no mínimo umas dez ou 15 pessoas por visita, isso é assistência técnica e não assistencialismo. [...] hoje estão atrás da mesa, são técnicos de escritório. Eles saem muito pouco a campo, eles deveriam estar no mínimo um técnico, 50% deveria estar no campo, na maioria das vezes nem sabem mais o que acontece na região (A, OR, 33).

Também se destaca a observação dos agricultores quanto a maior abertura a novas metodologias e técnicas por parte dos técnicos, demonstrando certa alteração no perfil dos extensionistas ao longo do tempo, incluindo situações de discussão e sugestão, conforme depoimento abaixo:

Eu me lembro quando eu era “piá” há mais de 30 anos atrás, o técnico ele era aquele “sabe tudo”, ele vinha com o pacote pronto e hoje eles estão muito mais abertos para discutir, para sugerir e para ouvir, eles são muito abertos do que naquela época, pelo menos essa geração mais nova de técnicos que tem aqui. (A, OR, 33).

Embora o número de técnicos e a frequência das visitas tenham reduzido, ainda há satisfação quanto ao trabalho realizado pelos técnicos da Agência, relacionados ao atendimento de demandas específicas, atenção ao agricultor, realização de planejamentos e

projetos de crédito (financiamento), conforme as entrevistas dos agricultores abaixo destacadas:

Sempre que a gente precisa eles vem até nós, mas a gente os procura bastante também. Só eu acho que eles têm pouco pessoal para atender todo mundo. O que eles têm de precário, se nós tivéssemos alguma coisa para reclamar, é que eles têm muito pouca gente para trabalhar. Ele (o técnico) não consegue atender todo mundo, então fica alguma coisa a desejar, mas por eles não tem pessoal, eles são muito atenciosos, mas às vezes alguém fica para trás porque não dá para pegar todo o mundo. (AC, 36).

Qual a frequência das visitas do técnico, eles vem ou vocês pedem?

Hoje não tem mais tanto. Mas quando a gente pede, quando precisa, eles fazem o financiamento [...] os contratos pela EMATER/RS-ASCAR. Foi muito bom esse ano, eles forneceram tudo que a gente pediu. Nós já fizemos o planejamento para o ano que vem, no último ano foi avaliado e faltou uma coisa só, porque o resto tudo eles providenciaram. Foram boas as palestras que eles trouxeram. Os homens participam muito pouco, às vezes, tem uma reunião aberta com todo o mundo, mas a mãe (esposa) vai, aí tá bom. (AC, 34).

Além dessas situações, os agricultores salientaram a introdução de técnicas mais sustentáveis na produção e a ampliação do espaço para participação, por parte de alguns técnicos e em algumas regiões, o que pode ser verificado na entrevista do agricultor logo abaixo:

O que ela desenvolve é basicamente é o trabalho dos jovens e essa questão de algumas inovações, agora nessa safra a gente está fazendo um pequeno projeto experimental agora também, com a questão de controle biológico. Através da EMATER/RS-ASCAR se teve esse trabalho, se não fosse a EMATER/RS-ASCAR, com certeza não estaria fazendo isso, a gente vai ver qual o resultado que dá, se o resultado foi positivo com certeza financeiramente, é mais negócio para mim e meio ambiente é mais negócio [...].

O agricultor, quando perguntado sobre a abordagem do técnico, respondeu:

Esta parte tá bastante contemplada, [...] com a questão de engenharia ambiental e de lidas com a agricultura mesmo, e no trabalho de organização também dos agricultores, eles também procuram ajudar um pouquinho, mas essa parte de tu ter espaço para manifestar a tua ideia ou apresentar a alguma proposta, esse espaço é sempre garantido. (AF, 40).

Os agricultores que destacaram as situações acima são os mesmos que, em outros momentos, não estabeleceram encontros de interface, representando distanciamento entre seus interesses e os dos técnicos. Portanto, independentemente de alcançar-se uma dinâmica de interface social ou de ter-se, por parte do agricultor, desapontamento ou descontentamento com a Agência, isso não impede o reconhecimento do trabalho dos técnicos. No entanto, convém destacar que, embora exista um reconhecimento desse trabalho pelos agricultores, essa situação não descarta a insatisfação quanto à frequência da assistência técnica e quanto ao número de técnicos disponíveis, denotando que o agricultor faz uma separação entre aquilo que se refere à Agência e aquilo que se refere ao técnico.

6.5.3 A Opinião dos Técnicos sobre seu Dia a Dia: Como o Extensionista se Vê

O extensionista vê-se caracterizado pela ideia de um monge, um pregador, alguém destinado a uma missão, um transformador, que transfere tecnologias, leva inovações e oportunidades ao campo, interfere e envolve-se com as comunidades. Os recursos da intervenção baseiam-se na educação, a qual os mediadores advogam como missão, assumindo uma posição de mensageiros, transferidores de ensinamentos e técnicas. Tal constatação pode ser observada nos seguintes depoimentos:

[...] Esse fator é fundamental, a importância deste trabalho está presente, ela se reveste desta *aura meio de monge, meio de pregador*, mas aí que ela se externa, vamos dizer, quando família evoluiu, não apenas cresceu, não só do ponto de vista econômico, se desenvolveu, holístico [...]. (EM, TS, 16, grifo nosso).

É uma *coisa meio missionária*. Tem que te envolver com comunidades, tem que se doar, contribuir, trabalhar às 8 horas por dia no escritório, tu acaba te envolvendo com os problemas das famílias das comunidades, das organizações, todos os conflitos das políticas de cada governo... *Ser extensionista é ser um pouco político, um pouco de fé*, são muitas intercorrências que tu acabas te envolvendo. É difícil saíres do escritório e ir para casa sem levar um problema. (EM, TM, 18, grifo nosso).

[...] a EMATER/RS-ASCAR no RS se fortaleceu tanto porque ela tem uma característica, de quando as coisas começam a ficar ruins e vai complicando, o empregado da EMATER/RS-ASCAR trabalha mais. Isso que a gente brinca que *isso não é uma profissão, mas um sacerdócio, o cara cria isso como um vício e não consegue largar* [...]. (ER, SR, 8, grifo nosso).

Eu acho que o extensionista é aquela pessoa que tem o contato direto com a comunidade, que *leva inovações para a comunidade*, que principalmente tem que tentar identificar os problemas da comunidade e *levar práticas tecnológicas de extensão rural* em função do que as famílias rurais precisam. Isso é ser extensionista. (ER, ATR, 13, grifo nosso).

Além disso, os extensionistas veem o seu trabalho como de articulação, de aconselhamento, de assessoramento, de parceria, de educação, de colaboração, de catalisador de processos, de construção do planejamento territorial das comunidades e de gestão de projetos de desenvolvimento rural. A extensão rural teria um potencial para estimular processos endógenos, usando ferramentas e referenciais metodológicos adequados.

Os técnicos compartilham suas concepções cotidianas ou modelos de ação e trocam experiências. As dinâmicas de interface social não se estabelecem apenas entre técnicos e agricultores, mas são estabelecidas entre os próprios técnicos e entre os técnicos e a Agência. Os modelos de ação adquirem força e são legitimados por meio da interação social e da confrontação de pontos de vista. Os extensionistas também se expressam por meio de "espaços de liberdade", constituídos no interior dos escritórios regionais ou municipais ou a campo com os agricultores, espaços distantes do controle e disciplinamento da Agência, manifestando-se livremente, por vezes, criticando superiores e a própria Agência. Além disso, essas manifestações estão, muitas vezes, relacionadas com a desarticulação de algum programa, a prioridade a uma determinada meta ou público, a descontinuidade de uma ação. Enfim, margens de manobra desenvolvidas estrategicamente que caracterizam a ação extensionista.

No entanto, a ideia de porta-voz permeia as atividades de extensão rural e, muitas vezes, os técnicos acreditam que os agricultores aceitam passivamente, ou seja, acatam suas propostas, não visualizando a margem de manobra e a capacidade de agência do agricultor, que pode estar manifestada na situação de submissão estratégica. Um exemplo ilustrativo dessa afirmação pode ser verificado a partir dessa manifestação:

Eu entendo que o papel de um extensionista é um papel como o de qualquer outro trabalhador, primeiro sendo cidadão e depois sendo responsável, profissional, pois nós temos uma responsabilidade muito grande, *o que a gente fala para as pessoas, como elas acreditam muito, por ter essa credibilidade, elas acabam acatando e fazendo [...] então, de certa forma, a gente interfere fortemente*, claro que depende muito, eu procuro não interferir de uma forma muito agressiva, nós temos que saber como fazer essa interferência, embora às vezes as pessoas fiquem meio em dúvida em certas épocas, surgem certos obstáculos na nossa atividade, *mas eu acho que a gente interfere de forma decisiva nas famílias do meio rural, para o bem ou para o mal [...]*. (EM, TS, 16, grifo nosso).

No depoimento acima descrito, não se pode perder de vista a influência do discurso do técnico, de sua legitimidade, de sua capacidade de envolver os agricultores em seus projetos e de definir recursos e público para projetos. Nem o poder do técnico, nem o poder do agricultor são sempre dominantes. O que se salienta é a possibilidade de, mesmo em situações precárias, os agricultores apresentarem capacidade de resposta e de negociação, mesmo que para isso criem uma autoimagem inferiorizada e posições de silêncio, não participação e subordinação.

6.5.3.1 Um exemplo de Dia a Dia do Técnico⁷

O técnico chega ao escritório e logo começa a fazer as ligações telefônicas para os parceiros: prefeitura, sindicato, cooperativas e Agência (Escritório Central – EMATER/RS-ASCAR), para resolver assuntos pendentes do dia anterior. O dia está com a agenda lotada, considerando que o técnico tem de visitar propriedades para conferir informações a serem prestadas ao Banco do Brasil, com o intuito de os agricultores acessarem o seguro agrícola (PROAGRO). Os extensionistas da EMATER/RS-ASCAR fazem a perícia das propriedades para liberação do seguro aos agricultores.

Quando pensa em sair a campo, toca o telefone, é o Secretário de Desenvolvimento Rural, solicitando confirmação em uma palestra. O técnico prepara-se novamente para sair, nessa ocasião é surpreendido por dois agricultores que chegam à EMATER/RS-ASCAR pedindo informações sobre um cultivo. Para atendê-los o técnico tem um cerimonial a seguir, ou seja, não é possível apenas dar as orientações e retirar-se. Ele recebe os agricultores, faz

⁷ Esta seção tem por base as anotações em caderno de campo, resultantes da observação do trabalho realizado por um extensionista da Agência lotado na região central e outro, na região metropolitana.

um chimarrão, conversa informalmente com eles, pergunta do estabelecimento rural e dos filhos e, aí sim, começa a orientação técnica. Depois de se despedir o técnico verifica que está no horário do almoço.

À tarde, logo que chega, resolve questões administrativas com a secretária e rapidamente desloca-se para o interior do município para realizar a perícia das propriedades dos agricultores que comunicaram a ocorrência de perda. Passa a tarde inteira e consegue apenas visitar duas propriedades, pois o ritual de aproximação com os agricultores é repetido, e o seguro exige uma medição com GPS da parte financiada da propriedade e a observação dos cultivos que demoram a serem realizados. Voltando ao escritório, o técnico faz o relatório da perícia realizada. Nesse momento chega outro agricultor à EMATER/RS-ASCAR para saber informações sobre o acesso ao seguro agrícola. O técnico explica detalhadamente a situação para o agricultor, mostrando as medidas que o agricultor deverá tomar para o acesso ao seguro. Já no fim da tarde, o técnico troca informações com os colegas e está na hora de ir para casa. Amanhã tudo recomeça.

Essa breve descrição de um dia de trabalho do técnico serve para demonstrar a dificuldade de desenvolvimento de trabalhos participativos, quando se tem um corpo técnico reduzido para atender um município, e ainda há situações de perícia de propriedade para acesso ao seguro agrícola, como por exemplo, o PROAGRO, em função de um resultado negativo em termos climáticos (seca). O técnico está atrelado a uma rotina de trabalho que impede iniciativas ou alternativas diferentes daquelas a que está acostumado. Os compromissos externos (metas) moldam os resultados das atividades desenvolvidas.

Outro fato que chama atenção é o ritual de atendimento ao agricultor. Não é possível abordá-lo de pronto, já propondo alternativas. Conforme palavras do técnico: "[...] mas em geral o nosso pessoal já sabe que não dá para chegar de "sola", as pessoas não são tão passivas, como uma vez eram [...]" (EM, SR, 20). Há uma aproximação para ganhar a confiança do agricultor. O agricultor sente-se desrespeitado, quando não há esse ritual que faz parte do ofício. "A visita ao produtor é a melhor coisa que tem, é um ritual, começa a tomar chimarrão, falar do clima, até que começa a entrar no assunto. Tudo é uma cerimônia" (EC, ATC, 2).

No outro dia, o técnico chega ao escritório, conversa com a secretária, faz alguns encaminhamentos, como telefonemas e *e-mails*. Prepara-se para ir à reunião das líderes dos GOLs do município que ocorre em sala do Sindicato dos Trabalhadores, pois, no escritório da EMATER/RS-ASCAR, não há espaço para reuniões. A reunião mobiliza 16 líderes de grupos com suas demandas e reivindicações, além disso, tratam da participação em uma feira municipal, da programação do Dia do Amigo e dos chás que os grupos organizam em suas

comunidades. Após a reunião, acompanha uma líder ao supermercado para compra de mantimentos para doação a uma entidade do município, com a renda gerada pelo chá beneficente realizado pelo GOL.

À tarde, em primeiro lugar, o técnico vai ao Centro de Treinamento da EMATER/RS-ASCAR buscar o *notebook* e *datashow* para a palestra a ser realizada em um dos GOLs. Além desse material, leva cartazes, quadros, folhetos explicativos, *folders* relacionados com o tema a ser tratado na palestra. Na volta da palestra, retorna ao Centro de Treinamento para entregar o material e, no final do expediente, organiza material para Projetos PRONAF que teriam prazo até o outro dia para serem apresentados à instituição financeira. O extensionista tem o papel de orientar, discutir e planejar com os agricultores familiares a construção do projeto e da forma de aplicação do recurso. A EMATER/RS-ASCAR é responsável pela emissão informatizada da Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP).

O técnico apresenta pontos de contato com os agricultores e suas demandas, e com a Agência e suas metas. Ele tem um compromisso com esses dois mundos sociais, por vezes contrapostos e contraditórios, traduzidos em uma arena de negociação, manobra e lutas por significados. Esse agente gera uma série de conhecimentos e experiências que originam estratégias próprias de intervenção que são influenciadas pelas possibilidades de manobra e pelos discursos provenientes dessas arenas.

Às vezes, o técnico não interpreta os códigos locais, pois os modelos de intervenção desenvolvidos pela Agência não captam aspectos do cotidiano dos agricultores e dão ao técnico um marco de referência que ignora de modo sistemático a situação real das comunidades e a necessidade de entender os problemas dos agricultores. Ingressar no mundo sociovital dos agricultores implica tempo, compreensão de que a introdução de uma nova técnica ou proposta de trabalho adquire novos significados e usos diferentes dos pretendidos pelos próprios mediadores.

Dessa forma, verifica-se que o dia a dia do técnico é permeado por ações e atividades que, muitas vezes, estão isoladas de um plano estratégico para ação, restringindo-se a responder as demandas que surgem no cotidiano dos agricultores ou simplesmente cumprindo metas da Agência. A vida cotidiana, tanto do técnico quanto dos agricultores, está dominada por um motivo pragmático, orientada para resolver problemas práticos.

O cotidiano dos extensionistas, como ficou demonstrado no dia a dia do técnico, em função das atribuições diárias, muitas vezes, ingressa em uma rotina que não permite o entrelaçamento dos distintos mundos de vida, do técnico e do agricultor. Dessa forma, eles

entram em contato, mas nem sempre se estabelece uma interface social por falta de tempo ou por falta de interesse ou pela introspecção em uma determinada forma de agir.

O técnico que exerce capacidade de agência envolve o público-meta em seu projeto, abre espaço para negociação, medeia seus interesses com os interesses da Agência e dos agricultores, construindo conhecimento baseado no híbrido estabelecido pelas dinâmicas de interface social. No dia a dia do técnico, acima destacado, a ação que mais se aproxima de uma interface social é a reunião com o GOL, pois as agricultoras mobilizam redes de relacionamento e de conhecimento a partir do grupo e negociam demandas junto aos técnicos. No entanto, essa postura de um técnico mediador não representa toda a Agência, e coloca-se como um desafio ao profissional de ATER.

6.5.4 Desafios do Novo Profissional de ATER e o Perfil do Extensionista Segundo a PNATER

Novas atribuições são exigidas do profissional de ATER em função das demandas atuais do meio rural, da amplitude do desenvolvimento rural e da implantação da PNATER.

De acordo Engel (1998) com base na Conferência Eletrônica – “Experiencias de Servicios Privatizados y Descentralizados de Asesoría a la Agricultura Campesina en América Latina y el Caribe”- FUNDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRÍCOLA, houve uma ampliação dos domínios da atividade dos serviços de ATER, podendo-se destacar quatro novos eixos: (1) acesso a serviços para a produção, desenvolvimento de capacidades de gestão e administração, articulação com mercados de insumos, construção de vínculos com agroindústrias e mercados dinâmicos, articulação com mercados de financiamento; (2) sustentabilidade ambiental, conservação de recursos e ecossistemas, controle do efeito das atividades agropecuárias sobre a saúde das populações rurais; (3) reconstrução das organizações rurais, desenvolvendo novas formas de organização e de associação de agricultores (por exemplo, esquemas agricultor-agricultor); (4) implementação de novas atividades rurais como fonte de emprego e renda nas comunidades, tais como ecoturismo ou manejo e conservação de ecossistemas especiais ou protegidos.

Essa ampliação dos domínios de ação não corresponde ao perfil tradicional do extensionista, pois este não contempla as novas exigências acima destacadas. Além disso, Engel (1998) destaca que os métodos de ensino e aprendizagem estão obsoletos, pois as

universidades e as escolas técnicas necessitam de reforma curricular, buscando formar seus profissionais, muito mais mediadores, facilitadores, gestores do que apenas técnicos, devendo ser capazes de identificar as necessidades e demandas de cada público específico, lidando com a negociação e o conflito inerente aos processos de intervenção. Assim, equipes formadas predominantemente por profissionais das ciências agrárias, não corresponderiam aos desafios impostos por um paradigma de desenvolvimento rural. A multidisciplinaridade permitiria o apoio de especialistas, reforçando as capacidades instaladas localmente e em temas específicos, contribuindo para o desenho de estratégias de longo prazo.

De acordo com Caporal (2009, p. 20-21), o profissional da extensão deveria apresentar alguns elementos básicos que conformam o perfil desejado para o extensionista, tais como:

- a) “ter visão holística e sistêmica” - visão sistêmica e voltada à sustentabilidade, enxergar o contexto, entender para onde se está caminhando, identificar e trabalhar com as oportunidades e recursos disponíveis, integrar sociedade e ambiente em suas ações, compreender sua posição em interface de outras pessoas, responsabilizar-se e compartilhar aprendizagem com o conjunto das pessoas envolvidas, integrar na análise as diferenças ideológicas, políticas, sociais e culturais etc.;
- b) “ser articulador e conciliador” - envolver e articular pessoas em torno de uma ideia (interna ou externamente), identificar potenciais e utilizar de forma positiva, administrar conflitos e interesse diversos, encaminhar e respeitar prioridades, negociar e comunicar, transmitir segurança e firmeza, colocar-se no lugar do outro (empatia), saber ouvir;
- c) “capacidade de liderança” - demonstrar conhecimento em suas áreas de formação profissional, ter capacidade de relacionamentos intra e interpessoal, estimular a motivação, envolver, influenciar a equipe, ter conhecimento técnico, ter capacidade e interlocução, possuir iniciativa para encaminhar resolução de conflitos;
- d) “demonstrar e praticar posturas participativas” - ter disposição de analisar e comprometer-se (expor-se) com a resolução de processos, por meio da organização, ser integrado e identificado com o contexto da equipe, saber ouvir a comunidade e a equipe interna para conciliar com a construção de processos sociais, estimular a promover a ampla participação das partes envolvidas, não trazer a ideia pronta (construir em conjunto), ser cooperador;

- e) “capacidade para construir e sistematizar conhecimentos técnicos” - identificar os temas técnicos prioritários, as principais cadeias produtivas das suas áreas de atuação e conhecer detalhes destas realidades, dominar o conhecimento técnico sobre arranjos produtivos locais, cadeia e sistemas produtivos, comercialização e estratégias de inserção nos mercados, ter sensibilidade para perceber necessidades (demandas técnicas e sociais dos beneficiários), ser didático e orientador, educador, facilitador de processos de construção de conhecimentos, saber se expressar, adequando a linguagem ao público, de forma a facilitar a compreensão, estar aberto a novos conhecimentos, com iniciativa para buscá-los (interagir), compartilhar o saber com a equipe e com a comunidade, ser pró-ativo (não esperar pela demanda, promover desenvolvimento da equipe), identificar as diferenças na equipe, explorando as potencialidades de cada um, ser crítico e criativo;
- f) “capacidade de análise e síntese” - interpretar a realidade de forma crítica, expondo-a de forma organizada, hierarquizar e priorizar os aspectos principais de suas análises, elaborar projetos, adequando-os aos objetivos e ao contexto originais (saber decompor e recompor uma ideia), levantar e diferenciar o que é "causa" do que é "efeito";
- g) “ter aptidão para o planejamento e ação planejada (animação dos processos)” - diagnosticar, fazer a leitura, interpretar e decodificar a realidade, ter perspicácia para perceber a realidade, estar em sintonia com a comunidade e trabalhar bem com os grupos e equipes, ter disciplina e metodologia de trabalho, reconhecer o planejamento como instrumento fundamental de trabalho, saber identificar os atores dos processos, formular o planejamento para ser executado (exequível, executável e participativo), dominar ferramentas e métodos de aprendizagem e ação participativa.

A consolidação do perfil acima desejado depende da superação de alguns desafios no tocante aos profissionais de ATER. Afinal, entende-se a necessidade de um profissional mais aberto, mais competente, mais capacitado, mas não seria difícil encontrar (e capacitar) um profissional tão complexo e completo quanto tal perfil propõe?

A utilização de metodologias participativas, a oferta de serviços de qualidade, a promoção do desenvolvimento rural sustentável, construtivista e endógeno, princípios sustentados pela PNATER, estão atrelados a um novo profissional de extensão rural. A capacitação e a formação desses profissionais tornam-se prioritária, contudo a formação acadêmica ofertada pelos centros de educação agrícola e universidades, na maior parte dos

casos, ainda não se coaduna com as desejadas características exigidas pela PNATER. Assim, essa capacitação depende do interesse e da iniciativa das próprias Agências de extensão.

De todas as características, talvez a mais importante para um extensionista seja a sensibilidade. A sensibilidade de ver o agricultor, seus interesses, suas necessidades, suas vontades, suas estratégias, entrar no mundo de vida dele, não impor o seu mundo de vida. Escutar e trabalhar junto, antes da proposição vem o diálogo, a conversa e aceitação das diferenças. O como fazer vai ser construído ao longo do trajeto a ser percorrido, pelo técnico e pelo agricultor.

7 CONCLUSÕES

A proposta inicial deste trabalho de pesquisa foi analisar a intervenção para o desenvolvimento rural realizada pela Extensão Rural Pública do Rio Grande do Sul, buscando compreender sua trajetória institucional, a ação extensionista e os determinantes da crise institucional atual.

No sentido de buscar resposta às questões apresentadas, algumas considerações iniciais foram levantadas para a orientação do trabalho empírico. Dessa forma, assumiu-se como primeira hipótese que a intervenção para o desenvolvimento rural realizada pela EMATER/RS-ASCAR, baseada no modelo difusionista de transmissão de conhecimentos estaria esgotada, implicando mudanças nas formas de intervenção e na ação extensionista. Apesar de alguns esforços para efetivação de tais mudanças constatados ao longo de sua trajetória as transformações na ação extensionista enfrentariam dificuldades para serem implementadas, pois, na prática, o viés difusionista ainda se faria presente.

Com o aprofundamento no empírico verificou-se a confirmação da primeira hipótese. A intervenção no meio rural realizada pela EMATER/RS-ASCAR ainda continua marcada por traços difusionistas, práticas realizadas nas mais variadas situações e momentos. A Agência apresenta um vício de abordagem, representado pela constante utilização de técnicas e métodos tradicionais e pela dificuldade de inclusão de novas metodologias. Essa situação pode ser explicada pela resistência a mudanças por parte de alguns técnicos e pelo sentimento de apego a uma extensão rural clássica. No entanto, destaca-se que, paralelamente a essa situação, há técnicos com posturas mais flexíveis que incorporam metodologias participativas e enfoques mais sustentáveis. Dessa forma, a ação extensionista é diversa, vários enfoques e posturas são utilizados, caracterizando uma variedade de ações e denotando o que se poderia dizer de “várias Emater’s” na EMATER/RS-ASCAR com ações, métodos, posturas e perfis técnicos diferenciados, resultando conseqüentemente na indefinição de uma identidade institucional.

A segunda hipótese destacava que o processo de intervenção para o desenvolvimento seria prejudicado pela inexistência de um plano ou programa de desenvolvimento rural suprapartidário-ideológico, que permitiria uma ação ao longo do tempo, superando as ações pontuais e considerando a realidade, os interesses e as necessidades do público-meta. A

execução pela extensão rural dos "programas de governo", na maioria das vezes, desmobilizaria ações em andamento.

Constatou-se que uma política de ATER não existe desvinculada de uma visão de desenvolvimento e/ou de um plano/projeto/programa de desenvolvimento. No caso do Rio Grande do Sul a implantação de um projeto de desenvolvimento rural restaria dificultada sem o apoio da extensão rural, devido à capilaridade, à infraestrutura, ao conhecimento das comunidades, à integração com os agricultores, à amplitude das atividades – técnicas (produção, tecnologia, cultivos, criações, comercialização, agroindústria), sociais (cidadania, identidade, autoestima, saúde, lazer, gastronomia, artesanato) e ambientais (saneamento, recursos hídricos, conservação) que caracterizam a ação da EMATER/RS-ASCAR. O problema está na definição de qual projeto de desenvolvimento será realizado e também da influência político-partidária nesse projeto.

Os "ventos político-eleitoreiros" reduzem a capacidade de integração e de articulação dos projetos e das demandas do meio rural, desmotivam o quadro funcional, descontinuam as atividades e diminuem a intensidade da atuação, provocando, muitas vezes, "caça às bruxas" e designação de cargos de direção em função da afinidade partidária, em detrimento das qualificações, experiências e capacidades dos extensionistas. Além de reafirmarem uma relação vertical, baseada em compromissos político-partidários, essa ingerência político-partidária do Governo Estadual sobre a EMATER/RS-ASCAR é demasiada, estando relacionada muito além da operacionalização das políticas públicas do Estado. O governo arca, quase na totalidade, com os recursos do orçamento financeiro da Agência, mas como contrapartida possui assentos nos Conselhos Administrativo da EMATER/RS e da ASCAR, influenciando diretamente na escolha da Diretoria Executiva e na fixação das diretrizes institucionais.

Assim, salienta-se que a inexistência de um projeto de desenvolvimento rural, como um plano estratégico, traz prejuízos à intervenção no meio rural realizada pela Agência, na medida em que ações são influenciadas pelas mudanças de natureza partidária. Um plano estratégico de desenvolvimento rural suprapartidário-ideológico poderia nortear a ação extensionista, reduzindo o impacto das contínuas mudanças e delinear uma identidade institucional.

Convém ressaltar que, no início desta última década, havia uma missão institucional, e essa foi modificada por duas vezes, no curto espaço de tempo de cinco anos. A constante alteração da missão institucional da Agência denota instabilidade e falta de foco, gerando insegurança para seus profissionais. Essa modificação de missão é questionada, pois, pelo que

se entende, uma missão institucional é um elo norteador de atividade e de programas e um objetivo a ser realizado pelo trabalho do corpo técnico. Como trabalhar eficientemente com tantas mudanças? A inexistência de diretrizes de longo prazo que direcionem a Agência e seus profissionais prejudica o desenvolvimento das ações.

Relativo à terceira hipótese, constatou-se que a utilização da Perspectiva Orientada ao Ator, principalmente das categorias teórico-analíticas de interface social e capacidade de agência, colaboraram na compreensão do empírico. As dinâmicas de interface social permitiram, na prática, visualizar como ocorre o processo de negociação dos projetos de desenvolvimento propostos pela Agência, por seus extensionistas, para os agricultores; verificar como os agentes envolvem os outros em seus projetos e a margem de manobra estabelecida, tanto pelos técnicos frente à Agência, quanto pelos agricultores frente aos técnicos; identificar os ajustes realizados nos projetos em fase de implementação, a construção do conhecimento híbrido (resultado do processo de apropriação), a formação e mobilização de redes de interface e conhecimento (denotando a capacidade de agência); e analisar a reação por parte dos agricultores a todo o processo, desde seu *empoderamento*, quando a dinâmica de interface é estabelecida, até as formas de resistência cotidiana, quando o próprio silêncio denota poder, podendo esse manifestar-se por intermédio da subordinação e da submissão estratégica.

A Perspectiva Orientada ao Ator propiciou analisar, ainda, o conflito manifestado pela interface social que ocorre na arena que se forma a partir do programa ou projeto de desenvolvimento, manifestando o jogo de forças e de poder que envolve uma proposta de desenvolvimento, abrindo espaço para a compreensão da complexidade da intervenção, valorizando o espaço para manobra e superando as análises que consideram o jogo social antecipadamente definido. Nessa linha, a análise do empírico permitiu verificar a existência de um poder fluido, ora prevalecendo o poder do agricultor, ora do mediador, não sendo possível uma determinação linear dessa relação. Assim, é possível admitir que o agricultor é capaz de conhecer e de fazer, revelando-o como um agente que, de acordo com seus limites de informação e recursos, cria maneiras de resolver seus problemas e evitar situações problemáticas, colaborando para a construção de seu mundo de vida.

Sob a luz da Perspectiva Orientada ao Ator, o processo de intervenção para o desenvolvimento pode ser qualificado através da negociação entre os atores, da consideração de seus pontos de vista, objetivos e estratégias, da interface de conhecimento, tanto dos técnicos como dos agricultores. Esta abordagem teórico-conceitual permite aos atores sociais

envolvidos em práticas de desenvolvimento a reflexão e a análise de suas circunstâncias de vida e avaliação de possíveis estratégias de ação.

Em relação ao segundo problema motivador, sustentou-se que os elementos responsáveis pela situação atual de crise na Extensão Rural Pública do Rio Grande do Sul conformam um conjunto de fatores, englobando a ingerência político-partidária e a redução no aporte de verbas, a fragmentação das atividades, o perfil “*hardware*” do extensionista, a restrita participação dos técnicos e dos agricultores na gestão intrainstitucional e a falta de oxigenação do quadro funcional, que foram aprofundados ao longo da trajetória institucional da Agência. Tal hipótese igualmente restou confirmada, nos termos abaixo explicitados.

No tocante à ingerência político-partidária, notadamente com relação aos efeitos negativos sobre a capacidade de integração e articulação dos projetos e demandas do meio rural, remete-se aos apontes já explicitados acima, ao tratar-se da primeira hipótese desta pesquisa.

Quanto à questão orçamentária, esta pode ser considerada um dos pilares da situação atual de crise institucional. Os problemas financeiros decorrentes do corte orçamentário realizado pelo Governo Estadual provocaram demissão em massa dos funcionários, baseada em critérios parciais e questionáveis, gerando quadro de insatisfação, crise psicológica e desmotivação. Ademais, a redução do quadro funcional dificulta a manutenção da qualidade e da abrangência do trabalho, provoca a descontinuidade das ações e a desestruturação das equipes. Essa situação coloca a instituição em situação instável e dependente de recursos externos, mediante editais e convênios, muitas vezes pontuais ou sazonais, que não propiciam a qualificação e a ampliação dos recursos humanos, físicos e estruturais, fragilizando a Agência de modo geral.

Com a extinção da EMBRATER, a extensão rural já era vista como cumpridora de sua missão, vinculada à modernização da agricultura. Para manter-se e justificar sua existência, a Agência abarcou uma variedade de atividades, ampliou sua presença no interior dos municípios do Rio Grande do Sul e firmou parcerias com várias entidades ligadas ao rural, tais como: sindicatos, universidades, prefeituras, DEFAP/RS, fóruns de agricultura familiar, organizações rurais, agentes financeiros, ministério público, conselhos de desenvolvimento, cooperativas, feiras de produtores, inspetorias, escolas, secretarias de agricultura, de meio ambiente, de educação e de saúde etc. No entanto, a diversidade da ação extensionista levou a sua fragmentação, tornando-se uma debilidade, pois fazer-se presente em várias frentes, na maioria das vezes, leva à dispersão, à superficialidade das ações e à falta de foco. Este fato colaborou para a perda de identidade da EMATER/RS-ASCAR, pois a variedade de ações

praticadas e a dificuldade de focar e definir ações prioritárias colocou-a na situação de que "tudo é importante", causando desorientação do quadro técnico, perdendo legitimidade junto ao público-meta e, conseqüentemente, reduzindo a capacidade de resposta da sociedade frente à crise atual, no sentido de uma reação pública e mobilizada favorável à Agência.

A falta de oxigenação do quadro funcional traduz-se, principalmente, no reduzido número de concursos realizados e na pequena abertura da extensão rural a outras áreas, tais como: sociologia, nutrição, antropologia, economia, ciência social, geografia, engenharia florestal, administração, relações públicas, comunicação etc. Embora existam cargos específicos para essas áreas, a representação delas no total de funcionários da Agência é cerca de 3%, contudo, constatou-se que a Agência, nos últimos dez anos realizou um esforço em busca da multidisciplinaridade (ver tabela 3).

Outro agravante relativo a falta de oxigenação do quadro funcional foi a demissão em massa sem a devida reposição que prejudicaram ainda mais a atuação da EMATER/RS-ASCAR, pois não há técnicos suficientes para a realização do trabalho. Esse aspecto evidencia um contexto gerado pelo próprio governo estadual para EMATER/RS-ASCAR: o corte orçamentário está vinculado a uma política austera de redução do déficit ou é uma forma de silenciosamente dar fim à extensão rural porque não se acredita que ela ainda tenha um papel a desempenhar?

O perfil *hardware* do extensionista foi manifestado na prática, caracterizando a ação extensionista como disciplinada, hierarquizada, missionária e resistente a mudanças. Esse perfil associado à noção de *habitus* híbrido permitiu compreender que a trajetória pessoal e profissional do extensionista engendrada no passado condiciona e orienta as ações no presente, mas torna possível a construção de novas experiências, apresentando capacidade de mudança, embora limitada pelas características próprias de cada *habitus*.

A falta de participação intrainstitucional é um quesito bastante questionável em uma Agência que se propõe a práticas participativas junto ao público-meta, pois a participação deve emergir da própria instituição, nas suas atividades e ações. Como propor ao público-meta a sua participação, se a Agência não tem tradição de participação na sua gestão/administração? A falta de experiência em atividades participativas corrobora as atitudes autoritárias e não dialógicas, pois a participação não é uma prática na extensão. Na EMATER/RS-ASCAR, a participação intrainstitucional ainda é uma proposta que figura no plano abstrato, intelectual e do discurso. Embora a participação dos técnicos e dos agricultores, através de suas representações, esteja prevista pela conquista de assento e de direito de voto nos Conselhos Administrativos da ASCAR e da EMATER, as definições

quanto às diretrizes e ações intrainstitucionais não estão garantidas e, assim, a efetiva participação nas decisões estratégicas ainda é um ideal.

Há mais de uma década estudos acadêmicos já explicitavam a existência de crise e seus elementos, bem como a necessidade de novos rumos da extensão rural pública estadual. Por intermédio da presente pesquisa, com base na análise do empírico, infere-se que a situação de crise perdura e, até mesmo, sofre agravamento, notadamente pelo contexto de corte orçamentário decorrente da política do Governo Estadual, pela ausência de canais efetivos de participação na formulação, acompanhamento e avaliação das diretrizes institucionais, além de mudanças constantes na missão e fragmentação das atividades.

Ainda constatou-se que o processo de inserção da EMATER/RS-ASCAR às diretrizes da PNATER apresenta apenas respostas práticas pontuais. A EMATER/RS-ASCAR abandonou a transição agroecológica no governo subsequente ao de Olívio Dutra e, com isso, recebeu críticas de parte do corpo funcional, definindo tal situação como um retrocesso. Este fato levou a Agência a apresentar um descompasso com a PNATER e, em função da ingerência política atual, não há indicativos de mudança de rumo, de sorte que a adesão a tal política coloca a Agência frente ao desafio de um redesenho institucional.

As entrevistas com diversos atores sociais contribuíram para a identificação de várias percepções e propostas quanto aos possíveis caminhos a serem percorridos pela extensão rural pública do Rio Grande do Sul, incluindo a efetiva estadualização da EMATER/RS-ASCAR, a transformação em empresa tipicamente privada, a fusão com a pesquisa agropecuária, a reestruturação com mudanças no modelo de gestão e até a sua extinção. Assim, existe o reconhecimento de que, frente a atual situação de crise, há necessidade de um novo rumo no que concerne à sua organização administrativa, aos métodos, às metodologias e às ações. Contudo, não se observa clareza quanto a que rumo deve ser adotado pela Agência, seja em razão da diversidade de propostas, seja em razão da ausência de critérios definidos no tocante à efetiva operacionalização das propostas mencionadas. E mais, não se encontraram achados nas entrevistas que indicassem efetiva discussão intrainstitucional a respeito dos rumos da Agência, de sorte que não se vislumbra a presença de canais internos de debate nesse sentido, dificultando, assim, a construção de propostas participativas quanto aos caminhos a serem trilhados. A Agência não poderá abster-se de definir qual caminho deseja percorrer, pois disso depende a sua existência.

A partir deste trabalho, expressa-se o desejo de que ele possa servir de subsídio para outros que se interessem em compreender o tema. Nesse sentido, acredita-se que a intervenção para o desenvolvimento rural poderia ser analisada e aprofundada mediante uma

abordagem que integrasse a Perspectiva Orientada ao Ator à Sociologia Crítica, de Pierre Bourdieu, o enriqueceria o estudo da mediação social. Da mesma forma, o estudo do futuro da extensão rural poderia ser analisado a partir da abordagem dos cenários prospectivos, voltados ao meio rural, permitindo, assim, mais que apontar possíveis caminhos, traçar cenários para a Agência com base em uma metodologia previamente definida.

Ainda, destaca-se, como sugestão para novos estudos, o aprofundamento das questões relativas ao poder e ao *empoderamento* dos atores, no sentido de analisar mais detalhadamente o interior das relações sociais. Também, sugere-se uma discussão mais específica sobre o período de 1999 a 2002 correspondente à transição agroecológica na EMATER/RS-ASCAR.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. C. **Abrindo o pacote tecnológico**: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília, DF: CNPq, 1986. 156 p.

ALEMANY, C.; SEVILLA GUZMÁN, E. Reflexiones para fortalecer la "Extensión junto con la gente", en camino a una sociedad sustentable. In: FORO ELECTRÓNICO INTERNACIONAL. 2009, Montevideo. **Documentos complementários...** Montevideo: IICA, 2009. Disponível em: <<http://agro.unc.edu.ar/~extrural/Aleman.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2010.

ALMEIDA, J. Por uma nova definição profissional do agrônomo: a contribuição das disciplinas voltadas para a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.1, n. 3, p. 49-60, jan./dez. 1996.

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. O desenvolvimento rural sustentável: uma promessa fugaz ou a possibilidade real de um outro padrão de desenvolvimento? In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 7-16.

ALVES, M. O.; VALENTE JÚNIOR, A. S. **Comunicação rural entre três atores nas áreas de concentração de fruteiras no nordeste brasileiro**: o pequeno fruticultor, suas organizações e a extensão rural. 2006. 20 p. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Artigos/docs/comunicacao_rural.pdf>. Acesso em: 31 maio 2010.

AMADEO, N. B. P.; FIUZA, A. L. C. Participación y poder: los desafíos de la extensión rural para el desarrollo y la inclusión social. In: FORO ELECTRÓNICO INTERNACIONAL. 2009, Montevideo. **Documentos complementários...** Montevideo: IICA, 2009. Disponível em: <http://www.iica.org.uy/online/foro_extension_rural/Documentos/7-%20Participaci%C3%B3n%20y%20poder.pdf>. Acesso em: 14 maio 2010.

ARCE, A.; VILLAREAL, M.; VRIES, P. The social construction of rural development: discourses, practices and power. In: BOOTH, D. (Ed.) **Rethinking social development**: theory, research and practice. London: Longman Scientific & Technical, 1994. p. 153-170.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMIENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Estatuto da EMATER/RS**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2009. 12 p.

_____. **Manual do extensionista.** Porto Alegre, [1975].

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar:** 1980. Porto Alegre, 1981.

_____. **Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar:** 1990. Porto Alegre, 1991.

_____. **Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar:** 1998. Porto Alegre, 1999.

_____. **Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar:** 1999. Porto Alegre, 2000.

_____. **Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar:** 2000. Porto Alegre, 2001.

_____. **Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar:** 2001. Porto Alegre, 2002.

_____. **Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar:** 2002. Porto Alegre, 2003.

_____. **Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar:** 2003. Porto Alegre, 2004.

_____. **Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar:** 2004. Porto Alegre, 2005. 113 p.

_____. **Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar:** 2005. Porto Alegre, 2006. 99 p.

_____. **Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar:** 2006. Porto Alegre, 2007. 104 p.

_____. **Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar:** 2007. Porto Alegre, 2008. 94 p.

_____. **Centros de Treinamento:** apresentação. 2010a. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area/centros.php>>. Acesso em: 15 maio 2010.

_____. **Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar:** 2009. Porto Alegre, 2010b. 128 p.

_____. **Seminário de Extensão Rural:** enfoque participativo. Porto Alegre, 1987.

_____. **50 anos de extensão rural no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2005. 159 p.

_____. Programa de Formação de Técnico Social da EMATER-RS. **Sustentabilidade e Cidadania.** Porto Alegre, 1999.

_____. **Projeto área piloto:** dez anos de ação participativa na construção do desenvolvimento territorial sustentável. Porto Alegre, 2004. 29 p.

_____. **Projeto extensão rural:** o repensar e o refazer a Extensão Rural no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1988. 18 f.

_____. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR:** a gestão do processo de planejamento. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007. 61 p.

ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Plano Anual de Trabalho.** Porto Alegre: ASCAR/RS, 1973. 76 p.

_____. **Planos de trabalho da ASCAR-RS 1956/64 e 1965/70.** Porto Alegre: ASCAR/RS, 1970. 2 v.

_____. **Relatório das Atividades Desenvolvidas Durante o Primeiro e Segundo Trimestres de 1956.** Porto Alegre: ASCAR/RS, 1956. 24 p.

BEHAVIORISMO. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Behaviorismo>>. Acesso em: 23 maio 2010.

BLUME, R. **Explorando os recursos estratégicos do Terroir para a vitivinicultura brasileira.** 2008. 360 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação.** 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 105 p. (Coleção Primeiros passos, 67).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Resolução n.º 40, de 5 de abril de 2004. Cria o Comitê de ATER. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 abr. 2004. Seção 1, p. 106.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2008. 26 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2003. Disponível em:
<<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/assistenciatecnica/2522569>>. Acesso em: 27. out. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Assistência Técnica**. Disponível em:
<<http://comunidades.mda.gov/portal/saf/programas/assistenciatecnica>>. Acesso em: 23 maio 2010.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em maio de 2011.

BROSE, M. **Participação e extensão rural**: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. 256 p.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuç Bay. In: LAW, J. (Comp.). **Power, action and belief**: a new sociology of knowledge? London: Routledge & Regan Paul, 1986. p. 196-223.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural do Rio Grande do Sul**: da tradição “made in USA” ao paradigma agroecológico. 2001. Disponível em:
<<http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/digital/agroeco030701.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2007.

_____. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991. 200 f. Dissertação (Mestrado Extensão Rural) - Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

_____. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. 532 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 1998.

_____. **Política Nacional de ATER:** primeiros passos de sua implantação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.iica.org.uy/online/foro.../35_NOVA_ATERCaporal.pdf>. Acesso em: 5 maio 2010.

_____. Recolocando as coisas nos seus devidos lugares: um manifesto em defesa da extensão rural pública e gratuita para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL: DECIDINDO POLÍTICAS DE EXTENSÃO RURAL PARA O BRASIL, 2002, Brasília. **Anais eletrônicos...**Brasília: FASER, 2002. 40 p. Disponível em: <<http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/Recolocando.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2010.

CAPORAL, F., R.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável:** enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, DF: MDA, [2006]. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/artigos-e-revistas/Da_Extens%C3%A3o_Rural_Convencional_%C3%A0_Extens%C3%A3o_Rural_para_o_DS.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2008.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável:** perspectivas para uma nova extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001. 36 p. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/05_artigo_agroeco.pdf>. Acesso em: 14 maio 2010.

CASTRO, E. G. El punto de inserción. In: THORNTON, R.; CIMADEVILLA, G. (Ed.). **La extensión rural en debate:** concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el Mercosur. Buenos Aires: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, 2003. p. 41- 65.

CENTRO DE TECNOLOGIAS DA REGIÃO SUL. Projeto 61-SSR. **III Curso de Treinamento em Extensão Rural.**CETREISUL: Pelotas, 1963. 300 p.

CHAMBERS, R. **Whose reality counts?** Notes for participants. June 2007. Traduzido para o Projeto de Desenvolvimento Local do AM – IDAM/GTZ por Claudiana Souza. Disponível em: <<http://web.me.com/aussenblick/test/03%20Partizipation/Chambers04.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2010.

CHAMBERS, R.; GUIJT, I. DRP: después de cinco años, em qué estamos ahora? **Revista Bosques, Arboles y Comunidades Rurales**, Quito: FAO, n. 26, p. 4-14, 1995

CIMADEVILLA, G. La naturaleza no natural de la extensión rural. In: THORNTON, R.; CIMADEVILLA, G. (Ed.). **La extensión rural en debate:** concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el Mercosur. Buenos Aires: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, 2003. p. 66-108.

_____. Trayectos y grises de las teorías y de las prácticas en comunicación y desarrollo. In: THORNTON, R D.; CIMADEVILLA, G. (Ed.). **Grises de la extensión y el desarrollo**. Santa Rosa, AR: Base 1; Buenos Aires: INTA, 2008. p. 101-110.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: NEVES, C. E. B.; CORRÊA, M. B. **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1998. 201 p. (Cadernos de Sociologia, 9).
 COSTA, M. V. **Extensão rural**. Porto Alegre: Faculdade de Agronomia da UFRGS, 1982. 118 p. Material didático.

DIESEL, V. et al. Entendendo a diversidade e superando a fragmentação da ação extensionista. In: TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P. **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. Montevideo: Universidad de la Republica, 2006. p. 31-44.

_____. Visões sobre desenvolvimento e extensão rural. In: JORNADAS NACIONALES DE EXTENSION RURAL; JORNADAS DE EXTENSION DEL MERCOSUR, 3., 2002, La Plata, Argentina. **Anales...** Universidad Nacional de La Plata. Argentina, Argentina, 2002.

DUARTE, L. M. G.; SILIPRANDI, E. A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: novas questões, velhos problemas. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. Anais eletrônicos... Quito: Alasru, 2006. Disponível em:
 <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/15GTLauraMariaGoulartDuarteEmmaSiliprandi.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2010.

ECKERT, C. (Coord.). **Orientações para sistematização de experiências**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2009. 96 p.

ECKERT, C. **Sistematização de experiências, uma nova prática na EMATER/RS-ASCAR**: apresentação das 10 experiências selecionadas no II Seminário Estadual de Sistematização de Experiências. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007. 164 p. (Série Realidade Rural, n. 49).

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2000. 273 p.

ELLIS, F.; BIGGS S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, Malden, v. 19, n. 4, p. 437-48, 2001.

ELY, B. J. **Por uma comunicação ética nos fundos de pensão**: um estudo de caso. Porto Alegre, 2008. 312 p. Tese (Doutorado em Comunicação Social)- Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ENGEL, P. G. H. Facilitando el desarrollo sostenible? Hacia una extensión moderna? In: EXPERIENCIAS DE SERVICIOS PRIVATIZADOS Y DESCENTRALIZADOS DE ASESORÍA A LA AGRICULTURA CAMPESINA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1998, Santiago, Chile. **Anais Eletrônicos...** Santiago, Chile: Fidamerica, 1998. Disponível em: <<http://www.fidamerica.cl/actividades/conferencias/extension/ivcondpe.html>>. Acesso em: 25 fev. 2010.

ESPINDOLA D. TICs en la extensión rural: nuevas oportunidades. **Revista Eletrônica Redes**, n. 1, não paginado, 2005. Disponível em: <www.cibersociedad.net/archivo/articulo.php?art=196>. Acesso em: 20 jun. 2009.

ETESSE, G. **El personal de los proyectos**: parte de la solución o del problema? In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. Ecuador. **Anales...** Quito: ALASRU, 2006.

FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Petrópolis, 1993. 577 p.

FERREIRA, J. R. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã-RS**: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento. 2001. 181 f. Dissertação (Mestrado Economia Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FLIEGEL, F. C. **Diffusion research in rural sociology**: the record and prospects for the future. Westport Connecticut: Greenwood Press, 1993.

FLORIT, L. F. Teoria social e relação sociedade/natureza a partir da obra de Anthony Giddens. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. 10, p. 61-86, 1998.

FONSECA, M. T. **A extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FONSECA, V.; CATTANI, R. **A comunicação na Extensão Rural**. Santa Maria, RS, 1991. Mimeo.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Recursos humanos y agricultura. In: _____. **Agricultura mundial: hacia en año 2010**. 1995. Cap. 10. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/V4200S/V4200S16.htm#ch10>>. Acesso em: 25 set. 2009.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 93 p.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 457 p.
GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-448, set./dez. 1997.

GUSHIKEN, Y. Dialogismo: emergência do pensamento latino-americano em comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Intercom, 2005. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/17278;R1174-1.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

HAVERKORT, B.; RÖLING, N. G. **Six approach to rural extension**. Wageningen, 1984. Mimeo.

HAYAMI, Y; RUTTAN, V. **Agricultural development: an international perspective**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.

HEGEDUS, P.; CIMADEVILLA, G.; THORNTON, R. Difusión de innovaciones: vigencia y obsolescencia de un modelo pragmático. In: THORNTON, R. D.; CIMADEVILLA, G. (Ed.). **Grisés de la extensión y el desarrollo**. Santa Rosa, AR: Base 1; Buenos Aires: INTA, 2008. p. 111-135.

HESPANHOL, A. N. Os programas de microbacias hidrográficas no Brasil. In: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano**. Uberlândia: UFU, 2008. 12 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 288 p.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir os cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 2000. 438 p. (Biblioteca Básica).

LONG, N. **Development sociology**: actor perspectives. London: Routledge, 2001. 293 p.

_____. En búsqueda de un espacio para el cambio: una perspectiva sobre la sociología del desarrollo. **Tiempos de Ciencia**, Guadalajara, n. 11, p. 1-10, abr./jun. 1988.

_____. **Introdução à sociologia do desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 237 p.

_____. Resistance, agency and counter-work: a theoretical position. In: WRIGHT, W.; MIDDENDORF, F. (Ed.). **The fight over food**. University Park, PA: Penn State University Press, 2007b. p. 69-91.

_____. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007a. 504 p. (Colección Investigaciones).

LONG, N.; PLOEG, J. D. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis**, Devon, v. 29, n. 3/4, p. 226-249, 1989.

_____. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. **Rethinking social development theory, research and practice**. London: Longman Scientific & Technical, 1994. p. 62-90.

_____. Reflections on agency, ordering the future and planning. In: FRERKS, G.; OUDEN, J. (Ed.). **In search of the middle ground**: essays on the sociology of planned development. Wageningen, Holland: Agriculture University, 1995. p. 64-79.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências)– Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, J. D.; HEGEDÜS, P. Extensão rural no Brasil: evolução e perspectivas à luz de um modelo mundial. In: WORKSHOP INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2006, Maputo. **Anais eletrônicos...** Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2006. Disponível
<http://www6.ufrgs.br/pgdr/livros/outras_publicacoes/ebooks/01_ebook_PGDR.pdf#page=184>. Acesso em: 1 abr. 2010.

MARZALL, K. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas**. 1999. 212 f. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MENEZES, M. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 132-44, jan/jun. 2002.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. **Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência**. 2010. 24 p. Versão preliminar. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_35.doc>. Acesso em: 5 jun. 2010.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992. 269 p.

MUCHAGATA, M. (Coord.) **Perfil dos serviços de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados no Brasil**. Brasília: MDA/FAO, 2003. 159 p.

MUSSOI, E. M. Extensão rural: entre o ideal e o possível. In: THORNTON, R D.; CIMADEVILLA, G. (Ed.). **Grises de la extensión y el desarrollo**. Santa Rosa: Base 1; Buenos Aires: INTA, 2008. p. 199-223.

MUSSOI, E. M. **Integración entre investigación y extensión agraria en un contexto de descentralización del estado y sustentabilización de políticas de desarrollo: el caso de Santa Catarina, Brasil**. 1998. Tese (Doutorado em Agronomia) - Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos, Escuela Superior de Ingenieros Agronomos, Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 1998.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 43, set./dez. 2001.

NEUMANN, P. S.; FRÖEHLICH, J. M. **Perfil dos serviços de ATER no Brasil: análise crítica de relatórios**. Brasília: MDA/FAO, 2004. 115 p.

NEVES, D. P. Mediação e mediadores políticos. In: NEVES, D. P. (Org.). **Mediação e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 1-44.

NICOLA, M. P. **Ação extensionista e formação de capital social no Projeto Área Piloto-RS**. 2004. 239 f. Dissertação (Mestrado Extensão Rural) – Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**: principais causas da decadência da extensão rural no Brasil. Florianópolis: Epagri, 1996.

OLIVEIRA, V. L. **A impossível simetria**: distinção, dependência e poder na relação entre agricultores e mediadores sociais. 2004. 207 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

PEIXOTO, M. **A extensão privada e a privatização da extensão**: uma análise da indústria de defensivos agrícolas. 2009. 332 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PEÑA, R. E. P. **Análisis epistemológico de los modelos de extensión rural en América Latina desde algunas corrientes de pensamiento con visión empirista, positivista y humanista**. Bogotá: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, 2009. 47 p.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p.

PLOEG, J. D. et al. Rural Development: from Practices and Policies Towards Theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

PLOEG, J. D.; LONG, A.; BANKS, J. Rural development: the state of the art. In: PLOEG, J. D.; LONG, A.; BANKS, J. (Ed.) **Living countrysides**: rural development processes in Europe the state of the art. Netherlands: Elsevier, 2002. p. 8-17.

PROGRAMA Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília. **Anais...** Brasília, PNUD, 1997. p. 132-203.

PUERTA TRUJILLO, F. S. **Extensión agraria y desarrollo rural**: sobre la evolución de las teorías y praxis extensionistas. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Secretaría General Técnica, 1996. p. 196-225.

QUEDA, O. **A extensão rural no Brasil**: da comunicação ao milagre da modernização agrícola. 1987. Tese (Livre Docência) Escola Superior de Agricultura – Luiz Queiroz – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1987.

QUINTANA, R. D. Intervención en el desarrollo: es, o no es la cuestión. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Quito, Ecuador: ALASRU, 2006.

RAMOS, L. F. Da contradição do sujeito na extensão rural. In: TAVARES, J.; RAMOS, L. **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico.** Brasília, DF: MDA/GTZ. 2006. p. 117-122.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição.** Texto constitucional de 3 de outubro de 1989 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº 1, de 1991, a 57, de 2008. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/prop/legislacao/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations.** 4. ed. New York: The Free Press, 1995.

ROS, C. J. C. **Capital social e luta simbólica: o caso da Red Puna: uma experiência territorial de articulação social na província de Jujuy, Argentina.** 2003. 278 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ROSSI, V.; HEGEDÜS, P. El programa integral de extensión universitaria en la zona Guinchón (Paysandú, Uruguay): reflexiones sobre un proceso de intervención. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anales...** Quito, Ecuador: ALASRU, 2006.

ROSTOW, W.W. The stages of economic growth. **Economic History Review**, v. 12, n. 1, p. 1-16, 1959. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/2591077>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil.** Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SANTOS, N. P. **Educação e extensão rural: um estudo dos diferentes métodos e técnicas utilizados pela Emater/RS.** Santa Maria. 2006. 90 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rrural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

SARDAN, J. P. O. **Anthropologie et développement**: essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: APAD-Karthala, 1995. 221 p.

SCHILLING, V. **Talcott Parsons e o funcionalismo estrutural**. 2001. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/cultura/2002/07/08/001.htm>>. Acesso em: 25 maio 2010.

SCHMITT, W. Origem e desenvolvimento do serviço de extensão rural . **Revista 4 – S**, p. 10-26, abr./jun. 1979.

SCHMITZ, H. Perspectivas da assistência técnica para a agricultura familiar. In: LOPES, E. S. A.; MOTTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (Org.). **Ensaio**s: desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros; Universidade Federal do Sergipe, 2002. p. 315-347.

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 225-238, 1997.

_____. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. Versão Ampliada. In: CONGRESSO EUROPEU DE SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Wageningen, Holanda. **Anais...** Wageningen, Holanda: Universidade Agrícola de Wageningen, 2007.

SCHULTZ, T. **Transforming traditional agriculture**. New Haven: Yale University Press, 1964.

SCOTT, J. C. **Domination and the arts of resistance: hidden transcripts**. New Haven; London: Yale University Press, 1990. 251 p.

_____. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

_____. **Weapons of the weak**: everyday forms of peasant resistance. New Haven; London: Yale University Press, 1985. 389 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2001. 409 p.

SENGE-RS. **O futuro da assistência técnica e extensão rural no RS**. Porto Alegre: SENGE-RS, 2009. 60 p.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPEd, n. 20, p. 60-70, maio/ago. 2002.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, jan./mar. 2001.

SILVA, A. M. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais eletrônicos...** Quito: Alasru, 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/15%20GT%20Argileu%20Martins%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2010.

SIMÕES, A. Novas competências para a ATER: o desenvolvimento rural visto como diferentes regimes de ação. In: DALVA M. M.; SCHMITZ, H.; VASCONCELOS, H. E. (Org.). **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 199 -219.

SIMON, A. A. **Extensão rural em microbacias hidrográficas como estratégia de gestão ambiental no meio rural catarinense**: a qualidade dos sistemas sociais e ecológicos como um patrimônio comum. 2003. 433 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SPINK, M. J. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 85-108.

STEIN, M. F. **O planejamento participativo e a democratização das políticas públicas de desenvolvimento rural**: o caso do município de Putinga-RS. 2007. 228 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

STRAUSS, A. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 288 p.

TIGRE, P. B. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 282 p.

VARGAS, P. R. O insustentável discurso da sustentabilidade. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: necessidade e/ou possibilidade. 3. ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2001. p. 207-238.

VEIGA, I. Saber e participação na transformação dos sistemas de produção de agricultura familiar amazônica. In: SIMÕES, A. (Org.). **Coleta Amazônica**: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Belém: Alves, 2003. p. 125-146.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Brasília: MDA/SAF, 2006. 65 p.

VIEIRA, L. G. **Extensão rural**: origem, evolução, conceituação, filosofia, princípios. Recife: UFRPE, 1988. (Série Cadernos de Extensão Rural, 1).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, R. Progresso técnico: a indústria é o caminho? **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 233-245, maio/ago, 1985. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/9237/5272>>. Acesso em: 31 maio 2010.

ALEMANY, C. H. Volvió la extensión...y se armó la discusión!. In: THORNTON, R. D.; CIMADEVILLA, G. (Ed.). **Grisés de la extensión y el desarrollo**. Santa Rosa: Base 1; Buenos Aires: INTA, 2008. p. 27-50.

ALMEIDA, J. A agronomia entre a teoria e a ação. **Revista de Educação Agrícola Superior**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 7-13, jul./dez. 2000.

_____. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (Org.) **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade**. 3. ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2001. p. 17-26.

_____. Quem é o agrônomo para o século 21? (a contribuição das disciplinas voltadas para a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável). **Revista de Educação Agrícola Superior**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 52-67, jul./dez. 1998.

ALMEIDA, J. et al. Pesquisa interdisciplinar na pós-graduação: (des)caminhos de uma experiência em andamento. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 116-140, nov. 2004.

ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994. 229 p.

AMÂNCIO, C. O. G.; ROMANO, J. O.; AMÂNCIO, R. Capital social e empoderamento: contribuições metodológicas da abordagem reflect-action para o desenvolvimento uma comunidade rural da Zona da Mata Norte Pernambucana - Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais eletrônicos...** Quito: Alasru, 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/15GTcristhianeoliveiradaGraamncio,JorgeOswaldoRomano,RobsonAmancio.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2010.

ARAÚJO, H. R. **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. 269 p.

ARCE, A.; LONG, N. The dynamics of knowledge. Interfaces between bureaucrats and peasants. In: LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**. London: Routledge, 1992. 306 p.

ARDILA, J. **Extensión rural para el desarrollo de la agricultura y la seguridad alimentaria: aspectos conceptuales, situación y una visión de futuro**. San Jose, IICA, 2010. 127 p.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA EMATER/RS-ASCAR (ASAE); SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESA DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFOMRAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (SEMAPI). **Contribuição aos planos de governo estadual para o setor rural gaúcho**. Porto Alegre: ASAE/ SEMAPI, 1998.

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Diretrizes para ação de desenvolvimento na Emater-RS**. Porto Alegre: Emater/RS, 1998. 36 p.

_____. Programa de Formação de Técnico Social. **Sustentabilidade e Cidadania**. Porto Alegre: Emater/RS, 1999.

_____. **Relatório de atividades da Emater/RS–Ascar: 2006**. Porto Alegre: Emater/RS, 2007. 104 p.

_____. **Relatório de responsabilidade social da EMATER/RS-ASCAR 2006**. Porto Alegre: Emater/RS, 2007. 66 p.

_____. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR**. 2 ed. Porto Alegre: Emater/RS, 2006. 88 p.

_____. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Relatório de atividades da Emater/RS–Ascar: 2008**. Porto Alegre: Emater/RS, 2009. 87 p.

_____. Programa de Formação Técnico Social. **Sustentabilidade e cidadania: módulo II turma 2: curso de formação básica em agroecologia**. Porto Alegre: Emater/RS, 1999. 129 p.

ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Estatuto da ASCAR/RS**. Porto Alegre: ASCAR/RS, 2009. 14 p.

_____. **Relatório de atividades 1971**. Porto Alegre: ASCAR/RS, 1971. 33 p.

BICCA, E. F. **Assistência técnica e extensão rural**. Porto Alegre: Emater/RS, 1979. 61 p.

_____. **Educação rural permanente**. Porto Alegre: Emater/RS, 1986. 138 p.

_____. **Extensão rural**: da pesquisa ao campo. Guaíba, RS: Agropecuária, 1992. 184 p.

_____. **Fundamentos da Extensão Rural**. Emater/RS, 1982.

BIJKER, W. E.; LAW, J. **Shaping technology building society**: studies in sociotechnical change. London: MIT Press, 1992. 352 p.

BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. **De la justification**: les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 149 p.

BOOTH, D. **Rethinking social development theory, research and practice**. London: Longman Scientific & Technical, 1994. 320 p.

BORDENAVE, J. D. **Extensão rural**: modelos e métodos. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1995.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 158 p.

_____. **A Economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998a. p. 81-128.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004. 361 p.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 747 p.

_____. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 431 p.

_____. **La noblesse d'État**. Paris: De Minuit, 1979.

_____. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação.** Campinas, SP: Papyrus, 2000. 119 p.

_____. **O poder simbólico.** Lisboa: Bertrand, 1998b. 309 p.

_____. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. 208 p.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas, SP: Papyrus, 1996. 223 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196, de 10 de outubro de 1996. Brasília, 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 out. 1996. Seção 1, p. 21082. Disponível em:
<<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?data=16/10/1996&jornal=1&pagina=50&totalArquivos=96>>. Acesso em: 14 maio 2010.

BRASILIANO, A. C. R. Fundamento estratégico da prospectiva. **Revista Eletrônica**, São Paulo, n. 33, p. 10-12, nov./dez. 2007. Disponível em:
<http://www.brasiliano.com.br/revistas/edicao_33.pdf>. Acesso em: 14 maio 2010.

_____. Visão de prevenção em riscos só entendendo as abordagens prospectivas. **Revista Eletrônica**, São Paulo, n. 33, p. 5-9, nov./dez. 2007. Disponível em:
<http://www.brasiliano.com.br/revistas/edicao_33.pdf>. Acesso em: 14 maio 2010.

BRITO, A. X. Rei morto, rei posto? As lutas pela sucessão de Pierre Bourdieu no campo acadêmico francês. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 19, p. 5-19, jan./abr. 2002. Disponível em:
<http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_03_ANGELA_XAVIER_DE_BRITO.pdf>. Acesso em: 9 out. 2007.

CAILLÉ, A. Une politique de la nature sans politique: à propos des politiques de la nature de Bruno Latour. **Revue du MAUSS: chassez le naturel écologisme, naturalisme et constructivisme**, Paris, v. 17, n. 439, p. 94-116, 2001.

CALLON, M. et al. **Mapping the dynamics of science and technology: Sociology of science in the real world.** London: The Macmillian, 1986. p. 19-34. Disponível em:
<<http://tecnologiaysociedad.uniandes.edu.co/200520/callonedf.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2006.

_____. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado: o papel das redes sócio-técnicas. In: PARENTE, A. (Org.). **Trama da rede.** Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 64-79.

CAPORAL, F. R. **Bases para uma política nacional de formação de extensionistas rurais**. Brasília: MDA, 2009. 55 p.

_____. **Sobre Extensão, Desenvolvimento Rural Sustentável e os Riscos de (Des)Integração Interinstitucional**: aporte para o debate sobre a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural para o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 1997. 26 p. (Textos Seleccionados 9).

_____. **Superando a revolução verde**: a transição agroecológica no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Santa Maria, 2003. 30 p. Disponível em: <<http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/Superando.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 24, n. 3, set./dez. 1994.

CARNEIRO, M. J. T. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n 11, p. 53-75, out. 1998.

CARVALHO, H. M. Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável. In: D'INCÃO, M. A.; SILVEIRA, I. M. **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994. p. 361-380.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. **Sustainable rural livelihoods**: practical concepts for the 21st century. Sussex, UK: Institute Of Development Studies, 1991. 33 p. (IDS Discussion Paper, 296).

COELHO, V. P. **Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico**. 2002. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora, MG. **Anais...** Juiz de Fora, MG: SOBER, 2003. 1 CD-ROM.

CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 6., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ALASRU, 2002. 1 CD-ROM.

CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza, CE. **Anais...** Ribeirão Preto, SP: ABEAS, 2006. 1 CD-ROM.

CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, 24., 2003, Arequipa, Peru.
Anais... Arequipa, Péru: Alas, 2003. 1 CD-ROM.

CORADINI, O. L. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. **Veritas**, Porto Alegre, v. 41, n. 162, p. 207-20, jun. 1996.

CRISTÓVÃO, A. **Onde pára a extensão rural?** 10 anos de desenvolvimento local. Edição especial, nov. 1998. Disponível em: <http://www.inloco.pt/inloco/public_html/inloco/Public/red_ed13.htm>. Acesso em: 23 fev. 2010.

DALY, H. E. **A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 31 p. (Texto para debate, 34).

DARRÉ, J. P. **A produção de conhecimento para a ação**: argumentos contra o racismo de inteligência. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. 268 p.

DEPONTI, C. M. et al. **Conceito, origem e evolução da extensão rural no Rio Grande do Sul e no Brasil**. 2001. Trabalho apresentado na disciplina Extensão Rural do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

DODIER, N. Agir em diversos mundos. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **Teorias da ação em debate**. São Paulo: Cortez, FAPESP, 1993. p. 77-109.

DORIGON, C. **Microbacias como redes sócio-técnicas**: uma abordagem a partir do enfoque do ator-rede. 1997. 233 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 219 p.

EHLERS, E. O ideal da Sustentabilidade. In: _____. **Agricultura sustentável**. São Paulo: Livros da Terra, 1996. p. 95-133.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihoods diversification. **The Journal of Development Studies**, London, v. 35, n. 1, p. 1-38, out. 1998.

_____. Rural livelihoods and diversity in developing countries: evidence and policy implications. **Natural Resource Perspectives**, London, n. 40, p.1-09, abr. 1999. Disponível em: <<http://www.odi.org.uk/publications/nrp/40.html>>. Acesso em: 5 set. 2006.

ELLIS, F.; FREEMAN, H. A. (Ed.). **Rural livelihoods and poverty reduction policies**. London: Routledge, 2005. 973 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. EMBRATER: atos constitutivos. Documento 1. Brasília, 1975. 27 p.

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT16.html>. Acesso em: 5 mar. 2007.

ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE EXTENSÃO RURAL, 2., 1977, Viçosa. **Relatório**. Viçosa: Embrater, 1977. 49 p.

FEDER, G.; WILLETT, A.; ZIJP, W. **Agricultural extension generic challenges and some ingredients for solutions**. Washington: The World Bank, Development Research Group Rural Development. 1999.

FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. 402 p.

FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar uma outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998. 275 p.

FIALHO, M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: uma interpretação sobre comportamento humano**. 2005. 213 f. Tese (Doutorado EM Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FIGARI, M.; ROSSI, V. Estratégias de intervención en una experiencia de extensión universitaria: el Grupo Queseros de Zona Guichón. In: JORNADAS NACIONALES DE EXTENSIÓN RURAL Y V DEL MERCOSUR, AADER, Esperanza. **Anales...** Esperanza: Santa Fé. Argentina, 2006.

FIGUEIREDO, R. P. **Extensão rural, desenvolvimento e democracia: pronunciamentos do Presidente da Embrater em 1985**. Brasília: Embrater, 1986. 70 p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF DE UNITED NATIONS. Escritório Regional para América Latina e o Caribe. **Extensão Rural e Desenvolvimento Rural: uma alternativa pragmática para uma situação de crise**. Porto Alegre: Emater/RS, 1994. 48 p. Traduzido e resumido sob responsabilidade da Emater/RS para uso interno.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p.

FREIRE, L. L. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, p.46-65, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum26/artigo2.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2006.

FRERKS, G.; OUDEN, J. (Ed.). **In search of the middle Ground: essays on the Sociology of Planned Development**. Wageningen: Agriculture University, 1995. 238 p.

GERHARDT, T. E. et al. Desenvolvimento rural e meio ambiente no sul do Brasil: processo de construção de um programa interdisciplinar de pesquisa. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006. p. 01 - 15. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT16.html>. Acesso em: 5 mar. 2007.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991. 177 p.

_____. **Dualidade da estrutura: agência e estrutura**. São Paulo: Celta, 2000. 99 p.

GODET, M. **Manual de prospectiva estratégica: da antecipação a ação**. Lisboa: Publicações Dom Quichote, 1993.

GODOI, E. P. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. 165 p. (Coleção Pesquisa).

GOODMAN, D. Agro-food studies in the “Age of Ecology”: nature, corporeality, biopolitics. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 39, n. 1, p. 17-36, 1999.

GUERRA, D. et al. **A crise da extensão rural no Brasil e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2001. 20 p. Trabalho apresentado na disciplina Extensão Rural do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia da UFRGS.

GUIVANT, J. Os debates entre realistas e construtivistas sociais na sociologia ambiental: implicações para o desenvolvimento rural sustentável e participativo. In: CONGRESSO

LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 6., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ALASRU, 2002. p. 1-13.

HALL, S. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. 403 p. (Humanitas, 93).

HERNÁNDEZ, A. A. La sociología de las ciencias y de las técnicas de Bruno Latour e Michel Callon. **Cuadernos Digitales**, San Jose, v. 8, n. 23, p. 1-12, nov. 2003. Disponível em: <<http://historia.fcs.ucr.ac.cr/cuadernos/c-23his.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2007.

INGLATERRA. Department for International Development. **Manual de orientação sobre meios de vida sustentáveis**. London, 1999. Disponível em: <<http://community.eldis.org/.59c21877/PO-GS1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuaria.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2010.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 229 p. (Série Estudos Rurais).

KAUFMANN, J. C. **Ego**: para uma sociologia do indivíduo. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 318 p. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

KNOOR-CETINA, K.; MULKAY, M. Dadme un laboratorio y levantaré el mundo. In: KNOOR-CETINA, K.; MULKAY, M. (Ed.). **Science Observed**: perspectives on the social study of science. London: Sage, 1983. p. 141-170. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/latour.htm>>. Acesso em: 6 mar. 2007.

KRAHENHOFER, P. **Indicadores**: avaliação e monitoramento. Porto Alegre: EMATER-RS, 2001. 15 p.

KREUTZ, I. J.; CAZELLA, A. A.; PINHEIRO, S. L. G. A construção de novas atribuições para a assistência técnica e extensão rural: a mediação com reconhecimento da identidade. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA RURAL E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2005, Fortaleza, CE. **Anais...** Ribeirão Preto, SP: ABEAS, 2005. 14 p.

KREUTZ, I. J.; PINHEIRO, S. L. G.; GAZELLA, A. A. A construção de novas atribuições para ATER. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 12, Ano XII, p. 41-67, jan./dez. 2005.

LAHIRE, B. **Le travail sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques**. Paris: La Decouverte, 1999. 258 p.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 372 p. (Coleção Filosofia e Política).

_____. **A profissão de pesquisador: olhar de um antropólogo**. Paris: INRA, 1995. 43 p. (Coleção "Sciences en questions").

_____. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 152 p. (Coleção TRANS).

_____. **Políticas da natureza: como fazer ciência na natureza**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 412 p. (Coleção Ciências Sociais).

LATOUR, B.; SCHWARTZ, C.; CHARVOLIN, F. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAÚJO, H. R. **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 91-125.

LAW, J. (Comp.). **Power, Action and Belief: a new sociology of knowledge?** London: Routledge & Regan Paul, 1986. 280 p. (Sociological Review Monograph, 32).

LAW, J. **Notes on the Theory of Actor Network: ordering, strategy and heterogeneity**. Lancaster: Lancaster University, 2003. 11 p. Disponível em: <<http://www.lancs.ac.uk/fss/sociology/papers/law-notes-on-ant>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

LAW, J. **Organizing modernity**. Oxford, UK: Blackwell, 1994. 219 p.

LAW, J.; CALLON, M. The life and death of an aircraft: a network analysis of technical change. In: BIJKER, W. E.; LAW, J. **Shaping technology building society: studies in sociotechnical change**. London: The MIT Press, 1992. p. 37.

LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. 1954. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. [S.l.]: Forense, 1969.

LIMA, I. S. A participação como estratégia no contexto da transição de uma nova prática da extensão rural para o desenvolvimento local. **Unirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p.1-9, jul.

2006. Disponível em: <http://www.alaic.net/ponencias/UNIrev_SLima.pdf>. Acesso em: 15 out. 2009.

LONG, N. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In: LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**. London: Routledge, 1992. p. 16-45.

LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**. London: Routledge, 1992. 320 p.

LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, E. M. **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros; Universidade Federal de Sergipe, 2002. 412 p.

MACHADO, J. D.; HEGEDÜS, P.; SILVEIRA, L. B. Estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores: desde uma concepção bancária até o "empowerment". **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 641-647, mar./abr. 2006.

MATTEDI, M. A. **Sociologia do conhecimento: introdução a abordagem sociológica do problema do conhecimento**. Blumenau, SC: FURB, 2003. p. 115-123. Mimeo.

MATTEDI, M. Dilemas da abordagem sociológica da problemática ambiental: considerações epistemológica, metodológica e normativa sobre a guinada ambiental na sociologia. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, 24., 2003, Arequipa, Peru. **Anais...** . Arequipa, Peru: Alas, 2003. p. 1-14.

MAYER, A. C. A importância dos "quase-grupos" no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 127-215.

MELLO, M. A. **Sementes que brotam da crise: a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do oeste de Santa Catarina**. 2009. 299 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MONDAIN-MONVAL, J. **Diagnóstico rápido para el desarrollo agrícola**. La Paz: Centro Internacional de Cooperación para el Desarrollo Agrícola, 1995. 147 p.

MURDOCH, J. Actor-networks and the evolution of economics forms: combining description and explanation in theories of regulation, flexible specialization and networks. **Environment and Planning Agricultural**, London, v. 27, n. 27, p. 731-757, 1995.

NEVES, C. E. B.; CORRÊA, M. B. Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 7-9, 1998.

NEVES, D. P. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói, RJ: EDFF, 1997a. 436 p.

_____. Construção de novas competências para o desenvolvimento rural. In: DALVA M. M.; SCHMITZ, H.; VASCONCELOS, H. E. (Org.). **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 183-198.

_____. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A. D. D; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar uma outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998. p. 147-168.

_____. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana. Niterói, RJ: EDFF, 1997b. 383 p.

NICOLA, M. P. **Ação extensionista e formação de capital social**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2004. 67 p. (Série Realidade Rural, v. 39).

NOLASCO, F. **Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas**: um método fitotécnico. 1995. 225 f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1995.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1994. 191 p.

PARENTE, A. (Org.). **Trama da rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PEREIRA, E. Q.; DUQUE, G. Assistência técnica em áreas de reforma agrária: experiências do Lumiar e perspectivas para outra assistência. In: DUQUE, G. **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento**: ensaios e pesquisas em sociologia rural. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002. p. 193-208.

PEREIRA, L. P. A análise de conteúdo: um *approach* do social. In: Cadernos de Sociologia NEVES, C. E. B.; CORRÊA, M. B (Org.). Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. Porto Alegre: PPGS/UFRGS. p. 11-48. Cadernos de Sociologia, 9.

PINTO, C. R. J. O poder e o político na teoria dos campos. **Veritas**, Porto Alegre, v. 41, n. 162, p. 221-27, jun. 1996.

PLOEG, J. D.; OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. Understanding novelty production: enlarging theoretical understanding of rural development (ETUDE). 2007. Disponível em: <[http://www.etuderd.eu/dynamic/media/1/files/Novelty_production_review_\(2\)](http://www.etuderd.eu/dynamic/media/1/files/Novelty_production_review_(2))>. Acesso em: 28 abr. 2010.

PLOEG, J. D.; RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European rural development practices. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40, n. 4, p. 529-543, 2000.

PREMEBIDA, A.; ALMEIDA, J. Preâmbulo teórico metodológico acerca dos significados do desenvolvimento rural entre mediadores no campo tecnocientífico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora, MG. **Anais...** Juiz de Fora, MG: SOBER, 2003. 1 CD-ROM.

PROINTER. **Evolução e transformação da agricultura e desenvolvimento sustentável:** projeto de pesquisa: Porto Alegre: UFRGS, 2001. 16 p.

ROGERS, E.; SCHOEMAKER, F. **La comunicación de innovaciones:** un enfoque transcultural. México: Herrero Hermanos, 1971.

RÖLING, N. G. **Extension science:** information systems in agricultural development. Cambridge: University Press, 1988. 233 p.

SCHMITT, W. **Extensão rural:** um cenário para o futuro. 2. ed. Porto Alegre: Emater/RS, 1997. 26 p. (Textos Seleccionados, 1).

_____. **Origem, caracterização e objetivos da Extensão Rural.** Porto Alegre: Emater-RS, 1977. Mimeo.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade.** 1999. 470 f. Tese (Doutorado em Sociologias) – Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, S.; NIERDELE, P. A. Resilience strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. **The journal of peasant studies**, v. 37, n. 2, p. 379-405, Apr. 2010.

SCHUTZ, A. **The problem of social reality**. La Haya: Mijhoff Publishers, 1962.

SCOONES, I. **Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis**. Sussex, UK: Institute Of Development Studies, 1988. 22 p. (IDS Discussion Paper, 72).

SCOTT, J. C. **Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed**. Yale University Press, 1998. 445 p.

SEVILLA GUZMÁN, E. S. Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América. In: EMPRESA BRASILEIRA DE EXTENSÃO RURAL. **Sustentabilidade e Cidadania**. Porto Alegre: Emater/RS, 2001. 30 p.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Unicamp, 1996. 217 p.

SILVA, P. S. **Políticas públicas e mediação social na comunidade remanescente de quilombo de Casca - Mostardas-RS**. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural– Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SIMON, A. A.; SCHEIBE, L. F.; POMPÊO, C. A. Fases da extensão rural catarinense em relação ao uso de recursos naturais. In: GUIVANT, J. et al. **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 53-84.

TAVARES, F. B. **Os princípios de justificação em jogo nos conflitos socioambientais: o caso do extrativismo florestal no litoral norte do rio grande do sul**. 2007. 232 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TAVARES, J.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Brasília: MDA/GTZ, 2006. p. 117-122.

THORNTON, R.; CIMADEVILLA, G. De incertezas e integraciones posibles: un recorrido por los sistemas de extensión rural y transferencia de tecnología en el Mercosur. In: TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P. **Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural**. Montevideo: Universidad de la Republica, 2006. p. 65-78.

TOMASINO, H. et al. Extensión crítica: los aportes de Paulo Freire. In: TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P. **Extensión**: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural. Montevideo: Universidad de la República, 2006. p. 121-135.

TRICHES, R. M.; FROEHLICH, E.; SCHNEIDER, S. **Relações de produção e consumo**: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar de Dois Irmãos. 2010, 13 p. Disponível em:
<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_56.doc>. Acesso em: 2 jun. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. **Evolução e diferenciação da agricultura, transformação do meio rural e desenvolvimento sustentável dos municípios da planície costeira e do planalto sul do Rio Grande do Sul**: uma abordagem interdisciplinar. Porto Alegre: PGDR, 2005.

VANDENBERGHE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 315-66, maio/ago. 2006.

VASCONCELOS, M. D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n. 78, p. 77-87, abr. 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, 2000.

WILDNER, L. P.; NADAL, R.; SILVESTRO, M. **Metodologia para integrar a pesquisa, a extensão rural e o agricultor**. Porto Alegre: EMATER/RS, 1994. 11 p. (Textos Seleccionados, 6).

APÊNDICE A – Rumos para a extensão rural pública do Rio Grande do Sul

[...] então se avizinha aí um passo importante, não digo que seja fatalista, mas é um passo bem claro que se dará, ou de avalizar o que foi feito ou de recusar o que foi feito. Provavelmente os atores jogarão as suas cartas na mesa, ela [EMATER/RS-ASCAR] terá que estar em condições de se fazer presente no debate, porque se ela nem se fizer presente no debate, então, aí já está fora do baralho. (P, ER, 29).

a) Estatização da Agência

A estatização significaria a transformação da EMATER/RS-ASCAR em uma entidade formalmente integrante da Administração Pública, com papel claramente estabelecido em lei. Nessa situação, o Estado do Rio Grande do Sul assumiria todo o patrimônio, a gestão da instituição e do quadro funcional, dependendo, dessa forma, de vontade política tanto do Poder Executivo Estadual quanto da Assembleia Legislativa, pois seria necessária aprovação de Projeto de Lei.

Alguns atores identificaram esse cenário, apontando a estatização como uma alternativa à situação atual da instituição:

Acho que vai se estadualizar. A EMATER/RS-ASCAR continua, mas não sei se é esse governo que vai nos acolher. Com as nossas próprias pernas não dá mais, a gente tinha certificado de empresa filantrópica, o INSS cassou e nós temos uma dívida impagável, todo o patrimônio da casa já está alienado, todos os prédios. (EC, P, 4).

[...] Muito provavelmente mudanças vão ter que ocorrer, talvez na sua forma de articulação com o governo do estado, talvez se tornando pública. Então a ATER continua, só não se sabe praticada por quem. (EC, P, 7).

[...] O governo hoje não quer botar dinheiro para manter, nem o federal, nem o estadual. Teve estados que fizeram a experiência de cobrar, mas isso é só para quem pode pagar e você acaba excluindo outra vez e essa pessoa que está excluída da sociedade não vai ter assistência alguma. Então eu acho que a extensão rural tem esse papel de dar assistência a ele, por isso que ela tem que ser gratuita e para isso, precisa ser mantida pelo Estado [...]. (ER, SR, 8).

A estatização poderia ser interessante do ponto de vista do interesse social e da estabilidade dos serviços. Primeiro, porque, uma vez sendo formalmente um ente público, reduzir-se-iam as dificuldades com relação à obtenção de recursos e à manutenção da folha de pagamento. Tal fato traria maior garantia quanto à continuidade dos serviços e, por

consequência, contribuiria para a elaboração de um plano de desenvolvimento rural em longo prazo que permeasse a ação extensionista. Afinal, restariam afastadas as incertezas decorrentes da falta de previsibilidade quanto à renovação dos convênios/contratos atualmente firmados pela Agência com os governos estadual e federal.

Segundo, porque poderia acarretar maior tranquilidade e motivação para o trabalho do quadro funcional, na medida em que ele não mais estaria sujeito às incertezas quanto à capacidade financeira da Agência para honrar seus compromissos trabalhistas.

Terceiro, porque encerraria a indefinição no tocante à situação jurídica da Agência. Como visto no Capítulo 4, seção 4.2, a EMATER-RS/ASCAR possui uma condição peculiar, pois é formalmente um ente privado (associação civil), mas com vocação pública, sendo, de fato, a Agência oficial do Estado e por ele mantida.

No entanto, não se pode esquecer que a opção ora apresentada poderia acarretar uma maior ingerência político-partidária na gestão da Agência, na medida em que passaria a integrar formalmente a Administração Pública. Talvez, uma alternativa a fim de mitigar tal ingerência fosse estabelecer mecanismos legais para dotá-la de autonomia administrativa.

Ademais, a estatização é uma alternativa que estaria desgarrada da tendência de redução do papel do Estado, de privatização, de transferência da responsabilidade da extensão pública a outros setores, por meio da terceirização e descentralização e, ainda, iria contra os preceitos atuais do Governo do Estado, baseado na redução do déficit público.

Aliás, vale ressaltar que a ASCAR perdeu a filantropia, tendo se iniciado um processo judicial de cobrança da cota patronal referente ao INSS. Sem a retomada do título de entidade filantrópica ou alguma outra solução política, a dívida, segundo representantes da própria instituição, seria impagável e, nesses termos, o governo estadual dificilmente assumiria a Agência.

b) Privatização da Agência

Entrevistados indicaram, ainda, a privatização como um possível caminho a ser trilhado pela EMATER/RS-ASCAR, conforme se infere dos trechos abaixo:

Assumir a condição de empresa privada, desvinculada da interferência do poder público na sua gestão (escolha dos seus dirigentes e interferência nas suas atividades), mantendo suas relações de cooperação com os três níveis de governo, mas fundamentalmente ampliando seu leque de atuação no mercado de serviços, para poder sobreviver e reduzir sua dependência de verbas públicas. (GE, 23).

Não tem nem um indicador mostrando um programa de qualificação ou coisa parecida, não tem nada, parece-se que há um caminho para desmonte mesmo da extensão rural do RS, ou passar para iniciativa privada, mas isto não está bem claro ainda, o governo não deixou bem claro ainda. [...] Está muito complicado como está hoje com estado que não tem dinheiro para manter, não prioriza a agricultura familiar como foco do desenvolvimento mesmo, então está complicado, não tem um horizonte para apostar na extensão rural no RS. (GM, 26).

Prefacialmente, grife-se uma vez mais que tanto a EMATER/RS quanto a ASCAR já são formalmente entidades de direito privado. Portanto, os entrevistados, ao mencionarem a privatização, referem-se à ruptura da situação atual marcada pela interferência estatal na gestão institucional das aludidas associações, especialmente no tocante à escolha de dirigentes e à fixação das diretrizes, e pela dependência do aporte de verbas públicas.

Embora os entrevistados não tenham pormenorizado a eventual operacionalização dessa proposta, é possível realizar algumas considerações a respeito.

Não se pode perder de vista que as duas entidades em questão possuem estatuto social, disciplinando os objetivos, os membros, o patrimônio, bem como a organização administrativa. Ressalta-se que os órgãos máximos de caráter normativo e deliberativo são os Conselhos Administrativos de ambas as instituições, sendo responsáveis pela fixação das políticas de ação e pela escolha dos membros dos demais órgãos da administração superior (Conselhos Fiscais e Diretoria Executiva) e contando com a participação de diversos representantes da Administração Pública do Estado, consoante já destacado no Capítulo 4, seção 4.2.

Nesses termos, ao que parece, a propalada ruptura com a ingerência estatal dependeria de profunda alteração na composição dos Conselhos Administrativos, com afastamento dos assentos destinados ao Governo. Afinal, há evidência de que, enquanto houver representação do Estado nos órgãos superiores dessas entidades, haverá interferência governamental na elaboração das metas de ação e na indicação dos dirigentes.

Ademais, a EMATER/RS-ASCAR depende preponderantemente do aporte de verbas públicas, em especial das oriundas do governo estadual, conforme já explicitado anteriormente (Cap. 4, seção 4.2). Dessa forma, ainda que eventualmente ocorresse uma radical mudança na composição dos Conselhos Administrativos nos termos retromencionados, ainda assim haveria a necessidade de estabelecerem-se outras fontes de financiamento, sob pena de manter-se a ingerência estatal, em decorrência da dependência de recursos financeiros.

Nesse contexto, a EMATER/RS-ASCAR acabaria por constituir-se em uma empresa tipicamente privada, disponibilizando os serviços de extensão rural mediante pagamento pelo público que a contrata, podendo, ainda, prestar serviços para os governos estadual e federal, mediante a celebração de convênios, mas sem a interferência do Poder Público na definição das metas e das atividades.

Contudo, a ruptura da EMATER/RS-ASCAR com a ingerência estatal, assumindo o papel de típica empresa privada nos termos acima, levaria o Estado a não mais contar com uma Agência oficial para implementação da política pública de ATER, gerando implicações dignas de aponte, notadamente se agregar o fato da inexistência de outras entidades no Estado, governamentais ou não, com a capilaridade e estrutura da aludida Agência, que se encontra presente na quase totalidade dos municípios do Rio Grande do Sul.

A privatização dos serviços de extensão rural poderia restringir o acesso dos menos favorecidos à tecnologia, bens públicos e a outras políticas mobilizadas pela ATER, como crédito, saneamento, educação ambiental e saúde. O pagamento dos serviços de extensão por pequenos agricultores é problemático, devido, muitas vezes, à orientação da agricultura para a sobrevivência e reprodução e à busca pelos agricultores apenas dos serviços que lhes pareçam necessários, podendo ocorrer exclusão de questões ambientais, por exemplo. Além disso, a grande maioria dos pequenos agricultores não teria recursos para o pagamento, significando, portanto, a não utilização dos serviços oferecidos.

Aliás, as implicações da privatização dos serviços de extensão rural já foram objeto de estudos, principalmente no que se refere aos países desenvolvidos, como Nova Zelândia e Holanda. De acordo com Rivera¹ (1993 apud CAPORAL, 1998), há tendência a efeitos negativos, tais como a diminuição do fluxo de informações entre as organizações dos agricultores, maior apoio à agricultura de larga escala, diminuição da compreensão do conceito de informação como bem público. A privatização dos serviços de ATER poderia, assim, refletir em maior descuido com o meio natural e inclusão social.

[...] serviços privados, sejam da natureza que forem, não podem dar-se ao luxo de cuidar das questões ambientais e da inclusão social, especialmente quando isto requer ações educativas, de médio e longo prazos. Muito menos apresentam as condições necessárias para atuar de forma multidisciplinar em outros aspectos do desenvolvimento rural, que vão muito além da agricultura e que dizem respeito, por exemplo, à melhoria das condições de vida das populações rurais, como podem ser a educação para a saúde, uso adequado de industrialização caseira de alimentos, ações de saúde preventiva, saneamento básico e abastecimento de água nas propriedades rurais e muitas outras [...]. (CAPORAL, 2002, p. 9).

¹ RIVERA, W. M. Impacts of extension privatization. **Journal of Extension**, Fall 1993, p. 28.

Conforme Engel (1998, p. 12), a aplicação de "forma dogmática e mecânica" dos princípios da privatização dos serviços de extensão rural poderá resultar na exclusão dos pobres rurais, pois os agricultores latino-americanos não operam em circunstâncias favoráveis, ou seja, em mercados que ofereçam incentivos claros para a inovação e que permitam rentabilidades que facilite o pagamento dos serviços.

Nesse mesmo sentido Caporal (1998) enfatiza que o aumento da produção e da produtividade, atendendo a requisitos de equidade e de sustentabilidade, é uma tarefa que não se pode realizar, ao menos em países do Terceiro Mundo, sem a participação do Estado, não sendo possível, dessa forma, delegar os objetivos do desenvolvimento integralmente às empresas privadas nem alcançá-los com estratégias orientadas pela questão financeira.

Afinal, na situação de privatização da extensão rural, quem definiria onde a extensão rural é necessária? Como ocorreria a participação do agricultor nos custos? Se há dificuldades de avaliar a extensão pública, como seria monitorada a extensão privada?

O desenvolvimento rural reserva um papel importante para o Estado no financiamento dos serviços de ATER, de sorte que a intervenção pública ainda se justificaria, ao menos, para casos em que as comunidades rurais não apresentassem outra forma de acesso a bens e serviços, e tivessem dificuldades de pagamento pelos serviços de extensão rural, não podendo ser desprezado, nesses termos, o papel da EMATER/RS-ASCAR como fomentadora da política pública de ATER no Rio Grande do Sul e, dessa forma, sua vocação pública.

c) Fusão da Extensão Rural com a Pesquisa Agropecuária

Outro caminho vislumbrado nas entrevistas corresponderia à fusão administrativa entre as instituições de extensão rural e as instituições de pesquisa agropecuária no Estado do Rio Grande do Sul, conforme se observa dos relatos abaixo:

[...] O governo não tem mais dinheiro para sustentar uma estrutura, igual a que se sustentava antigamente. Então vamos ter que nos estruturar diferentemente. [...]. Pega o nosso estado, um estado agrícola que não tem mais pesquisa, não tem mais secretaria da agricultura, não tem mais nada, e a EMATER/RS-ASCAR, está indo para o mesmo caminho. Se eu fosse o Estado, pegava isso tudo e reunia, Santa Catarina já fez isso, Mato-Grosso já fez isso e hoje em Santa Catarina, a extensão e a pesquisa estão juntos. O Estado hoje não tem condições de ter dez empresas aqui fazendo uma coisinha diferente da outra. [...] Nós aqui temos a entidade de pesquisa, a entidade de ensino e a entidade de extensão rural. Agora isso é uma coisa que não vai levar muito tempo. (EC, ATE, 2).

Eu acho que a extensão rural vai ter que passar por um grande grupo, um grande conselho, que vão juntar todo esse público e fazer realmente a gestão entre o pessoal dos movimentos, o pessoal da parte técnica, através da pesquisa da extensão universitária e de nós trabalhadores de campo. A sustentabilidade vai passar por um momento de diálogo muito forte, muito bom entre os usuários, o pessoal que estuda, que é parte do desenvolvimento rural e os agentes de campo. Estes três segmentos têm que dialogar muito mais e se entenderem muito mais. Se nós ficarmos uma instituição que faz uma atividade que o governo quer naquele momento e se trocou o governo passamos a fazer outra coisa, não dá sustentabilidade e não dá crédito. (EM, TM, 18).

Mais uma vez, embora os entrevistados tenham proposto mudanças institucionais, não se identificou uma maior definição quanto à forma de sua operacionalização, sendo possível observar que o caminho da fusão estaria intimamente ligado à preocupação dos técnicos na busca da racionalização dos custos da Agência.

Aliás, consoante se infere das declarações acima referidas, houve indicação de que se adotasse como exemplo a fusão implementada em outras unidades federativas do Brasil, sendo expressamente citado o caso de Santa Catarina, onde ocorreu, no início dos anos 1990, a fusão das instituições oficiais de pesquisa agropecuária (EMPASC), de extensão rural (ACARESC), de extensão pesqueira (ACARPESC) e de fomento à apicultura (IASC), dando origem à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI).

Mussoi (1998), ao estudar, em sua tese de doutorado, a integração da pesquisa e da extensão agrária em Santa Catarina, teceu relevantes considerações acerca desse processo. Dentre outros pontos, constatou que, naquele Estado, as motivações para a fusão eram de cunho meramente administrativo, resumindo os argumentos à utilização mais racional dos recursos físicos das empresas, não tendo sido apresentada, na ocasião, uma proposta oficial de efetiva integração programático-metodológica para reunir as duas áreas dessa nova instituição, dando ensejo à existência, na prática, de duas empresas atuando isoladamente, sob o enfoque técnico-metodológico, debaixo de um mesmo teto. E mais, observou que a fusão foi engendrada a partir de uma visão de cúpula, sem levar em conta os atores sociais envolvidos (agricultores, pesquisadores e extensionistas) e sua efetiva participação na elaboração do aparato organizativo-metodológico. Detectou, ainda, que o corpo técnico encontrava-se marcado por um alto grau de corporativismo tanto dos profissionais da pesquisa quanto da extensão, com manifestações de forte intolerância entre as duas partes, chegando até mesmo a posturas de cunho depreciativo. Referiu, também, que a fusão, em razão de sua imposição, limitou o debate a respeito da integração dessas duas áreas e aprofundou diferenças.

A medida que se funden instituciones sin la preocupación de rever con profundidad su estrategia operacional-metodológica (y sus compromisos públicos) la tendencia es la continuidad, para no decir el agravamiento, de la departamentalización y de la actuación desintegrada. (MUSSOI, 1998, p. 346).

Assim sendo, cuida-se de um eventual caminho a ser precedido de um grande fórum de discussão, envolvendo os extensionistas, o público-meta, as entidades parceiras (sindicatos, cooperativas, prefeituras, conselhos de desenvolvimento, movimentos sociais...) bem como os setores da pesquisa e universidades, a fim de se debaterem as principais diretrizes para a ação da extensão no meio rural e sua integração com a pesquisa agropecuária. Caso contrário, corre-se o sério risco de reproduzirem-se as situações retromencionadas, com a implantação de uma fusão administrativa de natureza impositiva, mas não de uma efetiva integração entre as áreas, o que poderia, ao invés de contribuir para o fortalecimento da extensão rural pública, catalisar o processo de sua dissolução.

d) Manutenção da Agência com Novos Arranjos Institucionais

Nas entrevistas colhidas, verificaram-se manifestações de defesa pela manutenção da EMATER/RS-ASCAR com a atual roupagem jurídica, permanecendo como uma associação civil, sem fins lucrativos, mas com uma vocação pública, mantendo, dessa forma, a sua condição de Agência oficial de assistência técnica e extensão rural, tendo em vista o reconhecimento de sua importância para a agricultura familiar.

[...] EMATER/RS-ASCAR trabalha com o público mais variado e cumpre um papel que está dentro da constituição do Estado, que é o caráter universal de assistência. Não importa se vai se trabalhar só com pescador, quilombolas ou só com assentado, a EMATER/RS-ASCAR trabalha com agricultor familiar, pecuarista familiar. Ela não procura o público, mas sim o público que procura ela e existe essa demanda. Eu não vejo na forma de competição (referindo-se as ONGs), pelo contrário, eu vejo no sentido da complementaridade – sem dúvida isto não substitui o papel e o compromisso que o Estado tem com a universalidade da assistência técnica e extensão rural. *Eu acho que uma agência, embora privada, mas de caráter público, digamos assim, como é a EMATER/RS-ASCAR, ela é imprescindível.* (EC, T1, grifo nosso).

O futuro da extensão rural é resistir. Eu acho que tem um aprendizado grande para ver o que aconteceu com a extensão no mundo, na América Latina e de como estamos trabalhando hoje aqui. [...] Então nós temos um espaço importante, porque a gente resgatou um pouco do discurso e Brasília ajudou muito, em termos nacionais. Nós mantivemos esse prestígio em nível regional e nacional. (EC, GP, 5).

Na agricultura familiar é importante a extensão rural, eu vejo que muitas vezes a extensão não é valorizada numa atividade, porque da mesma forma o agricultor não é valorizado. Ninguém se lembra, quando senta em um restaurante, que quem produziu foi às vezes uma pessoa que está há anos, batendo enxada, cuidando de uma produção [...] Então eu acho que o futuro da extensão passa pela compreensão disso, a sociedade compreender que estão lidando com pessoas e não máquinas, ele é um produtor e não um computador, isso tem que ser valorizado e atendido nas suas necessidades básicas como qualquer outra pessoa. Eu acho que quando se compreender isso eu vejo um futuro melhor para o agricultor familiar e para a extensão que é quem está junto com ele, sendo uma das poucas instituições que ouve e anda junto com o agricultor familiar [...]. (EM, TS, 16).

Agregue-se o fato de a EMATER/RS-ASCAR ser a instituição que gera dados sobre o meio rural, referente a safras, preços agrícolas, volume de chuvas, secas, sendo muitas vezes a única fonte de informação do agricultor. Além disso, diversas informações utilizadas pelos governos municipal e estadual e, até mesmo, pelas universidades são produzidas no âmbito da EMATER/RS-ASCAR. É uma empresa com tradição na prestação de serviços de ATER e presente em mais de 90% dos municípios do Rio Grande do Sul, sendo constituída por um quadro técnico capacitado, com acúmulo de experiências e conhecimento do meio rural, das propriedades e dos agricultores, além de ser dotada de infraestrutura (física, material e humana), possuindo vínculo estreito com diversos parceiros (sindicatos, prefeituras, movimentos sociais, cooperativas, universidades, centros de pesquisa, conselhos municipais...). Por último, mas não menos importante, grife-se que se trata de uma Agência que presta serviços públicos e gratuitos, possuindo a agricultura familiar como público prioritário. A ação da Agência, assim, pode contribuir para potencializar o acesso a políticas públicas diversas, ocupando a extensão rural posição estratégica no desenvolvimento rural e no fortalecimento da agricultura familiar.

Não obstante isso, houve o reconhecimento nas entrevistas acerca da necessidade de reformas e mudanças na organização da Agência, destacando-se a criação de um plano estratégico de desenvolvimento rural, aproveitando o acúmulo e capacidade de articulação da extensão, construído pelos próprios técnicos da EMATER/RS-ASCAR, respaldados pelas parcerias e público-meta. O plano redefiniria as regras, as metas, os objetivos e a missão a serem seguidos, constituindo uma linha norteadora da ação extensionista e reduzindo a fragmentação das atividades resultantes da pluralidade de metas provenientes dos convênios e editais.

Tal entendimento colhido nos discursos dos técnicos vai ao encontro de manifestações acadêmicas, merecendo relevo os apontamentos de Caporal (2002), ao referir:

[...] as velhas estruturas de ATER vinculadas ao Estado só passariam a ter sentido se fossem capazes de desempenhar um novo papel. Para isto, se faz imperativo que elas mudem suas bases teóricas, seus enfoques metodológicos, seus objetivos, suas estratégias e seu público beneficiário. Caso contrário, estarão, definitivamente, fadadas ao desaparecimento. (CAPORAL, 2002, p. 15).

Outrossim, técnicos entrevistados destacaram que a extensão deveria ser reestruturada para considerar a questão ambiental e o paradigma agroecológico, conforme mostram os trechos dos depoimentos abaixo citados:

Depende muito da capacidade de sobrevivência nos próximos dois anos. Eu vejo que a EMATER/RS-ASCAR passa hoje por um momento que exige um repensar, do seu papel e suas diretrizes, em função da própria visão e opção política de Estado, ela está extremamente fragilizada, num momento de encruzilhada, inclusive com sério risco de sobrevivência institucional em médio prazo. Eu acredito que o futuro vai se dar pela reação e pela mobilização, tanto interna, quanto externa, da sociedade, mas a partir de um processo mais amplo de repensar. (EC, T1).

[...] A extensão rural do futuro tem sentido, mas para trabalhar com agricultura familiar nessa perspectiva de inclusão social, de melhoria de vida e acesso as políticas públicas. Por outro lado a extensão rural pode ter um papel fundamental, se ela conseguir contribuir para uma mudança de paradigma na agricultura. [...]. A extensão rural poderia dar uma contribuição na medida em que tenha acúmulo suficiente e capacidade de articulação para ajudar a pensar estratégias diferenciadas para agricultura e desenvolvimento rural. A extensão rural só tem futuro se ela trabalhar na perspectiva de proteção ambiental, de recuperação dos nossos recursos, da proteção da água, de fato uma perspectiva ambiental. (GF; 21).

[...] Eu acredito que não há como fazer uma nova revolução verde, então eu acho hoje do que se está colocado, um novo paradigma agroecológico ele vai consolidar, não sei em quanto tempo, mas vai consolidar. Ele vai se consolidar nos agricultores familiares, nos camponeses, e nos públicos mais fragilizados. Eu acredito também que falando de EMATER/RS-ASCAR, que paulatinamente, com a entrada de novos empregados a hegemonia da casa migre desta coisa mais convencional, para algo mais agroecológico [...]. (ER, SR, 9).

A consideração da questão socioambiental nos serviços de ATER reforça a manutenção de uma extensão rural pública, pois, conforme pondera Caporal (2002, p. 15), a sustentabilidade e a equidade, assim como a inclusão social, são demandas da sociedade, a exigirem respostas do Estado, emergindo a relevância de os serviços públicos se capacitarem para apoiar estratégias vocacionadas a darem suporte aos setores mais debilitados do meio rural e a promoverem a proteção e recuperação do meio ambiente.

Também se referiu nas entrevistas a relevância de se realizarem modificações na estrutura organizacional administrativa, a fim de se reduzir a interferência político-partidária

nas ações institucionais. Como já visto alhures, há manifestações de indignação e irresignação de técnicos quanto ao fato de a Diretoria Executiva e outros cargos de chefia da Agência serem escolhidos preponderantemente a partir de interesses político-partidários.

Assim, os técnicos entrevistados denotam a percepção quanto à necessidade de a instituição incluir mecanismos democráticos de participação na escolha dos integrantes da Administração Superior, notadamente dos membros da Diretoria Executiva, bem como na fixação das diretrizes da Agência, com o estabelecimento, ainda, de critérios objetivos embasados no merecimento para assunção de cargos de chefia tanto nos escritórios regionais quanto no central.

Igualmente, foi destacada por técnicos a importância da construção de canais internos para participação do público-meta na tomada de decisões da Agência e formulação de seu planejamento estratégico, propiciando espaços mais democráticos e garantindo maior controle social.

Outra questão apontada nas entrevistas foi a necessidade de investimento na capacitação do quadro técnico para acompanhar as mudanças acima mencionadas, propiciando a construção de um perfil de profissional capaz de compreender a importância e lidar com as questões socioambientais e com os princípios agroecológicos, e de relacionar-se com os agricultores, respeitando os saberes locais, desenvolvendo um trabalho de troca de experiências e conhecimentos.

Nesse caminho proposto, atores sociais entrevistados sustentaram a relevância de a EMATER/RS-ASCAR, ainda que vocacionada à execução da política estadual de extensão rural, diversificar sua fonte de recursos, com a ampliação, por exemplo, dos convênios com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, mitigando, assim, a dependência das verbas orçamentárias do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de garantir a manutenção de sua estrutura institucional e a continuidade e eficiência de ações de longo prazo, evitando a perda de motivação para o trabalho decorrente da instabilidade financeira e das ameaças de demissão e não pagamento de salários.

Não se podem desconsiderar os desafios na implementação de tais propostas de reestruturação, pois elas, em sua essência, acarretariam um novo desenho na distribuição de poder intrainstitucional, modificando o atual modelo de gestão, buscando uma maior descentralização e horizontalidade. Apesar do CTA e do CONAD terem passado por uma reestruturação na administração no período de 1999 a 2002, em que várias organizações de representantes dos agricultores familiares passaram a ter assento e direito de voto, essa situação não garante a efetiva participação. Em função disso, pressupõem-se profundas modificações nas normas estatutárias, o que depende da aprovação por maioria absoluta dos

membros dos Conselhos Administrativos tanto da EMATER/RS quanto da ASCAR e, portanto, depende da aceitação pelo Governo Estadual em abrir mão de parcela do poder no comando institucional, para estabelecer-se uma gestão democrática e participativa, em que as estratégias seriam determinadas de modo negociado com os técnicos, o público-meta e os parceiros e não mais fixadas em cúpula.

e) Extinção da Agência

Embora não seja uma proposta dos técnicos entrevistados, alguns deles manifestaram preocupação com a concreta possibilidade de extinção da EMATER/RS-ASCAR, seja por deliberada decisão do governo estadual em não mais mantê-la, seja pela própria ineficiência da Agência.

O futuro da extensão rural oficial eu vejo negro. A extensão rural de uma maneira mais ampla, feita por diversos agentes, tipo ONGs, eu vejo que isso aí a tendência é crescer [...], a extensão rural oficial não tem que estar ali para manter o Roberto, ele tem que estar ali, para realmente ajudar a sociedade, agora se ela não está cumprindo esse papel, ou por deficiência dos seus pares, ou por deficiências do próprio governo que não investe nela, aí são “outros quinhentos” tudo que não serve e aquele órgão que tu não usa muito, ele acaba perdendo a sua utilidade. Então eu acho que o caminho para mim ele tem que se permear por isso aí, tu tens que na verdade ter uma assistência rural efetiva, senão para que a gente estar aqui. (ER, SR, 10).

Da forma como estão sendo tratados, acho que a tendência é aos poucos fazer com que o povo entenda que não são necessários eu acho que essa é a política hoje do estado, por deixar eles mais confinados em uma sala, para o agricultor achar que não precisa da assistência da EMATER/RS-ASCAR, eu acho que isso é a minha visão, se tu não vê um técnico na rua, atuando, daqui a pouco, [...] o povo vai achar que o Estado quer tirar a EMATER/RS-ASCAR aí vão dizer que não é necessário mesmo [...]. (A., OR, 33).

A extinção da EMATER/RS-ASCAR traria a atuação de organizações não governamentais, além de outras empresas e/ou entidades que tenham interesse em prestar esses serviços, tais como, cooperativas, organizações de agricultores, estabelecimentos de ensino etc.

A prestação de serviços de ATER por ONGs é uma tendência verificada nos últimos anos, sob a alegação de que apresentariam potencial para o trabalho com extensão rural, porque possuiriam maior autonomia na definição do público-meta, das ações a serem realizadas e dos projetos a serem implementados, e de que partiriam de projetos de

desenvolvimento negociados com os agricultores, além de se mostrarem aptas a trabalhar com os setores mais pobres e adotar métodos participativos. Aliás, seriam consideradas as que melhor se encaixariam na prestação de serviços de ATER, de acordo com o Banco Mundial e com a FAO (CAPORAL, 2002).

No entanto, adverte Caporal (1998, 2002) que um modelo de extensão rural calcado exclusivamente ou preponderantemente na prestação dos serviços por ONGs mostra-se excludente, recrudescendo a diferenciação social, na medida em que tais entidades apresentam debilidades no que se refere à dependência de fonte de financiamento, à pequena integração com instituições de pesquisa, à deficiência na formação dos quadros funcionais, à baixa capacidade administrativa e à utilização, muitas vezes, de serviços voluntários, além do fato de os conhecimentos e informações deixarem de ser tratados como bens públicos e passarem a ser apropriados apenas pelos segmentos beneficiários dos serviços prestados. Portanto, o setor privado (organizações de agricultores e outras formas de assessoria ao desenvolvimento rural) e as ONG's não poderiam substituir totalmente o papel do Estado na oferta de serviços públicos de extensão rural.

[...] o sonho de atender às demandas e necessidades dos agricultores familiares tão-somente através da contratação de empresas de assessoria técnica, de escritórios de prestação de serviços ou de ONG's, coisa que o Banco Mundial e a FAO vêm estimulando nos últimos dez anos, mostrou-se não só excludente, como também um modelo que ajuda a acelerar a diferenciação social, na medida em que os conhecimentos e informações deixam de ser tratados como bens públicos e passam a ser apropriados por diminutos segmentos da população rural que são assistidos. (CAPORAL, 2002, p. 3-4).

Ainda, destaca-se que a prestação de serviços de ATER por organizações não governamentais não apresenta tradição nesse ramo, denotando baixa experiência. Além disso, as relações trabalhistas baseadas em contratos temporários realizados, muitas vezes, em situações de terceirização, representam situações frágeis e incertas em relação à identificação com a missão da organização prestadora do serviço.

De mais a mais, a simples extinção da Agência oficial levaria, inegavelmente, à perda do acúmulo de experiência e de conhecimento sobre a extensão rural estadual nos últimos 55 anos.

Remete-se aqui às considerações tratadas na seção b, quando, ao se discutir sobre a possibilidade de a EMATER/RS-ASCAR assumir o papel de empresa tipicamente privada, discorreu-se sobre as implicações negativas da privatização da extensão rural, tendo sido

destacado que o desenvolvimento rural reserva importante papel para a atuação estatal e, portanto, para a intervenção pública, de modo que não poderia ser ignorada a existência e funcionamento da EMATER/RS-ASCAR como fomentadora da política pública de ATER no Rio Grande do Sul.

Por intermédio das opiniões emitidas pelos atores sociais entrevistados, é possível afirmar a convergência de entendimentos quanto ao reconhecimento da importância da EMATER/RS-ASCAR para a implementação da política pública estadual de extensão rural e à existência de uma atual situação de crise, nos termos já anteriormente explanados, havendo a necessidade de um novo rumo no que concerne a sua organização administrativa, aos métodos, às metodologias e às ações. Contudo, não há clareza quanto a que rumo deve ser adotado pela Agência, seja em razão da diversidade de propostas (estadualização, fusão com a pesquisa, privatização, reestruturação), seja em razão da ausência de critérios definidos no tocante à efetiva operacionalização das propostas mencionadas.

Outrossim, não se encontraram achados nas entrevistas que indicassem efetiva discussão intrainstitucional a respeito dos rumos da Agência, de sorte que não se vislumbra a existência de canais internos de debate nesse sentido, dificultando, assim, a construção de propostas participativas quanto aos caminhos a serem trilhados. Destaca-se a existência de um documento publicado, em 2009, pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul (SENGE-RS) sobre o Futuro da Assistência Técnica e Extensão Rural Pública no RS, discutindo e propondo alternativas para o fortalecimento do serviço de extensão rural, no sentido de mobilizar as principais lideranças e conclamar uma tomada de posição em defesa da ATER pública.

Para a Agência, tão importante quanto identificar as perspectivas a seguir é oportunizar profunda e ampla discussão a respeito, criando espaço aos técnicos e aos agricultores para efetiva participação no debate. Caso contrário, eventuais mudanças na organização administrativa ou em metodologias, ainda que venham a ser implantadas, serão frutos de uma visão de cúpula, com todos os reveses decorrentes, conforme já visto alhures.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas

1 AGENTES DE DESENVOLVIMENTO

a) Extensionistas de Campo

Dados pessoais:

- Nome, idade, profissão, estado civil, escolaridade;
- Há quantos anos trabalha na EMATER/RS-ASCAR?
- Qual sua atividade na EMATER/RS-ASCAR?
- Quantos anos exerce essa atividade?
- O que motivou a seguir e manter-se na trajetória de ATER?

Intervenção:

- Quais as principais atividades desenvolvidas pela EMATER/RS-ASCAR?
- Quais as principais metodologias de trabalho que você emprega?
- Qual a importância da EMATER/RS-ASCAR no Estado na sua opinião?
- Qual a diferença entre assistência técnica e extensão rural?
- Se você tivesse que fazer um resumo da história da EMATER/RS-ASCAR, quais os períodos e ações que você destacaria como mais importantes?
- O que é ser extensionista? E qual o papel do extensionista na sociedade?
- Há exigência, por parte da EMATER/RS-ASCAR, do cumprimento de metas? Quais exigências? Exemplifique:
- Existem mecanismos para consulta prévia dos extensionistas frente a mudanças nas metas? Quais são estes mecanismos?
- Como é sua relação com os agricultores? Como você propõe uma atividade ou técnica para o agricultor?
- Como você caracteriza a atividade de intervenção? Como é e como deveria ser?
- Como é sua relação com as organizações dos agricultores? Quais as principais organizações que mantém contato?
- Qual o estímulo ou desestímulo por parte da Empresa em relação a utilização de metodologias mais participativas? Como isto funciona?
- Quais as principais resistências à implementação de novas metodologias por parte dos técnicos?
- Qual é o suporte da empresa em prol de formação/qualificação para dar conta das necessidades surgidas na ação de extensão ?
- Quando foi o último curso de capacitação/formação por ti realizado e sobre qual tema?
- Você vivenciou algum conflito/resistência com outros agentes (prefeitos, agricultores, técnicos, colegas) na implementação de uma técnica de trabalho?
- Qual sua conduta quando o agricultor resiste a utilização de uma técnica?
- Como são identificadas as demandas dos agricultores?
- Quais as atividades agrícolas que buscam maior sustentabilidade que você desenvolve? Qual a importância dessas atividades?
- Quem é seu público prioritário?

Crise:

- O que você acha do momento atual vivido pela EMATER/RS-ASCAR? Quais os elementos determinantes dessa situação institucional?
- Quais os principais problemas enfrentados pela extensão nos últimos 10 anos?
- Você acha que a ação extensionista realizada pela EMATER/RS-ASCAR atende as recomendações da PNATER? Exemplifique:
- Quais os maiores desafios para realização da atividade de extensão rural?
- Qual o futuro da extensão rural na sua opinião?

b) Extensionistas do Escritório Central**Dados pessoais:**

- Nome, idade, profissão, estado civil, escolaridade;
- Quantos anos trabalha na EMATER/RS-ASCAR?
- Qual sua atividade na EMATER/RS-ASCAR?
- Há quantos anos exerce essa atividade?
- Qual a importância de seu trabalho para a EMATER/RS-ASCAR?

Intervenção:

- Considerando a história da EMATER/RS-ASCAR, quais as principais fases da trajetória institucional na sua opinião e quais as diferentes formas de intervenção identificadas nestas fases?
- Quais as principais atividades desenvolvidas pela EMATER/RS-ASCAR?
- Qual a diferença entre assistência técnica e extensão rural?
- Quais os principais técnicas de trabalho empregadas pela EMATER/RS-ASCAR?
- Qual a eficácia das técnicas utilizadas no serviço de ATER?
- Quais as principais resistências a implementação de novas metodologias?
- Na sua opinião, como é e como deveria ser a relação entre técnico e agricultor?
- Qual é estímulo ou desestímulo por parte da Empresa em relação a utilização de metodologias mais participativas? Como isto funciona?
- Qual é o suporte da empresa em prol de formação/qualificação para dar conta das necessidades surgidas na ação de extensão?
- Qual o último curso de capacitação que participou?
- Como são identificadas as demandas dos agricultores?
- Como são estruturadas as ações em função desta demanda?
- Como ocorre o estabelecimento de metas a serem cumpridas pelos extensionistas de campo?
- Você é consultado pela Administração Superior quando da mudança de rumo adotada pela EMATER/RS-ASCAR? A EMATER/RS-ASCAR permite sua participação na gestão institucional? Como?
- Como você vê a relação da EMATER/RS-ASCAR com a Secretaria de Agricultura do Estado como principal operacionalizadora de suas políticas públicas?
- Quais mudanças que ocorrem, geralmente, na EMATER/RS-ASCAR quando da mudança de Governo do Estado?

- Quais alterações mais importantes nos últimos tempos (10 anos) na EMATER/RS-ASCAR?
- Qual a importância da EMATER/RS-ASCAR para o Estado?

Crise:

- O que você acha do momento atual vivido pela EMATER/RS-ASCAR? Quais os elementos determinantes dessa situação institucional?
- Quais os principais problemas enfrentados pela extensão nos últimos 10 anos?
- O perfil do extensionista responde a busca de novas alternativas para o campo?
- O que é necessário fazer e como fazer para extensão rural adequar-se às recomendações da PNATER?
- Qual a resposta da EMATER/RS-ASCAR frente à capacitação de agentes de ATER de outras entidades/instituições agrícolas/rurais?
- Quais os principais problemas enfrentados pela extensão nos últimos 10 anos?
- Qual o futuro da extensão rural?

2 INTERLOCUTORES

a) Agricultores

Dados pessoais:

- Nome, idade, profissão, estado civil, escolaridade;
- Há quantos anos exerce essa atividade?

Intervenção:

- Qual sua relação com a EMATER/RS-ASCAR? Você tem assistência técnica em que nível e frequência?
- Qual a importância da EMATER/RS-ASCAR para o desenvolvimento de seu trabalho?
- De quais atividades desenvolvidas pela EMATER/RS-ASCAR você participa?
- Quais as metodologias de trabalho utilizadas pela EMATER/RS-ASCAR?
- Você vê diferença na aplicação de uma metodologias pelos técnicos da EMATER/RS-ASCAR no momento atual em comparação há 20 anos atrás? Quais as principais mudanças?
- O que acha que é participativo?
- Considera as atividades da EMATER/RS-ASCAR participativas. Por quê?
- Quais atividades considera mais participativas?
- Como os técnicos estimulam sua participação? Você se sente envolvidos nas atividades?
- Qual a reação do técnico quando você discorda do conteúdo proposto em uma atividade?
- Qual atividade agrícola mais sustentável você desenvolve em seu estabelecimento rural? Esta atividade tem orientação de algum técnico?

- Quais os cursos que você participou realizados pela EMATER/RS-ASCAR?

Crise:

- Quais as principais mudanças no trabalho da EMATER/RS-ASCAR nos últimos 10 anos?
- Você tem assistência técnica por parte de outras entidades/instituições/ ONGs? Quais?
- O que você pensa sobre o futuro da EMATER/RS-ASCAR?
- Você trabalharia sem a assistência da EMATER/RS-ASCAR? Como?

b) Funcionários de Prefeituras

Dados pessoais:

- Nome, idade, profissão, estado civil, escolaridade);
- Há quantos anos exerce essa atividade?
- Qual a sua relação com a EMATER/RS-ASCAR?

Intervenção:

- O que mais te chama atenção na trajetória da EMATER/RS-ASCAR?
- Quais as principais atividades desenvolvidas pela EMATER/RS-ASCAR?
- A prefeitura tem convênio com a EMATER/RS-ASCAR há quantos anos? Como funciona esse convênio?
- Quais as atividades desenvolvidas pela EMATER/RS-ASCAR frente ao convênio?
- Qual o aporte orçamentário destinado à EMATER/RS-ASCAR? Houve mudanças nesse aporte nos últimos 10 anos?
- Quando a prefeitura é de um partido contrário ao Governo, isto afeta a relação com os técnicos? De que forma?
- A prefeitura estabelece metas para os extensionistas? Que tipo de metas?
- Qual o grau de satisfação da prefeitura com o trabalho da EMATER/RS-ASCAR?
- Na sua opinião, qual a importância da EMATER/RS-ASCAR para o Estado?

Crise:

- O que você acha do momento atual vivido pela EMATER/RS-ASCAR? Quais os elementos determinantes dessa situação institucional?
- Quais os principais problemas enfrentados pela extensão nos últimos 10 anos?
- O perfil do extensionista responde a busca de novas alternativas para o campo? Por quê?
- Qual o futuro da extensão rural?

c) Governo do Estado

Dados pessoais:

- Nome, idade, profissão, estado civil, escolaridade;
- Qual a sua atividade dentro do Governo do Estado?
- Há quantos anos exerce essa atividade?

Intervenção:

- O que mais te chama atenção na trajetória da EMATER/RS-ASCAR?
- Quais as principais atividades desenvolvidas pela EMATER/RS-ASCAR?
- Quais as políticas desenvolvidas pela EMATER/RS-ASCAR para a Secretaria da Agricultura?
- Qual a importância da EMATER/RS-ASCAR para o desenvolvimento dessas atividades/políticas?
- Como funciona o convênio EMATER/RS-ASCAR /Secretaria da Agricultura? Ocorreram mudanças no aporte orçamentário destinado à EMATER/RS-ASCAR? Por quê?
- Como ocorre o estabelecimento das metas institucionais definidas pelo Governo à EMATER/RS-ASCAR?
- Qual a influência das mudanças de Governo no trabalho da EMATER/RS-ASCAR?
- Qual a importância da EMATER/RS-ASCAR para o Estado?
- Como avalia a formação/qualificação dos extensionistas?
- Qual a satisfação da Secretaria com o trabalho da EMATER/RS-ASCAR?
- Você se considera um conhecedor do trabalho da EMATER/RS-ASCAR no Estado. Por quê?

Crise:

- O que você acha do momento atual vivido pela EMATER/RS-ASCAR? Quais os elementos determinantes dessa situação institucional?
- Quais os principais problemas enfrentados pela extensão nos últimos 10 anos?
- O perfil do extensionista responde a busca de novas alternativas para o campo?
- Qual o futuro da extensão rural?

d) Professores universitários

Dados pessoais:

- Nome, idade, profissão, estado civil, escolaridade;
- Qual sua atividade na Universidade?
- Há quantos anos exerce essa atividade?
-

Intervenção:

- Considerando a história da EMATER/RS-ASCAR, quais as principais fases da trajetória institucional na sua opinião e quais as diferentes formas de intervenção identificadas nestas fases?
- Como caracteriza o trabalho realizado pela EMATER/RS-ASCAR?
- O que mais lhe chama atenção nas atividades desenvolvidas pela EMATER/RS-ASCAR?
- Qual a importância da EMATER/RS-ASCAR para o Estado?
- Como você avalia a formação/ qualificação dos extensionistas?
- Qual a eficácia do serviço de ATER?
- Como é e como deveria ser a relação entre técnico e agricultor?
- O que caracteriza uma relação participativa na sua opinião?
- A formação acadêmica condiz com o perfil de extensionista adequado à PNATER? Esse perfil responde a busca de novas alternativas para o campo?
- O que diferencia a assistência técnica da extensão rural?
- Qual a relação entre o ensino e a extensão?

Crise:

- O que você acha do momento atual vivido pela EMATER/RS-ASCAR? Quais os elementos determinantes dessa situação institucional?
- Quais as principais mudanças no trabalho da EMATER/RS-ASCAR nos últimos 10 anos?
- Quais os principais problemas enfrentados pela extensão nos últimos 10 anos?
- Qual o futuro da extensão rural?

APÊNDICE C – Termo de consentimento

PESQUISA SOBRE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

[Consentimento para entrevista]

Sou **Cidonea Machado Deponti**, estudante de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR), e estou fazendo uma **pesquisa sobre a intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul**.

Apreciaria muito sua colaboração concedendo-me uma **entrevista**. Algumas perguntas lhe serão feitas e o Sr(a) responderá se quiser. No trabalho de tese de doutorado comprometo-me a manter seu nome no anonimato, ou seja, o(a) senhor(a) não será identificado(a).

Qualquer dúvida que não tenha sido por ventura esclarecida no período de nosso contato para a entrevista, não hesite em entrar em contato para esclarecimentos:

Cidonea Deponti
cidonea@yahoo.com.br
(51) 9737-7492

Obrigada pela sua participação.

Local, data

Assinatura do interlocutor (facultativo)